

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CLAUDIA LUCIA BISAGGIO SOARES

MOEDA SOCIAL – UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE SUAS
POTENCIALIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

FLORIANÓPOLIS

2006

CLAUDIA LUCIA BISAGGIO SOARES

MOEDA SOCIAL – UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE SUAS
POTENCIALIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência apresentado ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, à Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Ary Minella

FLORIANÓPOLIS

2006

CLAUDIA LUCIA BISAGGIO SOARES

MOEDA SOCIAL – UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE SUAS
POTENCIALIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Tese de Doutorado do Programa Interdisciplinar
em Ciências Humanas, do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito à obtenção do
grau de Doutora em Ciências Humanas.

Aprovado em

de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. DR. Ary Minella – Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. DR. Paul Singer
Universidade de São Paulo

Prof. DR. Ronaldo Fiani
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. DR. Armando Lisboa
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. DR. Selvino Assmann
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico essa tese aos meus pais, Lucia e Marcos, e a todos aqueles inconformados que procuram compreender aonde suas ações podem levar.

AGRADECIMENTOS

Ao espaço de liberdade intelectual que o Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas não só propicia, mas também constrói sobre sólida base acadêmica, na pessoa do Prof. Héctor Leis que esteve sempre à frente do doutorado enquanto essa pesquisa foi desenvolvida. Sua dedicação na busca da excelência e do reconhecimento do programa foi incansável e em muito favoreceu todos os que dela compartilham. Particularmente também pude contar com seu apoio como co-orientador. E, aqui não posso deixar mencionar a atenção e a eficiência da Liana Bergmann no apoio acadêmico.

Ao meu orientador, Prof. Ary Minella, que acolheu a mim e a pesquisa no Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro com infinita disponibilidade e dedicação, além de meus colegas do núcleo cujas críticas e sugestões foram sempre estimulantes. Ao Prof. Armando Lisboa, responsável maior pela minha inserção no mundo da moeda social e da economia solidária, além de infinita fonte de diálogos e novas perspectivas, afora suas inestimáveis contribuições bibliográficas. Ao Prof. Ronaldo Fiani, que me apresentou a abordagem institucionalista, não procurando com isso me eximir da responsabilidade pela síntese desenvolvida ao longo da pesquisa. Aos meus companheiros de cotidiano partilhado nos clubes de trocas espalhados por esse país afora.

A Creuza Stephen Figueira, que além de incentivadora, pacientemente revisou algumas versões da tese. A Renata Lins, amiga, cúmplice de muito café e reflexões fundamentais. Aos meus pais, Lucia e Marcos, sem o apoio dos quais não teria tido condições de completar o trabalho. E as minhas filhas, Iara e Clara, que suportaram estoicamente as minhas ausências físicas e mentais.

RESUMO

O objetivo dessa tese se coloca como o de compreender a moeda social, uma vez que não se encontram muitos registros de estudos sobre este assunto específico, e menos ainda sob uma ótica interdisciplinar. Inicialmente foi desenvolvido um esforço de caracterização da própria noção de moeda, que revelou seu caráter de relação social, de instituição sempre em mutação, adaptada ao todo social em que está inserida. Foi necessária também a construção de um conceito sobre o próprio objeto, uma vez que não havia literatura anterior que respondesse satisfatoriamente a questão. Desenvolveu-se uma tipologia, já que as experiências existentes são bastante díspares entre si e respondem a objetivos também bastante diferenciados. Conclui-se que os movimentos sociais que recriam a moeda através da moeda social sinalizam um retrocesso em direção às moedas antigas, diferenciadas, não integradas de forma hierarquizada, revelando uma tentativa de voltar a submeter à racionalidade econômica às diversas racionalidades sociais. A moeda social também pode servir bem para complementar a economia solidária. Para isso ela precisa ser assim considerada e trabalhada pelo próprio movimento da economia solidária. Se a moeda social é pedagógica na medida em que nos recorda como as coisas são construídas e que podem ser diferentes, ainda é preciso articular o esforço da construção, mas ela também pode ser apenas de uso emergencial, ajudando a minimizar as angústias dos excluídos.

Palavras-chave: Moeda Social. Moeda. Economia Solidária. Desenvolvimento. Autonomia. Auto-organização.

SUMÁRIO

Moeda social – uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo

| | |
|--|------------|
| Introdução | 9 |
| 1 EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA PARA UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA | 16 |
| 1.1 Epistemologia e metodologia | 17 |
| 1.2 O institucionalismo de Veblen | 25 |
| 1.3 O velho institucionalismo | 30 |
| 1.4 Os novos institucionalismos | 32 |
| 1.5 Síntese institucionalista adotada | 39 |
| 2. O DINHEIRO ENQUANTO UMA INSTITUIÇÃO ECONÔMICA | 48 |
| 2.1 A moeda é uma instituição espontânea? | 49 |
| 2.1.1 <i>A visão de Carl Menger</i> | 49 |
| 2.1.1.1 A origem e a natureza do dinheiro | 50 |
| 2.1.1.2 A moeda cunhada | 53 |
| 2.1.2 <i>O desenvolvimento da idéia de Menger com Frederich Hayek</i> | 56 |
| 2.2 Uma crítica à concepção espontaneísta | 59 |
| 2.2.1 <i>O problema da origem</i> | 60 |
| 2.2.2 <i>O problema da coordenação</i> | 62 |
| 2.3 Os economistas e a moeda como uma instituição construída | 64 |
| 2.3.1 <i>A teoria da moeda estatal (G. Knapp e J. Keynes)</i> | 71 |
| 2.3.2 <i>Os economistas pós-keynesianos</i> | 73 |
| 2.4 Para além da economia: os institucionalistas da Teoria da Regulação ..73 | |
| 2.4.1 <i>Teoria do valor ou teoria monetária</i> | 75 |
| 2.4.2 <i>Sobre a violência que a moeda encarna</i> | 78 |
| 2.5 A reflexão de Georg Simmel sobre a moeda | 80 |
| 2.5.1 <i>A “essência” do dinheiro</i> | 81 |
| 2.5.2 <i>O significado do dinheiro</i> | 86 |
| 2.5.3 <i>Dinheiro e centralização de poder</i> | 88 |
| 2.5.4 <i>Dinheiro, liberdade e reificação</i> | 89 |
| 2.6 Para prosseguir | 92 |
| 3. PARA UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DO DINHEIRO: UMA HISTÓRIA E O SIGNIFICADO SOCIAL DO DINHEIRO | 94 |
| 3.1 Uma definição institucional do dinheiro | 95 |
| 3.2 Experiências monetárias pré-modernas | 97 |
| 3.3 O caráter excepcional da instituição monetária moderna | 107 |
| 3.3.1 <i>É possível se contar uma história evolucionista da moeda?</i> | 108 |
| 3.3.2 <i>O surgimento da moeda moderna</i> | 109 |
| 3.3.3 <i>Moeda moderna e ruptura</i> | 113 |
| 3.4 A moeda moderna e os modelos de desenvolvimento..... | 118 |
| 3.4.1 <i>O significado social do dinheiro contemporâneo</i> | 118 |
| 3.4.2 <i>Moeda e desenvolvimento</i> | 121 |
| 3.4.3 <i>O exemplo norte-americano</i> | 124 |
| 3.5 As moedas paralelas: o pluralismo na unidade..... | 129 |

| | |
|--|------------|
| 4. A MOEDA SOCIAL: UMA MOEDA EXPLICITAMENTE POLITIZADA | 134 |
| 4.1 A moeda social | 134 |
| 4.1.1 <i>Algumas experiências concretas</i> | 138 |
| 4.1.1.1 As “Horas” de Ithaca | 139 |
| 4.1.1.2 As moedas dos clubes de troca | 141 |
| 4.1.1.3 As redes de compensação mútua | 145 |
| A. O sistema LETS | 145 |
| B. O sistema WIR | 146 |
| C. Os Bancos de Tempo | 147 |
| 4.1.2. <i>Experiências próximas</i> | 149 |
| 4.1.2.1 As moedas livres | 149 |
| A. Wörgl | 150 |
| B. Outras experiências internacionais | 151 |
| C. O circulante local | 152 |
| 4.1.2.2 Emissão privada de títulos | 153 |
| 4.2 Da moeda nacional a moeda social, um caminho para a autonomia?... | 154 |
| 4.3 Moeda social e desenvolvimento | 157 |
| 4.4 A moeda social e a economia solidária | 166 |
| 4.5 Uma proposta de tipologia | 169 |
| 5. A EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA COM A MOEDA SOCIAL | 182 |
| 5.1 Levantamento das experiências nacionais | 183 |
| 5.1.1 <i>As moedas dos Clubes de Troca</i> | 184 |
| 5.1.1.1 Os Clubes de Troca – Região Norte | 185 |
| 5.1.1.2 Os Clubes de Troca – Região Nordeste | 187 |
| 5.1.1.3 Os Clubes de Troca – Região Centro-Oeste | 189 |
| 5.1.1.4 Os Clubes de Troca – Região Sudeste | 190 |
| 5.1.1.5 Os Clubes de Troca – Região Sul | 199 |
| 5.1.2 <i>Redes de Clubes de Trocas</i> | 211 |
| 5.1.2.1 Redes Internacionais | 211 |
| 5.1.2.2 Redes Nacionais | 215 |
| 5.2 As moedas da “responsabilidade social” | 218 |
| 5.3 As moedas interempresariais | 220 |
| 5.4 Limites e potencialidades da moeda social | 221 |
| 5.4.1 <i>Os limites</i> | 222 |
| 5.4.2 <i>As potencialidades</i> | 228 |
| 5.4.3 <i>Tendências da experiência brasileira com a moeda social</i> | 231 |
| 6 CONCLUSÃO | 234 |
| REFERÊNCIAS | 241 |

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

| | |
|---|------------|
| Figura 1: O esquema weberiano de pensamento..... | 30 |
| Quadro 1: Quadro resumo: escolas institucionalistas..... | 38 |
| Figura 2: O esquema de pensamento de North..... | 45 |
| Quadro 2: Quadro resumo: moeda social, moeda nacional e padrão de desenvolvimento..... | 164 |
| Quadro 3: Quadro resumo: experiências monetárias paralelas..... | 171 |
| Gráfico 1: Variáveis da autonomia..... | 178 |
| Gráfico 2: Variáveis do desenvolvimento..... | 179 |
| Quadro 4: Resumo dos clubes de troca – Região Norte, Nordeste e Centro-oeste..... | 208 |
| Quadro 5: Resumo dos clubes de troca – Região Sul..... | 209 |
| Quadro 6: Resumo dos clubes de troca – Região Sudeste..... | 210 |
| Quadro 7: Critérios de sustentabilidade institucionais aplicados à moeda. | 225 |

Introdução

Raramente o tema de uma pesquisa se coloca para um pesquisador diretamente em si mesmo. Normalmente ele é filho de um interesse anterior, que funciona como um guarda-chuva ou como uma ponta de lança. Nesse trabalho não foi diferente. A moeda social se impôs como tema desta tese de doutorado no meio de estudos sobre desenvolvimento econômico e social, ou ainda mais especificamente, visando mecanismos para a promoção de um desenvolvimento real (e, portanto sustentável social e materialmente), e solidário (socialmente justo e economicamente equilibrado).

No Brasil, e também em diversos outros países latino-americanos, vive-se um momento em que as chamadas forças do desenvolvimento parecem ter enfraquecido bastante ou mesmo desaparecido. Por vezes a questão tem se colocado não tanto sobre a quantidade de crescimento econômico, mas principalmente sobre a qualidade e distribuição desse mesmo efeito sobre a totalidade da população. Mesmo em nível global, enquanto as grandes corporações vêm apresentando recordes nos seus lucros, principalmente as financeiras, a remuneração do trabalho vem perdendo cada vez mais na distribuição dos rendimentos.

Na busca de alternativas que dinamizem esse processo tanto quantitativamente como qualitativamente, na última década surgiram diversas experiências com moedas sociais. Diversas dessas experiências, em geral estão apoiadas em diagnósticos que apontam como uma das causas relevantes do enfraquecimento do desenvolvimento econômico e social, a escassez monetária no

circuito da economia real decorrente da sua drenagem para o circuito financeiro, inviabilizando assim uma maior intensidade de trocas, especialização da produção e, por conseguinte, uma maior dinamização e crescimento econômico.

Entretanto, independentemente da exatidão desse diagnóstico, as moedas sociais já são uma realidade que não se pode ignorar, embora ainda não se saiba como interpretar. Através de sua utilização nos Clubes de Troca na Argentina a moeda social chegou a atingir, segundo as cifras mais citadas, cerca de dois milhões e meio de pessoas até maio de 2002¹ e o Ministério da Economia declarou o sistema de interesse nacional. Experiências similares, porém com menor fôlego, também têm ocorrido no Uruguai, Equador, Peru, Colômbia, Chile, Honduras, El Salvador, México e Canadá², além do próprio Brasil onde o sistema tem crescido ora com a utilização de títulos virtuais de crédito, ora recorrendo à emissão de moeda (no caso do Brasil, os “Tupis” no Rio de Janeiro ou os “Ecosois” em Florianópolis).

Afinal a moeda social é apenas uma substituta regional da moeda nacional em sua função de meio de troca ou sua utilização implica em uma dinâmica diferenciada? Que funções sociais ela está desempenhando? Que potencialidades ela trás para o sistema econômico? E para a interação deste com o sistema social e o político? De que novos elementos ela é portadora? Mas o que afinal, o que é mesmo moeda social?

Para se obter essas respostas e muitas outras é natural que se recorra inicialmente à ciência econômica. Entretanto os diagnósticos que alimentaram essa realidade não saíram dos manuais de economia, uma vez que as teorias econômicas, dos clássicos aos marxistas, passando pelos neoclássicos (também

¹ O que representou cerca de 7% da população nacional e 12% da população economicamente ativa. Ver Hintze, S. (2003), pág. 11.

² Ver Arkel, H. et alli (2002).

chamados, ironicamente, de monetaristas), eliminaram a moeda de suas análises³, buscando com isso constituir uma análise puramente quantitativa dos fenômenos econômicos, de forma a se amoldar mais facilmente à linguagem quantitativo-causal das ciências naturais.

Ou seja, na maioria das escolas de pensamento econômico os fenômenos monetários foram subtraídos e substituídos por alguns postulados, denominados Teoria do Valor, onde as trocas são realizadas com base no valor intrínseco dos bens, determinado ora pela escassez do referido bem, ora pela quantidade de trabalho nele incorporado, de acordo com a teoria de referência seja neoclássica ou marxista, respectivamente, construindo-se assim o dogma “científico”, partilhado por liberais e marxistas da neutralidade da moeda. Mas na prática da política econômica os problemas monetários têm se imposto e forçado sua entrada no corpo teórico, pela porta dos fundos⁴, apesar de todo o esforço anteriormente realizado para a sua exclusão. Infelizmente esse tipo de adesão, *a posteriori*, tem resultado em proposições de políticas monetárias dogmáticas, sem bases teóricas firmemente construídas⁵ e que longe de serem neutras têm alterado o destino de milhões de agentes econômicos. Os economistas clássicos e outros posteriores, ao basear toda a construção da teoria econômica na teoria do valor, pretendiam justamente retirar a moeda do mundo da troca e juntamente com ela todos os compromissos sociais que ela envolve, todas as ambigüidades e arbitrariedades, toda a evidência de luta de poder e fé; esse conjunto de fatores tão pouco dado à construção de “verdades” científicas, e tão difícil de se encaixar nos modelos teóricos.

Tudo isso posto, conclui-se que para se pensar sobre a moeda em geral e a moeda social em particular, tenha-se que recorrer a outros escopos de

³ Ver, por exemplo, Jaques Attali no prefácio de Aglietta, M. e Orléan, A. (1982).

⁴ Ver Aglietta, M. e Orléan, A. (1982).

conhecimento, como a sociologia, a ciência política, a psicologia, a história, a antropologia e todos os outros que em determinados momentos do estudo tenham intersecções que possam auxiliar na compreensão do fenômeno.

As questões metodológicas e a base do tratamento teórico foram expostas no primeiro capítulo, onde no conjunto, se busca justificar a eleição da abordagem institucionalista como a mais próxima (das mais maduras) dos objetivos do trabalho. Ela nos permite refletir sobre a moeda, seu surgimento no cenário econômico, suas várias versões e mais especificamente sobre a moeda social. Como nasce, e se mantém uma instituição social? Essa reflexão permite tentarmos circunscrever e definir bastante bem o objeto. Acompanhar a sua evolução e por comparação com a moeda hegemônica delinear seus limites e potencialidades, além de por confrontação imaginar a sua capacidade de ir além. Ainda ao longo desse primeiro capítulo desenvolve-se um esforço de compreensão das diferenças existentes entre as diversas escolas dentro da idéia institucionalista para construir a abordagem institucionalista própria desse trabalho, que não se reporta a nenhuma escola em específico.

No segundo capítulo procura-se levar a discussão sobre o caráter da moeda para além do escopo institucionalista, embora preservando seu espírito, incorporando outros pensadores que também a discutiram, como o sociólogo Georg Simmel e os economistas Randall Wray, Michel Aglietta, André Orléan em contraposição aos economistas Carl Menger e Frederich Hayek. Termina-se o capítulo evidenciando a conformação com a qual a moeda será contemplada nesse trabalho: a moeda é uma instituição construída, não é neutra, logo, exerce funções no sistema político e cultural que são complementares ao seu desempenho no

⁵ Ver Myrdal (1984).

sistema econômico, que por sua vez assim se vê também condicionando. Marx, já n'*O capital*, também dera passos fundamentais, ao discutir o fetichismo da mercadoria, na direção de desmistificar a reificação do dinheiro. Entretanto, controlada que estava a sua análise por um viés econômico, ele parece como que “abandonou” a tarefa no meio do caminho. Porém autores marxistas contemporâneos, como os já citados Aglietta e Orléan, desdobram conseqüentemente a análise marxiana original na sua análise da “violência da moeda”.

O processo da troca ganha então uma interpretação inaudita, pois é aqui considerado, primordialmente, como um processo de socialização. A troca não é determinada fora do contexto social, de forma apriorística. Uma racionalidade única, capaz de homogeneizar os sujeitos é justamente a hipótese que se propõe que seja deixada de lado, para que se possa reavaliar o conteúdo de relação social compreendido como intrínseco à troca mercantil, de forma que se possa compreender tanto os aspectos econômicos como as outras funções da moeda e do sistema monetário para o conjunto do sistema social.

Ao longo do terceiro capítulo, tendo-se como base a análise de Karl Polanyi se recupera a história da moeda partir da observação de que tanto a moeda como o comércio e os mercados sempre estiveram presentes na história humana, embora raramente interconectados, como atualmente. Trata-se de visualizar a multiplicidade da história da moeda e mais especificamente o caráter excepcional da moeda moderna. Torna-se assim mais compreensível a moeda contemporânea e sua constituição enquanto um sistema ao mesmo tempo unificado e hierarquizado, que contempla a moeda legal, as quase-moedas e as moedas paralelas, na qual a moeda social se insere.

A apresentação e o desenvolvimento da análise propriamente sobre a moeda social se dão ao longo do quarto capítulo, onde o conceito de imaginário, de Castoriadis⁶ (1982), se mostrou fundamental por diversas razões e também o conceito de *autonomia*, em seu contexto interpretativo castoriadiano⁷, é outro conceito-chave para a presente reflexão, uma vez que, um aspecto que surge como essencial no fenômeno da moeda social é o fato de ser uma moeda cuja emissão é gerida muito autonomamente pelo grupo diretamente envolvido. Nesse capítulo um dos resultados da pesquisa é apresentado sob a forma de uma proposta de tipologia das experiências de moeda social.

Finalmente as experiências nacionais são detalhadamente apresentadas no quinto capítulo, onde se busca responder quais são os limites, potencialidades e as tendências do desenvolvimento da moeda social no cenário contemporâneo brasileiro, de forma a ser possível pensar-se em novos desenvolvimentos para a experiência sob uma base analítica realista e operacional.

A distância entre a complexidade do subsistema econômico e a teoria econômica convencional precisa ser reduzida sob pena de se prosseguir com decisões de política econômica baseadas mais em decisões normativas que técnicas⁸. Não se pretende com essa afirmação negar que as decisões de política econômica incluem, normalmente, um caráter normativo, mas explicitá-lo como tal e procurar elucidar a sua construção, como forma de responsabilizar e dar mais coerência, objetividade e eficiência as políticas econômicas.

Ou seja, o objetivo fundamental dessa tese se coloca como o de compreender um fenômeno que tem passado despercebido pela grande maioria dos teóricos (a moeda social) e que se inscreve perfeitamente no hiato acima descrito, uma vez que

⁶ Ver Castoriadis, C. (1982).

⁷ Ver Castoriadis, C. (1982 e 2002).

não se encontram muitos registros de estudos sobre moeda social, e menos ainda sob uma ótica interdisciplinar. Recentemente a pobreza da situação tem se revelado mais assustadora, mediante o volume que as transações com esse tipo de moeda tem alcançado.

⁸ Ver Myrdal (1984).

1 EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA PARA UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

*“Tal ciência econômica (aquela que não tem em conta o poder em suas análises) não é neutra. É um aliado influente e extremamente valioso daqueles cujo exercício de poder depende da concordância pública”.*⁹
(GALBRAITH, 1972)

Compreende-se que são necessários dois momentos para se entender o fenômeno monetário, um teórico-científico e outro filosófico. O teórico científico aqui será tratado como multidisciplinar, na medida em que necessita de uma análise que parta não de várias disciplinas em simultâneo e de seus lugares, mas de um olhar multifacetado por princípio e interdisciplinar enquanto fruto do cruzamento de várias vias disciplinares. O resultado esperado não é um rebento de uma tal especialização que leve a uma nova disciplina de fronteira, mas uma compreensão abrangente do fenômeno. Espera-se assim alcançar um resultado analítico mais amplo e ao mesmo tempo eficaz na compreensão do fenômeno da moeda social no Brasil contemporâneo. Entretanto, pensar em trabalhar fora das fronteiras estabelecidas para um único campo de conhecimento não deve significar realizar uma colcha de retalhos pouco coerente internamente, daí se procurar a base do tratamento teórico em um corpo de pensamento já desenvolvido: a abordagem institucionalista¹⁰, que contempla uma análise das matérias sociais e econômicas baseadas no estudo das estruturas, regras e comportamentos das instituições.

⁹ Tradução livre da autora.

¹⁰ Felizmente a complexidade do sistema econômico e a atávica curiosidade humana nunca permitiram o desabrochar de um “pensamento único”, mesmo nas academias.

1.1 Epistemologia e metodologia

A primeira opção metodológica desse trabalho parte da hipótese de que os objetos das ciências humanas (ou *ciência inatural*, como as chama Peter Medawar (1998), expondo claramente a necessária distinção) necessitam de modos próprios de observação e investigação, até porque qualquer mensuração requer sempre uma dose muito grande de valores normativos pré-incorporados. Mesmo dados “naturais” podem exprimir realidades diferentes em contextos ambientais/sociais diferentes.

Seguindo a idéia exposta por Medawar:

“(…) os seres humanos devem a sua supremacia biológica a possessão de uma forma de transmissão hereditária muito diferente da dos demais animais: a herança exogenética ou exomática (...). Desse ponto de vista, o homem não é tanto um construtor de ferramentas como é um animal que se comunica. Foi a herança exogenética ou cultural que tornou possível que se elegessem e conservassem os elementos culturais e institucionais de nossa civilização atual”. (MEDAWAR, 1998, p. 5).

A evolução “orgânica” se processa via seleção que na evolução do mundo social se dá através do exercício da intenção, de instruções que são escolhidas para ser ou não retransmitidas às próximas gerações. Isso implica que as mudanças genéticas se dão, não só em função das necessidades orgânicas, como podem até ir contra elas, demandando novas adaptações do próprio organismo às próprias necessidades/instruções sociais/emocionais.

Ainda, nesse sentido, a compreensão da natureza humana adotada no presente trabalho passa também pela perspectiva adotada por Edgar Morin:

“A cultura constitui um sistema generativo de alta complexidade, sem o qual essa complexidade ruiria para dar lugar a um nível organizacional mais baixo. Neste sentido a cultura deve ser

transmitida, ensinada, aprendida, quer dizer, reproduzida em cada novo indivíduo no seu período de aprendizagem, para se poder auto-perpetuar e para perpetuar a alta complexidade social". (MORIN,1991, p.75).

Dentro dessa abordagem, a economia enquanto sistema se refere à extração, produção/transformação, distribuição e consumo dos recursos necessários à existência e reprodução humana (organizada socialmente) e, ainda segundo Morin, a organização econômica (que não é apenas produção de recursos, pois essa pode ser vista como pré-econômica, sendo verdadeiramente econômica a organização da relação ecológica-social) emerge então, como *cultura*, no sentido forte do termo.

Morin chama atenção para o caráter negaentrópico que a cultura transporta, pois o desenvolvimento do subsistema cultural, revelando relações cada vez mais intensas e complexas com o subsistema natural, não o nega, apenas favorece a complexidade crescente de ambos. Essa atuação conjunta, gerando variações e diversidade, dispõe o sistema humano de uma auto-organização complexa que usa as forças de desorganização para manter e desenvolver a própria organização: a vida. Para ele, o cérebro humano é débil sem o aparelho cultural, entretanto o homem é também mais que esse conjunto. É também a incerteza e a ambigüidade da relação entre o cérebro e o ambiente, e essa zona de incerteza propicia o aumento do erro:

"Duma maneira mais larga, mais profunda, a incerteza das relações entre o ambiente e o espírito, entre o sujeito e o objeto, entre o real e o imaginário (incluindo a incerteza sobre a natureza de um e de outro) é a fonte permanente dos erros sapientais. O erro grassa na relação do sapiens com o ambiente, na sua relação consigo próprio, com os outros, na relação de grupo a grupo e de sociedade a sociedade." (MORIN,1991, p. 104).

E é, portanto, nessa brecha que se desenvolve a instabilidade, se instala o êxtase, a emotividade, a intencionalidade. Se por um lado geram-se assim desregramentos, o próprio desenvolvimento da sociedade e da cultura, traz consigo a ordem. E é esse lugar da “falha de informação” que o homem procura constantemente preencher com a ideologia e a mitologia (para o autor, ideologia é qualquer teoria fechada que encontra em si mesma a sua prova). Entretanto, constantemente alguém volta a descobrir a *falha* e isso instaura a dúvida, onde nasce a possibilidade do conhecimento, sempre limitado (pelo repertório individual da ideologia e dos mitos) e paradoxalmente, potencialmente infinito (pelo cruzamento das variáveis em escalas progressivas).

A consciência, a intencionalidade, vai formar-se exatamente onde nasceram o mito e a magia: na franja de interferência entre o imaginário e o real, no reconhecer dessa situação. Mas, se não se pode eliminar a dúvida ou o erro, pode-se compreendê-lo como mais complexo do que parecia a primeira vista, bem mais profundo e crucial. A aceitação desse diagnóstico implica na impossibilidade de exercícios de maximização dessa “máquina hipercomplexa” que é o homem e suas relações, uma vez que “o *“melhor” contém como ingrediente aquilo que comporta continuamente o risco de a degradar e de a corromper*” (MORIN, 1991, p. 143), em que o melhor deve ser compreendido como a hipercomplexidade resultante da falha de informação. Assim sendo, o homem não pode ser compreendido separado da natureza, nem de sua natureza.

Uma outra forma de expressar algumas particularidades da perspectiva que está sendo adotada pelo trabalho é através da análise dos modos de pensamento (entendidos como forma de construir argumentos e se aproximar das teorias) que

Sheila Dow¹¹ detecta na história do conhecimento Ocidental. A autora trabalha com a tipificação de basicamente dois modos: o modo de pensamento Cartesiano/Euclidiano e o Babilônico/Estóico, embora admita que possam existir outros e que mesmo esses dois não sejam excludentes.

O Cartesiano/Euclidiano pressupõe o estabelecimento de axiomas básicos e a partir deles, por dedução lógica, são derivados os teoremas. Além do que, tem propriedade de induzir à formalização da teoria produzida. Uma das dificuldades – mas não impossibilidade – de reproduzir o método axiomático fora das matemáticas é a construção de axiomas incontestáveis (evidentes e certos por definição), independentemente de observações da realidade (os “melhores”, mais “puros” que se podem imaginar). Quando o objeto de teorização é da área das ciências humanas ou sociais, fica ainda mais difícil definir o quanto eles devem ou podem se distanciar da realidade sem comprometer os resultados do modelo em relação ao entendimento dos fatos. De certa forma é um modo de pensar que se adapta melhor às análises atomísticas típicas do individualismo metodológico e a análise de sistemas fechados, além de tender para um certo dualismo.

Refletindo especificamente sobre o caminho da formalização é sempre bom ter em conta que

“(…) como os conceitos matemáticos têm significado preciso, a matemática é útil principalmente quando aplicada a campos nos quais os conceitos têm igualmente significado mais ou menos preciso.” (SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 23).

Ou seja, também ficam dificultadas as formalizações de modelos em função do grau de complexidade com que o sistema social opera.

¹¹ A apresentação das idéias de Dow são baseadas no trabalho de Arias (2003).

A forma Babilônica/Estóica de pensar, mais próxima da adotada aqui, antevê a impossibilidade de se estabelecerem axiomas fixos. Os que dela se utilizam preferem empregar várias linhas argumentativas partindo de pontos diferentes, os quais devem se reforçar se pretenderem se constituir em uma teoria respeitável. É pelo emprego das diversas teorias como exemplo, que se constrói o próprio conhecimento teórico ou aplicado. Argumentos de origem disciplinar diferente, análises históricas e utilização de metodologias também diferentes (mas não incompatíveis) podem gerar resultados que se retroalimentem, possibilitando a compreensão do fenômeno. Pode ser uma boa aproximação para sistemas abertos e uma metodologia sistêmica ou orgânica.

Nesse momento é bom ressaltar que um sistema aberto, embora possa, abstratamente ser segmentado em sistemas fechados, ou mesmo ser analisado parcialmente enquanto tal tem, dessa maneira, a sua característica essencial rejeitada já na construção das hipóteses de trabalho, sendo os resultados desse tipo de construção sempre mutilados, uma vez que as influências que recebe de outros sistemas e com as quais interage constante e cumulativamente ficam de fora do modelo explicativo. É verdade que a assunção da ocorrência de interdependências dinâmicas ou complexas dificulta – ou mesmo impede – a escolha do conjunto de axiomas (aqueles que serão identificados como causas universais). Entretanto tais ocorrências não impossibilitam que disciplinas compartimentadas analisem os sistemas abertos a partir de suas teorias, desde que seus pressupostos estejam abertos e relacionados.

Embora o primeiro modo seja universal em termos de sua estrutura, o segundo só o é na medida de sua adaptabilidade a diferentes problemas. Em um

sistema cartesiano, quando a quantidade de informação aumenta, diminui a incerteza, no outro, pode aumentar ou diminuir (ARIAS, 2003).

Também nem todas as teorias se inscrevem em uma escala cósmica de raciocínio. Segundo Prigogine (1996) pode-se pensar em termos de quatro níveis ou escalas – cosmológica, geológica, biológica e social. Tentativas de generalizar alguns conceitos nascidos das ciências naturais ou o contrário, nascidos nas ciências sociais e utilizados posteriormente nas naturais, geraram um aumento no grau de confusão entre os próprios estudiosos. Para os mecanismos que atuam na escala social (como o mercado ou o direito) já é difícil internalizar os acontecimentos dos tempos biológicos e geológicos, imaginem os cósmicos (como os princípios da termodinâmica, por exemplo). O inverso também se faz verdadeiro.

Por outro lado, os desdobramentos mais recentes de tentativas de axiomatizar o social apontam para o uso (e abuso) da

“teoria do caos - que é bem desenvolvida matematicamente – e é freqüentemente confundida com as teorias, ainda emergentes, da complexidade e auto-organização.(...) Não se para de ouvir discursos sobre a teoria do caos “aplicada” à história ou à sociedade. Todavia, as sociedades humanas constituem sistemas complicados envolvendo um enorme número de variáveis, sobre os quais nos mostramos incapazes (pelo menos até o presente) de pôr no papel qualquer equação sensata. Falar do caos para esses sistema não nos leva muito mais longe que a intuição já contida na sabedoria popular” (SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 145-146).

As conclusões que se obtém até aqui não incitam a negar a possibilidade de uma ciência que se percebe unificada, desde que essa união não seja hierarquizada e, sim, obtida nos encontros entre os diversos olhares possíveis. Muito provavelmente esse corpo científico unificado nunca poderá ter seus “modelos” axiomatizados, mas nem por isso será menos útil. Será, sim, bastante diferente daquilo que se está habituado a chamar de ciência, como recorda Morin:

“A ciência não está nos seus últimos desenvolvimentos, mas sim no começo. Ela não traz a verdade em relação aos dogmas religiosos, metafísicos ou políticos; ainda não resolveu seus problemas elementares de verdade, de ética, de ligação com as finalidades sociais. Ela gagueja e balbucia, logo que sai das suas equações que manipulam poderes formidáveis.” (MORIN, 1991, p. 212).

Thorstein B. Veblen foi um cientista social do início do século XX que adotou uma perspectiva interdisciplinar para os seus estudos sobre o sistema econômico moderno, através de uma análise fundamentalmente qualitativa, descritiva, a partir de estudos de caso e de uma visão de mundo evolutiva e coletiva, em oposição à individualista.

Veblen é corretamente citado como economista, embora tenha em sua formação, além de matérias próprias da área, disciplinas como a filosofia, a filologia clássica e a antropologia. É considerado o antecessor da escola institucionalista e seus textos se caracterizaram por antagonizar tanto as posições da escola liberal clássica, como as adotadas por Marx, o que lhe propiciou uma abordagem eminentemente pessoal. Tal perspectiva comporta diferenças que dizem respeito tanto a visão do que é o universo da ciência, e da economia em particular, como do método a ser utilizado para abordá-lo. Essa diferença metodológica pode ser justificada, em parte, pela perspectiva de natureza humana completamente distinta com que essas escolas trabalham e, em parte, pela própria maneira de fazer ciência explícita ou implicitamente utilizada por elas.

Os primeiros pesquisadores que seguiram seus passos atualmente são comumente referenciados como “velhos” institucionalistas e basicamente são caracterizados por contemplar a análise das matérias sociais e econômicas baseados nos estudos das estruturas, regras e comportamentos das instituições. Os velhos ou “institucionalistas clássicos” desde sempre se colocaram em conflito com

os economistas “ortodoxos” por acharem que esses tinham uma visão distorcida da realidade, procurando enquadrá-la em um modelo puramente teórico e formal, e não contemplando em sua análise a polifonia que caracteriza os acontecimentos econômicos. Para eles essa multiplicidade pode ser captada quando se leva em conta o ambiente institucional no qual a função econômica está submergida e do qual é também parte constituinte. Em outras palavras, para se entender qualquer fenômeno econômico, como o monetário, por exemplo, seriam indispensáveis diversas abordagens, como a antropológica, a sociológica, a política etc. Essa é uma perspectiva bastante diferente da dos economistas ortodoxos também em relação ao mote das ações econômicas, uma vez que esses vêem-no no princípio da racionalidade, enquanto os velhos institucionalistas acreditam mais nos instintos e costumes como promotores do comportamento econômico.

Modernamente, uma nova corrente é associada aos clássicos institucionalistas, são os “novos institucionalistas”. Sua diferença maior em relação aos “velhos” talvez resida justamente na força que dão em suas análises a racionalidade como o comportamento esperado das pessoas enquanto agentes econômicos. Uma variação de grau nessa característica e algumas outras diferenças têm gerado divisões internas entre o grupo de cientistas sociais que tem priorizado as instituições nos seus esquemas teóricos. De qualquer forma parece ser muito difícil se referir a uma “escola institucionalista”, principalmente quando se retorna aos clássicos. O mais correto talvez seja considerar esse conjunto de idéias como um tipo de abordagem.

Por tudo o que foi comentado nos parágrafos anteriores, acredita-se que a opção por uma abordagem institucionalista para esse trabalho está, ao menos em grande parte, justificada. O restante do capítulo, então, será dedicado a esmiuçar os

diversos “institucionalismos” como forma de clarear a visão de mundo aqui incorporada. É prudente ressaltar que a classificação adotada não é de aceitação geral, inclusive pelos próprios autores referenciados. Ela está sendo utilizada mais como um instrumento de esclarecimento de pontos de atrito entre os pesquisadores, para trazer à tona seus argumentos, e assim evidenciar suas posições em antagonismo à interpretação tradicional da história e das funções da moeda.

1.2 O institucionalismo de Veblen

Na concepção de Veblen a análise econômica deve partir de uma teoria do processo, uma vez que a economia está em constante transformação. O sistema econômico é visto como dinâmico e não tendendo, necessariamente, a uma posição de equilíbrio ou a qualquer outro ponto possível de ser pré-determinado. Ele não acredita que uma abordagem mecanicista e individualista seja adequada, uma vez que reconhece o homem como um ser social, em constante interação com outros homens, com o ambiente, a tecnologia e a cultura, o que faz com que o comportamento coletivo seja a base da compreensão do próprio indivíduo. Este é um portador de hábitos e instintos que se concretizam em diversas atividades determinadas e direcionadas, como as econômicas, entre outras.

Referindo-se, especificamente, à distinção entre as diversas funções econômicas em uma cultura bárbara, segundo as quais umas são dignas (aquelas que contém algum elemento de proeza e prepotência) e outras não (as diárias, rotineiras, sem elemento espetacular) o autor reconhece que:

“Toda discriminação entre fatos tem um fundamento determinado; esse fundamento muda sempre que também muda o interesse sob cujo ângulo são os fatos considerados. Toda análise ressalta certos aspectos dos fatos, tornando-os salientes e pertinentes, sempre que o interesse dominante do tempo os focaliza(...) Sempre e em toda parte prevalece necessariamente um hábito particular de distinguir e classificar os vários fins e direções da atividade social, porque tal hábito é indispensável na consecução de uma teoria ou esquema exeqüível de vida.”(VEBLEN, 1987, p. 8).

Dito de outra forma, para ele o comportamento humano é formado de hábitos de pensamento e de instintos (que podem ser entendidos como hábitos tão antigos que podem responder por adaptações biológicas), em parte em transformação, e que estão na raiz das instituições. Hodgson resume a perspectiva de Veblen definindo as instituições como *“fruto de processos de pensamento rotinizados e partilhados por um conjunto de pessoas numa dada sociedade”*. (HODGSON, 1997, p. 135).

Esses hábitos expressam valores diferentes em épocas diferentes, entretanto essas mudanças de padrão se processam de forma gradual, mantendo no presente elementos de pontos de vista constituídos no passado. Como exemplo dessa permanência, ele ressalta o conteúdo “antigo” na discriminação moderna entre ocupações industriais e não industriais ainda influenciada pela valorização da atitude que representa o extraordinário (as atividades não industriais). Esse descompasso entre a efetivação em instituições e os incentivos ambientais a seu estabelecimento, mantém a interação social em constante conflito/pressão. O reflexo epistemológico dessa constatação é que é importante buscar perceber as implicações que a adoção de certos axiomas trarão para a posterior análise dos fatos.

Essa é justamente a percepção que está na base da sua crítica ao agente econômico racional, o *homo economicus*, maximizador de satisfação, capaz de calcular custos e benefícios atuando isoladamente em um mundo estático (e portanto, previsível) sobre o qual toda a teoria neoclássica está construída. Ele

considera essa premissa/abstração tão equivocada que não poderia favorecer à elaboração de deduções lógicas sobre assuntos socioeconômicos, como se apreende no extrato abaixo:

“Em conseqüência, se não fosse pelo fato de que a eficiência pecuniária é em conjunto incompatível com a eficiência industrial, a ação seletiva de todas as ocupações tenderia para o domínio irrestrito do comportamento pecuniário. O resultado seria a instalação daquilo que se conhece por “o homem econômico” como tipo normal e definitivo da natureza humana. Mas o “homem econômico”, cujo único interesse é egoísta, e cujo traço humano consiste na prudência, é inútil para os propósitos da indústria moderna. A indústria moderna exige um interesse impessoal e não invejoso no trabalho a realizar. Sem isso, os complicados processos da indústria seriam impossíveis e, com efeito, nunca teriam sido concebidos.”(VEBLEN, 1987, p.109).

Veblen não podia, portanto, acreditar nas prescrições da ciência econômica predominante em sua época, que assegurava que a concorrência fosse capaz de garantir o comportamento ótimo da economia, alocando adequadamente os recursos e levando a uma taxa de lucros de equilíbrio. Reafirmando a sua perspectiva, ele identificava o diferencial de lucros inicial como capaz de propiciar um efeito acumulativo, que levaria a desaparecimento das pequenas unidades em detrimento das maiores; que assim, cumulativamente ganhariam peso no mercado. Logo, o monopólio e seu interesse pecuniário tenderia a se impor em detrimento dos interesses da sociedade em geral, identificados por ele, com os da produção. A criatividade (curiosidade útil), apesar de levar ao avanço técnico e de gestão, elevando muito a produtividade, acabava gerando um volume de produção que faria os preços e a taxa de lucros cair, expulsando as pequenas indústrias, elevando a instabilidade e propiciando a sobrevivência das maiores (as únicas que têm capacidade de resistir). Essas acabariam saindo reforçadas dessa rodada na sua capacidade de controlar os custos da produção, a quantidade de produto e os

preços de venda, ou seja, em condições de maximizar os seus lucros (mesmo que em detrimento da produtividade global do sistema econômico).

Para ele o “negócio” era o reino do proprietário rentista da classe ociosa que só buscava o lucro, já a indústria era o setor da produção de bens, e quando o sistema econômico estava sob controle dos primeiros, estava subordinando, ilegitimamente, os interesses da produção/população aos objetivos pecuniários. Ele identificava um conflito entre fazer dinheiro e fazer bens, entre o interesse coletivo e o individual, como se pode ver a seguir:

“O temperamento induzido pelo hábito predatório de vida concorre para a sobrevivência e a plenitude de vida do indivíduo sob um regime de emulação. Ao mesmo tempo, concorre para a sobrevivência e o sucesso do grupo se a vida do grupo como coletividade também for predominantemente uma vida de competição hostil com outros grupos. Mas a evolução da vida econômica nas comunidades industrialmente mais maduras começou a assumir um cariz, que o interesse da comunidade já não coincide com os interesses emulativos do indivíduo. Em sua capacidade organizada, essas comunidades industriais adiantadas estão deixando de competir por meios de vida ou pelo direito de viver - exceto quando as inclinações predatórias de suas classes dominantes conservam a tradição de guerra e de rapina. Essas comunidades já não são reciprocamente hostis por força de circunstâncias outras que não as circunstâncias de tradição e temperamento. Seus interesses materiais – à parte, talvez, os interesses da boa fama coletiva – já não são apenas incompatíveis, mas o sucesso de qualquer uma das comunidades inquestionavelmente favorece a plenitude de vida de qualquer outra comunidade do grupo, não só no presente como também em um futuro previsível. Nenhuma delas tem qualquer interesse material em vencer qualquer outra. O mesmo não é verdadeiro no mesmo grau quando consideramos os indivíduos e suas mútuas relações.”(VEBLEN, 1987, p. 109, grifo nosso).

Via conflito onde os ortodoxos enxergavam tendência ao equilíbrio. Entretanto diagnosticava o conflito de forma distinta da de Marx, pois achava que sua antítese capitalista vs proletários era excessivamente simplista. Hodgson chama a atenção para o fato de que Veblen carrega os hábitos de pensamento de qualidades quase genéticas, o que só aumenta o fosso entre suas idéias e as marxianas.

“Segundo a norma darwiniana, deve sustentar-se que o raciocínio do homem é controlado em grande medida por outras forças intelectuais que não as lógicas; que a conclusão alcançada pela opinião pública ou de classe é em igual medida, se não mais, uma questão de sentimento mais do que inferência lógica; e que o sentimento que anima os homens, individual ou coletivamente considerados, é tanto, se não mais, um resultado do hábito e da propensão inata como do interesse material calculado. No esquema darwiniano, não pode, por exemplo, ser garantidamente estabelecido a priori que o interesse de classe da classe operária a levará a assumir uma posição contra a classe proprietária.” (VEBLEN in HODGSON, 1997, p. 144).

Pode-se dizer que a tensão básica, aquela que verdadeiramente Veblen identificava como a origem das transformações e mudanças que procurava explicar com sua teoria social, era a resultante da defasagem de “hábitos” que as instituições existentes apresentavam em relação aos processos do momento. É exatamente esse conflito entre a criatividade individual e sua força para frente e a natureza conservadora das instituições que ele configura como o motor do processo dinâmico que levará ao desenvolvimento econômico sempre em movimento. De acordo com as suas próprias palavras:

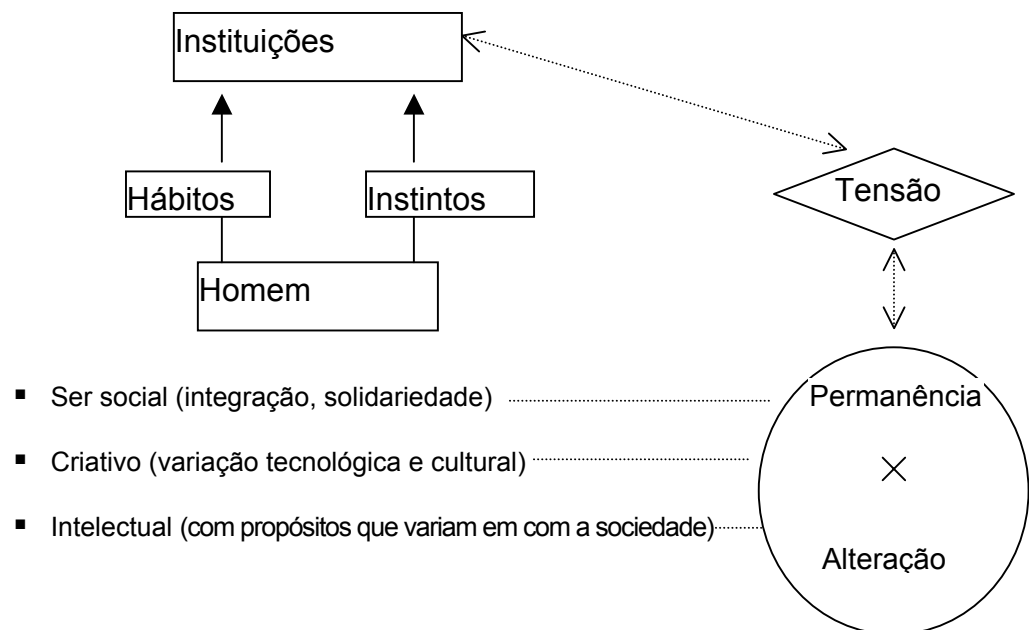
“As instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, e por conseguinte nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente ” (VEBLEN, 1987, p. 88).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico é um processo histórico, num sentido muito próximo ao do marxista, entretanto é na dinâmica tecnológica e social que Veblen acredita estar a essência desse desenvolvimento e não na luta de classes. Resumidamente agora se pode citar uma passagem do próprio autor como apresentação da esquematização de sua hipótese (Figura 1):

“As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalecentes ou dominantes, de

atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção. De modo que as instituições em mudança levam por seu turno a uma ulterior adaptação do temperamento individual e seus hábitos ao ambiente mutável, mediante a formação de novas instituições.” (VEBLEN, 1987, p. 87).

Figura 1: O esquema vebleriano de pensamento



1.3 O velho institucionalismo

Das correntes de pensamento inspiradas no trabalho de Veblen, o institucionalismo clássico é o que mais se manteve fiel ao espírito vebleriano. John Commons e Wesley Mitchell são unanimemente associados à abordagem vebleriana, fundamentalmente pelos métodos que utilizaram, corroborando com a idéia de que os hábitos e os instintos dos agrupamentos humanos, cristalizados nas instituições, são as peças fundamentais para se entender os processos econômicos e sociais. São também conhecidos como “institucionalistas americanos” e

normalmente nesse agrupamento também estão incluídos os trabalhos de Clarence Ayres, Gunnar K. Myrdal, além de John K. Galbraith e Karl Polanyi, entre outros.

Commons apresentou uma opinião mais positiva do papel das instituições que Veblen, reconhecendo que muitas vezes elas facilitam as ações coletivas que irão resultar em desenvolvimento, acreditando que o conflito se apresenta na própria aplicação da criatividade à construção institucional (ARIAS, 2003). A partir de seus estudos sobre economia do trabalho e o papel do Estado propôs uma “economia institucional” que acolhesse a economia política, o direito e a ética. Mitchell influenciou mais os sistemas de contabilidade nacional e a teoria dos ciclos econômicos, chegando a ser plenamente reconhecido como um dos precursores da econometria. Após morte de ambos, na década de 40, Ayres se tornou a figura mais eminente da escola. Ele se preocupou com o papel da tecnologia enquanto motor do desenvolvimento, mas enxergava as instituições como um entrave para esse avanço. Apesar da influência que suas pesquisas alcançaram enquanto “escola”¹², acabaram por perder espaço para o recém surgido keynesianismo e seu debate com os neoclássicos no período que se seguiu ao final da segunda guerra.

Apesar disso, continuaram a exercer influência sobre vários economistas que, como eles, reconhecem que o homem tem motivações variadas, que permutam de acordo com o cenário e a época em questão, podendo mais corretamente ser referido como um “homo sociocultural”, em oposição ao “homo economicus” ortodoxo. Entendem que o mercado engloba diferentes instituições que coordenam a atividade econômica e as interações que ocorrem entre essas instituições econômicas e outras (culturais, legais etc.) e se interessam primordialmente pelos temas relacionados à organização e ao controle do sistema econômico, uma vez que

admitem que as relações de poder têm mais influência sobre o andamento do sistema econômico que o sistema de mercado. De resto, o próprio mercado é compreendido como instituição que atua, fundamentalmente, como transmissor da estrutura de poder existente, sendo necessário ir além dele para se compreender a alocação de recursos e a distribuição dos rendimentos e da riqueza.

De forma geral suas análises valorizam uma abordagem holística, utilizando muitas vezes descrições e análises históricas, uma vez que desconfiam da utilidade da formalização matemática e do recurso a técnicas estatísticas (que requerem a medição de fatores muitas vezes inquantificáveis, mas nem por isso menos importantes para os resultados).

1.4 Os novos institucionalismos

Recentemente novas correntes derivaram dos clássicos institucionalistas, de tal forma que se pode referir a elas de maneira generalizada, como “novos institucionalistas”. Como não foi de todo inesperado, a influência institucionalista não se fez notar apenas na economia, tendo a ciência política, a sociologia e em alguma medida a história; absorvido alguns dos elementos dessa abordagem. Conforme já assinalado na introdução, um dos grandes divisores de águas é o *status* que os pesquisadores conferem ao comportamento individual enquanto determinado pela racionalidade maximizadora, outra é o próprio grau de individualismo metodológico que está na raiz das análises. A partir dessa inspiração e cortes acima comentados, surgiram várias escolas e linhas nessas diferentes áreas.

¹² Myrdal apresenta uma versão diferente da tradicional para essa passagem em seu prefácio à

O bloco que está mais próximo, epistemologicamente falando, da postura veblariana entre outros sentidos com sua relação de condicionamento mútuo entre a dimensão coletiva e a individual, é o compreendido na sociologia pela Sociologia Histórica e Cultural, na ciência política pelo chamado Institucionalismo Histórico e na economia pela Teoria da Regulação, pelo Neo-institucionalismo e pela Economia Evolucionista; uma vez que a presença do individualismo metodológico é em geral contrabalançada por um apelo sistêmico das suas abordagens, variando de grau em cada uma das perspectivas mencionadas.

Também é comum, entre os economistas aqui nomeados, o sentimento de se constituírem uma alternativa ao pensamento neoclássico dominante na disciplina. Outro crivo interno importante na economia é entre os regulacionistas¹³ e os outros economistas¹⁴. A escola da regulação tem uma origem fortemente vinculada ao pensamento de Marx e vê as instituições como resultado de inovações sociais que regulam e normatizam as novidades, dando sustentação ao sistema. Não contemplam uma teoria das instituições e sim “*as formas assumidas pelas relações sociais fundamentais num dado momento histórico ou numa dada sociedade*” (BOYER, 1990) e é, então, a forma estrutural ou institucional que vai mediar o regime de acumulação (instância mais agregada das regularidades do sistema) e o modo de regulação (instância mais desagregada desse mesmo sistema - sanciona as normas e regras de conduta do indivíduo), permitindo o surgimento de formas sociais em conformidade com o modo de produção dominante, de maneira a promover uma “regulação” dos conflitos, não o seu desaparecimento (BOYER, 1990). Entretanto, a evolucionista e os neo-institucionalistas, embora também

edição inglesa do “Contra a corrente” (1977).

¹³ Como, por exemplo, os trabalhos de Aglietta, Coriat e Boyer.

reconheçam o caráter fundamentalmente dinâmico do sistema econômico, da importância das relações de poder e do papel desempenhado pelas instituições nessa repartição desigual; não consideram ser possível prever o que essas interações podem dar, uma vez que presumem o sistema econômico aberto (logo instável) em que qualquer variação (por menor que seja) nas condições iniciais gera alterações imprevisíveis. O futuro é, portanto, indeterminado e não conhecível, a priori (HODGSON, 1994 e ARIAS, 2003). Entretanto os três aportes têm em comum a visão do conflito como inerente às interações humanas, contudo, mesmo essa perspectiva é menos presente nos evolucionistas.

Os adeptos da Nova Economia Institucionalista (NEI)¹⁵, diferentemente dos primeiros, tendem a deixar fora de suas análises os impactos distributivos derivados da adoção de um ou outro marco institucional, e seus conseqüentes conflitos de poder. Vêem as instituições mais como “*regras do jogo*” (NORTH, 1991) e a mudança institucional como uma busca de eficiência, via redução dos custos de transação, sejam econômicos ou políticos. É relativamente simples associar as três linhas em que comumente se subdivide a NEI às respectivas “afilhadas”: na ciência política, o Institucionalismo da Escolha Racional e, na sociologia, a Teoria da Ação Racional.

“uma preocupada com as formas de organização, especificamente a firma (Coase, Williamson), outra com a história econômica e a mudança institucional (North, Matthews) e a última com as “situações de equilíbrio no contexto de interações estratégicas” (teoria dos jogos, Schelling, Schotter, Shubik)” (THÉRET, 2003).

¹⁴ Como, por exemplo, os trabalhos de Dosi, Alchian, Hodgson, Foster, Lawson etc... (que podem ser considerados também próximos da escola pós-keynesiana e da neo-shumpeteriana).

¹⁵ Tendo como marco o trabalho de Coase, seguido por Williamson, Posner, Axelrod, Schotter, Sugden, Penrose, Olson, North, e Kildleberger (estão próximos do liberalismo clássico e dos neo-austriacos).

São bem mais próximos da economia do *mainstream*, tendendo a utilizar a análise institucional mais como um complemento às “falhas de mercado”. De certa maneira, tentam “internalizar”, no modelo ortodoxo as instituições enquanto portadoras de uma racionalidade mais variada (em objetivo), porém determinável e operacionalizável, compatível com o individualismo metodológico. Nos trabalhos de Schotter (1986), por exemplo, são gerados vários equilíbrios, de acordo com as diferentes estratégias adotadas pelos agentes, que basicamente reproduzem as regras nascidas espontaneamente. Certos valores costumam ser aceitos como inatos, presumindo um “estado de natureza”, anterior ao aparecimento das primeiras instituições, que justamente existem para facilitar a realização desses mesmos valores e acabam por limitar as possibilidades de comportamento dos agentes (que são, egoístas, possuem uma racionalidade limitada e um comportamento oportunista).

“O individualismo metodológico se associa normalmente com a exigência reducionista de que todas as teorias das ciências sociais tenham que ser reduzíveis a teorias sobre a ação humana individual. Ou dito de outra maneira, isto significa que as restrições de tipo natural e de tipo psicológico são as únicas variáveis exógenas permitidas nas teorias das ciências sociais. Todos os fenômenos sociais ou coletivos, tais como as instituições, terão que ser endogenizados e explicados com base nas ações humanas individuais”. (RUTHERFORD in TOBOSO 1997, p. 19).

Entretanto, apesar da proximidade epistemológica, seus trabalhos costumam resultar em um receituário bastante diferente dos oriundos da ortodoxia. Em parte porque a preocupação com a organização e a mudança institucional, por si só já orientam a análise para caminhos diferentes daqueles trilhados pelos ortodoxos, mais preocupados com os estados de equilíbrio. Por outro lado, em função da própria contradição dos objetivos com o método (TOBOSO, 1997), uma

vez que a análise individualista não suporta o recurso a qualquer força social ou entidade supraindividual, a não ser que se resuma essa participação a *um* representante dessas forças.

Seus resultados são, então, o ponto comum entre as decisões individuais, o resultado do agregado de cálculos custo/benefício e dos resultados dos contratos entre os agentes (DUTRAIVE in THÉRET, 2003, p. 6). Nas tentativas de chegarem mais próximos de uma certa coerência interna, os modelos assim gerados acabam muito criticados pelo elevado grau de reducionismo. Recentemente Douglas North tem sido um dos autores que tem tentado superar essa tendência¹⁶.

Em uma posição extrema, seguindo o princípio do individualismo metodológico, estão a Economia das Convenções, o Institucionalismo Sociológico e o Institucionalismo Sociológico Interpretativo ou Sociologia Convencionalista, em que as convenções correspondem às instituições, com sua dimensão cognitiva sendo realçada, pois são entendidas como

“não só regras, procedimentos ou normas, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana.”(HALL; TAYLOR, 2003, p. 209).

E são capazes de atuar como dispositivos cognitivos de grupo, de gerar regras de organização, entendendo essas convenções como exteriores ao agente, e funcionando em lugar dos contratos e da racionalidade da NEI. Nessa perspectiva a visão de mundo própria do indivíduo limita a adoção pelo agente de um comportamento estratégico pleno, já que a interpretação da situação atuará mais do que um cálculo meramente utilitário, uma vez que as instituições fornecem os

¹⁶ Sua contribuição será mais explorada no próximo item.

modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. *“A identidade e a imagem de si dos atores sociais são elas mesmas vistas como sendo constituídas a partir das formas, imagens e signos institucionais fornecidos pela vida social”* (HALL ; TAYLOR, 2003, p. 210).

De qualquer forma é importante ressaltar que a categorização sucintamente expressa no Quadro 1¹⁷, a seguir, tem mais um cunho didático, não devendo ser considerada de forma rigorosa, pois diversos autores mencionados podem ser identificados (ao longo de suas obras) em mais de uma corrente, além do próprio marco divisor entre elas ser mais tênue do que pode transparecer. De fato, a função do quadro é muito mais esclarecer as questões que são relevantes para reforçar o ponto de vista adotado nesse trabalho¹⁸, do que para realizar uma análise conclusiva sobre as correntes apresentadas.

¹⁷ A trilogia que está na base do quadro é corroborada por Théret (2003). Entretanto outros autores também foram consultados e o quadro estendido.

¹⁸ Seguindo a prescrição de Myrdal (1976).

Quadro 1 – Quadro resumo: Escolas Institucionalistas

| | Disciplinas | Escolas | | |
|---|--------------------------------|---|--|---|
| | Economia | Teoria da regulação (*) Neo-institucionalismo Economia Evolucionista | Nova Economia Institucional | Economia das Convenções |
| | Ciência Política | Institucionalismo Histórico | Institucionalismo da Escolha Racional | Institucionalismo Sociológico |
| | Sociologia | Sociologia Histórica e Cultural | Teoria da Ação Racional | Institucionalismo Sociológico-Interpretativo ou Sociologia Convencionalista |
| | Origem metodológica | Estruturalismo | Instrumentalismo/ Funcionalismo | Construtivismo |
| Metodologia | Individualismo | X | X | X(***) |
| | Coletivismo | X | | |
| Gênese institucional | Coordenação | | X(**) | X |
| | Conflito | X | | |
| Comportamento dos atores | Calculista | X | X | |
| | Culturalista | XX | | X |
| Ação das instituições sobre o ator | Cognitiva | | – | X |
| | Normativa | X | – | |
| | Racionalidade | Maximização não só utilitária, incorporando outros valores. Racionalidades alternativas. | Maximização egoísta de utilidades com informação limitada ou completa. Comportamento estratégico. | Maximização de satisfação com informação limitada |
| | Mudança institucional | Pelo indivíduo, fortalecido ou não pelas assimetrias de poder. | Pelo indivíduo, via otimização de utilidades. Critério de eficiência | Pelo indivíduo, via atuação em instituições. Critério de legitimidade social. |
| | Função das instituições | Socialização do indivíduo | Reduzir as incertezas, criar estruturas estáveis e complementares a informação. | Referência p/ a ação individual, via modelos, categorias e esquemas. Legitimar-se. |
| | Mercado | Regulado por macro-agentes (Estado, oligopólios etc.), “guia da economia”. | Imperfeito, entretanto é mais eficiente que o Estado. | É mais uma convenção. |

Fontes: THÉRET, 2003; HALL; TAYLOR, 2003; TOBOSO, 1997; ARIAS, 2003, BOYER, 1990; CONCEIÇÃO, 2002; NORTH, 1991 e HODGSON, 1994.

Notas: (*) Estruturalismo marxista; (**) Quase contratual, com comportamento instrumental e estratégico; (***) “Expandido”

Elaboração nossa.

1.5 Síntese institucionalista adotada

Apesar de ser conotado com a Nova Economia institucional, o que faria pensar que Douglas North estaria distante do ponto de vista adotado nesse trabalho, acredita-se que a sua investigação esteja levando a caminhos bastante profícuos, pois, como se pode observar, para ele, a especulação no terreno das ciências sociais também se debruça explícita ou implicitamente em conceitos da conduta humana (NORTH, 1991), uma vez que reconhece que acreditando no pressuposto tradicional da economia neoclássica, ou seja, a racionalidade do agente, universalmente reconhecida, como igual à maximização de lucros – não se justificaria à existência de instituições, uma vez que muitas delas não se explicam por esse princípio.

Ainda segundo North, elaborar uma teoria das instituições implica, basicamente, pensar sobre uma teoria da conduta humana a qual deve-se adicionar uma teoria dos custos de transação, isso porque a produção envolve custos de transformação (recursos: terra, trabalho e capital) + custos de transação (direitos), sendo os custos de informação a chave para os custos de transação, pois eles se compõem dos custos de medir os atributos valiosos do que está sendo negociado e dos custos de proteger e de se fazer cumprir os acordos (policimento). Sendo assim, a necessidade destas medições e repressões gera custos, custos estes que pelo esforço empreendido na redução acabam sendo a fonte do surgimento de instituições sociais, políticas e econômicas. Entretanto, as mercadorias, os serviços e o desempenho dos agentes têm muitos atributos e seus níveis podem variar de um modelo ou agente/ator para outro, basta que possuam ideologias, visões de mundo diferentes.

Dessa forma, as instituições existem como forma de reduzir as incertezas intrínsecas à interação humana, mas elas não são, necessariamente eficientes. Ou seja, elas podem subsistir independente de permitirem um maior crescimento econômico. Na perspectiva de North, organização eficiente é aquela que estabelece arranjos institucionais e direitos de propriedade que estimulem as atividades econômicas, que aproximem a taxa de retorno privado da taxa de retorno nacional, ou seja, nas quais os benefícios gerados e os custos produzidos recaiam sobre mesmo ator, de tal forma que se estimule à diversificação.

Sendo assim, para ele, a existência de direitos de propriedade mal definidos se configura como um limite para os investimentos e conseqüentemente para a diversificação/crescimento. Entretanto, como os direitos de propriedade são sempre imperfeitamente definidos, o conflito é permanente (FIANI, 2003).

Segundo Hodgson (2001, p. 101), instituições podem ser definidas como:

“...sistemas duradouros de regras sociais estabelecidas e embutidas que estruturam as interações sociais. Linguagem, moeda, leis, sistemas de pesos e medidas, convenções de trânsito, maneiras à mesa, empresas (e outras organizações) são todas instituições (...) Elas limitam as possibilidades de comportamento humano, logo, em termos de teoria dos jogos, definem payoffs.”

Nessa perspectiva algumas podem ser classificadas como espontâneas (ex. linguagens naturais), e outras como não espontâneas, isto é, constituídas, artificiais. As não espontâneas ainda podem ser divididas em planejadas (ex. Estado) e em não planejadas. A moeda e o contrato são exemplos de instituições sobre as quais vários autores discordam sobre como classificá-las, se como espontâneas ou como constituídas e esse é um ponto ao qual se voltará mais adiante¹⁹. Outra forma de as

¹⁹ Ver Capítulo 2.

considerar é como resultando de uma interação a partir do indivíduo (de baixo para cima) ou como surgindo do conjunto de indivíduos, da sociedade para o indivíduo (de cima para baixo).

Retomando a perspectiva de North (que procura ser individualista, de baixo para cima), pode-se então dizer que organismos ou organizações são grupos de indivíduos reunidos por alguma identidade comum frente a certos objetivos (políticos, econômicos, educativos etc.) e, sendo assim, instituições são as normas subjacentes do “jogo”, enquanto as organizações são os agentes da mudança institucional; e que da interação entre organizações e instituições (essas limitações que o homem impõe a si mesmo) é que surge a mudança institucional.

Ampliando um pouco mais a definição, ainda de acordo com North (2001, p. 13), *“As instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma a interação humana.”* E, dessa maneira, podem ser vistas como forma de reduzir a incerteza inerente à condição sistêmica porque proporcionam uma estrutura para a vida cotidiana. Funcionam como o marco, em cujo interior acontece a interação humana; constituem-se de normas escritas e formas e códigos de conduta geralmente não escritos e que subjazem e complementam as regras formais. No entanto, quando normas e códigos informais são quebrados, algum castigo visando gerar um comportamento corretivo deve, e é, aplicado de alguma forma. Daí que uma parte fundamental das instituições passa a ser assumida como para dar a conhecer o preço que se paga por violações e aplicações de castigos corretivos. Sendo assim, as normas formais e informais e o tipo de efeito de sua obrigatoriedade (capacidade de autopunição), acabam por definir se o “jogo” é tendencialmente autocorretivo ou não. Em outras palavras, se a instituição pende para uma caracterização como

espontânea ou para instituída, dependerá de quão coerente serão seus objetivos com a sua capacidade de autopunição.

Para o autor, a estabilidade observada nas instituições não é contraditória com o fato de que estão em permanente mudança (como também não era para Veblen). Entretanto a mudança institucional é complicada porque as mudanças ocorridas à margem podem ser consequência das mudanças de normas, limitações informais e outras classes de efetividade coercitiva, e elas se alteram normalmente, de modo incremental e não descontínuo.

“Ainda que as normas formais possam mudar da noite para o dia como resultado de decisões políticas ou judiciais, as limitações informais encaixadas em costumes, tradições e códigos de conduta são muito mais resistentes ou impenetráveis as políticas deliberadas. Estas limitações culturais não somente conectam a passado com o presente e o futuro, mas também nos proporcionam uma chave para explicar a senda da mudança histórica” (NORTH, 2001, p. 17).

De qualquer forma, o marco institucional, como uma estrutura de interação humana, acaba por limitar as eleições que são oferecidas aos atores/indivíduos. Como o ator tem uma capacidade limitada de processar o meio, e esse meio é bastante complexo, para North estão justificadas as percepções subjetivas que caracterizam a compreensão humana.

Devido a essa capacidade limitada de processamento que o ator exhibe diante da complexidade do ambiente, uma percepção subjetiva da realidade é o único tipo de compreensão que a humanidade é capaz, ou seja, uma compreensão ideológica²⁰, em que até o sentido de justiça ou injustiça que o indivíduo percebe

²⁰ North define ideologia da seguinte maneira: “*Por ideologia entendo as percepções subjetivas (modelos, teorias) tudo o que as pessoas têm para explicar o mundo que nos rodeia, tanto no micronível das relações individuais como no macronível das ideologias organizadas que oferecem explicações integradas do passado e do presente, tais como o comunismo ou as religiões, as teorias que os indivíduos constroem estão coloridas por opiniões normativas de como devia estar organizado o mundo*” (NORTH, 2001, p. 38 e 39, nota 7).

depende do ambiente institucional que ele partilha com os outros indivíduos. Assim, para ele:

“Se nossa compreensão da motivação é muito incompleta, todavia podemos dar um passo importante à frente, tomando explicitamente em conta a forma com que as instituições alteram o preço pago por nossas convicções e, por conseguinte, o papel crítico que desempenham em quanto a determinar até que grau as motivações maximizadoras da não riqueza influenciam nas eleições.” (NORTH, 2001, p. 42).

É como se acima do critério tradicional de eficiência estivesse um critério de “comodidade” o qual seria a verdadeira justificativa da instituição. Esse novo critério corresponde, então, ao melhor resultado da relação custo/benefício (entre os custos de se fazer valer certos valores partilhados coletivamente e os benefícios daí percebidos pelos agentes) que responderia pela sobrevivência de certas instituições e não de outras, por vezes mais eficientes.

Cabe alertar para uma condição de sobrevivência das instituições que, embora não tenha sido abordada por North é perfeitamente compatível com sua análise: a capacidade de criar conexões para adiante com outras instituições que se mostrem cômodas. Essa “conectividade” embora esteja relacionada com o grau de comodidade não se confunde com ele, uma vez que se define como um critério de integração entre instituições e não do indivíduo para a instituição, como são os apresentados pelo autor.

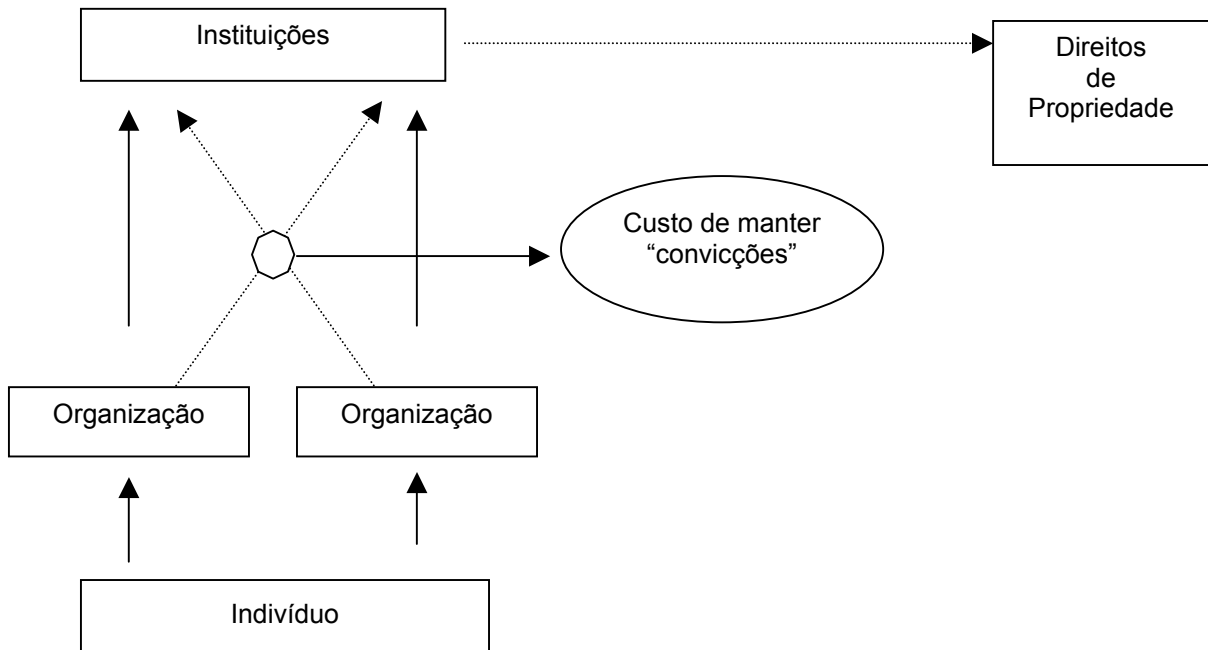
A se continuar nesse caminho, pensar sobre uma teoria das instituições supõe, como já citado anteriormente, refletir sobre uma teoria da conduta humana adicionada de uma teoria dos custos de transação, e nessa teorização não caberá uma mudança institucional via equilíbrio paretiano, uma vez que qualquer mudança institucional necessariamente gera perda para uns e ganho para outros, nunca

deixando a distribuição de fatores inalterada. De fato, a idéia de Pareto foi livrar a economia daquilo que era político – redistribuição de renda e riqueza – porém, segundo a visão institucionalista de North, ao se referir a uma “mudança institucional Pareto eficiente” se está diante de uma contradição em termos, uma vez que, ele define a mudança eficiente como sendo, justamente, a que permite o crescimento econômico (2001).

O que se pode concluir até aqui é que não é possível se libertar de todo dos elementos de conflito na modelação econômica. De certa forma, pode se dizer que a maioria dos novos institucionalistas tenta domesticar essa noção, ora buscando a racionalidade implícita nela, ora dando atenção às formas de coordenação que operam com critérios “racionais” de segundo grau (racionalização via processo social).

Por outro lado, não existiria mercado sem a garantia de não existirem fraudes e o uso da força para se fazer cumprir a “honestidade”. E, uma vez que se admita que existe potencialmente a fraude e a violência, o mercado passa a necessitar de regras básicas anteriores a ele e, portanto, o mercado não pode, por si só, justificar o mundo econômico. Existem instituições anteriores a ele que podem ser tão econômicas ou sociais como ele, e que o precederam no tempo e no pensamento humano.

Figura 2: O esquema de pensamento de North



Já Field (in Hodgson, 2001, p. 102), na sua tentativa de explicar a origem das instituições através da teoria dos jogos, mostrou que certas normas e regras precisam ser assumidas desde o início. Ou seja, que a teoria dos jogos pode ser utilizada para explicar o surgimento de algumas instituições, mas nunca das próprias regras elementares. Mesmo tentativas de tratar a história como uma sucessão de jogos sobre jogos necessita sempre de um jogo inicial a ser explicado. Isso, entretanto, não quer dizer que não existam instituições espontâneas, apenas que nem todas, o são.

Após esse longo percurso pode-se, agora, retomar as idéias institucionalistas clássicas com ânimo redobrado e mais esclarecido e compartilhar um amplo projeto de pesquisas institucionalista que, segundo Foster (in ARIAS, 2003, p. 92), pode ser resumido em:

- (a) uma teoria da mudança social, centrada na análise do impacto das instituições no comportamento econômico;
- (b) uma teoria da escolha pública, centrada nos mecanismos de formação e operação das instituições;
- (c) uma teoria do papel econômico do setor público,
- (d) uma teoria da mudança tecnológica;
- (e) uma teoria da alocação baseada na estrutura de poder e
- (f) uma teoria do valor que transcenda o conceito de preço.

Podendo-se enquadrar mais claramente o presente trabalho em uma abordagem epistemológica que contempla, resumidamente:

- (a) A negação da possibilidade de se descobrir axiomas/pressupostos absolutos,
- (b) A caracterização do homem como “homo socioeconomicus” e
- (c) A adoção de uma abordagem interdisciplinar.

Que busca analisar o impacto da moeda social no comportamento sócio-econômico-cultural, a partir das experiências - num sentido thompsoniano (THOMPSON, 1981 e 1987) - específicas que sua utilização propicia, em um mundo no qual o mercado e o sistema de preços não têm qualquer primazia natural sobre outras instituições econômicas, sociais ou culturais, uma vez que se derivam da cultura, da política e dos valores de cada sociedade, estando sempre sujeitas a uma vigilância social, política e legal (Adams, 1998). Ou seja, caracteriza-se uma perspectiva onde a mudança institucional é interpretada como um conflito de interesses e, portanto, intencionalmente direcionada.

Em que medida, por ser a moeda social herdeira da “essência” do dinheiro moderno e também do seu significado (como diria Simmel), é também prisioneira do

labirinto de ambigüidades que engendra uma relação fundamentalmente coercitiva e violenta (como diria Agietta e Orléans)? Seus elementos de distinção em relação à moeda moderna convencional são suficientemente constitutivos de um dinheiro mais libertador?

Qual poderá ser o alcance prático desse tipo de experimento hoje em dia, em meio ao “hard world” da globalização econômico-financeira, da economia internacional basicamente controlada por umas poucas dúzias de grandes conglomerados?

2 O DINHEIRO ENQUANTO UMA INSTITUIÇÃO ECONÔMICA

“Uma neblina metodológica envolve o estudo das instituições do comércio, do dinheiro e dos mercados. Para sociólogos, antropólogos e historiadores econômicos se torna difícil determinar qual é o seu significado e, inclusive, julgar a precisão dos termos catalíticos oferecidos pelos economistas, termos que muitas vezes são piores que inúteis.” (POLANYI, 1994, p.155).

Aplicando a discussão sobre o caráter das instituições ao dinheiro, cabe perguntar: Seria o dinheiro uma instituição espontânea ou criada? Essa resposta é importante pois possibilita, inicialmente, a partir dos estudos de alguns pesquisadores, checar os elementos que tornaram possível o dinheiro se transformar em uma instituição ativa até os dias de hoje e quais as suas principais características (o que será realizado no próximo capítulo). Permite também utilizar o dinheiro nacional como parâmetro e comparar o desempenho da moeda social com ele, de forma a se perceber os seus limites e as suas potencialidades, também através de suas diferenças e similitudes – afinal, o objetivo da análise aqui desenvolvida. E leva, ainda, por consequência, a refletir sobre a hipótese basilar da neutralidade da moeda para o desenvolvimento da teoria econômica e a relação desta com as outras ciências sociais, culminando com as implicações de exigência de uma abordagem interdisciplinar que essas mesmas conclusões induzem para que se faça uma análise mais precisa sobre a moeda social.

2.1 A moeda é uma instituição espontânea?

Uma instituição espontânea é aquela que emerge de uma maneira não premeditada da comunicação e interação de agentes individuais, embora o surgimento e a coordenação das instituições possam se dar de forma espontânea ou artificial (acordada ou coercitivamente). O economista austríaco Carl Menger foi pioneiro em associar um comportamento desse tipo à instituição monetária. De fato ele foi mais além e foi um dos cientistas sociais que procuraram explicar a emergência de instituições políticas, econômicas e sociais a partir do comportamento dos agentes individuais como dados naturais, pesquisando suas conseqüências espontâneas em termos de interação humana.

2.1.1 A visão de Carl Menger

De acordo com o pensamento de Carl Menger, o dinheiro é fruto de uma relação natural que surge pouco a pouco como evolução do mecanismo das trocas primitivas, em que o agente que quer trocar busca entregar a sua mercadoria por outra diferente, com maior utilidade para ele (do ponto de vista do conhecimento das vantagens econômicas pessoais que acarreta o intercâmbio de bens entre os indivíduos, na busca da satisfação direta de suas necessidades). O autor supõe um circuito inicial baseado no indivíduo que procura resolver suas carências através da aquisição de valores de uso, o que consegue quando obtém os bens que os portam e satisfazem as suas necessidades (MENGER, 2004).

2.1.1.1 A origem e a natureza do dinheiro

Menger argumenta que no início essas operações se davam diretamente, bem por bem, ou seja, através do escambo – operação essa que para ser realizada demanda uma coincidência entre a necessidade do Produtor A do bem B, com a necessidade do Produtor B do bem A e que ambos também concordem com as quantidades que realizem essa equivalência. Entretanto, das dificuldades surgidas nesse tipo de intercâmbio, alguns indivíduos teriam começado a aceitar em troca de suas mercadorias certo tipo de bens que, mesmo já tendo em quantidade suficiente, sabiam ser facilmente utilizáveis por outras pessoas. Alguns, então, foram percebendo a vantagem de levar para o mercado aquelas mercadorias que um maior número de pessoas pudessem utilizar/desejar. Dessa compreensão, do benefício de se deter mercadorias mais líquidas em mãos, teria surgido à utilização de uma mercadoria como intermediária no processo de satisfação das necessidades. Pois, mesmo que essas não satisfizessem as suas necessidades imediatas, elas poderiam ser úteis numa troca futura por serem mais facilmente aceitas e terem uma procura maior.

O autor chegou a desenvolver a *Teoria da Liquidez das Mercadorias* em um trabalho posterior (MENGER, 2002), específico sobre a origem da moeda, para explicar melhor o surgimento espontâneo do dinheiro. Ele começa a expor sua teoria contextualizando que no comércio primitivo o homem procurava explorar as oportunidades de troca existentes para obter vantagens econômicas. No início esse intercâmbio só chegava até aonde suas próprias mãos atingiam, daí o interesse exclusivo nos bens que tivessem utilidade imediata. As trocas, nesse estágio, seriam escassas, em função da dificuldade de coincidência de interesses. A solução

“natural” teria surgido da diferença de liquidez, da existência dessas mercadorias com maior facilidade de circulação, derivada de sua maior utilidade. Ou seja, caso se pudesse revender a qualquer hora, qualquer mercadoria, pelo mesmo preço que foi comprada, não se caracterizaria a existência de diferença de liquidez, mas, não é assim que as coisas acontecem nos mercados reais, segundo o autor.

Menger realça que alguns bens são mais desejados e aceitos, portanto acabam sendo transacionados por aquele preço que ele chama de “econômico” (relativamente constante e que reflete a situação econômica normal). Essa demanda estável, refletida no preço econômico que se obtém por eles, faria desses bens os mais líquidos daquele mercado. Esses bens então começariam a ser comprados com simples propósito de serem revendidos posteriormente, intermediando a realização das necessidades diretas do indivíduo.

É por esse caminho incremental e espontâneo que Menger assiste o surgimento do dinheiro: a partir da mercadoria que era mais necessitada em um dado circuito econômico. Ele percebe esse processo como algo que se constitui, avançando no sentido de que, generalizadamente, apenas uma mercadoria acaba se estabelecendo para o fim da intermediação.

O dinheiro, na perspectiva mengeriana, não é, pois, fruto de um acordo entre os agentes econômicos ou resultado de atos legislativos, não pode ser compreendido como uma invenção, é sim, um dado da natureza do mundo econômico/humano. Foi desenvolvido por indivíduos isoladamente, que através das vantagens econômicas pessoais que foram obtendo por utilizar sua lógica (da troca por bens mais líquidos, mesmo que inúteis num primeiro momento) nos intercâmbios que realizavam, e teve seu uso difundido através do exemplo de prosperidade

desses mesmos indivíduos, tendo surgido em diferentes povos, simultânea e independentemente:

“De onde se depreende que os bens que alcançaram essa especial categoria de dinheiro tenha variado nos mesmos povos durante épocas distintas e também tenham sido diferentes, dentro de uma mesma época, entre diferentes povos” (MENGER, 2004, p. 5).

Ainda segundo Menger, foi em consequência do desenvolvimento do comércio e do dinheiro, que se estabeleceu o dinheiro também como “medida dos preços” ou como se diz modernamente, “medida de valor”. O dinheiro iniciaria a sua presença na história humana através da sua função de intermediário de troca, para depois atingir a de medida de valor, de equivalente universal²¹, de maneira que em uma economia com o comércio altamente desenvolvido, apenas o dinheiro seria a mercadoria capaz de expressar o valor de todas as demais mercadorias, como citado no extrato a seguir:

“A valoração das mercadorias em dinheiro não só é, como já vimos, a que melhor responde aos objetivos práticos e usuais da valoração, como também é, em relação a sua realização prática, a mais natural e mais óbvia, a mais simples. Por outro lado, a valoração em outras mercadorias é um processo mais complicado e que supõe que existe já a primeira valorização.” (MENGER, 2004, p. 15).

Assim, para o autor, é evidente que expressar os valores de todas as mercadorias em dinheiro é mais prático e fácil do que em qualquer outra mercadoria. Entretanto, historicamente, várias mercadorias (instrumentos metálicos, armas etc...) que foram utilizadas como dinheiro não chegaram a se constituir em medida de

²¹ Apesar de, segundo o autor, o “valor”, a medida do dinheiro em si, ser variável, uma vez que nunca é possível ter equivalentes verdadeiramente objetivos no mundo dos homens. Entretanto, na ausência deles, é razoável que, na existência de valores aproximados de equivalência, se trabalhe com o valor médio como sendo a referência do momento.

valor, e, outras, que não atingiram um caráter monetário foram tomadas como medida de valor (mesmo com o dinheiro também realizando essa tarefa).

Quanto ao exercício da função de acumulador de valor, essa também seria uma característica adquirida e não inerente à idéia de dinheiro, e estaria mais associada ao caráter inicialmente herdado da utilização difundida do dinheiro metálico e depois do fiduciário, algo, segundo ele, acidental na natureza do dinheiro e não conceitual. Caso a mercadoria utilizada como dinheiro fosse perecível, não seria possível contemplar essa função de transladar o valor no tempo. Então, no *hard core* do seu conceito, estaria contemplada apenas a função de intermediário de troca, sendo as outras, conseqüências da mercadoria específica que ganhou a preferência universal, os metais na forma de moeda cunhada.

2.1.1.2 A moeda cunhada

Reafirmando, segundo Menger, o dinheiro é uma mercadoria que tem como característica intrínseca o fato de ser utilizada como intermediária entre a troca de quaisquer outras mercadorias. E foi a posterior utilização de metais cunhados como moeda que trouxe consigo outras possibilidades para a idéia de dinheiro, uma vez que estimulou novos usos/funções por causa de suas próprias características, apesar de algumas dificuldades que seu uso acarretou. Como o metal quase não exige gastos em conservação e é de grande durabilidade, a utilização das moedas como reserva de valor foi estimulada, por exemplo.

Nesse sentido, o uso dos metais teria gerado, além das virtudes normalmente mencionadas, algumas complicações, como a necessidade de se identificar a pureza

do metal e de se retalhar as peças no peso preciso para as transações (principalmente as pequenas). Essas dificuldades seriam as responsáveis pela entrada em cena do Estado, enquanto a instituição mais capaz de assegurar em simultâneo a pureza e o peso das peças utilizadas, além de ter força para coibir as dilapidações e falsificações. O autor argumenta que a presença do poder público (da política) na senda econômica foi consequência da mercadoria escolhida para ser utilizada como dinheiro, e não do conceito/fenômeno, em si, do dinheiro. Ou seja, que sua presença é mais acidental que natural/inerente, embora o próprio autor reconheça uma mudança de qualidade na forma do dinheiro, com o uso intensificado dele. Em seus próprios termos, a organização que o Estado trouxe para a utilização das moedas aumentou ainda mais a sua liquidez, tendo sido fundamental para o incremento do uso dessa mercadoria (a moeda cunhada) como dinheiro²², como ele enfatiza, na passagem a seguir:

“A origem do dinheiro (que deve distinguir-se das moedas cunhadas) é, como temos visto, de todo natural e, por conseguinte, só em raros casos pode-se atribuir a influências legislativas. O dinheiro não é uma invenção estatal nem produto de um ato legislador. (...) O fato de que umas determinadas mercadorias alcancem a categoria de dinheiro surge espontaneamente das relações econômicas existentes, sem que sejam precisas medidas estatais.” (MENGER, 2002, p. 4).

Entretanto Menger reconhece que vários autores clássicos vislumbraram o dinheiro como um contrato, mas, segundo o autor, eles se iludiram com a aparência do fenômeno. Correto, para ele, estavam as análises como as de A. Smith²³, que

²² De fato, Menger se esforça para naturalizar o conceito de dinheiro/moeda, como expediente para naturalizar as próprias relações econômicas. Na verdade, toda a sua análise do dinheiro se insere em um plano maior que é construir uma teoria econômica sem a presença da política, do Estado; que toma a economia como uma ciência “natural”, e que parte do indivíduo como unidade básica de análise e não as relações sociais.

²³ Menger considerava Law o precursor da perspectiva correta sobre o dinheiro, tendo sido seguido por Genovesi, Turgot, Malthus, J. St. Mill e outros. Em seus “Princípios de Economia Política” ele

reconheciam a fundamental importância da característica de “mercadoria” que o dinheiro precisava conter para poder exercer a sua função de intermediário entre as trocas. Mesmo que os governos manejassem o dinheiro como se ele fosse um contrato, isso não se tornaria uma verdade. Para ele, se as moedas deixassem de ter seu valor intrínseco (enquanto “metal útil”), elas não conseguiriam mais circular:

“A força do costume é tal que assegura ao dinheiro a sua capacidade de intercâmbio mesmo quando já não se tem imediatamente em conta seu caráter de metal útil. Esta observação é correta. Mas não é menos claro que desapareceria completamente a capacidade de intercâmbio do dinheiro, e o costume sobre o qual ele se fundamenta se, por qualquer razão que fosse, o dinheiro perdesse sua característica de metal útil. Não se pode admitir sem mais, e como coisa evidente, que para muitos agentes econômicos e em situações de alto desenvolvimento do comércio, é simplesmente um signo. É certo que esse engano, facilmente explicável, seria descoberto se as peças cunhadas deixarem de ser metal dotado de certas aplicações úteis.” (MENGER,2004, p. 25, nota 4).

Esse comum erro de interpretação se explicaria pelo mecanismo do mercado internacional que, devido aos seus valores e complexidade, tende a criar uma ilusão em torno do fenômeno monetário. Pode-se então concluir a perspectiva mengeriana através do seguinte trecho:

“A significação para a economia das moedas cunhadas radica, pois, em que (prescindindo da operação mecânica da divisão do metal nobre nas quantidades requeridas), quando as recebemos não temos que proceder a comprovação de sua autenticidade, pureza e peso, e quando as damos também nos poupamos essa comprovação. (...) Como consequência dessa circunstância, tem aumentado consideravelmente aquela grande capacidade de venda que os metais nobres têm em virtude da sua própria natureza.” (MENGER,2004, p. 19).

Portanto, segundo Menger, a idéia subjacente a toda a sua teoria econômica sobre a neutralidade da moeda em relação à esfera produtiva da economia não poderia ser jamais descartada.

2.1.2 O desenvolvimento da idéia de Menger com Frederich Hayek

Frederich Hayek é conhecido como um dos economistas expoente da chamada “Escola Austríaca”, reconhecida por sua postura radical na defesa da não intervenção do Estado na economia. Ou seja, ao contrário do que foi defendido no capítulo inicial dessa tese, Hayek é um ferrenho aliado do ser possível (e desejável), para o bom funcionamento da sociedade, a separação da esfera econômica da política. A filosofia de Hayek mistura dois ingredientes metodológicos peculiares, o subjetivismo e o individualismo²⁴ criticando, pois, a adesão sem reservas ao racionalismo cartesiano²⁵.

O seu subjetivismo encontra diferentes motes para o comportamento humano, residindo estes, em algum lugar entre a razão e o instinto. De fato, para ele todas as principais instituições sociais (econômicas, jurídicas e lingüísticas) são resultado de um processo natural de evolução das interações de milhões de indivíduos ao longo de milhares de anos, de forma absolutamente não intencional. Segundo suas especulações, cada uma dessas instituições teria surgido da repetição dos comportamentos que geraram melhores resultados aos seus seguidores (medidos

²⁴ Para retomar essa questão, ver Capítulo 1 do presente trabalho.

²⁵ Segundo Hayek, o cartesianismo acabou impondo uma idéia de razão que se definia como dedução lógica a partir de premissas explícitas, em que a ação racional era determinada pela verdade conhecida e demonstrável e, segundo ele, esse tipo de racionalismo representou um retrocesso no modo de pensar, tornando-o antropomorfo novamente, reforçando a idéia equivocada de se atribuir a

em termos de sobrevivência e reprodução), tendo esses mesmos comportamentos nascido da interação social e simultaneamente a tornando possível. (HAYEK, 1985 - v. 1). Logo, essas normas de conduta, tradições que se repetem, conformariam um espaço entre o instinto biológico puro e o mundo da razão, constituindo-se assim, as instituições, um verdadeiro colchão entre esses mundos. Esse seria o *locus* da ordem espontânea. De fato, ao longo de suas obras ele reiteradamente procura demonstrar a distinção entre as esferas onde a ordem espontânea impera, em contraste com as esferas onde a racionalização cartesiana pode ter bons resultados, sendo o último associado, basicamente, ao mundo das organizações.

Por outro lado, o autor se debruçou também sobre a dificuldade de se atingir a organização, uma vez que a evolução cultural teria gerado a fragmentação do conhecimento e feito com que cada indivíduo da sociedade pudesse ter acesso somente a uma parcela do conhecimento, desconhecendo a maioria dos fatos sobre os quais funciona a sociedade. No entanto ele reconhece que:

“(...) é a utilização de um conhecimento muito maior do que alguém teria condições de possuir – e, portanto, o fato de mover-se um indivíduo no âmbito de uma estrutura coerente, cujos determinantes são em sua maioria por ele desconhecidos – que constitui o traço distintivo de todas as civilizações avançadas.” (HAYEK, 1985 - v. 1, p. 9).

Pode-se dizer que, ao longo de sua obra, Hayek procurou desenvolver um modelo de evolução cultural buscando caracterizar através de sua teoria os processos de evolução da sociedade (FIANI, 2002b). Várias críticas podem ser feitas sobre o quão evolucionista pode ser ou não o modelo (FIANI, 2002a, 2002b), mas não é esse o ponto que cabe ser ressaltado nesse trabalho. Aqui o fundamental é perceber como o autor compreende o surgimento e o desenvolvimento da instituição

origem das instituições da cultura à criação intencional, em vez de reconhecer que não é apenas dos

monetária, do dinheiro em meio a essa situação moderna de dispersão do conhecimento²⁶.

Segundo Hayek, o dinheiro se encontra na base da ordem espontânea do mercado, ou catalaxia, como ele prefere chamar “o sistema de numerosas economias que constituem a ordem de mercado” (HAYEK, 1985 - v. 2), e deve ser compreendido a partir da perspectiva já previamente elaborada por Carl Menger. Suas análises sobre a política monetária associam, então, a análise mengeriana sobre a moeda e a sua própria idéia de organização do sistema econômico através de uma ordenação espontânea, orientada pelo sistema de mercado que:

“(…) serve aos nossos fins não só, como toda ordem o faz, guiando-nos em nossas ações e propiciando certa correspondência entre as expectativas das diferentes pessoas, mas também, num sentido que devemos agora tornar mais preciso, aumentando as perspectivas ou oportunidades de cada um ter a sua disposição maior número de bens (i.e mercadorias e serviços) do que podemos conseguir por qualquer outro meio.” (HAYEK, 1985 – v.2, p. 129).

Como se pode perceber na passagem abaixo, os ordenamentos de natureza espontânea são compreendidos por ele como superiores aos de organização concebida deliberadamente, sobre fins comuns; pois entre outras coisas, garantiriam a conciliação de conhecimentos diferentes e propósitos também distintos, entre pessoas que são em essência muito diversas umas das outras:

“Se a catalaxia, como ordem global, é tão superior a qualquer organização deliberada, é porque nela os homens – embora voltados para os seus próprios interesses, sejam eles totalmente egoístas ou muito altruístas – favorecerão as finalidades de muitos outros, que em sua maioria jamais conhecerão: na Grande Sociedade, os diversos membros se beneficiam dos esforços mútuos não só apesar

conhecimentos que podem ser explicitados que surgem as ações eficazes.

²⁶ E, portanto, de impossibilidade de se criar uma ordem racionalmente, que funcione de forma mais eficiente que uma outra de caráter espontâneo.

de seus fins serem diferentes, mas com freqüência por isso mesmo.”
(HAYEK, 1985 – v.2, p. 133).

Em Hayek, o conhecimento é compreendido como disperso, não passível de síntese. Ele tem um componente que pode ser acumulado, trabalhado (o conhecimento científico), mas tem também outro elemento que não pode ser trabalhado assim (que ele chama de conhecimento de tempo e lugar), pois é específico e particularizado. Esse segundo tipo, apesar de impossível de ser organizado, por qualquer instituição humana, é indispensável para o funcionamento da sociedade contemporânea. E é em função da existência desse conhecimento desorganizado que não se pode racionalizar o mundo, organizando-o à vontade de cada um. Não se teria capacidade para isso. Só a natureza, com a sua ordem espontânea (e instituições naturais providas por ela ao longo da evolução) poderia dar conta desses ajustes.

Para o autor, essa ordenação espontânea é a característica das sociedades complexas modernas, e através desse processo indivíduos/grupos/instituições com ações e regras mais eficientes são selecionados para permanecerem atuando e dessa forma superarem os outros.

2. 2 Uma crítica à concepção espontaneísta

A instituição espontânea, aquela que como já foi mencionado emerge de uma maneira não premeditada da comunicação e interação de agentes individuais, se coloca também para outros autores como Schelling, com seu conceito de ponto focal; Axelrod, com seu modelo de normas e metanormas; Schotter, com a criação endógena ou orgânica de um conjunto de regras de equilíbrio; Sugden, com a ordem

constituída por convenções, via um processo evolutivo e auto-justificado ideologicamente; além de Menger e Hayek, como a forma de surgimento mais freqüente e natural para as instituições que permanecem ativas por muito tempo.

2.2.1 *O problema da origem*

Passando os argumentos de Hayek por uma análise mais acurada percebe-se que suas observações acabam sendo mais propriamente vinculadas à apreciação restrita de pequenas comunidades do que a da sociedade contemporânea diversificada, pois uma certa homogeneidade no universo dos atores é necessária para que os modelos desenvolvidos funcionem; já que é mais fácil esperar o surgimento de convenções voluntariamente nessas circunstâncias, uma vez que existem experiências partilhadas que geram referências comuns. Suas análises ficam dessa forma condenadas a que seu grupo/objeto seja pequeno e homogêneo sob pena de não conseguirem demonstrar suas teorias (FIANI, 2002a).

Entretanto, mesmo levando em conta esse tipo de restrição, tem sido difícil por meio de modelos de simulação demonstrar a emergência de uma instituição de forma espontânea (HODGSON, 2001). No caso da moeda, mesmo em tentativas de modelização já realizadas especificamente, não emerge unicamente uma única unidade monetária, mesmo nas simulações consumadas por computadores. Para outras instituições e convenções embora apareçam, por vezes, alguns resultados harmônicos, tal resultado não é garantido nem mesmo para agentes com capacidade de previsão (situação essa que por si só relativiza bastante o caráter irrefletido das escolhas).

Resumidamente, algumas questões levantadas por Hodgson a cerca das abordagens espontaneístas são apresentadas, a seguir:

- A impossibilidade teórica de emergência e evolução de instituições a partir de um “estado de natureza”, livre de instituições.
- A pouca utilidade de se partir do indivíduo como dado (pré-formado em termos de preferências etc...), para se chegar às instituições, desdenhando o papel que as restrições institucionais desempenham na própria manutenção da estabilidade institucional.
- A percepção que a intervenção legal e outras intervenções, também atuam na evolução e sustentação das instituições. Mesmo Menger admite a intervenção estatal para manter a integridade da moeda, donde se questionar: será que o Estado, ou outras organizações, podem facilitar ou dificultar a emergência de outras instituições?

Ainda segundo Hodgson (2001, p. 99), “Nos planos teórico e metodológico, não há claro consenso entre pesquisadores contemporâneos, em relação ao que constitui uma explicação adequada ou aceitável para o processo de emergência de uma instituição. Esta questão está presentemente subpesquisada.”

Parece de fato, que se pode, agora, voltar a pergunta já levantada por North: por que uma instituição é espontânea e outras não o são? E em que medida essa diferença pode explicar a sua maior ou menor durabilidade e eficiência? Para Hodgson, assim como North, essas respostas estão na existência ou não de mecanismos intrínsecos de correção de erros ou de autopunição, que atuem sancionando a instituição “espontânea” ou fortalecendo a “constituída”.

2.2.2 O problema da coordenação

Permanecendo ainda no caminho sob orientação das idéias de D. North, então se deve procurar saber onde poderia se dar à cooperação voluntária, aquela que estaria na origem das instituições espontâneas, onde ela seria possível sem precisar se recorrer a ação hobbesiana do Estado coercitivo. Para isso ele inventariou os principais resultados obtidos pelos pesquisadores da teoria dos jogos nesse sentido (NORTH, 2001, p. 26):

- Russel Hardin permite ver que existem dificuldades para a ação coletiva em grandes grupos, pois, quanto maior ele é, menor fica a relação custo benefício para o agente individual. Logo, para se chegar a acordos será necessário que os participantes aceitem condições (o que pressupõe alguma ordem social anterior), entretanto essas condições necessitam incorporar vigilância e coação para serem suficientes.
- Michael Taylor trabalhou como manter a ordem social na anarquia (sem o Estado), e a resposta para ele foi encontrada na noção de comunidade, que se define por crenças ou normas comuns compartilhadas entre os membros e ações de reciprocidade. Com o advento do Estado surgiria o conflito, uma vez que o Estado tende a destruí-las na tentativa de romper esses laços anteriores a ele mesmo.
- Howard Margolis desenhou um modelo em que os indivíduos têm dois tipos de funções de utilidade: as preferencialmente orientadas ao grupo (altruístas) e as orientadas ao indivíduo (egoístas); os indivíduos, em função de suas orientações pelo critério de maximização da riqueza, utilizam de forma alternada um ou outro modelo.

De forma geral, segundo suas conclusões, a teoria dos jogos mostra que os problemas de cooperação têm resultados modificados de acordo com a variação ocorrida nas condições iniciais do modelo, ou seja, que as estratégias específicas adotadas dependem do contexto subjacente ao modelo.

“O cumprimento obrigatório por uma terceira parte significa o desenvolvimento do Estado como uma força coercitiva capaz de monitorar direitos de propriedade e fazer cumprir contratos, mas o caso é que, de momento, ninguém sabe como criar tal entidade. Certamente com um pressuposto de conduta que maximize estritamente a riqueza resulta difícil criar tal modelo, inclusive de maneira abstrata.” (NORTH, 2001, p. 82).

Nas sociedades modernas grandes, complexas e heterogêneas, o que se observa é que, normalmente, “algo” vem de fora para sustentar a cooperação entre grupos e desejos diferentes, e/ou servir de mediação entre conflitos. Logo, é preciso se entender em que termos se conforma essa cooperação: se sob ou graças à coerção. De qualquer forma, o nascimento e a mudança institucional é sempre um jogo político. Relembrando, mesmo em North, o sistema econômico de produção e troca é igual à economia acrescentada de política, uma vez que é de acordo com o conteúdo com que se definem os direitos de propriedade²⁷ que se define a renda dele e, portanto, o valor desse direito também está sujeito a modificações.

Mesmo partido de um ponto de vista bastante próximo à ortodoxia (em termos relativos à posição epistemológica assumida nesse trabalho), se chega a conclusão que:

- O Estado tem muito a dizer em relação às instituições econômicas em geral, incluindo o mercado e a moeda.

²⁷ Uma vez que os usos econômicos que se pode dar a um bem vão estar diretamente relacionados com o alcance que a definição dos direitos de propriedade atingiram em cada sociedade.

- Ele pode ser considerado, no momento atual, como uma mega-instituição do sistema político, embora não se possa reduzir tal sistema a ele.
- Em função de suas características especiais ele não pode deixar de ser incluído em qualquer análise do sistema socioeconômico.
- A moeda é uma instituição particularmente sujeita e simultaneamente cooperativa em relação ao Estado.
- Várias outras instituições também influenciam na elaboração e manutenção da instituição monetária, embora, em menor grau.

2. 3 Os economistas e a moeda como uma instituição construída

De acordo com os analistas que vêem o surgimento da moeda como algo espontâneo, este se dá basicamente como resposta à necessidade de se facilitar o intercâmbio, e, em geral, supõe-se que o valor da moeda foi lhe atribuído de acordo com o valor do metal que representa (ou em um sistema de moeda fiduciária, pelo valor das mercadorias que pode comprar). Entretanto essa visão é bem diferente da que será apresentada a seguir, a da “moeda guiada por tributos” ou “abordagem cartalista”, em que o dinheiro contemporâneo é compreendido como uma criação do Estado²⁸.

Entretanto, para os fins da análise desenvolvida nesse trabalho não parece ser necessário entrar nos pormenores técnicos sobre o funcionamento esperado da política monetária e fiscal e o desempenho da economia como um todo, sob uma ou outra ótica. O que importa é reconhecer que são, naturalmente, completamente

diferentes: no caso da perspectiva espontaneísta, a moeda é considerada exógena ao sistema econômico, podendo ter sua quantidade em circulação perfeitamente controlada pelas autoridades monetárias nacionais (muito embora deduzam analiticamente o sistema econômico sem qualquer interferência do governo).

2.3.1 A teoria da moeda estatal (G. Knapp e J. Keynes)

Um dos desenvolvimentos mais completos de uma teoria estatal da moeda foi levado a cabo por Georg F. Knapp, economista e historiador alemão que publicou em 1905 o livro *Teoria estatal do dinheiro*, no qual concebeu um enfoque institucionalista sobre a natureza do dinheiro, destacando o papel do Estado na sua criação. Sua teoria também foi baseada na função da moeda como meio de troca. Para o autor, é impossível separar teoria monetária de teoria do Estado²⁸.

Segundo Knapp, as dívidas são inicialmente expressas em um valor e, em um segundo momento, saldadas com um meio de pagamento (qualquer coisa móvel que tem a propriedade social/legal de portar valor). Mas, o que determina que coisas poderão atuar como meio de pagamento e saldar dívidas?

Observando os momentos em que os meios de pagamento já utilizados são por vezes trocados por outros, como quando da passagem da aceitação de um certo animal para outro (ou para o sal ou ainda para o metal) o autor repara que para essa situação ocorrer, de fato é necessário que se anuncie o que agora vale X unidades de valor. E nessa hora é fundamental perceber que é sempre uma autoridade estatal

²⁸ Ao longo do próximo capítulo procurar-se-á explorar se esse raciocínio pode ser estendido para o passado e até que ponto.

²⁹ O resumo das idéias de Knapp que será aqui apresentado está baseado na análise que L. Randall Wray fez da obra original e desenvolveu em sua obra *Trabalho e moeda hoje*, publicado originalmente em 1998.

quem anuncia essa taxa de conversão entre o antigo meio de pagamento e o atual. E se é o Estado quem faz o anúncio, ele é quem detém o poder de dizer o que é moeda. Embora muitos cartalistas acreditem que as leis de curso forçado determinam o que se aceita como meio de pagamento, Knapp não vai nesse caminho:

“O que faz parte do sistema monetário do Estado e o que não faz? Não devemos tomar nossa definição muito estreita. O critério não pode ser que a moeda é emitida pelo Estado, porque isso excluiria modalidades de moeda que são da mais alta importância: eu me refiro às notas bancárias: elas não são emitidas pelo Estado, mas fazem parte do seu sistema monetário. Nem pode a moeda de curso legal ser tomada como critério, porque em sistemas monetários há freqüentes modalidades de dinheiro que não são de curso legal (...) Ficamos mais perto dos fatos se tomamos como nosso critério que o dinheiro seja aceito nos pagamentos feitos aos guichês do Estado. Então todos os meios pelos quais um pagamento pode ser feito ao Estado fazem parte do sistema monetário. Nessa base não é a emissão, mas a aceitação, como a chamamos, que é decisiva. A aceitação estatal delimita o sistema monetário. Pela expressão “aceitação estatal” entenda-se somente a aceitação nos guichês de pagamento do Estado onde o Estado é o recebedor”.(KNAPP, in WRAY, 2003, p. 45).

Como se observa, para Knapp é o que o Estado decide aceitar em seus guichês como meio de pagamento que cria uma moeda estatal, e não as leis de curso forçado. É preciso, portanto, que esses pagamentos necessitem ser realizados para que surja efetivamente uma MOEDA no sentido moderno do termo (de equivalente universal). Os pagamentos entre pessoas privadas se auto-regulam, mas não tendem, necessariamente, a uma uniformidade nos meios de pagamento. Entretanto, as atitudes do Estado têm um papel decisivo na determinação daquilo que servirá como meio de pagamento nas transações privadas, até porque em uma disputa legal, o meio de pagamento que o credor é compelido a aceitar é sempre o que o próprio Estado também aceita.

Knapp também incluiu a moeda bancária na sua análise, reconhecendo que as notas bancárias obtêm valor do seu uso na comunidade privada de pagamento ou na comunidade pública, como se pode concluir pelo extrato a seguir:

“Uma letra de câmbio é um documento cartal que especifica uma soma de moeda valuta; e o banco, ao emití-la, está comprometido por lei a aceitá-la para um pagamento daquele montante(...) Uma letra bancária inconversível, portanto, não é uma nulidade, mas tem em comum com as letras de câmbio conversíveis o fato de que é uma garantia firme do banco. A nota “é uma garantia de caixa privada disponível para pagamentos ao banco(...) mas claramente os clientes do banco podem usá-la para pagamentos entre si, na medida em que estão seguros de que será aceita pelo banco. Estes clientes e o banco formam, como se diz, uma comunidade de pagamento privada; a comunidade de pagamento pública é o Estado” (KNAPP, in WRAY, 2003, p. 46-47).

Para Knapp, o que faz uma nota bancária moeda estatal? O aceite do Estado em pagamentos realizados para ele, e, nesse caso, Knapp as classifica de “acessórias”. No caso do próprio Estado também as utilizar para realizar pagamentos, então terão sido transformadas em moedas “volutas”. Entretanto, essa é uma decisão que está nas mãos do Estado, não nas dos bancos, do mercado ou dos indivíduos. Muitas vezes os Estados exigiram que os bancos tornassem suas notas conversíveis em moeda emitida pelo próprio Estado, afixando assim uma posição superior ao seu próprio dinheiro.

Embora tenha escrito quase setenta anos antes do fim do lastro em ouro para o papel-moeda, ele reconheceu que o valor da moeda de um Estado não deriva do seu valor de metal, mais ainda, que para a circulação nacional, nenhum metal seria necessário, embora não tenha estendido essa afirmação para o comércio entre nações. Nesse caso Knapp reconhecia a importância do dinheiro em espécie. Só no caso de se criarem federações muito grandes de Estados ele aventava a hipótese (pouco provável) do metal poder ser abolido.

J. M. Keynes³⁰ em seu *Tratado sobre a moeda* também utiliza a moeda-de-conta como o conceito inicial para a sua teoria monetária, que é na origem muito similar a de Knapp. De fato ele reconheceu a importância e a semelhança dos argumentos Knappianos com os seus. Ele chama de moeda-de-conta à descrição ou denominação e ao dinheiro àquilo que corresponde à descrição e prossegue, em acordo com Knapp, indicando que o Estado dirá o que serve como moeda-de-conta e o que será “a coisa” que será aceita como dinheiro.

“O Estado, portanto, atua, em primeiro lugar, como autoridade legal que obriga ao pagamento da coisa que corresponde ao nome ou descrição nos contratos. Mas atua uma segunda vez quando, além disso, invoca o direito de determinar e declarar que coisa corresponde ao nome, e mudar sua declaração de tempos em tempos – quando, por assim dizer, ele invoca o direito de reeditar o dicionário. Este direito é invocado por todos os Estados modernos e vem sendo invocado há quatro mil anos pelo menos” (KEYNES, in WRAY, 2003, p. 49).

Logo, correspondendo à exposição Keynesiana acima à descrição da “era da moeda cartalista ou estatal”, mesmo uma moeda-mercadoria, como o ouro cunhado ou apenas lastreada em metal precioso, é uma moeda estatal.

“Moeda é a medida de valor, mas considerá-la como tendo valor em si é uma relíquia da visão de que o valor da moeda é regulado pela substância de que é feita, e é como confundir um bilhete de teatro com a performance” (KEYNES, in WRAY, 2003, p. 52).

Sendo assim, uma moeda-mercadoria ou uma moeda-fiduciária deve ser admitida como sem “padrão objetivo”. Possuindo, de fato, apenas um valor que é nominal e denominado, em última instância, pelo Estado.

³⁰ Em função do objeto específico desse trabalho, a exposição do pensamento do economista J. M. Keynes também será realizada sobre o resumo apresentado por Wray (2003).

É com base também nos argumentos de Knapp (e Keynes) que Wray alega que a moeda não pode ser entendida isoladamente, como uma entidade que comporta diferentes funções, mas que depende de sua relação com o poder político, pois aparece como instrumento criado pelo governo para o pagamento de tributos. É preciso que se reconheça a natureza do dinheiro moderno, uma vez que em qualquer economia moderna é o governo que define o que é dinheiro ao escolher o que aceitará como pagamento dos tributos. Como os governos modernos impõem e obtém através da coerção uma contribuição tributária de seus cidadãos, eles estão em condições de também escolherem em que “espécie” serão recolhidos. É porque o cidadão necessita do dinheiro do governo – “exigibilidades do governo que são moeda” (Wray, 2003, p. 23) – que ele aceita fornecer coisas para o governo, assim auferindo o meio de pagamento aceito nos guichês do Estado. Ainda, segundo suas próprias palavras:

“Meu argumento é que, na realidade, todo gasto governamental é financiado por criação de moeda, mas esta moeda é aceita porque há uma obrigação fiscal imposta que é, por definição, penosa. Sem essa obrigação tributária onerosa, o governo poderia fazer funcionar impressoras até o dia de São Nunca, mas não encontraria nada à venda por dólares”(WRAY, 2003, p. 16).

O governo então cria uma demanda por moeda, e ele mesmo detém o monopólio da oferta dessa moeda, que ele fornece ao comprar bens, serviços e ativos do público. Essa moeda então será utilizada como moeda de conta e de pagamento, fundamentalmente nas transações com o governo, mas também nas transações privadas. Mesmo que apenas algumas pessoas paguem impostos, aqueles que não o fazem acabam desejando também obter essa moeda do governo porque sabem que os que necessitam dela (os que têm obrigações tributárias)

poderiam trocar coisas com eles como forma de obter essa moeda. Ou seja, com a cobrança de impostos monetários e as respectivas penalidades para os infratores, o governo pode transferir para si mesmo uma parte do produto do país. Mas não em função do pagamento dos impostos em si, e sim porque as obrigações tributárias obrigam os cidadãos a fornecer coisas para o governo (“vender”) como forma de alcançar ao dinheiro para quitar essa “dívida”. Daí que, atualmente a maior parte do papel-moeda (depósitos, em geral) é emitida privadamente (moeda bancária), mas continua derivando sua demanda da anuência do Estado.

Uma forma similar de abordar a questão monetária tem sido a que muitos economistas mais recentemente têm chamado de abordagem da “moeda endógena” (em contraposição a idéia ortodoxa – apresentada anteriormente – de que a quantidade de moeda em circulação é determinada de forma externa ao sistema econômico e só tem influência sobre este no curto prazo), uma vez que observam:(1) que a oferta de moeda tende a acompanhar a demanda e (2) que o Banco Central não tem controle direto sobre a quantidade de moeda. Wray, chama a atenção para o fato de que embora o Estado defina a moeda, ele não controla diretamente a quantidade:

“O Estado é apto para controlar sua emissão inicial de dinheiro, mas isso é feito mais através da política fiscal que através da política monetária. Isto é, a quantidade de moeda criada é determinada pelas compras do Estado (...) parte dessa moeda então será removida de circulação na medida em que os tributos sejam pagos. O resto termina na forma de encaixes desejados, ou flui para os bancos para ser acumulado como reservas bancárias. A política monetária então drena o excesso de reservas, removendo-as das contas dos Bancos Membros e substituindo-as por títulos comprados voluntariamente.” (WRAY, 2003, p. 54).

Pode-se então tomar como certo que, mesmo que não tenha sido sempre assim³¹, contemporaneamente a moeda só pode ser compreendida como uma criatura do Estado. E segundo o autor, somente quando o Estado está em crise, e dependendo da extensão da perda de sua legitimidade (inclusive na cobrança de tributos), a “moeda normal” tenderá a cair em desconfiança, o que pode levar a utilização de moedas estrangeiras (estatais de outras nações) em transações privadas.

2.3.2 *Os economistas pós-keynesianos*

Os economistas chamados pós-keynesianos lembram que Keynes não interpreta a moeda apenas como um meio para a circulação das rendas de um determinado período, mas também que ela representa um poder de compra a ser efetuado em qualquer momento presente ou futuro, cumprindo também uma função de reserva de valor (CARVALHO, 1992). Sendo assim é possível dizer que a moeda tem o poder de promover a circulação não só no espaço como também na dimensão temporal. Dessa forma ela se torna, em si mesma, um ativo, um bem com valor intrínseco e uma forma específica de reter riqueza, obviamente alternativa a qualquer outra forma de fazê-lo (como a posse de outros bens), o que, segundo eles, cria a necessidade de uma teoria que relacione a escolha de ativos monetários (a moeda em geral) com as outras formas de riqueza (bens etc...), sendo essa a base da proposta pós-keynesiana de desenvolvimento teórico, onde “a não-neutralidade da moeda é o ponto focal da crítica à teoria ortodoxa” (CARVALHO, 1992, p. 189). Aqui a o principal atributo da moeda é o da liquidez, que se expressa

³¹ Essa questão será abordada no próximo capítulo.

pela capacidade de reserva de valor e de servir de equivalente geral que só a moeda legal é capaz de acumular. Segundo Carvalho, na economia pós-keynesiana a moeda legal (de curso forçado) é o conceito básico, embora o conjunto de ativos monetários seja normalmente maior que o valor emitido dessa forma, uma vez que agentes privados, com o apoio institucional de um *market-maker*³² perfeito podem criar quase-moedas. De qualquer forma um ativo será tanto mais líquido quanto mais facilmente puder ser convertido em dinheiro, mantendo seu valor de mercado (algo próximo à noção de preço natural de Menger). Segundo eles, a existência de um *market-maker* permite a vigência de mercados duradouros e organizados, mais aptos, portanto, a desenvolverem esses tipos de ativos. Esse é, por exemplo, o caso dos débitos privados (como os depósitos à vista em bancos comerciais) que são manuseados como moeda. Entretanto essa capacidade de criar moeda estará sempre limitada pela disposição do Estado de dar retaguarda a esse movimento.

No que se refere às questões examinadas no presente trabalho, essa concepção contribui com um importante avanço, pois reconhece que o comportamento da moeda, ao afetar a procura também no chamado lado “real” da economia, o da produção de bens e serviços, influencia no ritmo e estilo do próprio processo de acumulação de capital. Também é importante, epistemologicamente falando, porque esses autores assumiram a necessidade de se alterar os axiomas da própria teoria econômica para acompanhar uma evidência empírica (no caso o comportamento da moeda como um ativo), negando-se a utilizar uma teoria que rejeita essa possibilidade e a necessidade de se adaptar ao mundo dos acontecimentos (a ortodoxa teoria quantitativa da moeda). Entretanto não cabe aqui entrar em detalhes sobre o desenvolvimento teórico dessa abordagem, uma vez que

³² “Um *market-maker* é uma instituição cuja função é ordenar os mercados ao servir de comprador ou vendedor residual com o objetivo de estabilizar as cotações.(...) O *market-maker* perfeito seria aquele

o fundamental para as questões levantadas nessa tese é a forma e o significado da instituição monetária, de uma forma mais ampla e, não exclusivamente, o seu comportamento econômico.

Mas é importante sublinhar que esse enfoque que assume a não-neutralidade da moeda ajuda também a distinguir duas espécies diferentes de economias: as chamadas “reais”, aquelas nas quais a moeda funciona apenas como um meio de troca, mas não tem um caráter de equivalente universal e portanto não responde como um ativo alternativo à produção; e as “monetárias” modernas, em que a moeda é mais um ativo. Ou seja, de um lado estariam àquelas economias em que a moeda não funciona como equivalente geral, e por isso só pode funcionar em termos parciais como reserva de valor – levando ao limite essa dicotomia, poderia se dizer que a moeda seria “neutra” nessa situação; e, de outro lado, aquelas economias em que reter dinheiro protege o seu detentor das incertezas da produção, pois ele é o único ativo que não está sujeito ao desgaste, à depreciação tecnológica e às incertezas das realizações das vendas (em que a moeda não é neutra). Nesse segundo caso é possível ao indivíduo realizar uma poupança estéril (em termos reais), ou seja, abster-se do consumo e em vez de, necessariamente, lançar-se na produção, investir no mercado financeiro.

2.4 Para além da economia: os institucionalistas da Teoria da Regulação

Uma corrente que não poderia deixar de ser lembrada nessa discussão é a que comporta os autores da Teoria da Regulação. Eles contemplam a moeda como um componente central na dinâmica de acumulação das economias capitalistas,

tendo dedicado algumas obras ao tema. Estes não apenas rompem com a tradição ortodoxa de igualar a moeda a qualquer outra mercadoria, como se entendem ainda mais além da postura pós-keynesiana que a elabora como um ativo financeiro, ao compreenderem a moeda inteiramente como uma instituição social: uma das maiores invenções da humanidade (GUTTMANN, 1998). Colocam-se na companhia de Marcel Mauss e Georg Simmel, enquanto pensadores que se recusam a restringir o fenômeno monetário ao âmbito da economia (AGLIETTA; ORLÉAN, 2002). Uma das obras basilares desse programa de pesquisa é *A violência da moeda*, de M. Aglietta e A. Orléan, escrita em 1982, onde argumentam que, não só o predomínio do individualismo enquanto valor social caracteriza a sociedade moderna, como também sua contra-face, que é o desejo ilimitado de riqueza. Entretanto o dinheiro é para eles ambivalente:

“(...) nossa hipótese teórica fundamental, que foi freqüentemente mal compreendida, qual seja, a moeda é ambivalente. A mesma relação social, a soberania, assume, simultaneamente, a forma resplandecente da instância normalizadora da instituição monetária, unanimemente reconhecida, e a forma obscura da riqueza, da temível e vã promessa de auto-suficiência que obseca os indivíduos das sociedades modernas.” (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990, p. 15).

A conjunção acima mencionada é identificada como um forte poder disjuntor dos vínculos sociais pré-estabelecidos. Para eles a coesão nessa conformação social (uma economia mercantil) se dá através e pelo dinheiro, entretanto esse dinheiro é, acima de tudo, um princípio de soberania, que é anterior à própria esfera econômica. “Nem mercadoria, nem Estado nem contrato, e sim confiança”, é como Aglietta resume a concepção de moeda que defende na sua obra *La monnaie entre la violence et confiance*³³ (AGLIETTA; ORLÉAN, 2002, p. 1). Nela ele pretende

³³ Aglietta e Orléan escreveram uma trilogia analisando a moeda: *La violence de la monnaie*, 1982, *La monnaie souveraine*, 1998 e *La monnaie entre la violence et confiance*, 2002.

demonstrar que a moeda tem como fundamento uma fé social, e que é essa fé o que a faz ser aceita unanimemente em uma comunidade. Por sua vez essa crença se basearia na antecipação que cada cidadão faz que todos a desejam.

Retornando a primeira obra sobre o tema, é de se observar que os autores abandonam tradição econômica de utilizar a teoria do valor também como uma teoria explicativa da existência de coesão e gestão de uma sociedade dominada por valores individualistas. Esses argumentos, no entanto, serão úteis para se ir além das questões sobre o grau de “espontaneidade” do dinheiro e, de agora em diante, cabe a indagação sobre a própria substancialidade da noção econômica de valor³⁴.

2.4.1 *Teoria do valor ou teoria monetária*

Segundo M. Aglietta e A. Orléan, a troca (que está na origem da instituição monetária) não é determinada fora do contexto social, de forma apriorística, como ocorre tanto no caso da interpretação neoclássica como no da marxista, uma vez que estas são tributárias da teoria do valor clássica. A questão é que para a teoria do valor, seja lá qual for a especificação que se faça sobre a “natureza” do valor, se corrobora com um princípio que garante a comensurabilidade das mercadorias. Assim sendo, se o “valor” que as mercadorias em intercâmbio têm é, a priori, homogêneo e, logo, comparável, as trocas se darão entre equivalentes e o dinheiro perde qualquer função que não representar essa correspondência previamente

³⁴ Não caberia aqui uma discussão exaustiva do tema, entretanto parece-nos fundamental levá-lo em conta.

estabelecida a ele (dinheiro). Só lhe cabe facilitar as transações que já foram decididas em termos de valor.

Pode se dizer que segundo a teoria do valor as trocas se realizam com base em uma equivalência de valores determinada: (a) na teoria neoclássica, na consciência do indivíduo isolado em sua racionalidade (ele já tem a troca presente e definida antes de qualquer relação com o outro e a relação sujeito/objeto não contempla nenhum conteúdo sócio-histórico), com a relação de troca se fazendo sobre um princípio geral de escolhas, absolutamente centrado na soberania do sujeito, independente do outro; e (b) na teoria marxista, pode se dizer, muito resumidamente, que o valor é referenciado à quantidade de trabalho abstrato incorporado na mercadoria.

Ainda de acordo com os autores, seguindo a linha da economia política, se perceberia a coesão como fruto da complementaridade que une todos os participantes da troca, e tal complementaridade só seria possível porque existe uma homogeneidade “natural” entre os bens e serviços trocados. Tanto faz se essa “substância” particular que permite a homogeneidade é “trabalho abstrato” ou “utilidade”. Graças a esse expediente a sociedade mercantil pode ser descrita como uma estrutura horizontal, sem hierarquia, onde a teoria do valor determina os movimentos das trocas. Para eles, ambas as abordagens caem em hipóteses de racionalidade única, capazes de homogeneizar os sujeitos, e acabam por propiciar uma leitura acética do dinheiro, em que a função monetária não é capaz de instituir mais nada (é apenas reflexa), sendo a teoria da moeda subordinada à teoria do valor.

Para a análise aqui utilizada, o essencial daquilo para o quê eles estão alertando é que, a negação da hipótese ortodoxa/neoclássica de neutralidade da

moeda se apóia na negação da homogeneidade/esterilidade do ato da troca (sendo o mesmo resultado obtido pela análise marxista que também acaba por reconhecer uma homogeneidade adquirida pelos bens anterior ao ato da troca). Ou seja, aceitar essa homogeneidade é que acaba por esvaziar de funções qualitativas/políticas o mediador por excelência desse processo, o dinheiro. Polanyi (1980, p. 43) sintetiza bem essa posição de neutralidade e simultaneamente de ignorância em relação atuação da moeda, quando comenta:

“A crença no padrão-ouro tornou-se a religião daquele tempo. Para alguns ela representava um credo ingênuo, para outros uma crença crítica, para outros, ainda, um credo satânico que implicava na aceitação da carne e na rejeição do espírito. E, no entanto, a crença em si era a mesma, isto é, de que as notas bancárias tinham valor por que elas representavam o ouro. Não fazia diferença, então, se o próprio ouro tinha valor pelo fato de incorporar trabalho, como diziam os socialistas, ou pelo fato de ser útil e escasso, como afirmava a doutrina ortodoxa. A guerra entre o céu e o inferno ignorava o tema dinheiro, deixando miraculosamente unidos capitalistas e socialistas. Onde Ricardo e Marx tinham a mesma opinião, o século dezenove não conheceu a dúvida. Bismarck e Lassale, John Stuart Mill e Henry George, Philip Snowden e Calvin Coolidge, Mises e Trotsky aceitaram igualmente essa fé.” .

Portanto, retomar o substrato social da troca implica, para Aglietta e Orléans, pensar em termos de uma teoria da moeda (monetária), em que a sociedade seja vista como uma estrutura hierárquica, tendo a relação monetária (a relação instituinte da coesão social) no topo da organização e o preço como sendo percebido enquanto resultado do efeito da atração do dinheiro sobre as atividades produtivas. Nessa perspectiva a comensurabilidade será transitória e instável (prescinde da homogeneidade) e existe somente porque se apóia na representação monetária. Assume-se o primado do preço nominal em detrimento do preço relativo, em oposição ao que seria no caso da vigência da teoria do valor.

2.4.2 *Sobre a violência que a moeda encarna*

Então, se para eles o dinheiro ocupa essa posição central, também é capaz, apenas pela sua presença, de estabelecer uma lógica econômica fundamentalmente regida por atuações centralizadas; em detrimento de ações automáticas e descentralizadas (como seria de se esperar na validade da teoria do valor). Assim, de acordo com a tese exposta por Aglietta e Orléans “A teoria monetária é uma teoria da soberania, porquanto define uma lógica específica das relações sociais, particularmente de dominação, de efeitos desiguais” (1990, p. 17). A moeda então não é neutra, é um procedimento social coercitivo que regula, de forma violenta, o trabalho dos produtores privados.

É importante ressaltar que para os autores toda sociedade é fundada na gestão da violência, e em sua eliminação pela institucionalização de relações sociais que proporcionam a coesão, advindo daí a extrema relevância de se abordar as questões do dinheiro de maneira a que se revele essa sua dimensão constituinte da própria sociedade moderna (ou mercantilista, respeitando o linguajar dos autores). Sem recurso a uma teoria monetária que respeite essa prerrogativa, segundo eles não serão superados os impasses da esfera sócio-econômica e financeira.

Ainda, segundo eles, especificamente as relações mercantis se definem por uma violência aquisitiva, cujo processo chamam de açambarcamento. Eles recorrem à antropologia de Girard para compreendê-la. Girard, por sua vez, concebe a gênese das instituições sociais na violência do desejo humano (AGLIETTA; ORLÉANS, 1990). No ato da troca os participantes se perceberiam em um primeiro momento como antagonistas, de forma que a rivalidade dos participantes não poderia ser expulsada a não ser com o recurso a um terceiro termo, o mediador: a

instituição social. No caso da esfera econômica, a moeda seria a primeira delas, aquela sobre a qual estaria construída sua própria autonomia relativa.

Caminhando nesse sentido e retomando as críticas as visões “economicistas”, na economia liberal o desejo do indivíduo resultaria em “tensão em direção a um objeto”, sujeito esse, como já comentado, concebido como pré-existente na sua plenitude antes de se relacionar com o objeto. Logo, nessa relação não caberia qualquer conteúdo sócio-histórico. A sociabilidade, nessa forma, não é concebida em relação a outrem, é racionalidade, “substância formal”. A essência da homogeneidade é a própria racionalidade, não existe tensão porque é como se o social já estivesse presente na consciência do indivíduo. Já na economia marxista o trabalho humano é considerado anterior a divisão do trabalho (sendo que está será o que estará na origem das relações sociais), ou seja, a “substância formal” – trabalho, também antecede a troca. O trabalho social homogêneo exprime o equivalente geral sob a forma de sistemas de valores normais.

Por isso as teorias monetárias centram-se na quantidade de moeda (essa “coisa” que foge à lógica do sistema, mas que se ajusta no longo prazo...). E como o Estado é visto como o único agente capaz de uma ação global, ele se torna o responsável por gerir essa quantidade, por razões e mecanismos diferentes de acordo com a escola econômica em questão. Entretanto, Aglietta e Orléan compreendem que é preciso uma teoria econômica que questione a natureza dos fenômenos econômicos, que trabalhe com os conflitos e as desordens sociais.

Entende-se, portanto, que a abordagem resumidamente apresentada acima é extremamente rica, na medida em que contribui para desmistificar a visão econômica tradicional, revelando seus equívocos originais e os limites nos quais, conseqüentemente ela esbarra. Essa nova perspectiva permite que se busque a

redução da distância entre a complexidade do sistema econômico e as políticas de desenvolvimento. É importante frisar que não se pretende, com a afirmação acima, imaginar que as decisões de política econômica podem vir a superar seu caráter normativo, mas que devem explicitá-lo como tal e procurar elucidar a sua construção, como forma de responsabilizar e dar mais coerência, objetividade e eficiência a essas mesmas políticas econômicas.

Ao caracterizar o dinheiro não apenas como uma relação social (destacando sua dimensão normativa), e ir mais além, desmascarando o dinheiro como um procedimento social (em oposição à abordagem tradicional naturalista) coercitivo e desigual, os autores analisados estimulam a enxergar alternativas na concepção dessa relação que possam favorecer o desabrochar de outros princípios, também presentes nessa relação social de caráter assumidamente ambíguo.

É aqui que surge uma ponte importante com o pensamento de Georg Simmel. Ele também ressalta o caráter ambíguo do dinheiro, ora libertador, ora conformador de um “estilo de vida” bastante específico ainda que, de qualquer forma, com múltiplas possibilidades. Simmel, também não nega o caráter violento que está contido no dinheiro, mas este é, para ele, resultante da vertente centralizadora dos efeitos do dinheiro e não consequência de sua essência.

2.5 A reflexão de Georg Simmel sobre a moeda

Georg Simmel escreve sua obra sobre o dinheiro no limiar do século XX, não por acaso sob uma ótica que reinsere as práticas monetárias em um sistema de relações conceituais que valem também para todas as outras esferas da vida social. *A filosofia do dinheiro* é “uma das maiores tentativas de transformar o dinheiro de

objeto inerte em indicador das realizações espirituais de uma época” (COMOGLIO, 2005, p. 1). Nela Simmel desenvolve sua análise nos lugares filosóficos, onde imperam as valorações e somente os conceitos gerais são possíveis, procurando que “se reconheça às formas econômicas como resultado de valorações e correntes mais profundas de pressupostos psicológicos e até metafísicos” (1977, p. 12).

Como foi explicitado no capítulo 1, dedicado à posição epistemológica desse trabalho de pesquisa, pretende-se desmistificar e requalificar a relação entre indivíduo e dinheiro. Ou seja, é necessário seguir além de uma análise da técnica ao redor do dinheiro e se utilizar o mesmo ponto de partida da obra simmeliana, ou seja, procurar expor o significado do dinheiro – segundo o próprio Simmel –, sua posição na estrutura espiritual, nas relações sociais e na organização das realidades e dos valores, expondo seu sentido nessas mesmas relações sociais.

A abordagem de Simmel do dinheiro revela uma associação radical entre essa instituição e a modernidade. Para o autor a modernidade se caracteriza pela distinção entre a “cultura subjetiva” e a “objetiva”, estando esse cisma na origem daquilo que ele mesmo chama de “tragédia da cultura moderna”. Tragédia essa refletida em um movimento onde a destruição surge do desenvolvimento de forças internas próprias do indivíduo e a cisão entre a “cultura objetiva” e a “cultura subjetiva” por sua vez está na raiz desse sentimento constantemente radicalizado com o aprofundamento da própria modernidade.

2.5.1 A “essência” do dinheiro

Simmel se pergunta se, para cumprir sua função de padrão de medida, troca e representação de valores, o dinheiro precisa ser, em si mesmo, um bem com valor substancial, ou se pode ser apenas um símbolo. Reconhece inicialmente que um

padrão de medida deve ser do mesmo gênero daquilo que se mede. Por outro, conclui que as medidas em dinheiro são, portanto, sempre de caráter relativo, e não absoluto.

“Quando se pressupõe que a soma geral de dinheiro – de acordo com certas restrições – constitua o valor recíproco da soma geral de objetos para venda, isso não quer dizer que deva-se entender como uma medição de um pelo outro. O que situa ambos em uma relação de equivalência é somente a (relação) que tem com o ser humano, que estabelece os valores, e seus objetivos práticos.” (SIMMEL, 1977, p. 126).

Não existe nenhuma quantidade de mercadoria que se relacione diretamente com qualquer quantidade de dinheiro, pois quase qualquer quantidade de dinheiro pode executar sua função desde que a proporção entre os totais da massa monetária e de mercadorias seja mantida. Isso se dá também, fundamentalmente, porque o estoque de dinheiro é mobilizado com mais velocidade que o de mercadorias. A mesma quantidade de dinheiro - ao não se consumir como as mercadorias - permite que um número limitado de transações compense a sua menor quantidade em comparação com as mercadorias existentes em cada momento através da velocidade de circulação monetária. Nesse sentido, o preço não contém nenhum valor em geral, ele representa a mesma função de todo dinheiro - que representa certa mercadoria frente a todas as outras.

Simmel compreende a história do dinheiro como uma evolução em que nos estágios econômicos primitivos vários valores de uso foram utilizados como dinheiro (p.ex. sal, escravos, tabaco etc.) daí deduzindo que qualquer que tenha sido a evolução do dinheiro, no início teve que existir um valor que foi imediatamente percebido como tal. Aquilo que mais freqüentemente era trocado tendia a ser considerado a unidade, ou seja, justamente o mais útil e valioso tendia a converter-

se em dinheiro e conseqüentemente a perder, com sua nova “utilidade”, o valor de uso anterior. Logo, em sua essência o dinheiro não é um objeto valioso, esgotando seu sentido ao expressar as relações valorativas que se dão entre os objetos - o que só é possível na medida em que se consegue analisar as relações entre as coisas a partir de um patamar de igualdade, mesmo quando as coisas não têm igualdade ou similaridade. Ou seja, é preciso ter-se condições de realizar “abstrações” de caráter criativo, e capazes equilibrar as diferenças entre as coisas para se utilizar o “dinheiro”.

Para o autor essa faculdade se desenvolve lentamente a partir de equalizações mais óbvias, (como quantidades iguais de coisas diferentes) até se chegar a integração de uma mercadoria como a portadora dessa característica de medida em relação a todas as outras (o dinheiro moderno). Sendo assim, a própria evolução da forma do dinheiro se integra em uma evolução cultural mais profunda. O que tem mudado no dinheiro é, portanto, a sua forma, e não a sua “essência”, na medida em que já na origem a “essência” do dinheiro é não ter valor em si mesmo.

Analisando em pormenor a relação entre quantidade e qualidade das coisas, Simmel pondera que quando se trabalha mais com as quantidades das coisas é possível se abstrair da coisa em si, de suas qualidades, gerando-se a partir dessa prática uma certa independência para essas quantidades, carregando de sentido esses valores em si mesmos. Quanto mais fortes são os conceitos, segundo seu conteúdo qualitativo, mais interessantes são as relações quantitativas que se estabelecem, até que se criam condições para se declarar como ideal a substituição do qualitativo pelo quantitativo. A separação e a importância dadas à quantidade facilitam o manejo simbólico das coisas, já que mesmo sendo distintas do ponto de vista qualitativo, diferentes coisas podem ser “comparáveis” do ponto de vista

quantitativo. Esse “estado de espírito” justifica o aprofundamento do uso do dinheiro, na medida em que, indiferente de sua qualidade de valor, representa a pura *quantidade* de valor em termos numéricos.

“Quanto mais percebe o beneficiado que conservamos algo que não lhe damos, tanto mais importante resulta para ele que lhe demos uma parte do que somos.(...) Se o valor de um objeto se determina pelo fato de que para consegui-lo realiza-se determinado sacrifício, o valor da substância pecuniária como tal reside no fato de que deve sacrificar o conjunto de suas possibilidades de emprego para que se converta em dinheiro.” (SIMMEL, 1977, p. 155-156).

Segundo o autor, o valor das coisas para os homens não está relacionado à sua essência, estando, na verdade, sujeito a normas próprias que se constroem na relação com o outro; e o valor econômico, derivado dessa mesma lógica, surge no intercâmbio de objetos portadores de valores que, ao se equilibrarem, permitem a realização da troca conformando um mundo peculiar, onde a ordenação se dá pelo valor alcançado na troca comercial e não pelas características atribuídas pelo seu portador. Ou seja, o valor não representa o valor imediato das coisas, seu valor “metafísico” ou “substancial”, mas sim representa as relações valorativas entre as coisas. Para Simmel o valor flutua sobre o mundo real ao parecer desconectado e, entretanto, o domina incondicionalmente, encontrando no dinheiro a “forma pura” de sua representação. O caráter de símbolo puro dos valores econômicos é o ideal a que aspira a evolução do dinheiro, mas que não pode ser alcançado jamais, uma vez que segundo o autor (e partindo da realidade da moeda com lastro em ouro da sua época), devido a certos defeitos da técnica econômica, o dinheiro nunca pode desfazer-se de um resíduo que seja de valor substancial.

Enquanto meio de troca, a necessidade de que a proporção entre a mercadoria isolada e a massa geral de mercadorias em um dado momento seja igual

à proporção entre uma certa quantidade de dinheiro e a massa geral de dinheiro existente em circulação, requer que os denominadores dessa função sejam previsíveis e não determináveis por meros interesses pessoais, ou seja, que sejam condicionados por algo intrínseco ao próprio dinheiro: a partícula de valor própria e material que o dinheiro necessita carregar - apesar dessa proporção material não ser precisável, ela continua sendo psicologicamente necessária.

“Na medida em que um mero símbolo monetário pudesse realizar todas as funções de troca do dinheiro consideradas em abstrato, nenhum poder humano seria suficiente para manter as garantias necessárias contra os abusos prováveis.” (SIMMEL, 1977, p. 163).

De fato Simmel defende que as funções de troca e medição do dinheiro necessitam de um certo grau de predição e limitação da quantidade deste, que para realizarem eficazmente seus papéis precisam conviver com a noção de escassez, e para o autor essa deve ser garantida pela própria conformação intrínseca do dinheiro (lastro metálico, por exemplo). Ele percebe nas emissões de papel moeda uma tendência a arbitrariedades e a provocar problemas à ordem econômica por gerarem imprevisibilidade e padecerem de ausência de limites claros, o que impediria que se realizassem os cálculos sobre as proporções entre mercadorias e massa monetária de forma eficiente, gerando variações nos preços de uma forma antinatural, uma vez que as conveniências individuais mais facilmente se refletem nessas emissões. É de se notar neste ponto um atrito entre o que ele considera o câmbio natural, baseado nas existências de metais nobres, e o câmbio via escassez administrada, representado pelo papel moeda; de tal forma que, para ele, o dinheiro jamais alcançaria a perda total de seu valor substancial sob pena de se tornar menos eficiente.

Apesar disso, a evolução do dinheiro não é, em absoluto, percebida como contraditória e sim similar a de várias outras relações sociais que seguem o mesmo padrão, ou seja, tem uma direção bem definida, mas atingir o cume implica na perda das qualidades conquistadas no caminho. No caso do dinheiro a abstração pura é o objetivo que é sempre perseguido e que não deve ser atingido.

“De acordo também com estas analogias é como se desenvolve a relação entre o valor substancial do dinheiro e sua essência meramente funcional e simbólica: a segunda vai substituindo progressivamente a primeira, ainda que sempre haverá alguma quantidade deste, já que a terminação absoluta da evolução arrebataria o caráter simbólico e funcional do dinheiro, sua firmeza e sua significação racional.” (SIMMEL, 1977, p. 173).

2.5.2 O significado do dinheiro

Na perspectiva simmeliana o dinheiro se apresenta como o léxico básico da interação entre os indivíduos, estando na base da construção da noção da sociabilidade. Por seu turno, seu uso intensificado estimula o exercício da quantificação e seus hábitos derivados mais conhecidos: o racionalismo econômico e o espírito científico moderno, entre outros.

Mas cabe ressaltar que Simmel define a sociedade como um conjunto de relações recíprocas especiais, onde qualquer uma delas pode deixar de existir que mesmo assim a sociedade em si permanecerá. Ou seja, ele percebe a troca como uma “socialização” e não como “portadora” de toda a sociedade ou a sua origem. Quando a sociedade cresce em número de indivíduos e quando a divisão do trabalho está desenvolvida, a complexidade se eleva e as funções de intercâmbio se

complicam, surgindo a necessidade de idéias e símbolos de representação e coesão. Ele enxerga os comerciantes como os portadores da diferenciação, como agentes da função materializada da troca; e o dinheiro como símbolo da troca e equivalente geral. Desta feita, para ele o dinheiro tem o mesmo efeito que o governo para a manutenção da ordem entre os membros de um grupo.

Retomando a perspectiva histórica que Simmel vislumbra, o dinheiro moderno é visto como uma evolução da utilização de jóias como dinheiro (metais nobres), ou seja, de uma necessidade que só existe em função do outro (a jóia só se justifica na exibição para o outro), sendo um segundo degrau em relação à troca original, fundada na necessidade de consumo própria. Essa troca já não se funda mais em uma relação individual, é grupal, exigindo ao menos três atores sociais. Na troca mediada pelo dinheiro (compra e venda), o próximo passo, só existe perpassada pela totalidade social que proporciona ao dinheiro seu “valor” real.

Para o autor, o “fato” de que se trocam as coisas mais valiosas por uma nota impressa somente se pode produzir por meio de uma grande extensão e segurança das convenções, que tornam possível que aquilo que carece de todo o valor imediato proporcione, por sua vez, algum valor. Se, na comunidade tradicional (*Gemeinschaft*), em uma escala onde ainda se garante a pessoalidade, a *confiança* entre os agentes econômicos assume uma importância central, na sociedade mais complexa (*Gesellschaft*) a importância das leis e regras impessoais, garantidoras de estabilidade nas transações entre anônimos, possui insofismável e crescente relevância.

Colocando de outra forma, o dinheiro é visto por Simmel como uma relação social que conforma uma promessa de pagamento. Tal situação implica em que para haver um circuito econômico complexo, exista a crença em receber depois a mesma

mercadoria pela mesma importância de dinheiro. O autor identifica essa crença como um “ato de fé” socialmente partilhado, sendo essa a base de toda a economia moderna, não só a monetária, mas a real (produtiva) também.

2.5.3 Dinheiro e centralização de poder

A garantia do emprego do dinheiro que o governo emite está em que, apesar de existir uma certa liberdade para não aceitar este mesmo dinheiro, cada indivíduo o aceitará por confiar que o outro também o fará. Logo, quanto maior for o círculo de aceitação de uma moeda, maior será o valor dela. Pequenas comunidades mais facilmente consideram quase qualquer símbolo como dinheiro, porém, para poder realizar intercâmbio com outras comunidades, com desconhecidos, normalmente se fazem necessárias moedas com algum valor substancial. É que nos pequenos círculos os laços sociais diretos valem como seguro das relações econômicas, mas nos grandes círculos são necessárias outras garantias.

Entretanto, para Simmel, prosseguindo o aumento do circuito em termos espaciais, a substancialidade da moeda tende a se reduzir, uma vez que, mesmo nas relações internacionais, a utilização do próprio dinheiro aumenta a coesão de valores, leis, costumes e interesses entre os membros do circuito; tendendo-se a fortificar mais o valor funcional do dinheiro, estimulando-se uma tensão entre capital produtivo e improdutivo. O dinheiro funciona como padrão de valor de acordo com o alcance da autoridade do emitente, entretanto, uma vez mais ele revela seu caráter ambíguo, na medida em que sua utilização estimula simultaneamente a centralização (enquanto tendência à eliminação dos elementos individualistas e

isolantes da essência do dinheiro) e a individualização (uma vez que reforça a diferenciação e liquida os laços personalizados).

Quanto maior se torna a organização da comunidade menor parece ser a importância da essência metálica do dinheiro para a realização de sua função de instrumento. Nesse caminho, Simmel antevê uma tendência para um controle sobre o dinheiro mais social, compartilhado, na medida em que o metal é sempre propriedade privada e o “imaginário” é coletivo. Logo, quanto mais público, mais abstrato se torna o dinheiro, tendendo a interesses supraindividuais, despersonalizados, porém sendo irradiado a partir de centros de emissão cada vez mais poderosos e centralizados; onde a segurança de utilização se relaciona diretamente com o poder político do centro emissor, induzindo mais uma vez a redução da substancialidade do dinheiro, fechando um círculo em relação dialética e auto-alimentado. Por outro lado, quanto mais funções o dinheiro realiza (meio de troca, unidade de valor e reserva de valor), eliminam-se formas distintas da metálica, formas mais carregadas de substancialidade (como outros bens com elevado valor de uso).

Para ele o dinheiro metálico demonstrou uma enorme capacidade de condensar os valores das coisas (transformando-as em bens/mercadorias) sendo assim uma das grandes forças culturais modernas, cuja essência é a concentração de poder em um só ponto do circuito sócio-econômico, em oposição às organizações não baseadas na economia monetária, como cooperativas, organizações familiares etc... Nessa análise as relações sociais de segunda ordem, mais complexas, especializadas e concentradoras de poder, aparecem como mais fortes que as de primeira, diretas e desconcentradas.

Cabe destacar que para Simmel, o monopólio de emissão do dinheiro gera vantagens para quem o detém e também se torna atraente para a classe dominante, pois, se qualquer um pudesse cunhar ou “produzir” dinheiro – como no caso da utilização de conchas para tal fim –, a posição de poder dos ricos e chefes poderia ser alterada com certa facilidade. Portanto, para ele a centralização da emissão gera uma certa estabilidade de poder para os emitentes e reforça, em crescente espiral, a tendência centralizadora desse poder.

2.5.4 Dinheiro, liberdade e reificação

Com o uso intensivo do dinheiro ao mesmo tempo que cada indivíduo depende de um número sempre maior de pessoas, as reconhece cada vez menos enquanto tal, identificando nelas apenas os bens e serviços prestados, não mais as suas personalidades. Dessa forma, a experiência com o dinheiro é, na medida do possível, uma experiência libertadora para a humanidade, uma vez que liberta a personalidade do homem do jugo do outro, pois permite uma relação impessoal, não comprometedora da alma, da personalidade, do indivíduo em si mesmo. É como se o recurso a esse tipo de relação intermediada permitisse o próprio desabrochar da noção de indivíduo. Nesse contexto Simmel detecta uma liberdade que é sempre relativa, na medida em que é apreendida através de uma mudança nos constrangimentos e não pela negação dos mesmos.

Entretanto o dinheiro ganha autonomia, parece ter existência própria quando reconhecido apenas pelo lado de pura abstração. Aquilo que é fruto das relações sociais se reifica quando se completa, trazendo à tona a divergência entre os interesses individuais e os sociais, uma vez que esses deixam de coincidir. Para

Simmel o interesse social está na produção e consumo de mercadorias, que em um primeiro momento se beneficia da maior utilização do dinheiro, da abstração que ele carrega e proporciona, estimulando os ciclos de intercâmbio para poder se realizar enquanto valor. Porém, ao se aproximar da abstração plena, ele deixa de ser o “meio” por excelência, e assume um papel de “fim”, de forma que o interesse pessoal passa a ser o próprio dinheiro, tendendo-se a estimular mais o elemento especulativo em detrimento da produção, ou seja, indo de encontro aos interesses sociais.

Sendo assim, na medida em que os interesses privados se esforçam para levar o dinheiro à plenitude, a realização do dinheiro, esses interesses estão buscando seus próprios horizontes em detrimento das preocupações sociais; ao mesmo tempo em que a rapidez da circulação monetária origina o costume do gasto, que por sua vez se vê associado à possibilidade de recuperação do dinheiro despendido em uma próxima rodada do circuito, propiciando um aumento da importância dada ao próprio dinheiro.

Retomando, Simmel mostra que, a ascensão de valores individualistas esteve decisivamente vinculada à diferenciação da esfera econômica das demais relações sociais, enquanto que o uso cada vez mais alastrado do dinheiro retroalimentava esse mesmo individualismo, porém de maneira ambivalente.

De qualquer forma é importante reter que, para o autor, o dinheiro é acima de tudo uma construção social, uma instituição humana, independente das várias formas que possa ter assumido ou venha a adquirir, ao longo da história.

2.6 Para prosseguir

Uma das conseqüências da análise do pensamento simmeliano vai no encontro do questionamento do pressuposto de neutralidade da moeda que a teoria ortodoxa econômica advoga. Essa negação é compartilhada pela posição dos heterodoxos, como já levantado no item 3 do presente capítulo e também por Aglietta e Orléan, reafirmando-se assim o caráter limitado da análise que leva em conta apenas o caráter econômico do dinheiro.

A moeda precisa ser encarada a partir da diversidade de relações que a permeia e fortalece. No caso específico da moeda moderna, com sua característica de equivalente geral, também precisa ser estudada levando em conta a união excepcionalmente poderosa que resultou do seu encontro com os Estados nacionais modernos, fortalecendo a economia de mercado característica predominante da realidade social a partir do séc. XIX (POLANYI, 1980). Por tudo isso chega-se ao final desse capítulo com a noção de que o mais correto não é se referir a moeda enquanto um instrumento e sim como uma instituição que é, em simultâneo, um instrumento e um sistema monetário. Entretanto, a análise levada a cabo pelos economistas é insuficiente porque não leva em conta as interpenetrações que a utilização dela propicia entre o sistema econômico (de produção e distribuição de renda) e os outros sistemas sociais (político, cultural e etc...), já compreendida como de fundamental importância. Seria preciso mexer com a própria noção que a teoria econômica tem de si mesma para os economistas darem conta da tarefa.

Como qualquer outra instituição construída, ela pode admitir outras conformações e arranjos, mais ou menos eficientes, dependendo dos objetivos que sejam valorizados. Outros caminhos podem ser traçados, outros interesses podem

ser respondidos e legitimados por ela, como já foi no passado e em outras formações sociais. As chamadas “questões políticas”, de confronto de interesses e poderes diferentes não podem ser descuradas nesse caso. Nenhum arranjo institucional pode ser considerado a priori melhor ou mais legítimo. Tudo está por ser pactuado ou conquistado a partir das valorações e capacidade de ação dos indivíduos/grupos/classes e do ambiente social já condicionado por outras instituições pré-existentes.

Só quando o dinheiro implica a sua realização como capital, via o desenvolvimento daquilo que Polanyi chama de sistema de mercado auto-regulável, pode existir “a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais” (1980, p. 68) nas quais os condicionantes são inerentes.

3 PARA UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DO DINHEIRO: UMA HISTÓRIA E O SIGNIFICADO SOCIAL DO DINHEIRO

“A única marginalização tolerável é a que ocorre dentro do sistema.” (SANTOS, 1999, p. 217).

Por extensão da perspectiva de progresso como algo inexorável e evolutivo, dominante no mundo ocidental, tende-se a ver o dinheiro também como uma instituição que, a partir de algum momento, passou a integrar o nosso arsenal social e desde então vem atravessando etapas, de forma sucessiva e linear, até atingir a conformação atual (“naturalmente” mais eficiente). Entretanto, tanto no passado como no presente, em culturas diferentes ou em situações de exclusão do mercado capitalista, formas diferentes de dinheiro foram adaptadas a realidades distintas e persistem sendo utilizadas. Todos os dias novas formas de movimentar, distribuir ou intercambiar produtos e serviços são criadas. Por tudo isso, nas próximas seções, se buscará contar uma das histórias do dinheiro, aquela que procura resgatar as suas diferentes formas e significados sociais.

Para se resgatar a utilização do dinheiro no mundo primitivo e antigo será utilizada, basicamente, a argumentação de Karl Polanyi. No que concerne ao mundo moderno e contemporâneo, serão acrescentadas outras elaborações, algumas mais específicas, como a de John Galbraith em relação à história do dólar norte americano – utilizado como exemplo moderno de construção de diferentes de moedas para objetivos distintos – além de Jérôme Blanc para referenciar as moedas paralelas na economia contemporânea.

3.1 Uma definição institucional do dinheiro

Ao longo desse trabalho tem-se usado indistintamente referências ao dinheiro e a moeda, entretanto, cabe aqui justificar e esclarecer melhor o porquê desse uso.

A noção moderna de dinheiro está associada à idéia da generalização de um único meio de pagamento (ou seja, apenas algumas ou mesmo um bem específico é aceito como intermediário na troca de bens ou pagamento por eles), mas não necessariamente com a fixação de unidades monetárias. De qualquer forma, representa um degrau acima nas relações de troca, deixando essas de se caracterizarem por escambo (troca de bens diretamente por outros bens), para serem marcadas pela presença do meio de pagamento – dinheiro – que pode ser representado por mercadorias específicas para bens específicos (pluralidade de meios de pagamentos) ou de um meio de pagamento único (em geral o metal cunhado/moeda ou uma mercadoria padrão). Contemporaneamente a moeda corrente, a que tem curso legal e livre dentro de um país, é a que melhor desempenha o papel de dinheiro.

Já a idéia de moeda diz respeito, mais especificamente à materialização do conceito de dinheiro, via um signo de valor. Tal signo de valor pode ser representado numa peça de metal (forma surgida na Lídia, no século VII a.C., posteriormente desenvolvida e difundida pelos gregos) ou em qualquer outra coisa. O papel-moeda é um formato mais recente, data do século IX, na China, e foi introduzido na Europa a partir do século XVII. No início a emissão deveria corresponder exatamente à quantidade de metal depositado no banco, funcionando como algo que imprimia um direito sobre o depósito. Entretanto, no mundo moderno, foram emitidos recibos e “certificados de depósitos” em quantidades maiores que o metal guardado, se

aproveitando da defasagem natural entre as transações econômicas. Segundo a perspectiva do direito interno (nacional), a moeda atual é “um título de poder liberatório emitido pelo Estado, com curso forçado decorrente da lei e com aceitação obrigatória para cancelar débitos” (MENDES; NASCIMENTO, 1991, p. 76).

Uma das formas de distinção que pode ser feita entre dinheiro e moeda é que o dinheiro normalmente é reconhecido através das funções que é capaz de cumprir. Enquanto a moeda está mais ligada a forma que o dinheiro toma no exercício das referidas funções, entretanto o usual é referir-se a ambos de maneira indiferente.

O dinheiro, enquanto parte de um sistema de medidas, funciona como parâmetro em relação à importância de um objeto ou serviço para as pessoas e a sociedade em geral em uma situação determinada, não revelando, contudo, nenhuma característica física do objeto em si. Ou seja, embora faça parte de um sistema semântico organizado segundo um código de regras em sua estrutura formal, o dinheiro primitivo reserva outras características, uma vez que não existe um símbolo ou grupo de símbolos que possa ser utilizado para todos os fins (POLANYI, 1994).

Dito de outra forma, o dinheiro moderno, com a sua característica principal de servir para intermediar qualquer intercâmbio entre bens e serviços não existia na vida primeva ou antiga. Nessas sociedades as diferentes funções do dinheiro recaem sobre objetos diferentes, mais especificamente sobre um grupo de objetos. Nelas a distinção entre os diversos usos do dinheiro não é, basicamente, acadêmica como no mundo moderno, no qual o que é aceito como meio de troca exerce também as funções de padrão de valor, reserva de valor e meio de pagamento; nas sociedades pré-modernas cada dinheiro tem seu uso, e alguns de seus usos, como

o ornamental e o mágico não chegaram a ser incorporados na noção moderna de dinheiro.

Seguindo os argumentos desenvolvidos no capítulo anterior, a moeda é uma instituição construída, não neutra, na medida em que influencia na demanda por outros bens e serviços reais, ou seja, afeta o ritmo e a natureza do processo de acumulação de capital, sua quantidade pode ser determinada inicialmente de maneira exógena ao sistema econômico, mas tende a ter seu comportamento endogenizado (CARVALHO,1992) e sua conformação, amplitude de utilização e funções que desempenha depende dos valores, das possibilidades e da formação social em que está imbricada.

3.2 Experiências monetárias pré-modernas

Segundo Polanyi (1994), alguém que se interesse pelo estudo das instituições econômicas deve abordar o dinheiro através de suas funções, uma vez que ele não é exclusivamente um sistema formal, uma linguagem e tão pouco uma característica intrínseca de algum material ou objeto; embora qualquer um desses possa, em determinadas situações, vir a ser utilizado como tal.

O autor lembra que, mesmo antes de maiores logros conceituais (como a escrita e os símbolos matemáticos), a humanidade já possuía mecanismos que a permitia realizar a administração e a provisão de sua subsistência (a economia). Como exemplos tem-se o ábaco; a utilização de caixas e contas coloridas, em paralelismo a quantidades físicas de outros objetos; e mesmo mecanismos intangíveis, porém operacionais, como o sistema dual da administração civil e militar

de Dahomey, baseado na simetria como meio técnico para controlar a burocracia, sendo o dinheiro antigo mais um desses meios técnicos usado para quantificar objetos.

“Nem a administração nem a economia poderiam ter funcionado sem essas intervenções que não eram tanto mecanismos no sentido material, como nos referimos aos modernos, como no sentido semântico de ativar os poderes mentais sem nenhum esforço conceitual. O que os sistemas semânticos conseguem com a ajuda dos símbolos, o mecanismo técnico o consegue mediante operações manuais.” (POLANYI, 1994, p. 181, tradução nossa).

Assim, analisando a origem e os usos do dinheiro, Polanyi acredita ser fundamental a conexão existente entre os objetos físicos e as operações realizadas com eles. Nesse sentido, uma característica fundamental dos objetos utilizados como dinheiro é que são quantificáveis. Pode-se então se referir ao dinheiro quando se encontram unidades físicas intercambiáveis utilizadas para: (a) pagamento, quando o uso de certos objetos implica no cancelamento de uma obrigação, mediante a entrega deles (objetos quantificáveis, consumíveis no tempo) e que sejam aceitos também como pagamentos em situações diferentes; (b) padrão de valor, quando se utilizam esses objetos como se fossem uma unidade física de medida, para se realizarem operações aritméticas entre objetos de diferentes tipos (maças e laranjas, como exemplo clássico); (c) reserva de valor, quando esses objetos quantificáveis são reunidos para sua própria utilização futura ou simplesmente para formar um tesouro (que pode resultar em prestígio, poder e outras influências para quem o possui) e (d) meio de troca, quando objetos quantificáveis são utilizados para intermediar trocas. Excepcionalmente, podem ser encontradas no mundo antigo, unidades ideais, não físicas, como palavras pronunciadas ou registros escritos, que foram utilizadas no cumprimento de algumas das funções do dinheiro.

Convém ressaltar que Polanyi mostra que, ao contrário do que economistas como Smith e Ricardo, além de alguns sociólogos como Mauss, Spencer, Durkheim e mesmo Simmel, a utilização primeira do dinheiro foi como meio de pagamento, não como meio de troca, sendo este uso pouco difundido nas sociedades primitivas ou mesmo nas antigas. Embora em uma economia de mercado, como a atual, servir de meio de troca seja a principal função do dinheiro (que acaba por subjugar as outras), em economias pré-modernas não havia nem essa proeminência, nem a noção de um equivalente geral, de um só dinheiro para todas as funções.

E, entretanto, mesmo na Europa Ocidental a noção básica de mercado interno foi fruto da ação dos estados nacionais modernos, uma vez que:

“Os mercados não são instituições que funcionem principalmente dentro de uma economia, mas fora dela. Eles são locais de encontro para um comércio de longa distância. Os mercados locais, propriamente ditos, são de pouca importância. Além disso, nem os mercados a longa distância, nem os mercados locais são essencialmente competitivos. Conseqüentemente, tanto num como noutro caso é pouca a pressão para se criar um comércio territorial, o assim chamado mercado interno ou nacional” (POLANYI, 1980, p. 73).

Assumir essa perspectiva implica em questionar a unidade semântica, por assim dizer, da história do dinheiro, significa permitir momentos de ruptura, negar uma evolução linear em contraste com uma perspectiva que identifica a instituição monetária como encontrada na moderna sociedade de mercado como o cume de um processo evolutivo, e aceitar a existência de vários tipos de dinheiro, de moedas, desenvolvendo-se em um movimento simultaneamente coordenado e articulador dos sistemas econômico-sociais e seus valores. É trabalhar com base nos relatos históricos onde se encontram sociedades com dinheiro e sem mercado, com mercado e sem moeda e com preços, dinheiro/moeda e mercado, mas sem sistema de mercado formador de preço.

“Na realidade, algumas formas de comércio e vários usos do dinheiro tem grande importância na vida econômica de forma independente e, inclusive são anteriores aos mercados; e mais, quando estão presentes os elementos de mercado estes não implicam, necessariamente, na existência do mecanismo oferta-demanda preço. Os preços, originalmente são estabelecidos pela tradição ou a autoridade, e suas variações, quando acontecem, se realizam mediante métodos institucionais; é a origem dos preços flutuantes, não dos fixos, o problema que se apresenta ao historiador da antiguidade. (...) na realidade dívidas e obrigações são fenômenos primitivos anteriores a existência de mercados e as antigas economias baseadas no armazenamento praticavam a planificação financeira muito antes que a utilização do dinheiro como meio de troca ganhasse importância”. (POLANYI, 1994, p. 69 - 70, tradução nossa)

Nas sociedades primitivas e arcaicas, Polanyi identifica que as relações de movimento de bens (ações de dar e receber) – a base da subsistência humana, o sistema econômico com suas tecnologias, acordos sociais e sistemas de comunicação – está incrustada em uma rede de compromissos sociais e políticos mais amplos, que não permite ao indivíduo fazer valer seu “máximo benefício” econômico (ou seja, da racionalidade econômica) mesmo na presença do dinheiro, de mercados, do comércio e de preços. Antes do sistema de mercado moderno, essas instituições já tinham história própria e independente do mecanismo de oferta-demanda-preço dele derivado.

Polanyi considera que a organização social do poder de apropriação (direitos e obrigações), que organiza a relação dos homens na aquisição e utilização de mercadorias e serviços, bens de valor e a inclusão dos trabalhadores no processo econômico, estabelece a matriz institucional que organiza as relações econômicas homem a homem e também define o lugar da economia na sociedade. Segundo Pearson³⁵, embora Polanyi não tenha dito explicitamente, suas três “formas de integração”, tipos básicos de movimentos institucionalizados que organizam o processo econômico, correspondem à esfera de apropriação da organização social

da economia: a reciprocidade, que pode ser chamada também de mutualidade ou tradição, a redistribuição e o intercâmbio (o *locus* da racionalidade econômica, e do sistema de mercado formador de preços). Cada uma responde por valores, modo de organização e lógica de funcionamento social, político e econômico próprio, e dependem para funcionar efetivamente de estruturas institucionais específicas.

No caso da redistribuição, por exemplo, não é possível haver continuidade caso não exista um centro do qual se origine a redistribuição. Ou seja, não bastam as motivações pessoais, como a natureza humana “propensa à troca” smithiana, pois ações esporádicas são incapazes de produzir o agente integrador dessa formação que é o preço. Sendo assim, o intercâmbio, enquanto uma forma de integração depende da existência de um sistema de mercado que, segundo o autor, não se origina “naturalmente” dessas mesmas ações esporádicas de intercâmbio³⁶. De fato, Polanyi desenvolve o argumento de Malinowski, que indicou que as situações recíprocas nas sociedades humanas estão sempre apoiadas em formas básicas de organização simétricas, reconhecendo que a reciprocidade tem a simetria como estrutura de apoio; a redistribuição, o centro; e o intercâmbio, o sistema de mercado.

“Estas observações ajudam a esclarecer como e porque as atitudes pessoais individuais não conseguem ter efeitos sociais em ausência de condições sociais necessárias. Somente em um ambiente organizado simetricamente derivam as atitudes recíprocas em instituições econômicas de importância; apenas onde previamente existem centros, pode a atitude cooperativa dos indivíduos produzir uma economia redistributiva; e só em presença de mercados instituídos com esse propósito, a atitude trocadora dos indivíduos criará preços que integrem as atividades econômicas da comunidade” (POLANYI, 1994, p. 112, tradução nossa).

³⁵ Na Introdução da obra “El sustento del hombre”, de Karl Polanyi, editada por Harry Pearson, após a morte do autor.

³⁶ Para uma argumentação mais completa, que estaria além do escopo desse trabalho, ver Polanyi, 1994 e 1980.

Malinowski com seu estudo sobre as ilhas Trobriand apresenta o sistema mais comprovado de reciprocidade enquanto forma de integração, sendo as doações e contra doações que expressam a reciprocidade entre os bens que são movimentados e os serviços prestados. A pessoa apropriada deverá corresponder na situação adequada com o tipo de objeto de acordo, sendo a pessoa adequada a essa transação a que se encontrar simetricamente situada. Espera-se uma conduta geral de equidade e consideração nessas transações, sem espaço para regateios, evitando-se demonstração de interesse próprio.

A redistribuição exige a recolha dos bens e disponibilidades de serviço para serem então redistribuídos de acordo com a tradição, a lei ou qualquer outro tipo de decisão central. Pode surgir por necessidades diversas e em escalas bastante distintas. Enquanto grupos de caçadores vêm nela a melhor forma de não desintegrar o grupo, preciso para a execução da caçada, por seu turno também economias complexas e diversificadas, como as do antigo Egito, Suméria, Babilônia e Peru, também a utilizaram. É indiferente se a obrigação da recolha vêm pelo parentesco, por laços de vassalagem, acordos políticos ou impostos diretos, em espécie ou em dinheiro. O que interessa é armazenar e redistribuir, o que exige uma organização central política e econômica desenvolvida. Polanyi cita como exemplos o incipiente estado trobianês como um órgão de redistribuição (e não um órgão de defesa), assim como o sistema tributário dos estados nacionais modernos. Pode também ser aplicado a apenas parte da sociedade, como na alcazaba do noroeste africano, na casa patriarcal hebréia, na fazenda da Grécia antiga ou no feudo medieval, antes da mercantilização geral de todos os produtos, unidades em que o objetivo econômico é o abastecimento do grupo.

O intercâmbio é associado ao movimento bidirecional entre pessoas em que ambas pretendem ter o máximo lucro possível, sendo o regateio parte inerente do processo. Entretanto, sem a existência de um sistema de mercado, não será possível a formação de preços. Ou seja, nesse arranjo não se consegue a solução para o problema da determinação dos preços apenas pela via da ocorrência de atos de troca em si.

Vale dizer que não há nenhum tipo de esquema etapista no desenvolvimento dessas formas de integração, que podem coexistir em uma mesma sociedade, uma como dominante, outras como subordinadas. Podem desaparecer e ressurgir em momentos históricos distintos, dependendo das condições sociais e não de uma pré-existência de outra. A reciprocidade é dominante nas comunidades tribais, mais existe ainda no séc. XXI, e organizava boa parte do comércio exterior da Antiguidade. A redistribuição foi dominante nas sociedades antigas e também tribais, onde o intercâmbio tem um papel menor. O intercâmbio ganhou espaço na última etapa do império romano, atualmente é dominante na maioria dos estados industriais modernos, mas tem sua posição constantemente questionada. E o surgimento moderno do sistema de mercado enquanto propulsor da economia pode ser traçado desde o momento em que a terra e os alimentos básicos, além do trabalho passaram a ser mobilizados por seus mecanismos.

Entretanto, exceto no intercâmbio, em todas as outras formas de troca as quantidades e tipos de coisas envolvidas estão relacionadas diretamente ao tipo de relação social travada em família, clã, distrito ou tribo. Cada uma dessas transações pode ser vista como residente em local separado na mente dos envolvidos. Elas têm terminologias próprias e conceitos globalizantes como prejuízos e lucros são inaplicáveis. Sendo assim, nesses sistemas é impossível organizar a economia

como um sistema aparte das relações sociais que abarcam seus próprios elementos. Também tal não se faz necessário, uma vez que o conjunto integrado das relações sociais dá conta delas.

Por outro lado, nas sociedades arcaicas todos os princípios que inspiraram as primeiras instituições econômicas - além de outras- foram a necessidade de manter a coesão da comunidade, a solidariedade social. Aqui a reciprocidade desvia a atenção sobre o lucro, a vantagem egoísta, ressaltando a gratificação dos contatos mutuamente honoríficos entre pessoas ligadas por relações específicas de status e/ou amizade. Já a redistribuição reforça os laços comunais através de diversos traços psicológicos, como a identificação com o poder, a participação nos festejos de repartição, o prazer da ostentação da riqueza comum e etc. Todo esse espírito de solidariedade no campo econômico desestimula qualquer transação interesseira com alimentos e outros bens básicos, como a terra. De fato, existia quase um tabu que proibia que transações lucrativas se realizassem sobre o alimento. Quando se reconhece que o valor do *status*, do orgulho e da vaidade são tão eficazes para canalizar o egoísmo humano, quanto o desejo de lucro econômico, a primazia da racionalidade econômica retoma seu lugar como exclusivamente pertinente a arranjos sociais específicos, não lhe cabendo qualquer razão para merecer a universalização que a teoria econômica ortodoxa lhe estabelece.

Tendo o anterior em conta, Polanyi salienta que as experiências antigas e primitivas, por vezes distintas, relativas a diferentes posições de *status* existentes, se faziam sob o princípio de equivalência, da mesma forma que associava a cada membro uma quantidade de bens básicos como um direito econômico essencial, e como parte do direito à sobrevivência, por pertencer ao grupo. Entretanto, nas

idades-estado camponesas, como Atenas e em parte Israel, se desenvolveu uma forma diferente de lidar com a referida oposição comunidade/lucro.

Nestas sociedades as transações com os meios de sustento do homem se faziam em um local de mercado, embora a *ágora* ateniense não conhecesse a liberdade de mercado e a concorrência, sua derivada. Nem tampouco, o também conseqüente risco de monopólio, pois que a cidade-estado regulava as interações aí estabelecidas e era reconhecida como a única responsável pela redistribuição entre seus membros, embora tenha nessa situação se iniciado a possibilidade do exercício do lucro entre os próprios membros da comunidade. Nas palavras do próprio autor:

“Se havia admitido o princípio de troca lucrativa entre os membros da comunidade e a salvaguarda contra a discórdia havia desaparecido de suas fileiras. Além disso, os limites do mercado local estabeleceram limites para a expansão do Estado. A polis grega da mãe pátria, que devia tanto de sua radiante e vigorosa liberdade ao antigo uso das pequenas moedas nos populares mercados de alimentos, nunca chegou a dominar a limitação territorial inerente à *ágora* nem a destrutiva luta de classes que parecia acompanhá-la sempre.” (POLANYI, 1994, p. 112, tradução nossa).

Seguindo o argumento de Polanyi, a aversão à troca de produtos alimentares básicos foi vencida não pelo mercado (e a alegada propensão humana para a troca, segundo ele inexistente) e sim pela utilização das instituições de equivalência, mecanismos de ordem social geral, que expressavam relações quantitativas sobre as quais se estabeleciam intercâmbios entre diferentes tipos de bens (por exemplo, uma jarra de vinho para uma porção de trigo ou um dia de trabalho). Deve se ter claro que as equivalências não se limitavam ao mundo das trocas nos mercados,

uma vez que justamente movimentavam os suprimentos básicos nas sociedades antigas³⁷.

Em presença da reciprocidade como regra, a contraparte por uma dádiva é determinada por convenção, já na redistribuição as equivalências têm um peso menor. Entretanto, se propiciam hábitos de substituição entre equivalentes, desde que os bens sejam por fim recolhidos e redistribuídos por um centro. Mesmo em presença desse arranjo seria forçado se referir a preços, na concepção moderna do termo.

Nesse sentido, o comércio natural aristoteliano é identificado como um intercâmbio sem lucro, estimulado como complemento natural para devolver a auto-suficiência em uma sociedade (ao homem grego) já intensamente diferenciada. Ou seja, as transações mercantis se intensificaram no mundo arcaico tendo em presença a solidariedade tribal e seu mecanismo de redistribuição, uma vez que se iniciou quando não era lucrativo, quando se realizava basicamente sobre os princípios de equivalência politicamente pactuados³⁸: “o intercâmbio, o mais precário dos laços humanos, impregnou a economia quando pode servir para legitimar a comunidade” (POLANYI, 1994, p. 137). Pode-se, inclusive, identificar nessa perspectiva o gérmen do “preço justo”, instituição anterior ao atual preço de mercado que tanto influenciou os primeiros escritos econômicos propriamente ditos.

Daqui também se depreende o uso do dinheiro como padrão de valor de forma bastante efetiva, uma vez que após calcularem-se as ofertas mútuas em

³⁷ “Uma definição útil de equivalência tem que se basear no fato de que seu fim indica o número de unidades de um tipo de objeto que, ao ser substituído por um número de unidades de outro, dá um resultado que não está relacionado com uma operação concreta seja a reciprocidade, a redistribuição ou o intercâmbio.” (POLANYI, 1994, p. 140, tradução nossa).

³⁸ Algum traço de presença desses valores sociais pode ser ainda capturado na elaboração clássica da teoria do valor enquanto salvaguarda da justiça no sistema econômico. Sendo isso realizado por intermédio de sua exclusão da esfera econômica, uma vez que transporta toda a responsabilidade

termos de equivalentes, a diferença restante pode ser paga em moeda. Não cabendo, portanto, lugar para qualquer inevitabilidade no surgimento do atual sistema de mercado formador de preços, pois na vigência das equivalências, essas eram capazes de propiciar os preços convencionados, tornando o uso do dinheiro como meio de troca irrelevante. Reforçando, foi apenas no mundo moderno que a função de meio de troca ganhou importância sobre as outras, obliterando-as.

3.3 O caráter excepcional da instituição monetária moderna

A importância da perspectiva de Polanyi para o presente trabalho é dupla. Por um lado, demonstra que o dinheiro historicamente conviveu com o mercado, o comércio e os preços, conformando outros arranjos econômicos dinâmicos, ou seja, que a economia de mercado não é um arranjo inexorável, dados esses elementos em evolução. E por outro, alerta que os diferentes arranjos econômicos (de distribuição, de comércio e de organização da produção) que foram predominantes na época pré-moderna, ao continuar em atuação, embora obliterados pelo sistema de mercado atual, não evidenciam necessariamente nenhuma atitude pouco desenvolvida. Mas, sim, desenvolvida em um sentido diverso, sobre um outro modelo de sociedade ou apenas tributários de valores sociais não hegemônicos, indispensáveis para a continuidade da própria sociedade moderna.

sobre o princípio de justiça para o sistema político e cultural, neutralizando assim as instituições tidas como puramente econômicas, como o mercado e o dinheiro.

3.3.1 *É possível se contar uma história evolucionista da moeda?*

Com base no acima exposto se torna difícil defender a noção corrente de evolução linear dos usos do dinheiro, não apenas porque não é comprovada empiricamente, mas também porque parte de pressupostos sobre a utilização pré-moderna do dinheiro que não se confirmam pelos estudos antropológicos e históricos mais recentes (POLANYI, 1994). Logo, nem todo dinheiro deve – ou mesmo pode – ser compreendido como dinheiro/moeda no sentido moderno de meio de troca universal.

“A análise dos dados oferecidos pelas sociedades primitivas e arcaicas revela que não se pode assegurar que o uso do dinheiro como meio de troca tenha dado origem aos outros usos do dinheiro. Pelo contrário, o pagamento, o depósito de riqueza e a unidade de conta tiveram origens diversas e foram institucionalizados independentemente uns dos outros. (...) Parece quase contraditório pensar que se podia pagar com um dinheiro que não se podia comprar, mas é precisamente isso o que significa a nossa afirmação de que o dinheiro não era utilizado como um meio de troca e sim como um meio de pagamento.” (POLANYI, 1994, p.189, tradução nossa)

Quando existem obrigações a serem salgadas, o dinheiro desempenha o papel de torná-las quantificáveis e pagáveis (meio de pagamento); quando bens são guardados como tesouro ou para uso futuro se conforma como reserva de valor quando se utilizam mecanismos de equivalência, o dinheiro se ressalta como padrão de valor; e, quando existirem sistemas de mercado formadores de preços, o dinheiro será identificado basicamente como meio de troca. Ou seja, o dinheiro foi se modificando junto com as outras transformações sociais, servindo ora de agente integrador de certos valores, ora transformador de valores antigos. E ainda em algumas situações, ajudando a preservar posições tradicionais. Ao longo desse processo existiu um momento de ruptura, em que surgiu o dinheiro moderno,

espelho/motor da sociedade moderna. A moeda nacional contemporânea é fruto dessa ruptura, não de uma evolução natural.

Foi preciso libertar a moeda das amarras da moral antiusurária para que ela pudesse realizar plenamente o papel de crédito e finalmente após sua completa desmaterialização (com emissão deslocada da produção), cumprir a inovadora função de capital imaterial, podendo dessa forma se legitimar como fim último do processo de acumulação, e não mais apenas como instrumento.

3.3.2 *O surgimento da moeda moderna*

Apenas após a cunhagem de moeda estar bastante desenvolvida nas cidades gregas, cinco ou seis séculos antes da era cristã, as finanças monetárias começaram a substituir as finanças básicas, assim mesmo, de forma bastante situada, uma vez que em outras regiões desenvolvidas da época, como o Egito dos Ptolomeus, permaneceram utilizando as finanças básicas e desenvolvendo-as a um nível de eficiência jamais alcançado. Entretanto, os impérios hidráulicos, na ausência do dinheiro enquanto meio de troca, estimulavam seu uso como unidade de conta, chegando a criar algo como um banco (segundo o autor, era mais um gestor das grandes diretrizes que controlava as finanças dos produtos básicos) para facilitar as transferências e liquidações de pagamentos. Similar, também ao ocorrido na administração dos grandes templos da antiguidade:

”Dessa forma se desenvolveram a liquidação, as transferências e os cheques não transferíveis, não como recursos de uma economia de intercâmbio, mas sim ao contrário, como mecanismos administrativos desenhados para fazer mais efetiva a distribuição e, portanto, para fazer desnecessários os mecanismos de mercado.” (POLANYI, 1994, p. 197).

Braudel também insiste em mostrar que tanto a moeda como outros instrumentos financeiros operavam desde muito, mesmo na ausência de um sistema de mercado, servindo a propósitos diferentes daqueles que atualmente lhes são imputados.

“Vinte séculos antes da era cristã, na Babilônia, utilizavam-se, entre mercadores da praça e banqueiros, notas, cheques, a que não é preciso exagerar a modernidade para admirar o engenho. Encontram-se os mesmos artifícios na Grécia e no Egito helenístico onde Alexandria se tornou “o centro mais freqüentado do trânsito internacional”. Roma conhece a conta corrente, o débito e o crédito do livro dos argentari. Enfim, todos os instrumentos de crédito – letra de câmbio, dinheiro à ordem, carta de crédito, nota de banco, cheque – são conhecidos dos mercados do islã, muçulmanos ou não (...) E a China utilizou a nota de banco desde o século X da nossa era.” (BRAUDEL, 1997, p. 432).

Entretanto, convém insistir que até o final da Idade Média os mercados não desempenharam papel importante no sistema econômico, prevalecendo outros mecanismos institucionais. Mesmo quando sob o sistema mercantil, a partir dos séculos XV e XVI, no Ocidente o uso da moeda e o apelo aos mercados se expandiram e tornaram-se a principal preocupação dos governos, eram, então, mais controlados que nunca. A mudança que ocorre no início do século XIX, em direção a utopia de um sistema de mercado auto-regulável, é impensável para o sistema econômico de uma sociedade antiga. Retomando Polanyi,

“Ao denunciar o princípio da produção visando o lucro “como não natural ao homem”, por ser infinito e ilimitado, Aristóteles estava apontando, na verdade, para o seu ponto crucial, a saber, a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais na quais as limitações eram inerentes.” (POLANYI, 1980, p. 69).

Apesar da insistência mercantilista no comércio lucrativo como política nacional, sua relação com os mercados era oposta à economia de mercado, reforçando os impedimentos antigos que deixavam a terra e o trabalho de fora dos

objetos do comércio³⁹, pré-condição da economia moderna. Entretanto, terra e trabalho são nada mais que o meio ambiente natural onde existe a sociedade e os homens que a compõe, donde incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade ao seu funcionamento.

A própria natureza institucional de uma sociedade de mercado passa pelos métodos que permitem ao sistema de mercado dirigir os elementos reais da economia, o que se torna possível via a noção de mercadoria, e trabalhando como se todos os elementos do sistema fossem produzidos para a venda no mercado. Ou seja, aceitando socialmente que todos tivessem sido transformados em mercadorias, abre-se também uma nova perspectiva para o uso do dinheiro.

Considerando, então, que todos os componentes do sistema econômico são tratados como se fossem mercadorias, de fato seu funcionamento tenderá a subjugar todos os outros mecanismos sociais, pois seus fluxos só poderão se dar através da intervenção da moeda, sendo ela mesma administrada como se fosse uma mercadoria. Todos os componentes da sociedade devem então ter seu mercado próprio, organizado em termos de oferta e demanda de cada componente, determinando assim seu preço. Assim o somatório de todos esses mercados resulta no *sistema de mercado* propriamente dito, unguído pela teoria econômica liberal da capacidade de administrar “natural” e “racionalmente” toda a atividade humana.

Entretanto, nem o trabalho/homem nem a terra/meio ambiente são ou podem ser produzidos exclusivamente para a venda, e o dinheiro, mesmo na sociedade moderna, é por um lado, mais que um símbolo de poder de compra e, por outro, reflexo de complexas relações sociais definidas para além da esfera econômica da

³⁹ “As guildas artesanais e os privilégios feudais só foram abolidos na França em 1790; na Inglaterra, o Statute of Artificers só foi revogado em 1813/14 e a Poor Law elisabetana em 1834. O estabelecimento do mercado livre de trabalho não foi sequer discutido, em ambos os países, antes da

vida que se materializa, por assim dizer, através dos bancos e das finanças públicas. Mas que de qualquer forma também está longe de ser “produzido” para a venda. Ou seja, apesar de ser equivocada, a perspectiva que define o trabalho, a terra e o dinheiro enquanto mercadoria tem oferecido o princípio de organização da sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições. Utilizando-se diretamente das palavras de Polanyi:

“O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles [terra, trabalho e dinheiro]. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são uma mercadoria.” (1980, p. 86).

Acrescentando ainda:

“Ora, em relação ao trabalho, a terra e ao dinheiro não se pode manter um tal postulado. Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. (...) A extrema artificialidade da economia de mercado está enraizada no fato do próprio processo de produção ser aqui organizado sob a forma de compra e venda.” (1980, p. 86 e 87).

Compreende-se assim a economia de mercado como constituída sobre um mecanismo construído (não natural) que a tudo tenta transformar em uma transação de compra e venda. Ainda seguindo a tese de Polanyi, identifica-se o mecanismo que permitiu esse desenvolvimento como sendo o aparecimento das máquinas e fábricas simultaneamente complexas e especializadas, exigentes, de um fornecimento garantido de trabalho, terra e dinheiro para a sua expansão. Em se tratando de uma sociedade comercial, como era a Europa mercantilista, torná-los

última década do século dezoito, e a idéia de auto-regulação da vida econômica estava inteiramente fora de cogitação nesse período”. (POLANYI, 1980, p.83)

disponíveis à compra, mercantilizando-os, facilitaria a proliferação da industrialização. E o surgimento, em conjunto, da classe trabalhadora, possibilitou então um novo arranjo social: a sociedade de mercado, em que “uma riqueza nunca vista passou a ser companheira inseparável de uma pobreza nunca vista” (POLANYI, 1980, p. 110).

3.3.3 *Moeda moderna e ruptura*

Partindo tanto de uma análise mais histórica/institucional, como a de Polanyi, ou mais técnica/ortodoxa como a levantada no capítulo anterior desse trabalho, fica claro que a moeda moderna tem características que a diferenciam sobremaneira das moedas antigas. Um traço dessa ruptura deve ser identificado no seu reconhecimento atual como, fundamentalmente, um meio de troca, na sua utilização como equivalente geral e principalmente no poder que suas novas funções concentraram nas mãos de quem a emite/define/detém; principalmente a sua inigualável capacidade de servir de reserva de valor e, melhor ainda, ser autovalorizável (via mercado financeiro) em relação àqueles que a ela tem acesso reduzido e não intervêm na sua administração, e nenhuma dessas figuras pode ser reportada, com rigor, ao mundo pré-moderno.

Em contraste com as moedas diferenciadas do mundo antigo, que favoreciam a articulação social via diferenciação social, parentesco e solidariedades internas, ao mesmo tempo em que dificultavam a monetarização, a unicidade e centralização na criação e utilização como equivalente geral da moeda moderna tende, inicialmente, a estimular formas mais homogêneas de organização em sociedade, embora

destituídas de maior apelo à solidariedade interna. Antes pelo avesso, alimentando um espírito de concorrência e desresponsabilização em relação ao restante do edifício social. A moeda nacional não pode, portanto, ser compreendida como uma evolução das moedas primitivas. Ela como que chega de fora, concorrendo e subjugando as moedas antigas, como de resto refletindo a disputa entre duas formas de estruturar a própria sociedade humana.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII esse novo e singular arranjo social foi se constituindo como dominante, entretanto não cabe no escopo desse trabalho discutir em profundidade esse momento transição, quando as novas relações econômicas se impunham. O que se torna indispensável reter é que nesse novo arranjo o Estado é a instituição responsável pela colocação em circulação e também pela disseminação do uso de uma “nova” moeda, como Galbraith nos relata:

“Com a ascensão desses bancos [públicos], caíram os lucros resultantes da fundição, adulteração e outras reduções do metal. No banco público, só contava o metal válido. E igualmente, ou mais importante ainda que isso, com o surgimento dos estados nacionais as moedas passaram a ser menos numerosas e eram melhor cunhadas. Assim, a cunhagem deixou de atrair a atenção de homens com instinto peculatório. Os retornos propiciados por essa engenhosidade tornaram-se baixos ou insignificantes.” (GALBRAITH, 1983, p. 16, grifo nosso).

Ou seja, não é apenas no nível cultural, por assim dizer, que acontecem as rupturas. Politicamente a moeda moderna também tem um caráter singular em relação à antiga, é irmã siamesa do Estado moderno. E aceitar essa perspectiva significa trabalhar sob a hipótese de que diferentes formas de dinheiro/moeda são construídas em diferentes momentos sócio-econômicos – e em simultâneo os constroem. Entretanto não é apenas a dinâmica monetária que se faz diferente de

acordo com o arranjo; a psicologia social, os valores sociais e a política (no sentido de quem é beneficiado e quem perde) também são singulares. Nesse sentido, reforça-se a tese de que a moeda é mais que um símbolo. É parte atuante do sistema, e a forma como ela se apresenta em cada época compõe os mecanismos de transformação e manutenção dele.

Recordando, não se considera, entretanto, que o processo de transformação leve ao completo desaparecimento das formas anteriores, uma vez que o sistema dominante sempre guarda traços dos arranjos que subjugou. Trata-se, de fato, da necessidade de se aprofundar um pouco mais a discussão acerca do caráter, a forma e as funções dessa nova moeda, em parte já levada a cabo no capítulo anterior.

Uma economia de mercado só se materializa em uma sociedade de mercado; e mesmo dentro do contexto específico, pretensamente insulada do sistema social que caracteriza a moeda moderna, não pode ser compreendida se analisada de forma desvinculada das interações (de fato existentes) com a totalidade do sistema social na qual está embebida. Sendo assim, no sentido pertinente para esse trabalho, só é possível se referir plenamente à moeda moderna a partir da consolidação do padrão ouro, no início do século XIX, um momento associado com o fim da transição e início da consolidação da economia de mercado. E se a história da moeda moderna começa em coincidência com o padrão ouro, é necessário compreender as pré-condições que permitiram sua constituição.

Na prática, em um sentido nacional elas se materializaram após o Banco da Inglaterra ir paulatinamente assumindo as modernas funções de um banco central nacional (regulador da oferta monetária e prestador em última instância), e após a circulação por cerca de trinta anos de emissões de notas pelo banco sem promessa

de conversão em metal precioso⁴⁰. Já pela perspectiva internacional foi apenas após a vitória inglesa sobre Napoleão e a assunção plena da liderança militar e econômica pela Inglaterra do cenário mundial que tal unificação encontrou ambiente. Evidentemente esta liderança tendia a ser contestada⁴¹, entretanto, a singular situação de equilíbrio de poder refletida na constituição e atuação do Concerto da Europa tem igual importância no grau de eficiência que o padrão ouro alcançou⁴².

“Orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram, agora, funções da moeda e do crédito. Já no último quarto do século dezanove, os preços mundiais das mercadorias constituíam a realidade principal da vida de milhões de camponeses continentais; as flutuações do mercado monetário de Londres eram anotadas diariamente pelos negociantes de todo o mundo, e os governos discutiam os planos para o futuro à luz da situação dos mercados de capitais mundiais. Só um louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era o eixo da existência material da raça humana.” (POLANYI, 1980, p. 35).

No decorrer desses dois séculos a instituição monetária não deixou de passar por transformações que, de certa forma, têm contribuído para desmistificar o caráter específico da moeda moderna. Uma vez que ela extrai a sua característica de equivalente geral da noção de que apenas o Estado (nacional moderno), com seu aparato legal e de coerção, é capaz de amparar o seu valor, a idéia de que a moeda

⁴⁰ Durante as guerras napoleônicas as notas bancárias não perderam muito de seu valor, apesar de não apresentarem mais conversibilidade em metal, talvez em função da perspectiva de um futuro resgate em caso de vitória. De qualquer forma parece que a população ia, pouco a pouco, se habituando a confiar nessas notas que tinham sua circulação promovida, em primeira instância pelo próprio Estado.

⁴¹“O padrão ouro e o constitucionalismo eram os instrumentos que tornaram conhecida a voz da City de Londres em muitos países menores que adotaram esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. Às vezes a Pax Britannica mantinha esse equilíbrio através dos canhões dos seus navios, entretanto, mais freqüentemente, ela prevalecia puxando os cordéis da rede monetária internacional.” (POLANYI, 1980, p. 32).

⁴² “O comércio se unira definitivamente à paz. No passado a organização do comércio fora militar e guerreira. (...) Tudo isso já havia sido esquecido. O comércio dependia agora de um sistema monetário internacional que não podia funcionar numa guerra generalizada.” (POLANYI, 1980, p.33).

sacaria seu valor de características intrínsecas⁴³ terminou caindo em desuso e, atualmente, quase que desapareceu do cenário social qualquer prática que possa alimentar essa ilusão. O próprio padrão ouro⁴⁴, foi substituído, após um pequeno período de crise (1971-1979), pelo padrão dólar flexível (SERRANO, 2002). E, por isso mesmo, ao longo desse trabalho a moeda moderna vem sendo chamada indistintamente de moeda nacional, contrapondo, de certa forma, à utopia da completa descolação do subsistema econômico do sistema social.

Desde pelo menos 1971 (com o abandono unilateral daquilo que restava do padrão ouro pelos Estados Unidos), o mundo industrializado trabalha com uma moeda fiduciária e inconvertível, que depende explícita e unicamente do controle dos governos nacionais para ter sua emissão e multiplicação organizada, e, no caso do comércio internacional, tributária do governo da economia disparadamente mais forte do sistema: a norte-americana.

Não é menos relevante – e por isso merece ser lembrado – que, como já discutido no capítulo anterior, tanto uma moeda-mercadoria como uma moeda-fiduciária devem ser admitidas como sem “padrão objetivo”, possuindo, de fato, apenas um valor que é nominal e denominado, em última instância, pelo Estado. Ou seja, que de certa forma o que a utilização expressa de uma moeda fiduciária proporciona é acima de tudo a explicitação dessa realidade intrínseca à moeda.

Entretanto, o ambiente do próprio subsistema econômico mudou significativamente nos últimos vinte anos, com o avanço sem precedentes da moeda financeira sobre a moeda primária e, em função da forma como vem sendo

⁴³ Para um questionamento mais “a quente” dessa celeuma ver *Da Moeda*, de Galiani (2000), obra editada originalmente em 1751.

⁴⁴ Que pode ter sua vigência dividida em dois períodos: padrão ouro-libra, de 1819 até 1914 e padrão ouro-dólar, da pós-Segunda guerra até 1971. (SERRANO, 2002).

administrada, a moeda tem tido todos os incentivos para “estacionar” no setor financeiro da economia – que concorre com o produtivo pelos capitais disponíveis. Dessa forma, a daqui para frente chamada “moeda contemporânea” conforma um subtipo da moeda moderna que, ainda de maneira mais radical, quando atinge o setor produtivo, impulsiona-o para um crescimento quantitativo como forma de dar retorno ao capital aí investido – em detrimento de parâmetros considerados qualitativos, que levem em consideração o tipo de crescimento econômico levado a cabo, além das conseqüências sociais e ambientais (no fundo, econômicas também, só que de longo prazo).

3.4 A moeda moderna e os modelos de desenvolvimento

O fato de que hoje o mundo transaciona com uma moeda-penhor, que reflete não as riquezas circulantes e sim as riquezas “virtuais” (CORDEIRO, 1995), talvez realizáveis qualitativa e/ou quantitativamente em um devir, precisa ser melhor compreendido pela teoria social, e embora trabalhar em profundidade essa questão esteja acima do âmbito desse trabalho, não se pode deixar de tocar na questão.

3.4.1 O significado social do dinheiro contemporâneo

No Brasil, a emissão primária de moedas e notas pelo Banco Central representa cerca de 4%⁴⁵ dos meios de pagamento ampliados (M4)⁴⁶ e 38% do

⁴⁵ Valor muito próximo da média mundial. Dados de Novembro de 2005, segundo o Banco Central.

conceito restrito de moeda (M1)⁴⁷. Isso significa que de cada 100 Reais em circulação, 96 deles chegam ao público através dos bancos comerciais, que os colocam na mão dos cidadãos (investidores e trabalhadores) via concessão de crédito, ou seja, com a obrigação de retornarem aos bancos trazendo consigo uma quantidade extra de dinheiro suficiente para pagar os juros correspondentes ao empréstimo.

O que se conclui dessa assertiva é que o próprio processo de criação da moeda contemporânea se dá de tal forma que ela chega à sociedade já sob o peso do pagamento de juros, o que estimula um comportamento econômico extremamente competitivo, uma vez que apenas os que se mostrarem capazes de angariar os fundos necessários para o pagamento desses juros iniciais terão acesso a ela. De acordo com Lietaer (1998):

“Creio que a cobiça e a concorrência não são resultado de um temperamento humano imutável, eu cheguei a conclusão que a cobiça e o medo da escassez na realidade estão sendo continuamente criados amplificados como consequência direta do tipo de dinheiro que estamos utilizando. Por exemplo, podemos produzir mais alimento que o suficiente para alimentar a todo o mundo e existe trabalho suficiente para todos no mundo, entretanto, claramente, não existe dinheiro suficiente para pagar por todo esse trabalho. A escassez está em nossas moedas nacionais. Na realidade, a tarefa dos bancos centrais é criar e manter essa escassez de divisas e a consequência disso é que então temos que brigar uns com os outros a fim de sobreviver.”

⁴⁶ Segundo o glossário do Banco Central, o meio de pagamento ampliado: “inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias - as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro”.

⁴⁷ Meio de pagamento, segundo o Banco Central corresponde ao “conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques”.

Em verdade, o fato dos recursos naturais serem limitados para o usufruto do mundo econômico não permite concluir que a moeda, naturalmente, também o seja. A escassez contemporânea de moeda é gerenciada socialmente, de maneira cada vez mais freqüente, desvinculada dos objetivos do lado real da economia.

Esse é evidentemente um traço de singularidade em relação às moedas pré-modernas. É certo que o juro já fazia parte do cenário da economia antiga, entretanto, além das limitações morais que sua cobrança sofria, não estava imbricado tão diretamente no processo de criação da moeda como agora. Quando os bancos antigos emprestavam mais que o ouro que tinham, criavam mais moeda também portadora de juros. Entretanto a parcela que era garantida (metal) não tinha juros embutidos. Atualmente essa garantia é, fundamentalmente, baseada em títulos do governo, também passíveis de juros. Na atualidade esse movimento múltiplo impulsiona geometricamente o peso dos juros em todo o sistema econômico. Não se pode olvidar da natureza dual que a moeda carrega, ora bem público, do ponto de vista do seu funcionamento, ora mercadoria privada, na medida em que é criada também por agentes privados que vêem nela a possibilidade de realização de seus ganhos (GUTTMANN, 2003).

Atualmente a pressão que os juros exercem sobre a sociedade pode ser visualizada também através da diferença entre as taxas lineares de crescimento que a produção é capaz de manter (mesmo quando acelerada) em relação às cifras de crescimento geométrico que o setor financeiro apresenta.

3.4.2 Moeda e desenvolvimento

Se por um lado à própria natureza financeira da moeda contemporânea influencia o padrão de desenvolvimento econômico, por outro se pode inferir que essa mesma natureza tem contribuído para estimular o denominado “lado financeiro” da economia em detrimento do “lado real”. Tal situação foi agravada com a desregulamentação dos mercados financeiros nacionais e internacionais, segundo Singer (2000, p. 118):

“Antes desta mudança os governos nacionais regulavam a entrada e saída de valores dos seus países visando equilibrar seus balanços de pagamento. A liberalização dos fluxos internacionais de capitais resultou do relaxamento dos controles até a sua completa eliminação. Em consequência, a riqueza financeira globalizada, que circula com desenvoltura por dezenas de mercados nacionais, possivelmente se tornou muito maior que os ativos financeiros nacionais aplicados em cada país.”

A relação entre o movimento financeiro (de papéis) e o movimento de mercadorias diário era estimada na ordem de 2 para 1 no tempo de Keynes, de 50 para 1 em 1995, e de 70 para 1 em 2000 (DOWBOR, 2002). Atualmente, dentro da lógica estritamente econômica, submetida à hegemonia do subsistema financeiro, faz sentido cortar árvores e depositar o dinheiro no banco, pois ele se valorizará mais rápido e eficientemente que o crescimento e a produtividade das referidas árvores. Também faz sentido poupar na hora de construir uma casa, e pagar aos poucos o combustível necessário para aquecê-la, mesmo que esse combustível provenha de uma fonte não renovável ou altamente poluidora (petróleo e energia atômica, por exemplo), desde que a temporalidade financeira acelerada continue a dar conta da valorização do capital, da moeda, em face da sua escassez relativa (LIETAER, 1998; 2001).

A moeda moderna possibilita o acúmulo de “poder de compra” sobre qualquer bem em qualquer momento (ao contrário da poupança em espécie), não se desvaloriza com o tempo e ainda rende juros. Como isso se dá de forma virtual, apenas na construção cultural/social, no lado real da relação, muitos ecossistemas e pessoas são despojados de seus rendimentos e produção para poder alimentar esse pagamento, que pela reprodução material não é realizável no mesmo ritmo. Talvez por isso o dinheiro seja, hodiernamente, associado a um modelo econômico que se materializa na espoliação do homem pelo homem e da natureza pelos homens, ao mesmo tempo em que também representa a melhor forma de reserva de valor disponível na economia.

A economia contemporânea ao se fazer tributária do setor financeiro (refletindo no pagamento de taxas de juros bastante superiores às taxas de lucro que o setor produtivo vem alcançando) está incorrendo em uma situação considerada inconsistente com uma economia de mercado para os economistas clássicos, pois nesse contexto, a drenagem de moeda do setor produtivo para o financeiro é irreversível.

Em última instância esse estilo de acumulação de capital perverso é ancorado nos impostos recolhidos pelo Estado no setor produtivo, que através da emissão (e conseqüente pagamento de juros) de títulos da dívida pública “lastreia” o mercado monetário/financeiro. O setor produtivo se vê assim duplamente pressionado; por um lado é acirrada a concorrência interna, tendo como um dos efeitos principais a redução da remuneração do trabalho como forma de liberar recursos para investimentos, uma vez que, por outro lado, a competição pelos capitais necessários para o investimento conta com a participação do próprio setor financeiro que também disputa os capitais ociosos - desestimulando a própria produção - incitando

verdadeiras sociedades rentistas, não mais baseadas na renda da terra (como na antiga Inglaterra) e sim sobre o próprio dinheiro. Tal processo acaba transferindo o dinheiro transformado em capital imaterial, da periferia do sistema para o centro; dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos, consolidando um modelo de modernização e desenvolvimento nucleado no dinheiro e não nas aspirações humanas. Buscam-se sempre maiores lucros financeiros em detrimento de melhores produtos e serviços. O homem é, nesse sentido, muito mais um fator da produção que sua finalidade.

Entretanto, a idéia mesma de um dinheiro universal, com sua respectiva taxa de juros e também de universalização da produção capitalista nunca esteve tão materializável quanto agora; como também a especulação no mesmo nível, capitaneada pelo sistema financeiro norte-americano:

“A supremacia do sistema financeiro americano é resultante de uma combinação própria, historicamente construída, pelo poder de Estado, pelo capital financeiro e pela moeda fiduciária da financeirização que, além das funções conhecidas, cumpre a de ser instrumento mundial de valorizações fictícias. A existência desse sistema e a do dólar como dinheiro mundial sem lastro são indissociáveis e foi como tal que ergueram uma potência e amplitude jamais vistas na história do capitalismo.” (BRAGA e CINTRA, 2004, p. 253).

Uma vez mais, se os mecanismos que permitiram essa situação estão acima dos objetivos do presente trabalho, suas conseqüências estão na origem da própria reinvenção do processo de criação da moeda sugerida pela dinâmica da moeda social e, no entanto, mesmo dentro da dinâmica própria da economia moderna experiências de gestão diferentes das indicadas nos livros textos de economia são realizadas.

3.4.3 O exemplo norte-americano

O exemplo da história monetária norte-americana pode ser utilizado de forma a se “vivenciar” como a gestão da moeda por parte do Estado pode estimular modelos diferentes de desenvolvimento, atendendo a demandas específicas de acordo com as necessidades regionais, apesar (e com) os conflitos internos e as diferenças de interesses, típicos de um país tão vasto e recente como os Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, um padrão misto, composto por diversos produtos sendo utilizados como dinheiro, perdurou até a constituição colocar a moeda sob a alçada exclusiva do governo federal - concha, fumo, arroz, gado e outros foram declarados ocasionalmente como meio legal para liquidação de dívidas,⁴⁸ além do ouro e da prata.

Segundo Galbraith (1983), historicamente os norte-americanos são conotados com certo horror ao pagamento de impostos como forma de financiamento do Estado, tendo demonstrado maior facilidade para lidar com diferentes experiências monetárias visando tal fim, sendo que a própria Revolução Americana foi financiada basicamente pela emissão de “continentais”, a moeda emitida pelo congresso continental, acrescida das moedas estaduais e, em pequena proporção, por empréstimos externos.

“No pensamento de alguns conservadores dessa época, também deve ter havido um sentido duradouro do serviço singular que o papel-moeda tinha, no passado recente, prestado à revolução. Não apenas à Revolução Americana tinha sido financiada desse modo.

⁴⁸ Em 1727, notas ou certificados baseados em fumo passaram a ser a moeda legal na Virgínia e continuaram a ser usados até o final do século. Tão íntima era a associação entre o fumo e a moeda que o papel-moeda de Nova Jersey, um estado não produtor de fumo, trazia em seu averso uma folha de fumo, bem como a advertência exigente: “Falsificar representa a Morte”. (GALBRAITH, 1983, p. 54)

Também tinha sido assim na erupção socialmente muito mais terapêutica na França. Se os cidadãos franceses tivessem sido obrigados a agir segundo os cânones financeiros convencionais, não poderiam ter agido, e tampouco os americanos o teriam feito. Se o papel tinha ajudado revolucionários antes, por que não poderia novamente – como aconteceria na Rússia depois de 1917, e na China após a Segunda Guerra Mundial?” (GALBRAITH, 1983, p. 67).

Sob tais circunstâncias históricas e com uma economia já profundamente monetizada, a dispersão ou centralidade da emissão do papel-moeda e seu grau de conversibilidade se tornam razão de disputa. De qualquer forma, a moeda contemporânea como já comentado, ultrapassou a celeuma da conversibilidade, exibindo a necessária face da negociação social sob a qual se dá a sua emissão tendo superado esse subterfúgio. No fundo a discussão sobre ser ou não conversível mascarava a disputa sobre quem (que setores sociais) teria o poder de emití-la, multiplicá-la, defini-la, em última instância. A discussão não é, de fato, sobre se ela é melhor, mais forte ou pior, fraca, e sim sobre que objetivos econômicos e políticos ela vai responder prioritariamente, como Galbraith aponta (1983, p.71-72): “Após a Revolução, a União Soviética, como os outros estados comunistas, tornou-se um defensor severo de preços estáveis e uma moeda forte. Mas os Russos, não menos do que os americanos ou franceses, devem sua revolução ao papel”.

Ainda segundo Galbraith, durante cerca de cem anos a partir de 1832, os Estados Unidos viveram um sistema monetário dualista como forma de responder as diferentes demandas por crescimento de cada região onde “cada uma das partes ajustava as necessidades e predileções da região do país ou parte da economia que atendia”. (1983, p.92). Para a comunidade financeira, comercial e credora, situada principalmente no leste havia uma moeda forte e bancos sob o controle estrito do Estado, capazes de emitir notas bancárias e depósitos confiáveis e, para as regiões em desbravamento ou construção, bancos aventureiros, que emprestavam a cidadãos também aventureiros, sem grandes garantias de ambos os lados, mas com

abundância de papel-moeda suficiente para colocar o agricultor de posse de terra, gado, sementes e outros implementos que precisava para começar a produzir. Sendo assim, mesmo com suas sucessivas falências esses bancos e suas notas/moedas permitiram a “conquista do oeste” e a própria formação do mercado norte-americano.

“A anarquia auxiliava a fronteira oeste muito mais do que um sistema ordenado que mantivesse um controle estrito sobre o crédito. E não havia confusão ingênua alguma entre moeda e capital. Para o colonizador, as notas que recebiam do banco *eram* capital, pois elas permitiam que conseguisse capital. (...) Os que afirmavam em contrário estavam demonstrando, tanto nessa época como ainda hoje, que o chamado pensamento econômico válido freqüentemente nada mais é do que um espelho das necessidades dos grupos respeitavelmente ricos”. (GALBRAITH, 1983, p. 93).

Durante boa parte desse período o mundo ocidental vivia sob a égide do padrão ouro-libra, uma forma de sistema monetário internacional que “simplificava e tornava seguras as relações entre as moedas de diferentes países e dava aos países industriais e seus impérios uma única moeda” (GALBRAITH, 1983, p. 111). E, na medida em que o século XIX termina e se inicia o século XX a especulação deixa de ser uma ocorrência local para se transformar em um fenômeno nacional, refletindo o grau de integração já alcançado também pela economia norte-americana.

“A especulação com terras ocorreu nas regiões agrícolas e de fronteira da colonização. O mesmo aconteceu com a especulação que antecedeu ou seguiu-se à chegada das ferrovias. O colapso dessa especulação afetou principalmente os bancos do interior. A especulação em títulos, em contrapartida, foi uma atividade que envolveu os centros financeiros. Os empréstimos para a compra de títulos foram feitos pelos bancos das grandes cidades. Esses bancos também subscreveram e compraram ações e debêntures. Quando os preços destas caíram os bancos das cidades é que foram afetados, e seus depositantes alarmaram-se e correram em busca do seu dinheiro. (...) O pânico de 1907, ao contrário dos anteriores, não veio do interior, foi um produto nova-iorquino.” (GALBRAITH, 1983, p. 120-121).

A questão chave levantada pela análise de Galbraith para esse trabalho reside no fato dela salientar que o sistema dual permitiu que as oportunidades que a nascente economia norte-americana oferecia para aqueles que tivessem condições de deter propriedades, fossem apropriadas de maneira disseminada, pulverizada, através da atuação da atividade bancária diferenciada – criação em paralelo de moedas fortes e fracas, ordenadamente insuladas pela própria atuação do Estado em conjunto com os banqueiros.

Ou seja, que mesmo funcionando dentro da lógica restritiva da moeda moderna, a diversidade na concepção do instrumento monetário (se, por exemplo, mais audaz, volumoso e distribuído ou mais conservador, escasso e concentrado) influencia a forma e as possibilidades de desenvolvimento de uma sociedade. Por isso o autor ressalta não só o papel “revolucionário” que o dinheiro abundante pode ter, mas também o de “articulador” do próprio mercado interno norte-americano desempenhado pela abundância propiciada pela ambivalência do sistema monetário de então. E de “ordenador” desse mesmo mercado e do mercado externo desempenhado pelo conservadorismo da faceta ortodoxa desse sistema - representado pela moeda forte. Apenas a partir de 1933 todos os bancos norte-americanos foram subordinados a uma supervisão eficaz e seus depósitos foram assegurados (GALBRAITH, 1983, p. 127). Até então a gestão se dava mais por anuência (ou não) com as manobras locais.

Atualmente não se pode perder de vista que a recente (e enorme) financeirização (dominação financeira⁴⁹) que a economia norte-americana (e mundial) atingiu, foi erguida sobre uma idéia nacional de retomada de hegemonia pelo próprio país:

⁴⁹ Para um aprofundamento dessa noção, ver BRAGA, 1997.

“A partir desta reviravolta de Volcker (presidente do FED, em 1979), os EUA declararam que o dólar se manteria como padrão internacional e que a hegemonia de sua moeda ia ser restaurada. (...) pode-se afirmar que a política econômica do governo Reagan (que se seguiu a esses acontecimentos) não resultou absurda para os interesses nacionais americanos – como quase todos os economistas apregoaram quando de sua formulação – embora tenha ocasionado uma pressão verdadeiramente “imperial” sobre o resto do mundo.” (TAVARES, 1985, p.6).

Por tanto, uma vez mais, tendo em vista certo modelo de desenvolvimento e o papel específico a ser ocupado pela nação norte-americana, a própria concepção da moeda facilitou o surgimento de novos ativos financeiros, adaptados a uma nova política monetária nacional, com resultados deveras heterodoxos. Vale aqui a colocação de Tavares sobre a relação privilegiada que a economia norte-americana conseguiu para si nesse contexto de financeirização:

“Muita gente afirma que o elevado patamar de taxas de juros real vai acabar, cedo ou tarde, freando o gasto em investimento. Convém advertir que os americanos não estão financiando o investimento através do mercado de capitais. Não há mercado de capitais novos; o mercado relevante hoje é o monetário ou o de crédito de curto prazo. Os americanos, vale reafirmar, estão substituindo o tradicional endividamento de longo prazo (através da emissão de debêntures, *equities*, etc.) por crédito de curto prazo ou utilizando recursos próprios e de capital de risco externo.” (TAVARES, 1985, p. 11).

Tavares (com Melin) em seu Pós-escrito de 1997 ao texto citado de 1985 não só reafirma a observação de que a “diplomacia do dólar” é exercida no sentido de restaurar a economia americana como dominante, como também que com a desregulação financeira e cambial global o movimento do capital financeiro (com seus ganhadores e perdedores) tem contribuído para reforçar a posição financeira do dólar. A moeda norte-americana tem sido o denominador comum⁵⁰ dos mercados

⁵⁰ “Nesses mercados, a denominação em dólar nas operações plurimonetárias cumpre três funções primordiais para o capital financeiro internacional: provê liquidez instantânea em qualquer mercado;

mais dinâmicos, os de derivativos ligados a operações de securitização de risco e arbitragem financeira⁵¹.

Retomando-se a discussão sobre a natureza da moeda moderna e seu significado, pode-se, agora, estender o raciocínio sugerido pelo passado dualista do sistema norte-americano e sua atual plasticidade para a noção contemporânea de moedas paralelas sobre a qual Jérôme Blanc se debruçou.

3.5 As moedas paralelas: o pluralismo na unidade

Segundo Blanc (1998)⁵², as moedas paralelas são aquelas que substituem a moeda nacional (legal, escritural e as quase-moedas) em uma ou outra situação específica, às vezes mesmo de forma geral, como quando uma moeda estrangeira chega a ocupar completamente o lugar da nacional enquanto meio de pagamento. Logo, as moedas paralelas são definidas como:

- unidades de cobrança diferentes das unidades de cobrança nacional e,
- meios de pagamento diferentes dos meios de pagamentos nacionais.

Tendo em conta que qualquer bem pode servir de reserva de valor, não se caracterizando, em função exclusiva disso, em instrumento monetário.

De acordo com a sua origem Blanc as classifica em quatro grupos:

garante segurança nas operações de risco; e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura.” (TAVARES e MELIN, 1997, p. 63 e 64).

⁵¹ “O valor do dólar é fixado pela taxa de juros americana, que funciona como referência básica para o sistema financeiro internacional em função da capacidade dos EUA em manterem sua dívida pública como título de segurança máxima no sistema.” (TAVARES e MELIN, 1997, p. 64).

⁵² E em acordo com a elaboração sobre a moeda levantada no presente trabalho.

A. Derivadas de uma coletividade territorial

São as moedas estrangeiras ou nacionais porém, locais ou regionais ou mesmo moedas nacionais antigas. Podem ter seu papel limitado, como os bônus de privatização da Europa central e oriental no início dos anos de 1990 ou as desde sempre generalistas, como as divisas estrangeiras, de países economicamente mais fortes.

B. Derivadas de organizações de tipo comercial ou administrativo

São os instrumentos criados por instituições comerciais ou administrativas, podem ser as chamadas moedas privadas ou de emergência quando criadas especificamente para esse fim e engloba também os sistemas de fidelidade via pontuação, ou qualquer outro vale que permita adquirir bens e serviços, dentro das limitações que a lei discrimina.

C. Derivadas de coletividades de pessoas com vocação não comercial

São os instrumentos criados por coletividades sem intenção comercial ou intervenção estatal.

D. Instrumentos de origem não especificamente monetária

Compostos por instrumentos que exercem um papel monetário apenas em determinadas circunstâncias, mas que não foram criados com esse fim, como alguns bens utilizados esporadicamente como instrumento monetário.

Além do conceito de moeda paralela Blanc levanta também a categoria transversal das paramoedas, que se definem por serem utilizadas à margem da moeda nacional e não em concorrência com ela. Em qualquer uma das quatro categorias de moedas paralelas o autor identifica a presença de paramoedas, com a

sua vocação de complementar à moeda nacional justificada por só poderem ser utilizadas ou pelo grupo específico de participantes do processo promocional, como os vales de alimentação e pontuações comerciais; ou pelos associados a alguma entidade, como nos clubes de troca⁵³.

A observância do fenômeno das moedas paralelas não deve, contudo, ser percebida como uma negação do poder unificador (de equivalente geral) que a moeda moderna concentra. A moeda estrangeira é também uma moeda nacional, e as moedas locais também se valem da institucionalidade do poder local. Todas as outras modalidades também dependem, em maior ou menor grau das mesmas estruturas que a moeda nacional (a institucionalidade do Estado e seu aparato jurídico-coercivo), além de partilharem, no geral, da sua natureza. Ou seja, representam mais uma disputa sobre quem e em que condições se darão à emissão/utilização do dinheiro do que uma grande variação sobre a sua essência. Até porque a endogenidade da moeda (legal e também as paralelas) não é ilimitada. “Os agentes podem criar substitutos perfeitos para a moeda apenas na extensão em que a autoridade monetária estiver de acordo em garantir a sua retaguarda” (CARVALHO, 1992, p. 184) e tal limitação também vale para as moedas paralelas, mesmo em uma perspectiva exclusivamente econômica.

No entanto compreende-se que numa abordagem interdisciplinar, levando em conta as moedas paralelas imperfeitas (aquelas que não são moedas estrangeiras), ainda assim ou sobremaneira assim, que o Estado (além de outras instituições sociais) precisa apoiar a circulação e conformar as condições de confiança e continuidade inerentes ao funcionamento de qualquer moeda.

⁵³ O próximo capítulo tratará do assunto com maiores detalhes.

O reconhecimento das moedas paralelas como componentes da instituição monetária ajuda a perceber a necessidade de se tirar a análise do dinheiro do campo disciplinar, para realizá-la de forma interdisciplinar, procurando responder a inserção do dinheiro na globalidade do sistema social; ao mesmo tempo em que permite compreender as potencialidades e limites da moeda social – que se insere nesse escopo maior de conhecimento.

Entretanto não se pode olvidar que os elementos desse conjunto de instrumentos monetários não deixam de estar inseridos em um sistema que funciona de forma hierárquica – sob o princípio comum de proporcionar comensurabilidade e solução de dívidas (POLANYI, 1994 e BLANC, 1998).

“Se, em efeito as práticas monetárias dos atores compreendem de maneira permanente e não traumática uma série de instrumentos monetários, além das moedas nacionais, isto significa que os princípios comuns a todos esses instrumentos monetários presidem seu emprego.” (BLANC, 1998, p. 8, tradução nossa).

É possível então se fazer uma analogia entre a posição da moeda nacional na instituição monetária, segundo Blanc, e o capitalismo, como Braudel (1995) o concebe: não “ocorre” em todas as escalas simultaneamente, mas vai, paulatinamente, domesticando todas elas; uma vez que, na perspectiva apresentada por Blanc a sociedade surge como uma comunidade de pagamento, composta por grupos monetários hierarquicamente articulados, sendo a comunidade de pagamentos aqueles que se identificam com o sistema monetário nacional, e os grupos monetários conjuntos de atores com práticas monetárias homogêneas (porém distintas entre si) e hierarquicamente inseridas dentro da comunidade de pagamento.

Recordando, pode-se concluir que da interação entre o mercado, o comércio e o dinheiro surgiram diversos arranjos econômicos que apesar de serem qualitativamente indistintos, são muito díspares entre si e respondem a sistemas de valores sociais diferentes. E mais, que mesmo em vigência de valores da sociedade de mercado a moeda apareceu como uma instituição mais moldada por objetivos de cunho político e ideológico do que estritamente econômico; como a experiência norte-americana relatada no item anterior ajudou a demonstrar.

4 A MOEDA SOCIAL: UMA MOEDA EXPLICITAMENTE POLITIZADA

“Quando a resistência começa, começa o debate.”
(QUIJANO, 2003, p. 46, tradução nossa).

Referir-se à moeda social atualmente é cair em solo pantanoso, uma vez que não há, ainda, uma caracterização mais precisa do fenômeno. Experiências monetárias bastante díspares entre si têm sido assim referenciadas. Logo, um dos objetivos urgentes desse trabalho é precisamente o de defini-la com a precisão possível, diferenciando-a de outras experiências de moedas paralelas⁵⁴. Tentar-se-á neste capítulo, então, apontar para suas peculiaridades, possibilidades de sucesso e de fracasso na tentativa de compreender o que distingue a chamada moeda social da moeda nacional e de outras formas de dinheiro em geral. De posse dessa caracterização geral será possível, então, apresentar uma tipologia que contemple as modalidades existentes. Por fim, serão esboçados alguns indicadores que permitam avaliar em que medida essas experiências estão indo ou não ao encontro de seus ideais e de sua continuidade.

4.1 A moeda social

Como ponto de partida para uma simultânea apresentação e definição de moeda social pode-se utilizar a idéia desenvolvida na última seção do capítulo anterior sobre as moedas paralelas, afinal moeda social é uma forma de moeda que se encaixa nessa situação, conformando um grupo de pagamento específico. A

⁵⁴ Entende-se moeda paralela como qualquer instrumento utilizado como meio de pagamento e no estabelecimento de contratos, que não a moeda nacional.

moeda social é uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é baseada na confiança mútua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária.

Os criadores e a maioria dos participantes dessa experiência a assumem como um exercício de vontade, reflexo de uma busca por recolocar a economia a serviço das finalidades sociais e reintegrando seus valores à esfera sócio-cultural. Portanto, ela deve ser percebida como uma instituição com um caráter assumidamente normativo, da qual participa quem congrega dos mesmos valores. Em cada experiência a combinação de elementos do conjunto total de valores a ser perseguido pode mudar, mas de forma geral dois significados gerais aparecem recorrentemente: (1) como “meio de troca” alternativo ou complementar, capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes e/ou (2) como uma prática de reinvenção da economia, reconstruindo-a em moldes responsáveis e participados, de forma integrada com as outras esferas da vida. De qualquer forma ela deve ser interpretada como uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que estão por trás das atitudes mercantis em geral e ainda mais especificamente do instrumento monetário tradicional.

Nesse sentido, discutir o caráter social da moeda, não é, como se costuma associar, apenas uma questão de criar um sistema que propicie a inclusão social através de uma “produção maior e mais descentralizada” de massa monetária, ou mesmo da gestão coletiva e transparente desse novo dinheiro dos “despossuídos”, até porque empresas de todo porte utilizam-se de moedas sociais. A idéia tem também uma face mais radical: procura resgatar o dinheiro, a instituição monetária,

enquanto instituição social completa, onde a forma e procedimentos que assume carregam uma determinada face para a arena de disputa de poder (que pode beneficiar mais a uns que a outros), estimula determinados valores sociais e reprimem outros (respectivamente a responsabilidade e o individualismo, por exemplo) e imprime e destrói hábitos (sacralização e quantificação), interagindo simultaneamente em todas as esferas da vida, imbricada no *modus operandi* de todo o sistema social. Por isso, tecnicamente falando a moeda social não tem (nem faz sentido ter) lastro em moeda nacional, mas pode vir a ter relação de valor, paridade, com ela.

As regras de cada experiência são expressas, compartilhadas e passíveis de discussão, embora alguns princípios sejam considerados imutáveis:

- Democracia participativa: gestão da moeda pelo usuário, transparência administrativa e responsabilidades partilhadas.
- Continuidade: o que possibilita a aceitação da moeda é a certeza da continuidade das operações de intercâmbio, que haverá uma próxima oportunidade de equacionar as demandas e ofertas pendentes (portanto, retidas na forma de “dinheiro”).
- Confiança: é a confiança que se vai adquirindo com o reconhecimento do grupo enquanto tal que respalda o “valor” da moeda (que é exatamente o de servir de meio de troca entre o grupo).
- A moeda enquanto um serviço “público” que favorece a circulação e a produção de mercadorias, não a especulação ou qualquer outro tipo de lucro estéril: não existe cobrança de juros ou qualquer prêmio para a retenção de moeda. Em alguns casos pode haver uma punição (juros invertidos) por entesouramento.
- A atividade econômica enquanto provedora de bem-estar: não existe a intenção de “lucrar”, no sentido de ganhar em cima de um trabalho não remunerado do outro ou qualquer tipo de especulação.

Por um lado, quando um grupo utiliza moeda social ele assume uma postura de autonomia sobre a emissão daquilo que funcionará como equivalente universal

de troca, além de praticar a descentralização da emissão, através da promoção de múltiplos pólos emissores em simultâneo; nesse caso não existirá a retaguarda do Estado ou de qualquer outra instituição fora do próprio clube/grupo para fazer valer os princípios e compromissos assumidos, só a confiança (ou a coerção social) poderá atuar em prol da continuidade das relações assim estabelecidas. Por outro lado, como já extensamente comentado no capítulo anterior, não é porque existe um “dinheiro” intermediando as relações que elas estão mais facilitadas ou pré-resolvidas (o dinheiro não é um fenômeno espontâneo e também não é auto-regulado), tudo ainda está para ser construído pelo grupo que a isso se propõe.

Assim como qualquer outro “equivalente universal de troca” a moeda social deve e tem condições de cumprir as funções de:

- Medida de valor/unidade de conta: facilitando o acordo sobre os valores relativos das diversas mercadorias.
- Meio de pagamento: permitindo que os intercâmbios se dêem diferidos no tempo, espaço e entre agentes distintos.
- Reserva de valor: se a moeda social estiver sendo bem administrada, seu valor deverá variar muito pouco, ou de maneira reduzida, de tal forma que poderá ser utilizada para realizar alguma poupança. Ou seja, poupar ou não, reter ou não moeda é uma decisão grupal e individual, pois é parte integrante da tecnologia social “moeda” a possibilidade servir de reserva de valor, essa função vem como consequência de uma boa administração do meio circulante. Apenas uma decisão consensual entre os usuários pode alterar esse quadro. A utilização do expediente de cobrança de juros invertidos serve, entretanto, para explicitar essa “vontade coletiva” e incentivá-la. Mas, tal recurso só será de fato eficiente, se houver acordo entre os participantes sobre a questão.

É importante ressaltar que a aceitação da moeda social vai até onde a confiança entre os usuários alcança. Ou seja, quando os grupos são pequenos e

homogêneos é mais fácil equacionar as questões administrativas, embora, por vezes, falte variedade nos itens negociados. Por outro lado, quando as experiências ganham escala, superam mais facilmente as necessidades materiais dos participantes, porém, grupos maiores tendem a recorrer a outros expedientes para além da confiança mútua inicial para manter sua moeda social com aceitação e valor estável. Esse reforço normalmente vem com acordos/regulamentos passíveis de cobrança judicial.

4.1.1 *Algumas experiências concretas*⁵⁵

Uma das melhores formas de se penetrar em um conceito é acompanhando sua experimentação concreta, o seu estabelecimento em meio a um cenário na maioria das vezes hostil, compartilhando seus avanços e recuos. Por tudo isso alguns exemplos mais significativos serão brevemente descritos e comentados nessa seção⁵⁶. Todas as experiências apresentadas a seguir respeitam a mecânica básica de uma moeda social: trabalham com um equivalente geral de circulação restrito, sem qualquer outro lastro que não a confiança e continuidade esperada no trabalho e nas mercadorias que são transacionadas, com gestão participativa na escala do grupo.

⁵⁵ Como fonte mais abrangente de experiências se utilizou: Arkel et al (2002), Schuldt (1997), e Kennedy (1998) outras, mais específicas, serão referenciadas quando da sua apresentação.

⁵⁶ Os exemplos nacionais serão apresentados e discutidos no próximo capítulo.

4.1.1.1 As “Horas” de Ithaca⁵⁷

Esse foi o sistema que inspirou mais diretamente a criação das primeiras moedas sociais na Argentina e, posteriormente no Brasil. De fato foi um membro antigo de LETS⁵⁸, Paul Glover, quem protagonizou a idéia de imprimir um meio de pagamento que não pudesse sair da região em que foi gerado. Assim, em 1991 surgiu a primeira moeda social contemporânea, as “horas de Ithaca”, como são conhecidas, em Ithaca, no estado de New York, nos EUA. A inovação que Glover trouxe não foi apenas na forma de circulação, via papel-moeda, mas também na maneira de valorizar a produção, uma vez que a unidade de medida utilizada foi a hora de trabalho.

O sistema se propõe a ser mais que um simples instrumento de troca. Por um lado representa valores monetários palpáveis, pois são perfilhados pelas próprias leis norte-americanas (que autorizam a emissão de notas locais desde que sejam menores que as oficiais, tenham uma equivalência fixa com o dinheiro nacional e sejam tributados), mas por outro deseja reinventar o dinheiro: recolocá-lo a serviço da comunidade, trazendo uma nova perspectiva para o ato de produzir e consumir, relembrando as responsabilidades para com os outros membros da comunidade.

Paul Glover, no *site* oficial do projeto esclarece:

“celebramos a cooperação e não a cobiça. Visamos a riqueza coletiva e não a especulação. O dinheiro local nos faz sentir parte de um grupo de partilha, dos mesmos recursos e dos mesmos interesses. Pensamos também na antiga utopia igualitária. Uma hora de trabalho vale exatamente o mesmo para todos: dez dólares”. (Disponível em: <<http://www.ithacahours.com>>. Acesso em: nov. 2005)

⁵⁷ Para maiores informações consultar: <<http://www.ithacahours.com>>

⁵⁸ Ver item 1.1.3 do presente capítulo.

A conversão das HORAS com a moeda nacional efetiva-se ao câmbio de 10 dólares nacionais por hora (o valor médio do rendimento por hora de trabalho na região em 1991). A emissão é controlada pelo Conselho Assessor, no qual estão representados diversos seguimentos da sociedade local. A única garantia ou aval que essas emissões têm são o trabalho e as mercadorias daqueles que se comprometem a aceitá-las como intermediárias do sistema de troca.

As notas levam impressas, além da inscrição “Cremos em Ithaca”, a justificativa de sua criação:

“para estimular a economia local, reciclar a riqueza autóctone e criar novos postos de trabalho (...) Este dinheiro, que tem nas mãos, está assentado no verdadeiro capital real: os nossos músculos, as nossas ferramentas e os nossos recursos naturais”. (Disponível em: <<http://www.ithacahours.com>>. Acesso em: nov. 2005).

Elas podem ser encontradas com o valor de face de 1,2,1/2,1/4 e 1/8 de HORA, sua circulação é restrita à região e são aceitas em vários comércios e serviços da cidade. A Caixa de Poupança de Ithaca aceita HORAS para amortização de empréstimos e o mercado agrícola e as cooperativas também as aceitam. A lista de pessoas que aceita o pagamento em dinheiro local é publicada mensalmente num boletim – o Hour Town - que se orgulha de rivalizar com as Páginas Amarelas em quantidade de serviços anunciados.

Aproveitando as próprias palavras de Glover, na fonte citada acima,

“Funcionamos de um modo muito simples (...), quando o dono de uma loja, ou um profissional por conta própria, aceita o dinheiro local como forma de pagamento, recebe em troca quatro HORAS do nosso Banco Central. Ao fim de oito meses, sempre que mantenha o seu vínculo ao dinheiro local, receberá mais duas HORAS grátis. É assim que se dá a emissão de bilhetes de forma gradual e continuada”.

que acrescenta:

“O que estamos criando é, nem mais nem menos, uma rede de intercâmbio, integrada por gente que confia nos seus vizinhos e nos recursos da comunidade”.

Atualmente mais de sessenta cidades e vilas americanas se inspiraram na idéia e desenvolveram suas próprias moedas sociais locais. De Ohio ao Hawaii, da Califórnia ao Texas, do Maryland a Massachusetts, notas alternativas ao Dólar são encontradas. As nomenclaturas variam; em Hot Springs são chamados Mountain Money (dinheiro da montanha); em Bolinas, o nome é Sand Dollars (dólares da areia); e em Berkshires, Valley Dollars (dólares do vale); mas o princípio é o mesmo: reconstruir a relação monetária questionando o modelo econômico-cultural vigente.

4.1.1.2 As moedas dos clubes de troca

Um clube de troca⁵⁹ se caracteriza inicialmente por ser, precisamente, um clube, ou seja, albergar sócios, comprometidos com algum modo específico de funcionamento, com algumas regras de conduta e de ordenação das atividades, não estando aberto à participação do público em geral, admitindo, pelo menos em princípio, a existência de um número máximo de participantes e um mínimo para que as atividades se exerçam com proveito. Na perspectiva mais ambiciosa objetiva-se formar um sistema local de produção, comércio e emprego, permitindo aos membros o intercâmbio de produtos, serviços e saberes sem o apelo à moeda nacional utilizando para isso a moeda social própria (uma moeda que tem existência física), interna ao grupo. Alguns grupos colocam suas preocupações com a produção ética e ecologicamente correta já nas suas Cartas de Princípios.

Os pilares para a atuação de um clube de troca são a moeda social propriamente dita e a condição de “prossumidor” que cada participante deve assumir. Ser prossumidor significa atuar simultaneamente como produtor e como consumidor, uma vez que é a capacidade de produzir de cada participante que vai recheiar o mercado do clube e garantir a sua continuidade. Não se consegue participar com assiduidade de um clube senão disponibilizando produção própria de serviços, bens ou saberes em moeda social. A modalidade eventual de comercialização de objetos usados ainda em condições de ser aproveitados por outras pessoas tende a esgotar com o decorrer dos encontros; por razões lógicas, esse tipo de “estoque” de bens familiares logo circula e extingue sua força de propulsão de trocas entre os membros. Existe também a possibilidade de se constituir como intermediário de uma produção alheia. Nesse caso pode, às vezes, existir impedimentos da ordem dos princípios do clube, além de surgir dificuldade com o fornecimento em função das entradas - fruto da comercialização no clube - ser em moeda social, não viabilizando a reposição de estoques em moeda nacional.

O bônus ou crédito, como também costuma ser chamada à moeda, é produzido, distribuído e controlado por seus usuários e não existem depósitos remunerados com juros. Em verdade o “banco” apenas emite e centraliza a distribuição e outros controles necessários, não existindo nenhuma espécie de conta particular para ser administrada. Cada membro tem controle de sua solvência pelas notas em espécie que possui em mãos. A circulação de mercadorias e serviços é realizada normalmente em feiras nas quais os participantes comparecem com seus produtos, prestam alguns serviços e outros ainda são agendados para locais diferentes. Alguns grupos têm ainda impressos que funcionam como catálogo de

⁵⁹ No próximo capítulo, dedicado à experiência nacional com a moeda social, aparece uma discussão mais detalhada sobre o funcionamento dos clubes de troca em geral.

ofertas e demandas, além de murais e outros expedientes para possibilitar a exposição de seus participantes. Muitos também utilizam o correio eletrônico e outros recursos similares para desenvolver melhor o intercâmbio, o conhecimento e a confiança mútua.

De fato existe uma miríade de formas de funcionamento dos clubes, tanto internamente como em relação a outros, nesse caso, alguns se filiam em redes, outros aceitam créditos de clubes vizinhos num sistema de integração por vizinhança ou complementaridade e outros funcionam isoladamente. Mas de uma forma geral todos assumem uma *Carta de Princípios*, a qual costuma contemplar os objetivos, princípios e algumas regras básicas. Mesmo a unidade de valor do bônus varia bastante de grupo para grupo. A maioria assume uma paridade de um para um com a moeda nacional, mas vários clubes têm preferido associar ao valor da sua moeda o valor de uma hora de trabalho, variando esse valor em função do índice que utilizam para fazer o cálculo, ou mesmo, no caso dos mais radicais, nenhuma paridade é evocada. A forma como a moeda é distribuída também é muito diversificada, sendo a mais comum um empréstimo inicial de um número pré-determinado e igual de unidades para cada participante que deverá ser devolvido caso este resolva se desligar do grupo. Alguns recebem apoio de órgãos públicos, Organizações Não Governamentais - ONGs e movimentos populares, outros são completamente autônomos, mas o fundamental é que cada experiência tem sua própria dinâmica, em geral bastante viva e flexível. Não existem padrões estruturados de atuação e todo dia novas dinâmicas são inventadas e testadas.

O Clube de Troca é o modelo de utilização de moeda social mais comum na América Latina, embora existam alguns em atuação em outras partes do mundo. A Argentina nos fornece, até o momento, o maior exemplo de disseminação da idéia.

Lá os Clubes foram fortemente impulsionados pela crise financeira e a enorme escassez de moeda nacional e, em 2002 chegaram a atingir 2,5 milhões (HINTZE, 2003, p.71-77) de participantes divididos em duas grandes redes de clubes além de outras redes menores e dezenas de outros grupos independentes. Chegaram a ser redigidos e enviados quatro projetos de lei visando à legalização/padronização do *trueque* - como são popularmente conhecidos os sistemas dos clubes de troca na Argentina. Entretanto, em poucos meses o movimento ruiu estrondosamente, segundo alguns em função do enorme número de emissões descontroladas e falsificações de bônus, segundo outros em função do próprio crescimento descontrolado, inflacionado pela crise, pelo desespero e a necessidade mais básica, além da adoção de procedimentos despegados dos princípios originais, como a venda de bônus. Também o comportamento pouco escrupuloso de alguns promotores que teriam se aproveitado do clima de crise para se locupletar⁶⁰ é por vezes citado.

Em um clube de trocas, o fato de se ter alguns procedimentos muito parecidos com o de um mercado normal (o uso da moeda de papel) pode levar um visitante a confundi-los com uma feira tradicional talvez um pouco mais animada, onde todos se conhecem. Porém, um dos elementos que vai determinar o quanto se está mais próximo de um mercado complementar a economia nacional ou de uma nova forma de se prover o intercâmbio econômico é, justamente, algo invisível: o grau de autonomia e participação com que se faz a gestão monetária do clube.

⁶⁰ A experiência Argentina é ímpar, tanto devido ao contexto nacional no qual brotou, quanto à dimensão e rumo tomado, entretanto nem todos os seus movimentos são pertinentes para esse trabalho. Para uma primeira aproximação com a questão, ver Hintze, 2003, um livro fruto da Jornada Nacional sobre Trueque y Economía Solidária, escrito ainda “a quente”, o que nesse caso, só o qualifica ainda mais como um bom princípio para um mergulho mais fundo no tema e também, Primavera, 2004 e os sites da Rege Global de Trocas e da Rede de Trocas Solidárias, respectivamente: <<http://www.autosuficiencia.com.ar>> e <http://www.redlases.org.ar>>.

4.1.1.3 As redes de compensação mútua

De uma forma geral refere-se a redes de compensação mútua quando um grupo de pessoas ou empresas se reúne para realizar intercâmbio de bens e serviços através de uma unidade de conta criada pelo próprio grupo, utilizando-se para isso de uma contabilidade própria que transforma as transações realizadas em débitos e créditos para os agentes respectivos criando, automaticamente, o “meio circulante” do grupo.

A. O sistema LETS⁶¹

A experiência contemporânea mais popular de crédito mútuo começou no Canadá, em 1982, pelas mãos de Michael Linton. A idéia de Linton derivou da sua percepção de que a falta de dinheiro em circulação estava dificultando a circulação das mercadorias e comprimindo o comércio na sua região, Comox Valley, na ilha de Vancouver.

No sistema LETS (segundo alguns, do inglês *let's go*, Vamos! segundo outros *Local Employment and Trade Systems*) cada membro tem uma conta virtual, expressa na unidade de conta “dólar verde”, com um valor igual ao do dólar canadense normal. Cada pessoa que utiliza um bem ou serviço da rede tem esse valor debitado em sua conta, enquanto o prestador ou vendedor recebe o respectivo crédito. Como trabalham com a idéia que o valor da sua “moeda” está indexado ao da moeda nacional, a inflação local também repercute nas transações internas.

Os saldos são sempre visíveis para os membros da rede de forma que todos têm conhecimento da possibilidade de pagamento dos seus parceiros, embora o grupo como um todo seja responsável pelas dívidas. Para que se crie um clima de

confiança mútua é recomendado que cada grupo seja pequeno, possibilitando o conhecimento direto dos membros. Sendo assim, o crescimento do princípio tem se dado pela criação de novos grupos, atualmente espalhados pelo mundo: EUA, Austrália, Nova Zelândia. Chegou a Europa pela Inglaterra e na França é conhecido como SELs (Sistema de Trocas Locais). Hoje existem várias unidades de conta diferentes, embora o funcionamento seja essencialmente o mesmo.

Na maioria dos países o sistema LETS não esbarra em entraves legais, uma vez que não enfrenta diretamente o monopólio do Estado de emissão do dinheiro de aceitação geral. As questões que costumam aparecer são mais de ordem fiscal.

B. O sistema WIR

O sistema WIR⁶² nasceu em Zurique na Suíça, em 1934 e funciona até os dias de hoje. O WIR atinge basicamente empresas de porte médio e funciona como uma rede de intercâmbio sobre as mesmas bases do sistema LETS. Só existe emissão na medida em que existe transação e essa emissão é contabilizada pelo Escritório Central de Contas, não existindo emissão de qualquer nota. Os pagamentos são realizados por cartões de crédito, formulários e caixas eletrônicos (aonde existem). É possível solicitar empréstimos, que são efetivados com pequenos juros⁶³. Sua unidade de conta é o WIR e ela equivale a um Franco Suíço. O governo suíço chegou a colocar algumas dificuldades no início, mas desde 1936 o sistema está sob sua supervisão, embora suas contas não sejam conversíveis em moeda nacional.

⁶¹ Para maiores informações ver: <<http://www.lets.net>>.

⁶² Segundo Schuldt (1997), WIR é o acrônimo de Rede Econômica Cooperativa (WIRtschaftsring-Genossenschaft), além de também significar “nós”, em alemão.

⁶³ Segundo alguns seria mais correto se referir a “taxas”, ao invés de “juros”, de qualquer forma essa situação causou divisão entre o grupo, em seu início, tendo alguns simpatizantes do “dinheiro livre” (ver próximo item) deixado o grupo.

Assim como o LETS o WIR é um sistema que necessita de grande circulação de informação, tanto sobre as mercadorias e serviços ofertados e demandados como sobre a qualidade das ofertas e saldos monetários dos participantes, o que é provido por uma revista mensal, um guia com os diversos ramos disponíveis, um sobre as regiões que tem serviços WIR e um terceiro específico sobre restaurantes, além de possuir uma estrutura administrativa regionalizada. O escritório central está na Basiléia, mas existem outros sete que permitem cobrir todo o país.

Entretanto, é de se salientar que um dos motivos do sucesso que o sistema logrou alcançar ao longo das suas seis décadas de existência tem sido a especialização em empresas, que são a maioria dos participantes, possibilitando uma variedade de ofertas e demandas incomum em círculos mais restritos a “prestadores de serviço” ou “particulares”.

*C. Os Bancos de Tempo*⁶⁴

Os primeiros Bancos de Tempo surgiram na Itália, no início da década de 90 e o maior número de experiências em atuação ainda se encontra concentrado na Europa, nomeadamente na Itália, Espanha e Portugal. A grande maioria dessas organizações conta com infra-estrutura e apoio oferecidos por programas públicos, algumas vezes em parceria com ONGs, embora existam também alguns projetos completamente privados. Eles se caracterizam por um mutualismo indireto, uma vez que não há transação direta entre os membros. A unidade de troca é a hora, e todos os serviços são considerados de valor igual, não havendo qualquer tipo de escala de equivalência de serviços.

⁶⁴ Para maiores informações ver: <<http://www.italia.gov.it>>, Coluccia (2004) e <<http://www.graal.org.pt>>.

De uma forma geral, cada novo membro se inscreve em uma agência, especificando suas capacidades e disponibilidade. Recebe então, um talão de cheque e uma lista com as disponibilidades daquela agência. Em caso de necessidade, o depositante solicita um serviço à agência que procura entre os associados alguém capaz de satisfazer a solicitação. Após o serviço prestado, a conta de um é debitada e a do outro creditada das respectivas horas. Ou seja, deposita-se tempo/disponibilidade para prestar serviço em uma conta particular e esse saldo é reduzido quando se recebe prestação de serviço de outro correntista.

Este é um sistema que necessita de uma infra-estrutura de informação e coordenação ainda mais complexa que o LETS, gerando, uma coordenação muito centralizada e pouco participativa. Apesar dessa característica, o objetivo principal colocado é contribuir para uma sociedade mais solidária. Manifestam-se basicamente três versões:

- A grande maioria: são organizados, financiados e geridos por órgãos públicos, em associação ou não com ONGs.
- Alguns: cresceram dentro de associações, cooperativas ou organizações sindicais que os gerenciam.
- Um número muito reduzido: funciona de forma autônoma, autofinanciada e autogestionada, e em geral, é coordenado por algum indivíduo ou grupo que centraliza as informações e operações, referenciando-se a um regimento registrado.

4.1.2 *Experiências próximas*

Conforme extensos comentários no capítulo anterior, a adoção de moedas paralelas à moeda nacional tem ocorrido desde sempre e, embora a maioria das experiências não tenha grandes paralelos com as moedas sociais, alguns experimentos têm objetivos e metodologias bastante próximas delas. Em função dessa proximidade, que por vezes chega a trazer confusão entre essas modalidades e a moeda social propriamente dita, seguem-se alguns relatos e comentários sobre as experiências mais ilustrativas de cada segmento a fim de enriquecer a discussão central desse trabalho.

4.1.2.1 As moedas livres

Falar de moeda livre significa lembrar de Silvio Gesell e sua principal obra “A ordem econômica natural”, onde o autor expôs os argumentos a favor da adoção generalizada de uma moeda que se equiparasse às outras mercadorias, ou seja, que também estivesse vinculada aos ciclos naturais, perdendo valor com a passagem do tempo e gerando custos de armazenagem, estimulando assim a sua circulação em detrimento do seu acúmulo fora do circuito da produção. A perspectiva normativa central dessa abordagem é a prescrição de uma moeda livre de juros (de preferência com juros negativos), sujeita assim a custos de retenção, como forma de estimular as atividades econômicas de uma região, embora ela deva ser admirada em seu conjunto para poder ser mais bem compreendida.

O objetivo mais geral da proposta era mais ambicioso que apenas uma nova ordem monetária, esperava atingir uma “ordem econômica natural” que, segundo o

autor, estaria igualmente distante do capitalismo e do comunismo. Para isso o dinheiro deveria ser gerido como um serviço público que estaria sujeito a um processo de oxidação administrado (já que as instituições sociais não respondem às leis da física ou da biologia...). Essa taxa de oxidação não seria um rendimento da esfera privada, mas teria os recursos por ela gerados, sendo aplicados nos assuntos públicos, possibilitando até uma redução na cobrança de impostos.

Entretanto, para que sua proposição pudesse ser efetivada, Gesell⁶⁵ também considerava indispensável uma nova forma de apropriação da terra, do ar e da água, na forma de propriedade pelas instâncias regionais de poder, que arrendariam a quem tivesse intenção de explorar esses recursos, deixando-os livres da especulação (caracterizando uma exploração privada da propriedade comunitária).

Normalmente sua metodologia tem sido apropriada, ao menos em parte, pelas experiências de moeda regional ou local⁶⁶.

A. *Wörgl*

Em função da aguda crise econômica que se abateu sobre o mundo ocidental na década de trinta do século passado, alguns seguidores das idéias de Gesell tiveram oportunidades ímpares de colocar parte de suas inovações em ação. Foram feitas várias tentativas de implementar modelos de moedas livres locais por quase toda a Europa. Na Áustria, em Wörgl, uma pequena cidade de cerca de 4.000 habitantes, entre 1932 e 1933 o “prefeito” conseguiu implementar uma emissão de moeda local lastreada em moeda nacional (a mesma quantidade depositada de schilling-nacional foi emitida em shilling-livre). A moeda local estava sujeita a uma

⁶⁵ É importante salientar que a totalidade do planejamento e recomendações de Gesell atinge uma profundidade e complexidade muito superior ao recorte aqui apresentado, que ficou restrito às questões diretamente pertinentes ao trabalho em desenvolvimento.

taxa de utilização de 1% ao mês e eram aceitas para pagamento de impostos. No final do primeiro ano a moeda local tinha circulado 463 vezes, enquanto a nacional apenas 21⁶⁷, tendo os 32.000 schilling-livres iniciais criados 14.816.000 schilling-livres em mercadorias ao fim do período e a taxa de desemprego reduzida em 25% (enquanto no resto do país aumentava), além dos investimentos públicos terem tido o incremento permitido pela recolha da taxa sobre circulação do dinheiro local.

Tal sucesso não passou despercebido e mais de 300 municípios já se preparavam para começar experiências semelhantes quando as autoridades monetárias nacionais proibiram qualquer iniciativa semelhante e forçaram o término da de Wörgl. Temiam pelo seu monopólio sobre emissão/administração da moeda nacional.

B. Outras experiências internacionais

Na mesma época, também nos EUA, aconteceram tentativas de projetos parecidos com o do Wörgl mas em 1933 o governo federal proibiu a emissão de moedas provisórias.

Outra aplicação já “clássica” dos juros invertidos foi realizada na Alemanha, também nos anos trinta, precisamente em 1930, quando o empresário que comprou uma mina de carvão que estava fechada em função da crise recomeçou a produção pagando seus empregados em vales sobre o carvão extraído, os “WÄRA”. Cada WÄRA valia uma certa quantidade de carvão, mas era necessário “revalidar” os bilhetes a cada mês mediante um pequeno pagamento e a colocação de um carimbo no vale. Esse expediente forçava os possuidores de WÄRA a gastá-los rapidamente, para não pagarem a taxa. Em 1931 a idéia já tinha se espalhado por toda a

⁶⁶ Ver sub-ítem C e no capítulo 5, 5.1.1.2, sub-ítem B.2 sobre a experiência nacional do Circulante Local.

Alemanha e mais de 2000 empresas participavam do sistema, foi quando o governo alemão resolveu proibir o sistema.

Mais recentemente, desde 1992, em Aarau, na Suíça surgiu uma iniciativa que congrega os princípios de uma rede de compensação mútua com os da moeda livre. O sistema trabalha com a unidade de conta “TALENTO” que são manejados via movimento contábil por uma Central de Contas, que não só administra como também fixa os limites de crédito de cada membro, embora não emita meio circulante, propriamente dito. Entretanto, os participantes que tenham contas positivas acima de um limite pré-estabelecido pagam juros por esse excesso, como um “seguro de circulação”.

C. O circulante local

Recentemente, a partir da prática do Banco Palmas⁶⁸ de concessão de microcrédito e com moeda social através da organização de um clube de trocas, o grupo organizador do Banco sentiu o poder de sinergia que as duas experiências podiam ter de dinamizar a economia local se articuladas através daquilo que chamam de “circulante local”, ou seja, de uma moeda de emissão realizada pelo Banco, de acordo com a quantidade de Reais que consigam mobilizar para lastro dessa emissão. Esse circulante é então colocado em circulação em função da demanda que a comunidade gerar por essa modalidade de moeda, a partir da interação com outros projetos do Banco que estimulam a disseminação de Palmas pela comunidade. “As pessoas que originalmente não tinham acesso aos Reais puderam, através do seu trabalho, conseguir Palmas e, se for necessário esses Palmas se transformam em Reais.” (MELO NETO; MAGALHÃES E DUTRA, s/d).

⁶⁷ Segundo Kennedy (1998).

⁶⁸ Ver também capítulo 5, item 5.1.1.2, B2.

É importante ressaltar que sua emissão não é independente da moeda nacional, pelo contrário, está estritamente vinculada a capacidade de obtenção de fundos para lastreá-la. É um tipo de moeda que aumenta a liquidez de forma localizada, entretanto de modo entrelaçado com as institucionalidades ligadas à moeda nacional como a emissão realizada por bancos privados, coordenados mesmo que indiretamente, pela política monetária e financeira do Estado.

No caso, o Banco Palmas tem também acordos com diversas esferas de governo que vêm permitindo não só o alargamento do lastro como também o desenvolvimento de sinergias com as políticas públicas de distribuição de renda.

4.1.2.2 Emissão privada de títulos

Nessa categoria pode existir uma infinidade de modalidades diferentes, entretanto aquelas que nos dizem respeito são as que respondem a iniciativas de pequenos comerciantes, normalmente excluídos desse tipo de operação e levadas adiante de maneira relativamente autônoma. É justamente o caso das operações que a SHARE⁶⁹ (Self-Help Association for a Regional Economy), uma associação americana, aberta a participação popular, costuma apoiar. Sua área de ação é o microcrédito, entretanto, com um de seus clientes acabaram efetivando uma solução inovadora que se tornou um clássico da área. É o caso “Frank Tortoriello”, dono de um pequeno comércio alimentar que para melhorar seus negócios precisava investir cerca de US\$ 4.500. A saída proposta foi à emissão de seus próprios dólares (na forma de vales para serem descontados quando o restaurante reabrisse), que foram

⁶⁹ Para maiores informações, consultar: <<http://www.smallisbeautiful.org>>.

então vendidos para seus clientes habituais (durante um mês). As notas foram desenhadas por uma artista plástica e foram assinadas por ele mesmo. Eram reembolsáveis pelo valor de US\$10 em alimentos por um ano, embora ele as tenha vendido por US\$ 8. Como a emissão foi perto do Natal vários clientes as deram de presente! As notas chegaram a aparecer na cesta de coleta da igreja local porque os clientes sabiam que o Padre tomava o café da manhã no seu estabelecimento. O sucesso foi total, pois a confiança que o círculo de fregueses e vizinhos depositava na capacidade de trabalho de Frank permitiu que os “Deli Dólares” fossem aceitos e ao longo de um ano os vales foram resgatados em refeições⁷⁰.

4.2 Da moeda nacional a moeda social, um caminho para a autonomia?

Quando se refere à moeda social, por um lado os agentes envolvidos possuem uma enorme autonomia sobre a emissão daquilo que funcionará como equivalente universal de troca, além de praticarem a descentralização da emissão, através da promoção de vários pólos emissores em simultâneo. Por outro lado, ao negar a reificação do dinheiro, assumem a responsabilidade de reenquadrar a economia no social, daí surgindo como essencial no fenômeno da moeda social, o fato de ser uma moeda cuja emissão é gerida autonomamente pelo grupo diretamente envolvido, trazendo também toda a responsabilização que se segue ao assumir esse poder até então implícito. O grupo, nesse sentido, é autônomo (apesar de existir em uma sociedade marcada por opressão e desigualdade estruturais como contexto), na medida em que “dá a si próprio a lei”, ou a regra.

⁷⁰ Fonte: <<http://www.smallisbeautiful.org>> e Arkel et al (2002).

Entretanto, em que medida essa característica, em contraposição a heteronomia (ou seja, a “lei”, a norma, a regra que é ditada de fora para dentro ou imposta de cima para baixo) da emissão da moeda oficial no contexto da “economia geral” moderna e capitalista, oferece um caldo de cultura para o florescimento de uma experiência - no sentido thompsoniano, (THOMPSON, 1981 e 1987) - alternativa e “insurgente”, inconformista, de forma a fazer florescer padrões de sociabilidade diferentes dos tradicionalmente engendrados pelo dinheiro moderno, mais cooperativos e solidários, permitindo processos político-pedagógicos emancipatórios - vai depender, também, do grau de consciência (e assunção de responsabilidade) que os participantes têm (e se dão) dessas possibilidades.

É aqui que o resgate do conceito de imaginário, de Castoriadis (1982) é fundamental para se entender os microcircuitos monetários alternativos e a moeda social. Que embora esteja muito próximo do conceito antropológico de *cultura* é diferente dele por ser; de certa forma, mais específico, uma vez que corresponde a um conjunto não-formalizável de valores, crenças ou mais amplamente, de *significações* (“significações imaginárias sociais”, nas palavras do próprio Castoriadis), que dão vida e sentido às relações sociais, ao mesmo tempo em que são socialmente “produzidos” (ou instituídos, criados) no decurso da história. Pode-se assim dizer que as significações imaginárias “organizam” o mundo individual e coletivamente. Nesse sentido; diferentes como podem ser, de grupo para grupo, podem ajudar (quando em harmonia), corroborar e enriquecer as experiências com a moeda social ou, ao contrário (quando em competição e desacordo), logo de partida enfraquecer, trazendo insegurança e elementos desarmônicos para a experimentação.

Por um lado, o imaginário admite ser pensado em várias “escalas”. No entanto, considerando, por exemplo, o contexto macro do imaginário capitalista e, em contraposição a ele, a criação, a transformação, a reciclagem e o resgate de significações imaginárias sociais alternativas nos interstícios do *status quo*, pode-se colocar, a questão que evidencia a importância do conceito de imaginário para a nossa reflexão sobre a natureza, a importância e o alcance dos microcircuitos monetários alternativos e da moeda social: *em que medida, de que modo e com que eficácia pode-se imaginar que experiências desse tipo possam, de fato, se contrapor às significações imaginárias dominantes, chegando a sobreviver (e, até, se expandir), sem ser “domesticadas”, cooptadas e distorcidas no contato com um contexto que as envolve e que lhes é hostil?* Em outras palavras: será possível, sem ser excessivamente romântico, e sem se refugiar em um “gueto alternativo” sem maior alcance político e social, imaginar que experiências dessa natureza sejam possíveis e prosperem sem se desvirtuar e que elas possam, até mesmo, ir minando, aqui e ali, o imaginário instituído? É aqui que a capacidade de envolvimento da proposta e coerência na prática cotidiana do grupo pode se mostrar determinante para a continuidade sem grandes desilusões, da experiência.

Retomando, o conceito de *autonomia* em seu contexto interpretativo castoriadiano (CASTORIADIS, 1982 e 2002), deve-se ressaltar que a autonomia apresenta duas faces: a *autonomia individual*, que tem a ver com a capacidade/possibilidade de um indivíduo em realizar seus projetos e aptidões na ausência de constrangimentos externos importantes ou inarredáveis, o que pressupõe tanto a existência de instituições sociais não-opressoras (isto é, garantidoras de liberdade política e capazes de evitar desigualdades materiais muito significativas) quanto de condições psicológicas adequadas (libertação em relação a

condições “alienantes”, tabus, auto-enganos recorrentes, escapismos etc.); e a *autonomia coletiva*, que se refere à existência de instituições sociais e condições que garantam a liberdade do grupo ou coletividade (definida territorialmente e/ou em função de sua identidade), tanto perante outros grupos quanto internamente, ou seja, em função da existência de condições (materiais e organizacionais) de participação igualitária de todos em processos decisórios de interesse coletivo.

A utilização da moeda social parece sugerir um enorme laboratório social, onde como derivado dos ensaios, resultam além de algumas novas tecnologias sociais, também experimentações de alternativas. São vivências, aprendizados e desfrute de exemplos de outras formas de levar à vida, de outras maneiras de organizar a divisão social de poder, de organizar o trabalho e implementar as responsabilidades, que podem resultar em uma maior aproximação com a vivência da autonomia pessoal e coletiva. Parece ser difícil passar por um processo desse e não sair, no mínimo, vendo a moeda nacional desmistificada e as relações econômicas tradicionais como um exercício de poder. Ao que indicam as narrativas dos participantes coletadas em encontros, vídeos e feiras, ninguém sai da mesma forma que entrou.

4.3 Moeda social e desenvolvimento

Desenvolvimento exige transformação, mudança com um sinal positivo em direção a um objetivo, daí ser sempre necessário qualificar e explicitar esse propósito a ser atingido. Segundo Castoriadis,

“(...) um organismo se desenvolve quando progride até a sua maturidade biológica. (...) desenvolvimento é o processo de realização do virtual, da passagem da *dynamis* a *enegeia*, da *potentia* ao *actus*. Isto implica, evidentemente, que existe uma *enegeia* e um *actus* que podem ser determinados, definidos, fixados, que existe uma norma pertinente a essência do que se desenvolve; (...) neste sentido o desenvolvimento implica na definição de uma maturidade, e logo de uma norma natural.” (CASTORIADIS, 1980, p.191).

Ou seja, mesmo na referência contextual original do termo, associado aos processos biológicos, é preciso ter-se em mente um modelo para se poder falar, com propriedade, em desenvolvimento. É evidente que no campo social, na falta de uma descrição alternativa, assume-se a “marcha para a economia de mercado” como norma⁷¹. Essa ressalva é importante, sob uma perspectiva pragmática, porque alguns experimentos com moeda social ao se esquecerem de explicitar o modelo que desejam, deparam-se com a entrada e permanência de membros que vêm guiados pelo consenso fácil, porém enganoso, que a noção de “busca de desenvolvimento” acena, trazendo transtornos e disputas nem sempre construtivos.

Por outro lado, é inegável que boa parte dessas experiências surgiram da busca de processos que dinamizassem o processo de desenvolvimento tanto quantitativamente como qualitativamente, visando mecanismos para a promoção de um desenvolvimento real (e, portanto, sustentável social e materialmente), e solidário (socialmente justo e economicamente equilibrado).

Entretanto, várias se apoiaram em diagnósticos que apontam como uma das causas relevantes do enfraquecimento do desenvolvimento econômico e da crescente exclusão social, a escassez monetária no circuito da economia real, decorrente da sua drenagem para o circuito financeiro inviabilizando assim uma

⁷¹ Um tratamento mais profundo do tema que, entretanto, foge ao escopo do presente trabalho, foi realizado anteriormente em Soares, 1998.

maior intensidade de trocas, especialização da produção e, por conseguinte, uma maior dinamização e crescimento econômico.

Quando se tem uma economia plenamente monetizada, como é o sistema econômico contemporâneo, e em simultâneo a noção de que a base do valor da moeda é a escassez, coloca-se o sistema em um círculo vicioso, em um jogo de soma zero. Para que alguns participantes ganhem (valorizem seu capital) se torna necessário que os outros percam (não consigam valorizar seu trabalho/capital)⁷². Porém, no contexto específico da atuação da moeda social, o que se pode esperar? Na medida em que a moeda social se apresenta como uma discussão sobre o caráter da moeda nacional, esse questionamento deve também atingir a ação linear de estímulo ao desenvolvimento a partir de uma simples injeção de mais moeda no circuito real. Tecnicamente falando a relação moeda crescimento vai além da proporcionalidade quantitativa.

O tipo de moeda que se usa também influencia a relação. Como já visto, se é uma moeda que tem sua emissão baseada no crédito e no pagamento de juros, o tipo de estímulo terá características diferentes das almejadas pelos usuários da moeda social. Entretanto, se o instrumento monetário é criado e gerido como um instrumento de uma proposta explícita de padrão de desenvolvimento (e não seu fim), que características deve⁷³ incorporar?

Essa é justamente uma das grandes potencialidades da moeda social, recolocar para os usuários a escolha sobre o modelo de desenvolvimento, sobre o que é considerado como qualidade de vida e que, portanto, deve ser buscado; e

⁷² Essa questão vem sendo trabalhada ao longo dos capítulos 2 e 3 do presente trabalho, onde já foi extensamente levantado que essa é uma situação construída socialmente, não tendo nada de natural, imponderável ou acima das possibilidades humanas de intervenção. Também já foi bastante discutida a conexão estabelecida entre a moeda nacional e o crescimento da economia real em uma economia com essas características (vide, especificamente, item 3.4 do capítulo 3).

também os instrumentos que serão utilizados. Nesse sentido os processos de emissão e gerenciamento das experiências de moeda social de que se tem notícia não são todos iguais. Retratam o grau de audácia que o grupo se permite, o diagnóstico que fazem da causa das desigualdades de desempenho e oportunidades e o que se pode fazer para superar essas dificuldades.

Retomando, se moedas diferentes estimulam desenvolvimentos diferentes entre as relações econômicas e o resto do sistema social, trabalhar com uma moeda que não permite a usura (recolocando a função de meio de troca como a função básica para o dinheiro, em detrimento da de reserva de valor - que fica subordinada a primeira), é assumir o intuito de submeter-se o sistema econômico novamente a lógica da produção (necessidades humanas), em detrimento da reprodução do capital financeiro/imaterial e, admitir essa postura já muda qualitativamente o crescimento esperado, pois traz de volta o investimento para o lado real do sistema econômico, mas não é suficiente para enquadrar o tipo de desenvolvimento esperado. Se o ponto de partida das experiências é, em geral, a percepção que está faltando óleo no circuito, e que esse óleo pode ser provido local/socialmente, a análise a partir daí acaba colocando na mesa todo o modelo subjacente à moeda nacional. É bom lembrar que esse estímulo à reflexão que a crise de escassez de circulante gerou tem resultado em soluções bem mais ambiciosas que apenas resgatar a moeda para a produção, ou simplesmente aumentar sua quantidade em circulação via criação de moedas locais ou sociais (com seu caráter de permitir, naturalmente, maior inclusão social).

Pensar a relação moeda social/desenvolvimento exige revelar e reverter o circuito perverso da economia moderna que exacerbou a função de reserva de valor

⁷³ Diz-se deve, para ressaltar, mais uma vez, que é mesmo uma questão de escolha de modelo a seguir.

do dinheiro, uma vez que ela permite a acumulação capitalista financeira (uma acumulação de capital para produzir mais capital, centrada no capital financeiro, não na produção). Nessa perspectiva, um aumento da produção, associado a uma melhor qualidade de vida e ao desenvolvimento tecnológico, surge como um subproduto do objetivo final, que é o acúmulo de capital financeiro em si. Logo, esse aumento de produtividade não é necessariamente através de um caminho social e ecologicamente coerente, responsável, uma vez que é, claramente, apenas um meio para outro fim.

Quando, através de mudanças institucionais sucessivas, o dinheiro surgiu como um instrumento da economia humana (no sentido aristoteliano⁷⁴) liberto do mundo da produção, e num sentido mais amplo, das necessidades/ soluções sociais “gerais”, ele completou uma transformação que o colocou como possibilidade de fim em si, extrapolando sua funcionalidade/ finalidade original. É como o vislumbramos hoje. A função básica de meio de pagamento é quase já um assessorio, uma permanência primitiva na forma contemporânea de capital financeiro/imaterial que o dinheiro assumiu.

Contudo, mesmo antes dessa metamorfose a moeda nacional já possibilita o acúmulo de “poder de compra” sobre qualquer bem em qualquer momento (ao contrário da poupança em espécie) e não se desvaloriza com o tempo, facilitando virtual e socialmente, o investimento. A moeda social propõe alterar essa relação e ao mesmo tempo não perder a capacidade de acumular para investir, de ganhar escala para transformar; o lado positivo e hoje pouco operante do sistema

tradicional, o que não é assim tão difícil de concretizar como parece para as nossas mentes excessivamente apegadas ao evolucionismo de visão curta. Diversas sociedades antigas desenvolveram relações econômicas e monetárias distintas das atuais e conseguiram níveis de prosperidade material e complexidade social hoje esquecido⁷⁵.

Torna-se assim evidente que os usuários da moeda social, ao realizarem a reapropriação da moeda enquanto instrumento de desenvolvimento necessariamente, obrigam-se a repensar essa conexão e todos seus desdobramentos, em um meio onde o imaginário social dominante é, no mais das vezes, pouco propenso a isso. Novas formas de crédito e poupança vocacionados para a produção e capacitação de prestação de serviços precisam ser desenvolvidas. De fato, a própria compreensão da função do crédito, nesse novo arranjo social, precisa ser esclarecida. O acesso ao crédito pode deixar de ser penalizado com juros e a poupança deixar de ser premiada, caso o dinheiro/moeda social seja operacionalizado como um bem público, sujeito a empréstimos sob critérios sociais e econômicos, indiferente ao critério de rentabilidade do capital, que em si fica destituído de função. Ou seja, a recompensa por um investimento bem sucedido pode até permanecer na lógica do rendimento, do lucro, mas não extrapolar para a possibilidade de se transformar esse lucro em elemento financeiro, capaz de produzir mais capital.

⁷⁴ Segundo Aristóteles (1966) temos duas formas de compreender a economia: a *oikonomia*, que diz respeito ao governo a casa, a gestão e disponibilização de todos aqueles bens e serviços que são necessários para a vida de qualquer grupo (relacionada com os valores de uso) e a *crematística*, a arte de adquirir riqueza (associada aos valores de troca). Sendo, para ele, relevante à distinção entre essas duas finalidades da ação econômica, pois ele defende que a filosofia econômica correta está associada à ação de gerir o bem-estar pessoal, familiar e político, não aceitando a emancipação da busca de riqueza como um fim auto-justificado.

⁷⁵ Para maiores detalhes, ver capítulo 3, item 3.2.

A moeda social (não se deixando de lembrar que é acima de tudo uma moeda, e portanto ambígua, como diz Simmel), deve ser entendida como a base de todo um sistema econômico/financeiro/social alternativo que existe potencialmente, mas que ainda precisa ser desenvolvido.

O quadro a seguir procura resumir as principais características da moeda social e da moeda nacional, associando de forma bastante concisa seus respectivos padrões de desenvolvimento.

Quadro 2 – Quadro resumo: moeda social, moeda nacional e padrão de desenvolvimento.

| | MOEDA SOCIAL | MOEDA NACIONAL/CONTEMPORÂNEA |
|----------------------------------|--|--|
| Emissão | <ul style="list-style-type: none"> • Descentralizada • Coordenada pelos usuários | <ul style="list-style-type: none"> • Centralizada • Coordenada pelos emitentes (Estado e bancos privados) |
| Funções⁽¹⁾ | <ul style="list-style-type: none"> • Meio de pagamento • Meio de troca • Reserva de valor | <ul style="list-style-type: none"> • Reserva de valor • Meio de pagamento • Meio de troca |
| Usos Econômicos | <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar intercâmbios • Instrumento do desenvolvimento • Instrumento de cooperação | <ul style="list-style-type: none"> • Reter valor • Instrumento para acumulação de capital • Instrumento de concorrência |
| Usos Sociais | <ul style="list-style-type: none"> • Recentralizar a economia no homem. • Estar acessível a todos que precisem. • Ser instrumento de maior liberdade e exercício de autonomia. | <ul style="list-style-type: none"> • Centralizar e potencializar poder. • Ser instrumento da hegemonia dos fins econômicos. • Ser instrumento de exclusão social. |
| Gestão | <ul style="list-style-type: none"> • Participativa • Autônoma | <ul style="list-style-type: none"> • Delegada • Heterônoma |
| Base para Aceitação | <ul style="list-style-type: none"> • Confiança mútua • Continuidade • Utilidade/necessidade | <ul style="list-style-type: none"> • Confiança intermediada pelo Estado • Continuidade • Valorização via escassez administrada |
| Padrão de Desenvolvimento | <ul style="list-style-type: none"> • Integral, em construção contínua. Precisa ser socialmente discutido porque não tem mecanismos autopéruos. Chega a ser cansativo em sua necessidade de participação integral dos membros. | <ul style="list-style-type: none"> • Economicista e teleológico, em direção ao crescimento das quantidades exploradas/incorporadas, porque a dinâmica dos juros compostos exige a concorrência via quantidades. |

Notas: (1) Aparecem em ordem de relevância.

Elaboração nossa.

Em essência a dinâmica da moeda social, além de descentralizada e autônoma, propõe não permitir a usura, e com isso impossibilitar que o dinheiro se transforme em capital financeiro. Entretanto, as experiências têm sido pouco audazes no que tange a experimentos monetários além da criação e gestão muito cautelosa do circulante. Talvez porque a própria emissão e distribuição da moeda social seja considerada em si mesma como um sistema de crédito social, um adiantamento e poder de compra para quem, em condições de mercado não teria acesso, de maneira que muitos grupos não aprofundam as potencialidades da experiência. De qualquer forma, no caso do sistema LETS e similares é ligeiramente diferente, pois a emissão é simultânea com a comercialização, não chegando a caracterizar a emissão de nenhum crédito, mas como nos casos anteriores, alguns acreditam que a abertura de mercado e a possibilidade de rentabilizar atividades até então desvalorizadas são, por si mesmas, o escopo atingível com a utilização da moeda social. Ainda assim, alguns grupos realizam empréstimos em moeda social, evidentemente sem cobrança de juros.

Como já extensamente comentado, sua utilização também ajuda a desvelar os equívocos que estão por detrás da aceitação teoria do valor, ao promover a desreificação da moeda, desnudando a relação de poder e coerção violenta na qual se assenta a perspectiva de neutralidade da moeda. E mais, a grande maioria de seus usuários ainda quer recentralizar o crescimento econômico no e para o homem, sendo esse co-dependente do ambiente em que está inserido; e não se permite assumir uma dinâmica monetária que favoreça a espoliação do homem pelo homem nem tão pouco do homem com o ambiente, não admitindo o encargo do juro, muito menos do juro sobre juro. Entretanto para se atingir esses objetivos não basta aumentar a quantidade de moeda circulando (mesmo sem o peso dos juros), é

preciso aumentar também a qualidade social dessa moeda e da gestão de sua emissão e distribuição. Ela precisa incorporar na sua dinâmica os parâmetros socialmente considerados fundamentais: a prática da solidariedade, a busca da autonomia e o compromisso com a responsabilidade perante a sociedade e o meio ambiente e, se primeiros e importantes passos foram dados e boa parte do caminho aberto, muito ainda está para ser percorrido e construído.

4.4 A moeda social e a economia solidária

Conforme vem sendo exposto ao longo desse capítulo, as experiências de moeda social em geral respondem a um sistema de valores diferentes dos praticados no sistema de mercado convencional, em que as empresas passaram a ser gerenciadas segundo objetivos financeiros de curto prazo:

“No início do século XXI, a proporção de ativos financeiros (gerando ganhos de capital em diferentes ativos, moedas e mercados) das corporações [norte-americanas] ultrapassou os ativos reais. (...) Vale dizer que a empresa passou a ser gerenciada segundo critérios predominantemente financeiros para alcançar objetivos de rentabilidade financeira de curto prazo dos organismos de gestão coletiva da poupança, como também para operacionalizar estratégias de gestão da riqueza líquida concebida por seu corpo diretivo.” (BRAGA;CINTRA, 2004, p. 275 e 276).

E, como já extensamente apresentado no capítulo anterior, no novo perfil adquirido pela economia de mercado o sistema norte-americano se tornou o grande impulsionador da acumulação mundial de capital, tanto real quanto da imaterial, entretanto com enorme destaque para o dinamismo do setor financeiro. As conseqüências desse tipo de dinâmica de acumulação, além de sua concentração nos Estados Unidos e em alguns poucos outros países, têm sido o aumento da

competitividade em todos os níveis do sistema. E, enquanto as grandes corporações têm apresentado recordes em seus lucros, a remuneração do trabalho vem perdendo cada vez mais na distribuição dos rendimentos. Assiste-se, de fato, a um movimento de concentração de rendimentos e patrimônio entre as nações e também no interior dessas. Nos últimos anos as taxas de crescimento têm sido pífias nos países da América Latina, embora a concentração de renda – historicamente significativa – venha se exacerbando.

Delineia-se então um cenário de questionamento acerca da inexorabilidade dessa situação com enormes custos sociais, acrescentando-se a isso a suspeita – caso o crescimento real por qualquer razão fosse retomado – sobre a viabilidade social e ambiental da reprodução desse padrão de crescimento/consumo norte-americano e europeu para o resto do mundo. Será a competição – espúria, diga-se de passagem – o valor mais eficiente para promover o desenvolvimento?

Em vista desse questionamento, os últimos anos assistiram antigos paradigmas opostos à sociedade de mercado serem reapropriados e atualizados, entre outras, sob a noção recentemente cunhada de economia solidária (LISBOA, 2000b e 2004, SINGER, 2002), que muito embora se sustente na tradição socialista, vai além dela:

“O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante.” (SINGER, 2002, p. 112)

A economia solidária propõe um sistema econômico (sujeito a uma racionalidade sócio-ética) que responda a necessidade de produção e consumo através de redes de cooperação que surgem, basicamente, tanto das experiências fruto do empreendedorismo quanto do cooperativismo; da tensão entre a exclusão e

a reinvenção do mercado. Essa tensão ressurgue não só na construção cotidiana das experiências de economia solidária, como também nas perspectivas de sua evolução.

Em termos ideais, ao se propor como um modelo alternativo para a formação de um “estilo” de vida ela se coloca em um conjunto de encruzilhadas. Numa primeira bifurcação ela pode se construir apenas complementarmente ao sistema dominante, como uma forma de inclusão dos excluídos, na medida em que lhes oferece um modelo de integração pela cooperação ou como uma alternativa plena de “forma de vida”, de padrão de desenvolvimento. Aceitando o desafio maior e se constituindo como modelo alternativo, e por conseguinte, em ruptura com o hegemônico, pode ainda trilhar o caminho da confrontação por ao menos duas vias distintas: pela competição com o modelo vigente em termos de qualidade (tradicional) de produtos, serviços e preço oferecidos, aliando-se a essa performance econômica os benefícios de uma vida melhor; ou pela construção de um circuito insulado (ou apenas relativamente isolado), sob parâmetros próprios de qualidade. Ao primeiro modelo pertence hoje o maior número de experiências, pois é plenamente estimulado em momentos econômicos como o presente. Quando do seu papel de construção alternativa, a primeira é, de fato, unicamente possível caso as pessoas, em geral, demonstrem interesse em alterar seus padrões de consumo e seus valores sociais de uma maneira mais ampla e de se ajustar o sistema de mercado através de padrões de sustentabilidade social e ambiental. Já a formulação isolacionista depende de toda uma dinâmica interna a grupos altamente motivados por um conjunto comum de valores e capazes de se articular em redes de produção e consumo totalmente independentes do mercado tradicional. Nesse caso novos arranjos para a determinação de preços e produções precisam ser elaborados,

ensaiados, pois como ressalta Lisboa (2004b, p. 267), “a possibilidade de um mercado regulado pela auto-organização social no qual predominem redes de cooperativas e de consumidores conscientes” está ainda por se experimentar.

De toda forma, a maioria das experiências de moeda social tem se colocado como companheiras em todas as variações nas quais a economia solidária vem se apresentando, principalmente no caso das experiências da América Latina e extraordinariamente ainda no caso das experiências nacionais.

No Brasil, em que pese sua independência, boa parcela dos grupos que trabalha com moeda social são oriundos de práticas de economia solidária ou mantém contato estrito com organizações dela, como indica o fato do I Encontro Nacional de Grupos de Trocas Solidárias ter sido organizado sob os auspícios da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.

4.5 Uma proposta de tipologia

Tendo como base um resumo das experiências com moeda social que foram levantadas e análises desenvolvidas em termos de objetivos e padrões de desenvolvimento, pode-se pensar em uma tipologia de forma a ressaltar os termos mais importantes de convergência e divergência entre elas, além de seus pontos fortes e fracos, como forma de auxiliar no presente estudo.

O quadro abaixo procura ressaltar de forma esquemática as principais características de cada tipo/conjunto de experiências especificamente quanto a sua dinâmica monetária. Aos elementos eminentemente técnicos levantados, teve que

se acrescentar mais algumas informações, de forma a se poder perceber melhor a abrangência das experiências de moeda paralelas analisadas ao longo do trabalho.

Quadro 3 – Quadro resumo: experiências monetárias paralelas

| Experiência | Iniciativa | Apoios | Câmbio c/ moeda nac. | Juros (-) | Bônus | Sistema de garantia | Paridade (1) | Objetivos |
|-------------------------|-----------------|----------------|-------------------------|-------------|-----------------------------------|-------------------------|-----------------|---|
| Moedas Sociais | | | | | | | | |
| Clube de troca | Privada, ONGs | ONGs, Estado | — | Inflação(2) | Emissão de notas | Confiança mútua | 1/1 ou 1/μ | ↑ condições de vida ↑ trocas de produtos e saberes ↑ inclusão social reinventar a economia |
| LETS | Privada, ONGs | ONGs | — | Inflação | Movimentos contábeis | Confiança mútua | 1/1 ou 1/μ | ↑ circulação local de dinheiro ↑ trocas de produtos e serviços |
| WIR | Assoc. privada | - | — | Inflação | Movimentos contábeis | Jurídica (Estado) | 1/1 | ↑ crédito barato ↓ monopólios |
| Talento | ONG | ONG | — | + | Emissão de notas e mov. contábeis | Confiança mútua | 1/1 | ↑ cuidados ambientais ↓ desemprego |
| Banco de tempo | Município, ONGs | ONGs | — | — | Movimentos contábeis de tempo | Acordos | - | ↑ solidariedade ↑ valorização de serviços normalmente não monetizados |
| Outras | | | | | | | | |
| Moedas livres | Município | Cidadão | +(3) | + | Emissão de notas | Moeda nacional (Estado) | 1/1 | ↑ circulação de mercadorias ↓ desemprego |
| Circulante Local | Associações | Estado, ONGs | + | — | Emissão de notas | Moeda nacional (Estado) | 1/1 | ↑ circulação de mercadorias ↓ desemprego |
| Títulos privados | ONGs, privada | ONGs, clientes | + | — | Emissão de títulos de crédito | Jurídica (Estado) | Δ | ↑ capitalização do empreendimento ↓ custos financeiros |

Notas: (1) Paridade mental com a moeda nacional ou com um valor referente a uma hora de trabalho (μ).

(2) No caso de ocorrer inflação na moeda nacional e sua transmissão através da paridade mental para o sistema de moeda social, ela poderá funcionar aí como uma espécie de juros negativos.

(3) Com penalização para casos de retiradas em prazos inferiores ao ajustado em cada experiência (normalmente um ano).

Legenda: (+) Contempla, (-) Não contempla. (Elaboração nossa.)

Tendo em conta especificamente as experiências de moeda social nove critérios foram então desenvolvidos, sendo três de carácter mais ideológico (objetivo central, visão de mundo, e atitude em face do mercado), três técnicos (atitude em relação ao bônus, atitude em relação à gestão e atitude em relação à moeda nacional) e os restantes relacionados ao alcance (escala de atuação, grau de interação com outras instituições com afinidade/ complementaridade ideológica e forma de atuação dos membros):

- *Objetivo central:* que necessidades e valores o objetivo central está trabalhando, valores mais relacionados à inclusão social, a aumentar a quantidade de moeda em circulação e assim complementar à provisão de necessidades daqueles que têm dificuldade em colocar sua mão-de-obra ou produto no mercado, ou mais revolucionários, na medida em que propõe alterar os costumes vigentes, a hierarquia estabelecida entre os objetivos economicistas e os sociais.
- *Visão sobre a economia:* mais conectada com a perspectiva da economia como gestão de recursos escassos, da privação ou, ao contrário, como gestão de arranjos de produção e distribuição da sociedade propiciada pela produção, ou seja, a provisão do sustento.
- *Atitude em face do mercado:* em que medida é uma experiência que se pretende complementar o mercado, ou quer ir mais além e chegar a se constituir como uma alternativa ao sistema de mercado, alcançando a formação de um circuito completo de produção, distribuição e consumo alternativo.
- *Atitude em relação ao bônus:* existe ou não a emissão física de bônus. Quando a emissão se dá apenas contabilmente, ela normalmente é resultado

de uma transação que já se concretizou. Nesse sistema a emissão não é gerida, ela se auto-ajusta ao índice de operações. O que precisa ser acompanhado e normalizado é a variação do nível de crédito ou débito que será permitida para cada membro do sistema. Por outro lado, a necessidade de centralização da informação e do recurso a uma escrita detalhada proporciona uma dicotomia entre organizadores e organizados. No caso da emissão física, normalmente ela é desencaixada das operações realizadas, ou seja, o grupo precisa encontrar um método para iniciar e manter a distribuição da moeda que responda a demanda das transações. Esse método também está associado ao encontro pessoal entre os membros do grupo, na forma de mais usual de feiras ou nos comércios que a aceitam, o que estimula mais o diálogo e aproxima ainda mais os membros, facilitando a integração e a participação.

- *Atitude em relação à gestão:* Algumas são completamente horizontais, rotativas e participativas/coletivas, outras contam com um grupo de animadores ou organizadores, voluntários ou profissionais que assumem as tarefas administrativas, organizacionais e, por vezes, a própria dinâmica a ser adotada passa a ser concebida de cima para baixo ou não está aberta a modificações.
- *Atitude em relação à moeda nacional:* em que medida se caracteriza a parametrização com a moeda nacional.
- *Escala de atuação:* pequena escala, vizinhança, comunidade ou escala regional, envolvendo toda a cidade. E ainda com características misturadas das duas situações, os grupos que embora quantitativamente pequenos, são dispersos espacialmente.

- *Grau de interação com outras instituições com afinidade/complementaridade ideológica:* algumas experiências acontecem isoladas outras com caráter complementar, já outras são articuladas com grupos de produção ecológicos, agricultores familiares, consumidores éticos, comércio justo, grupos de estudos espiritualistas ou outras comunidades afins.
- *Atuação dos membros:* em que medida os participantes assumem o desempenho de prosumidores, cumprindo simultaneamente a atuação como produtores e consumidores.

De acordo com comportamento apresentado no conjunto desses critérios, cinco categorias básicas de moeda social foram descritas e podem ser assim identificadas:

I. **Complementar:** é a moeda social mais voltada para o mercado; quando seus objetivos, em conjunto com sua atitude em face ao mercado vão no sentido da complementaridade deste. Em geral é permeada por uma noção econômica baseada no conceito de gestão de escassez e comumente não promove a emissão física da moeda, sua gestão é gerenciada por uma central de contas ou grupo gestor. Existe associação direta o valor da moeda social e da moeda nacional, podendo mesmo existir acordos e regulamentos que prevêm cumprimento judicial de posições assumidas. A escala de atuação almejada em geral é de média para grande, contando com produções complementares entre si ou com produtores de produtos intermediários e matérias primas. Nessa categoria encontram-se basicamente os clubes de troca empresariais (estilo WIR), podendo também ser incluída a HORA de

lthaca. Também boa parte dos clubes de troca de classe média empobrecida que promoveram a explosão Argentina do “trueque” pode aí ser incluído.

II. **Includente:** é a moeda social mais preocupada com inclusão social e a recuperação da auto-estima e desenvolvimento pessoal dos participantes. Seus objetivos têm um caráter complementar, na medida em que procuram criar um mercado que permita a valorização e/ou mercantilização de produtos e relações normalmente não aceitos nos mercados tradicionais. Também comunga de uma perspectiva econômica baseada na noção de escassez, embora procure, justamente, reduzir essa sensação. Normalmente existe a emissão física de bônus e a realização de encontros presenciais é estimulada. Mesmo quando ela não existe (no caso dos bancos de tempo, por exemplo) os valores da solidariedade e participação social são constantemente evocados, embora as gestões dessas experiências sejam comumente realizadas por animadores (voluntários ou profissionais) ou centrais de contas, havendo casos em a estrutura e/ou administração é por conta de gestores públicos. A relação com a moeda nacional nem sempre é relevante, mas quando existem preços, eles são similares aos praticados no mercado externo. A escala de atuação é a da proximidade. Por vezes existem interações com outros grupos não necessariamente complementares, mas com necessidades parecidas. Em geral a atuação como produtor precisa ser estimulada e/ou orientada (em atividades complementares a experiência monetária). Nessa categoria estão incluídos os Bancos de tempo, alguns clubes de troca orientados por ONGs e outras experiências ligadas ao exercício da responsabilidade social.

III. **Complementar-pedagógica:** é a moeda social que, ainda voltada para uma atuação complementar ao mercado, também questiona sistematicamente os valores normalmente estimulados nele, embora ainda despose de uma perspectiva econômica baseada na gestão da escassez. Pode haver ou não emissão física de bônus, mas sua gestão tende a ser mais participativa e autônoma. Usualmente a relação de paridade com a moeda nacional é apenas uma referência, surgindo internamente níveis de preços e preços relativos bastante diferentes dos praticados no mercado externo. A escala de atuação costuma ser reduzida e são estimuladas parcerias com outros grupos afins. Muitos participantes são oriundos da classe média, prestadores de serviço e artistas, o que por vezes complica a assunção plena da condição de prossumidor e a variedade de oferta de produtos básicos. Encontram-se aqui muitos LETS, e clubes de troca nacionais e espalhados por todo o mundo, além da experiência suíça com os TALENTOS.

IV. **Pedagógica:** é a moeda social orientada para se tornar uma alternativa ao mercado, embora não tenha internamente a experiência de disponibilidade de serviços e produtos que permitam tal desfecho. Tem uma visão sobre a economia baseada na sustentação da vida em organicidade própria, que deve, porém, responder aos objetivos socialmente determinados. Pode ter ou não emissão física de bônus, mas a gestão é sempre participativa e autônoma. Os parâmetros de medida utilizados normalmente não estão diretamente associados à moeda nacional e a escala de atuação é pequena ou mista; sendo as interações com grupos complementares e afins buscadas com intensidade. Há uma intenção permanente do cumprimento do papel de prossumidor, despertando talentos há muito tempo esquecidos. O exercício

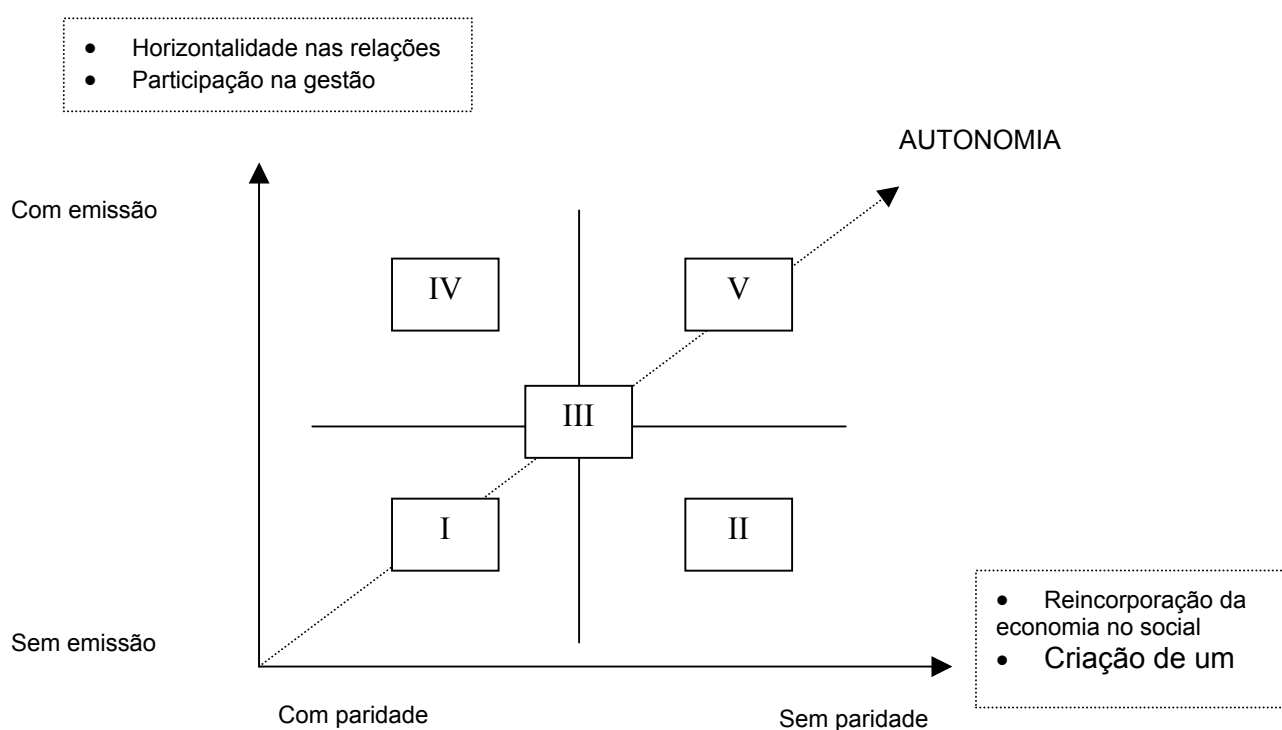
sobre as novas relações de poder almejadas, como divisão de trabalhos, cooperação e consumo responsável são constantemente promovidos em encontros específicos para isso ou no cotidiano com a utilização da moeda social pelo grupo. Alguns clubes de troca e LETS podem aqui ser incluídos.

V. **Alternativa:** é a moeda social mais fortemente orientada pela ideologia, que se propõe alternativa a economia convencional, buscando fechar o ciclo produção-consumo-distribuição internamente à experiência. Em geral contam com um grupo fortemente motivado e unido por uma visão de mundo comum. Normalmente não existe paridade com a moeda nacional e a unidade de conta só faz sentido dentro do próprio circuito. Procuram ter relações com outras experiências com afinidades ideológicas, ou compatíveis e complementares. Algumas moedas sociais de comunidades alternativas e de uns poucos clubes de troca mais radicais se permitem classificar aqui.

Todavia é necessário ter em presente as limitações que uma abstração desse tipo incorpora. Dificilmente uma experiência está completamente enquadrada em qualquer uma das moedas sociais tipificadas, muitas se encontram nas zonas de transição ou contemplam elementos dispersos. Entretanto esse tipo de aproximação, mesmo com a imprecisão inerente, permite identificar como as experiências, ao adotarem diferentes dinâmicas e se encontrarem em contextos sociais distintos, acabam conformando arranjos mais favoráveis, ou ao contrário pouco propícios, para concretizar os projetos subjacentes a elas próprias.

Através dos gráficos a seguir se procura indicar como estão posicionados os tipos básicos de moeda social (I, II, III, IV e V) frente aos objetivos pretendidos em função dos comportamentos respectivamente apresentados.

Gráfico 1 – Variáveis da Autonomia

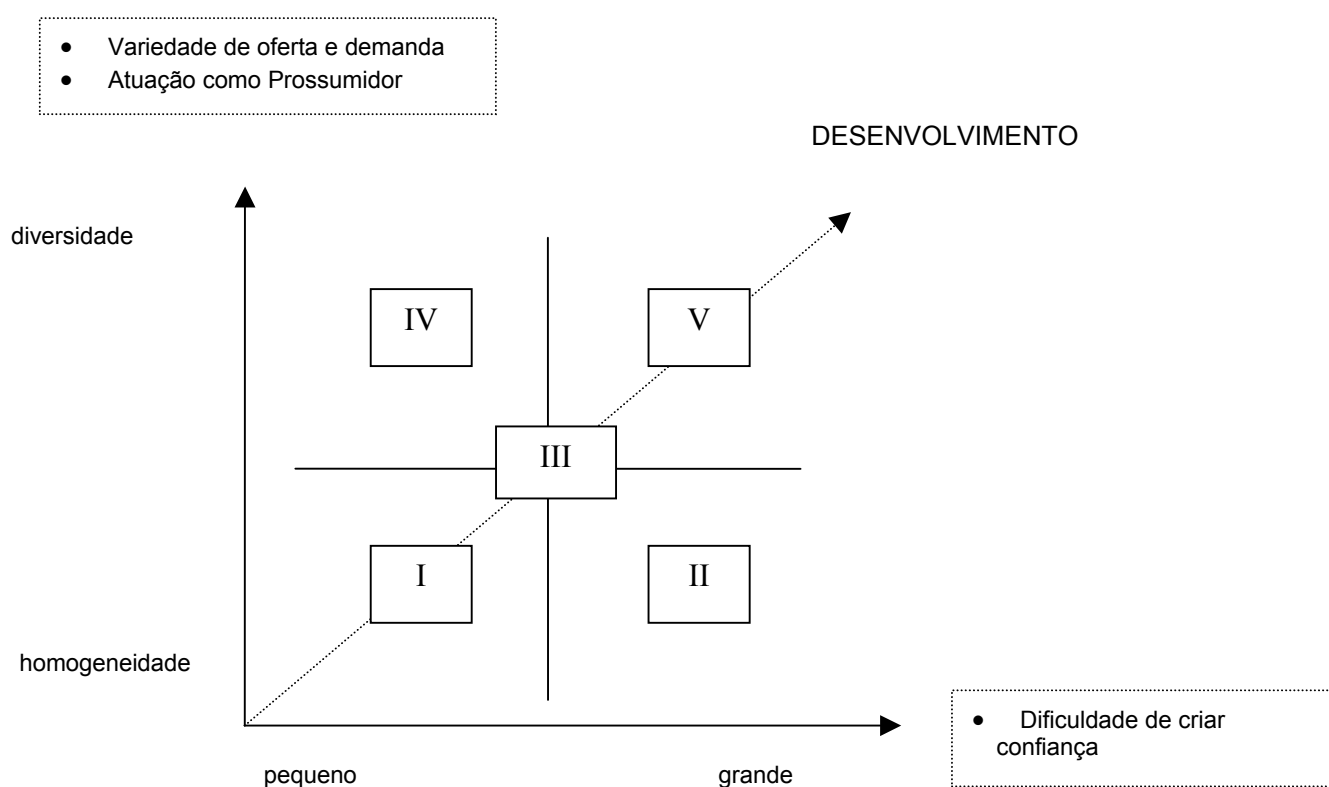


Elaboração nossa.

Ou seja, ambos são fruto de um esforço de síntese no intuito de evidenciar como as relações entre os diversos critérios se potencializam - Gráfico 1, acima - ou

entram em conflito - Gráfico 2, abaixo - em função do objetivo central utilizado para estruturar a tipologia desenvolvida internamente aos eixos, determinados pelos comportamentos do grupo.

Gráfico 2 – Variáveis do Desenvolvimento



Elaboração nossa.

É mais fácil se atingir um grau elevado de autonomia em um grupo pequeno, facilmente mais homogêneo, entretanto, desenvolver exige diversidade, e a diversidade se alimenta da quantidade e na busca pela autonomia. Porém, quando

saímos da escala humana de relação, construir confiança se mostra difícil, abrindo espaço para o apelo a aparelhos de vigilância e punição, do uso da coerção como forma de manter a aceitação da nova instituição monetária em construção, comprometendo assim a autonomia do processo.

Por um lado, a noção de comunidade, que se define por crenças ou normas comuns compartilhadas entre os membros e ações de reciprocidade, normalmente é associada a um cenário menos propício à criação que as sociedades complexas heterogêneas que caracterizam o mundo moderno, dinâmico e conotado com a criação em larga escala. Daí que nos arranjos institucionais contemporâneos normalmente “algo” vem de fora para sustentar a cooperação entre grupos e desejos diferentes, e/ou servir de mediação entre conflitos.

Recorrendo aos argumentos institucionalistas levantados no segundo capítulo, percebe-se que a moeda social, apesar de se originar em uma cooperação voluntária sofre da fragilidade inerente as instituições que vêm quebrar uma antiga tradição ou rotina (o apelo do dinheiro nacional que a maioria utiliza, a relação heterônoma e reificada que essa forma de instituição monetária engendra), pois as instituições já incorporadas no imaginário são capazes de uma forte resistência. Ao se propor como uma escola de autonomia, a moeda social eleva a necessidade de maturidade e de atitude ética de cada participante a um grau capaz de dispensar a interferência do Estado ou de qualquer outra instituição que venha de fora para promover o cumprimento das regras e contratos estabelecidos, quando a quebra dos mesmos (como a promoção de fraudes e falsificações, e mesmo da especulação) pode gerar benefícios pessoais não desprezíveis (em detrimento dos coletivos, evidentemente). Evidentemente, pelo fato de não ser uma instituição naturalmente autopunitiva, também não traz consigo nenhum caráter de obrigatoriedade que lhe

facilite a adoção ou permanência pelos indivíduos/grupos, resultando então uma dificuldade para a sua integração em dinâmicas de maior escala.

Aceitar que os objetivos que a maioria dos grupos se propõe geram demandas conflitantes e igualmente fundamentais, que por isso necessitam ser trabalhadas, e esse é um exercício que ainda está por se fazer na maioria dos grupos analisados.

5 A EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA COM A MOEDA SOCIAL

“Quanto maior for a complexidade social, mais necessária será a consciência. Não pode imaginar-se hoje uma nova sociedade, uma nova evolução, uma nova revolução, sem que a consciência possa realizar um progresso decisivo, quer dizer, sem que se constitua em novo epicentro da aventura humana.” (MORIN, 1991, p. 136).

A experiência contemporânea com moeda social no Brasil está concentrada nas experiências dos clubes de troca, embora existam também casos independentes desse tipo de organização. De fato, partindo-se de uma análise mais rigorosa, poucos grupos de troca se automeiam clube de troca, embora funcionem dessa forma. Não existe apenas um modelo de clube e, de fato, principalmente no Brasil de hoje, as formas são múltiplas, como múltiplos são os interesses que levaram as pessoas formarem grupos e juntarem suas histórias de vida. Entretanto a existência de uma carta de princípios que inclua os objetivos e algumas regras básicas é, quase sempre, encontrada e recomendada nos diversos manuais de formação que circulam pelo país⁷⁶.

Uma grande parte das experiências com maior expressão nacional estão conectadas com movimentos da chamada economia solidária, também chamada de economia popular ou socioeconomia solidária⁷⁷, como já realçado no capítulo anterior.

⁷⁶ Ver: *Como Organizar uma Rede de Trocas* – Programa de Alfabetização Econômica (<<http://www.redlases.org.ar>>); *Como criar uma Rede de Trocas em sua Comunidade* – Dídac Sanchez-Costa (<<http://www.voluntariosambientais.org.br>>); *Clube de Trocas* – Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação (clubedetrocas@ig.com.br) e *Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras* – PACS (<<http://www.pacs.org.br>>).

⁷⁷ Para maiores esclarecimentos consultar Lisboa, 2000b, 2004; Singer, 2002 e Singer e Souza, 2000.

5.1 Levantamento das experiências nacionais⁷⁸

Para além dos clubes de trocas, as experiências ligadas às empresas e ao exercício da chamada “responsabilidade social” também se fazem presentes no Brasil. Normalmente nesses casos procura-se trazer voluntários para participar dos projetos sociais promovidos pelas empresas, estimular à participação das pessoas que se pretende auxiliar ou mesmo equacionar de maneira mais próxima a fórmula do mercado convencional os fluxos de doação e necessidades através da utilização de algum “bônus” que sirva de intermediário entre as ações.

Por outro lado, também partindo das iniciativas empresariais, tem-se os acordos entre empresas. O potencial das trocas para reduzir custos nos negócios é historicamente reconhecido pelo meio empresarial. De acordo com o levantamento realizado pela International Reciprocal Trade Association, com sede nos Estados Unidos, em 2001, a troca comercial entre empresas movimentou US\$7,87 bilhões. O número exclui as operações realizadas entre subsidiárias de multinacionais. Há mais de 300 mil empresas realizando trocas pelo mundo, mercado que cresce a taxas de 12% ao ano⁷⁹. Como resultado de todo esse dinamismo, além da complexidade das operações de intercâmbio comercial, originaram-se basicamente duas formas de operar a questão: o surgimento de “clubes de troca” entre empresas e de empresas especializadas na de intermediação das trocas, as chamadas empresas de *bartering*, que fogem ao escopo da moeda social, mas não deixam de gerar moedas paralelas de diferentes modalidades.

⁷⁸ As informações contidas neste capítulo foram coletadas em fontes diversas: no relatório do I Encontro Nacional de Grupos de Trocas Solidárias, em declarações coletadas pela pesquisadora durante esse encontro e em outras ocasiões, em notícias publicadas por diversos órgãos de imprensa e em diálogos realizados em várias redes eletrônicas. Ao longo da exposição elas irão sendo referenciadas de forma mais específica.

⁷⁹ Fonte: versão cachê de: <<http://www.bozzo.adv.br/news/news.php?action=ExibeNoticia&codigo=369>>.

5.1.1 *As moedas dos Clubes de Troca*

Através do acompanhamento por quatro anos dos trabalhos da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – RBSES, da Rede 3º Setor, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, e, desde a sua criação, da Rede dos Grupos Nacionais de Trocas Solidárias – GNTS, além do trabalho desenvolvido por diversas assessorias a movimentos sociais e universidades espalhadas de Norte a Sul do país foi possível identificar várias experiências de utilização da moeda social no país. Também em 2004 foi realizado em Mendes, no estado do Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Grupos de Trocas Solidárias (I ENGTS). Lá estiveram presentes representantes de todos os grupos cuja organização já tivesse mantido algum contato com os redes estaduais de economia solidária ou com as ONGs que trabalham o tema das trocas ou da própria economia popular, solidária, alternativa etc. Segundo os organizadores, em seu relatório sobre o encontro, o objetivo era:

Que os diferentes grupos de trocas solidárias no Brasil possam potencializar projeto nacional de Economia Solidária, contribuindo para a geração de circuitos de desenvolvimento local e a erradicação da pobreza a partir das experiências de trocas solidárias com moedas sociais e circulantes locais, através da criação de uma articulação nacional para viabilizar as ações locais, geração de trabalho e renda nas regiões/locais, integração com as políticas públicas, circulantes locais (salto de escala), criando uma grande organização nacional. (I Encontro Nacional de Grupos de Trocas. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/danieltygel/engts2004/>>. Acesso em: jun.2005).

Nos próximos parágrafos, ordenadas por região, essas experiências serão apresentadas de forma resumida, com ênfase nas relações monetárias

estabelecidas, por serem o foco da presente tese. Entretanto, através das indicações bibliográficas e de fontes é possível o acesso a informações mais detalhadas⁸⁰.

5.1.1.1 Os Clubes de Troca – Região Norte

A.1) Rede Bio-Regional de Trocas – Amazonas

A Rede Bio-Regional de Trocas funciona, no momento, em diversos lugares espalhados pelo Amazonas. A ecovila “ABRA144” se encontra a 144 km de Manaus, na direção de Boa Vista e é um projeto, que tem por *objetivo a realização de um espaço demonstrativo, baseado sobre o exemplo, focalizando atividades e tecnologias que se integrem inofensivamente ao meio ambiente e especificamente para as condições amazônicas, tais como produção orgânica de alimentos, permacultura, agrofloresta, educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, sistemas monetários alternativos, saúde preventiva e alimentação funcional, planejamento de utilização dos recursos – alimentos, energia, abrigo e outras necessidades – e assim obter muito mais da vida, com muito menos esforço, beneficiando a nós mesmos refletindo no meio ambiente, com resultados imediatos e para gerações futuras*⁸¹.

O sistema econômico interno da Comunidade é regido, por uma moeda social denominada **União**, baseada nos princípios da economia solidária e podem participar da Rede Bio-Regional de Trocas pessoas ou entidades que não pertencem a Comunidade.

⁸⁰ Ao longo da sessão aparecerão, em itálico, alguns extratos de falas dos organizadores e membros das experiências, coletados em *sites, folders, boletins* e entrevistas. Espera-se com esse exercício transmitir um pouco do espírito que anima os grupos. Quando nenhuma fonte tiver sido citada, admite-se o relatório do I ENGTS (2004) e a gravação das exposições no encontro como tal.

⁸¹ Maiores informações podem ser obtidas em: <<http://www.abra144.com.br/asc/14econom/regtroca.htm>>

Existe um Boletim que é uma lista de todos os produtos e serviços disponíveis nos nós e na rede. O prosumidor, no ato de assinatura do Compromisso, recebe do Ecobanco da Rede, a quantidade de 50 Uniões distribuída da seguinte maneira: 1 (um) bilhete de 10 (dez) unidades; 2 (dois) bilhetes de 5 (cinco) unidades; 10 (dez) bilhetes de 2 (dois) unidades e 10 (dez) bilhetes de 1 (uma) unidade respectivamente, se comprometendo a devolver os vales no caso de deixar a rede. É a partir dos nós e do intercâmbio entre eles que se forma a Rede Bio-Regional de Trocas. A Rede é regida pelos princípios declarados pela Rede Global de Trocas.

Atualmente já existem experiências do uso da moeda social em nível comunitário, tanto na ecovila quanto em alguns lugares de Manaus. Segundo seus criadores há uma variedade de serviços oferecidos, como odontologia, carpintaria, apicultura, entre outros. Foi criado um sistema proporcional no qual cada membro da comunidade ganha rendimentos, mesmo fazendo trabalhos considerados menos valorizados do ponto de vista da ideologia tecnocrática, como limpar galinheiro, adubar as plantas, plantar, fazer limpeza, etc. *Dessa forma, as relações estabelecidas levam a emergência de uma lógica de pensar e agir nas relações de trabalho que tem feito o coletivo caminhar num crescendo de valorização de todos os tipos de atividades, entendendo que estas são parte integrante de uma mesma cadeia produtiva, permitindo o desenvolvimento rumo à qualidade de vida e ao bem viver de todos.*

5.1.1.2 Os Clubes de Troca – Região Nordeste

B.1) Grupo de Economia Popular Solidária (GEP) – Vitória da Conquista

O Grupo de Economia Popular Solidária (GEP) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP com sede em Vitória da Conquista e atuação espalhada pela região do sudeste do estado da Bahia, com 50 municípios filiados. Iniciou suas atividades com o clube de trocas em 2001 e atualmente seus cerca de 70 participantes intercambiam produtos de artesanato, roupas, hortaliças, alimentos e serviços (cursinho pré-vestibular e consultas médicas). O clube trabalha com uma moeda social denominada **GEP** e mantém parcerias com Universidade Estadual do Sul da Bahia e também com universidades particulares da região.

B.2) Banco Palmas – Fortaleza

O Banco Palmas foi criado, em 1998, pela associação de moradores do bairro carente de Fortaleza chamado Conjunto Palmeira. O banco oferece crédito de consumo sem cobrar juros nenhum e com pouca burocracia. Os juros são cobrados apenas para os empréstimos para produção. O Banco Palmas utiliza seu próprio cartão de crédito, aceito apenas pelo comércio da área, *fazendo com que aumente a circulação local de capital, gerando empregos e possibilidade de crescimento econômico*. São oferecidos também miniempréstimos para restauração de casas. Há também a Incubadora Feminina e o Laboratório de Agricultura Urbana que ensina as famílias a plantarem hortas e plantas medicinais em suas casas. *Todas essas iniciativas juntas visam fechar o circuito de produção e consumo local, produzindo alimentos no próprio bairro*⁸².

⁸² Fonte: MELO NETO; MAGALHÃES, 2003 e 2005.

A Associação de Moradores também vem organizando, desde 2000, uma Feira de Trocas Locais que funciona com uma moeda própria, chamada **Palmares**, viabilizando as trocas entre moradores e comerciantes da região com um grupo inicial com 60 pessoas. Entretanto, a pobreza local tem gerado uma dificuldade de intercâmbios, uma vez que os produtos mais demandados (que são os ligados à alimentação básica), não chegam a circular na feira. *Com isso veio o desinteresse e o grupo permaneceu mais como um encontro entre amigas.*

Desde 2004, diante desse quadro, iniciou-se um novo processo⁸³: a criação do circulante local, uma moeda livre chamada **Palmas**, promovendo o envolvimento de todo o bairro. O Palmas tem lastro em Real, e em determinadas situações pode ser trocado pela moeda oficial, garantindo um diálogo direto entre a economia local e a nacional. Pode-se resumir a experiência da Associação com moedas paralelas em dois movimentos: a) clube de trocas com a moeda social Palmares e b) ampliação do escopo da experiência com a introdução de uma moeda livre, o Palmas, com lastro em reais, articulação com todo o sistema de crédito do Banco Palmas e possibilidade de câmbio com a moeda nacional.

Em função do sucesso da iniciativa com a moeda livre, outra experiência está sendo levada a cabo pelo mesmo grupo organizador em Paracuru, município a 90 km. de Fortaleza. Existem algumas diferenças entre os dois casos, embora o “espírito” se mantenha. O Bancopar também é um banco comunitário e funciona em três linhas de ação, a saber: fundo de crédito, circulante local **Par** e feiras solidárias.

⁸³ Fonte: MELO NETO; MAGALHÃES e DUTRA, s/d.

5.1.1.3 Os Clubes de Troca – Região Centro-Oeste

C.1) Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA) – Goiás

O Grupo de Apoio ao Meio Ambiente – GAMA é uma ONG que trabalha com a questão ambiental como mote, sediada em Alto Paraíso, com atuação em mais quatro municípios da região. A ONG desenvolve um trabalho sócio ambiental junto com a questão do eco-turismo, da educação ambiental e da arte/educação. A atuação começou via um programa de educação ambiental para a área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Em função da aproximação com o PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), uma ONG localizada no Rio de Janeiro, a sócio-economia solidária se colocou como mais uma forma de ação do grupo. O grupo, então, descobriu que as ações que desenvolviam tinham grande relação com a proposta da sócio-economia sem, necessariamente, utilizar essa terminologia. Já desenvolviam um trabalho parecido com a população da área rural, que já contava com a vivência de um processo de troca, naturalmente. Nesse processo identificaram entre as comunidades envolvidas as mesmas necessidades e dificuldades.

A entidade iniciou então um processo de capacitação, principalmente para guias de ecoturismo que lhes proporcionou a oportunidade de falar sobre a questão econômica e, principalmente, também com as mulheres, as donas de casa, sobre a questão das trocas. O grupo então começou a sentir, principalmente em Alto Paraíso, que é onde existe um acompanhamento mais constante, que começou a acontecer bazares e, depois, feiras de troca com as mulheres, inicialmente trocando roupa e produtos de casa. Atualmente existe um encontro de troca direta que acontece todo mês e que se chama: “É dando que se recebe” (esses encontros são

feitos basicamente por mulheres), realiza-se também uma feira popular de hortifrutigranjeiros (ela é pequena, bem simples, mas as mulheres e, agora, outras pessoas, estão se apropriando) que mobiliza em torno de umas 20 pessoas bastante engajadas.

A história da moeda social começa a ser construída através da utilização de uma “**Caderneta de Bônus Ambiental**” que cada guia tem acesso ao terminar o curso básico de formação (que é gratuito). De posse de certa quantidade de bônus, recebida em troca de trabalhos de educação ambiental realizados nas escolas o guia pode trocar por equipamentos de trabalho ou outros cursos de continuidade de formação. Assim, antigos garimpeiros estão se tornando guias de ecoturismo, com uma formação fundamentalmente para o exercício de uma cidadania mais plena, utilizando o ecoturismo como forma de combate à destruição e simultaneamente de geração de renda e qualidade de vida para a população.

5.1.1.4 Os Clubes de Troca – Região Sudeste

D.1) Grupo de Trocas Escambo – Belo Horizonte

O Grupo de Trocas Escambo funciona em Belo Horizonte desde 2003 proporcionando a troca de produtos, serviços e saberes entre seus membros. Não tem nenhum tipo de articulação formal, entretanto já conseguiu a adesão do poder público, via cessão de um espaço para a realização das feiras no Mercado Distrital de Santa Tereza, embora atualmente o encontro esteja acontecendo no espaço cultural Casa África.

Em meados de 2003, um grupo de pessoas organizou-se espontaneamente para compor o que mais tarde seria batizado de Movimento Escambo. *Inspirado*

pelas idéias da economia solidária e, motivado pela utopia de uma relação social mais amorosa, este grupo começou a se reunir para trocar produtos e serviços. Os encontros eram realizados nas casas dos integrantes, inicialmente sete, e as trocas aconteciam ainda de forma experimental. A diversidade do grupo era fascinante, participando pessoas jovens e idosas, intelectuais e pragmáticos, abastados e batalhadores, e toda gente que, movida pelas suas paixões, buscavam conhecer o novo. Atualmente são cerca de 200 pessoas no grupo, que após passar por um processo de “seleção natural” hoje tem seu núcleo formado predominantemente por jovens da classe média.

O cartão social tem sido adotado como forma de viabilizar a moeda, batizada de **Colibri**. Essa escolha para o nome da moeda se baseou na estória Guarani do pássaro: *o Colibri (beija-flor) foi a primeira forma que Namandu (o Grande Espírito) assumiu para revelar-se aos homens e quando o pássaro surge no céu, significa que está na hora de semear as boas idéias, presentes no ar.* Cada novo membro (chamado de “escambista”) ao iniciar sua participação nas feiras recebe seu cartão social com 100 colibris. Essa quantia pode então ser comercializada livremente dentro do Escambo. No caso do participante resolver deixar o grupo deverá devolver seu cartão social com a mesma quantidade de Colibris que lhe foi concedido inicialmente.

Cada integrante que adere ao movimento, se cadastrando, recebe um material explicativo do funcionamento do clube de trocas, uma carta de boas práticas e uma lista de todos os produtos e serviços que podem ser encontrados no Escambo. Segundo os organizadores *esta lista é muito importante, pois permite que o escambista possa realizar as trocas não só nos dias dos encontros, mas a qualquer hora.* O Movimento Escambo se reúne toda terça-feira no espaço cultural

Casa África, quando então discutem os próximos passos do grupo, trocam produtos e serviços, informações, festejam, fazem novos amigos e celebram a vida, afinal segundo eles mesmos, *se não for divertido não é sustentável!*

D.2) Grupo CAV – Turmalina

O Grupo CAV é formado por agricultores de produção agroecológica que participam de feiras semanais de economia solidária na cidade de Turmalina e no final de cada feira realizam trocas de produtos entre eles.

Ainda não se manifestou na região a idéia de se utilizar qualquer tipo de moeda social, uma vez que a prática da troca – do escambo com o produto residual – já fazia parte dos hábitos locais desde tempos imemoriais. As articulações com grupos que trabalham as trocas solidárias se iniciaram mesmo em função dos contatos com outros grupos que trabalham e discutem a economia solidária. De qualquer forma, hoje é um trabalho que repercute em outro município próximo, que tem buscado integrar, procurando produzir orgânicos de qualidade.

D.3) Mutirão Quilombo do Catete – Rio de Janeiro

Foi o grupo pioneiro no estado do Rio, surgiu baseado no modelo de clube de trocas, com a construção de uma moeda social, o **Tupi**. A sua história com a moeda social começou no Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, em 1999, quando a partir de uma oficina chamada de “Habilidade sócio-econômica”; diversas cooperativas, associações e assessorias discutiam a viabilidade de seus empreendimentos. Interviram nessa discussão os técnicos do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), uma ONG que, entre outras atividades, presta assessoria a movimentos populares, trazendo a experiência argentina com o “trueque” para o debate. *Assim, o tema da troca, dentro da sua experiência secular (escambo de excedentes) e a moderna (com moeda social) começou a ganhar novo*

*alento dentro do movimento mais organizado de uma economia alternativa*⁸⁴. O Fórum trabalha com uma dinâmica de grupos de trabalho (GT), e foi o GT de Comercialização que assumiu o desafio, pensando numa forma de estimular as trocas como mais uma forma de comercialização.

Sob influência dessa discussão o Mutirão do Catete foi o grupo pioneiro da rede de trocas do Rio de Janeiro e teve feiras quinzenais nos jardins do Palácio do Catete por alguns anos.

Tomando esse grupo como referência, tem-se notícia que outros grupos se formaram na região como o Mutirão Anchieta e Mutirão Caxias. As feiras propriamente ditas estão passando por uma fase de paralisação, um pouco em função de dificuldades enfrentadas com os novos gestores do espaço onde as feiras eram desenvolvidas, outro pouco pela própria dinâmica do grupo. Hoje a parcela do grupo que permanece vinculada às trocas se especializou mais na divulgação e multiplicação da experiência.

O problema da continuidade das feiras, da inconstância da participação que também apareceu em outros grupos, nomeadamente os Mutirões de Anchieta e Caxias estão parados.

D.4) Mutirão Quilombo da Serra – Rio de Janeiro

O Mutirão Quilombo da Serra é um grupo que funciona em Teresópolis, cidade serrana próxima do Rio de Janeiro. Surgiu em uma área rural ocupada, conhecida como Poço dos Peixes, como mais um instrumento de geração de trabalho e renda, e também como forma de combater a tendência a cair em práticas assistencialistas. A agregação de uma prática de trocas intermediada por uma moeda social foi inspirada a partir de um contato estabelecido com o PACS e hoje,

⁸⁴ Ver: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS, 2000a; b; c; d; 2005.

com a utilização do **Tupi da Serra**, na área da experiência tudo pode ser comercializado com ela.

D.5) Flor e Ser – Rio de Janeiro

O grupo Flor e Ser começou a partir de um encontro entre amigos que se reuniam toda a semana em Santa Tereza, um bairro do centro do Rio Antigo, também no Rio de Janeiro, para trocar produtos serviços e saberes. Já é um costume do bairro a realização de bazares em suas casas. Com o passar do tempo (essas atividades têm mais de um ano) foi surgindo a vontade de se unir com outras dinâmicas da economia solidária. Já existiam contatos com outros grupos de troca, por exemplo, com o Movimento Escambo, de Belo Horizonte e o grupo 13 Luas, de São Paulo.

Hoje o Flor e Ser trabalha com a **Flor** como moeda social, organizado em simbólicas cédulas de um, sete, oito e treze Flores. Os integrantes do Flor e Ser esclarecem que montaram a rede mais por ideologia do que por necessidade econômica e que no momento contam com umas 100 pessoas circulando, se encontram pelo menos uma vez por mês. Estão integrados a rede do Rio de Janeiro através do contato inicialmente estabelecido com o PACS.

D.6) Casa da Acolhida Marista – Rio de Janeiro

A Casa da Acolhida Marista é um dos Centros de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto da congregação Marista no Brasil. De uma forma geral, as casas⁸⁵ são *espaços de desenvolvimento integral para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, ou vítimas de violência doméstica. Buscam mais do que amparar, traçar novas perspectivas de vida, evitando que as crianças e adolescentes*

⁸⁵ Fonte: <<http://www.marista.edu.br>>

criem vínculos com a rua, as drogas e a violência e possibilitando que tenham um novo olhar sobre a própria história. O objetivo das Casas da Acolhida Marista é acolher crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, proporcionando-lhes o resgate de sua auto-estima, sua reinserção à vida familiar, comunitária e social, sua permanência e sucesso na escola, reconstrução de sua identidade, a sua participação digna na sociedade e o exercício da sua cidadania.

A do Rio de Janeiro oferece uma série de atividades que, integradas, contemplam as necessidades básicas de uma pessoa em desenvolvimento: educação, alimentação, saúde, lazer e sociabilidade. Atende crianças e adolescentes de 07 a 14 anos de idade. Oferece atividades de: apoio pedagógico; oficinas de esportes, informática e ambiental (no Colégio Marista São José); oficina de expressão corporal; oficina de trabalhos manuais, aberta também aos pais; passeios, visitas culturais e colônia de férias. Orientação e encaminhamento odontológico e médico.

O exercício da troca é trabalhado entre as crianças que participam da Casa. Elas trocam o que produzem com material reciclado, serigrafia e outras técnicas entre elas. A Casa tem uma moeda interna, o **Marista** e está aberta a participar das trocas no Rio de Janeiro, embora seu foco específico seja os moradores da comunidade do Morro da Formiga.

D.7) Clube de Trocas no GOTI (Pedreira, Santo Amaro) – São Paulo

Foi o primeiro clube do país a assim se denominar, funciona desde 1998. De fato, desde 1991 os seus organizadores trabalhavam com as trocas de saberes, *seguindo um modelo francês, sobre um catálogo de ofertas e demandas de saberes e com encontros periódicos para a materialização dessa realização.* Porém, em 1998 o animador do grupo informou-se sobre a experiência na Argentina, o que o

mobilizou, convertendo o grupo para o modelo argentino de promoção de feiras com moeda social.

Como resultado desse processo, em 20/09/98 foi fundado o Clube de Trocas do GOTI, bairro de Santa Teresinha, (Pedreira, Santo Amaro), e logo a seguir, o do Colégio Ayres Neto, no Parque Dorotéia e o do Jardim Rubilene que atualmente não está realizando encontros. *Os Clubes são um espaço no qual os associados trocam entre si produtos, serviços e saberes, de uma forma solidária, promovendo a auto-ajuda, num sistema alternativo à economia vigente e que procura respeitar normas éticas e ecológicas. Nos Clubes busca-se contribuir para a construção de uma sociedade justa, onde as pessoas vivam em harmonia, desfrutando de todos os direitos da vida em comunidade*⁸⁶. Esses clubes de São Paulo são irmanados com a Rede Global de Trocas.

Em 2002, foi feito contato com um grupo que queria fundar um clube, e desse encontro surgiu o Grupo de Trocas 13 Luas (será abordado no próximo ponto). A seguir mais dois grupos surgiram nos moldes dos iniciais: de Porto Feliz, cidade perto de Campinas (que conta com o apoio da prefeitura local) e por último, em 2004, o de Mogi das Cruzes (atualmente desativado).

Os animadores dos clubes compram, dos sócios, material para reciclar (latinhas de alumínio e etc.) com moeda social chamada **Bônus**. Vendem esse material em Reais e com esse dinheiro compram alimentos para serem vendidos em moeda social nas feiras. Lançaram, em 2004 uma cartilha para divulgar a experiência das trocas, orientando sobre a montagem de um clube de trocas.

⁸⁶ Ver: Castro, 2004.

Trabalham também com a promoção de bingos, em reais, como forma de conseguir recursos em moeda oficial e assim trazer alimentos para serem comercializados nos clubes em moeda social.

D.8) Clube de Troca 13 Luas – São Paulo

O Clube surgiu de um contato do Instituto 13 Luas com a experiência do Clube do GOTI e atua com base também em uma feira, na qual circula a moeda Lua, desde 2002. Nas feiras funciona também um quadro de serviços e produtos que não podem ser disponibilizados no momento e tem sempre uma pessoa com um megafone anunciando os produtos em promoção, animando o encontro.

O Instituto, além de apoiar os clubes de troca e a economia solidária tem uma extensão na área rural, na qual funcionou o Clube de Trocas Eng. Marsillac, trabalhando com a noção de sustentabilidade, via o incentivo da bio-construção e a divulgação da permacultura. A idéia era tornar disponível uma opção completa de estilo de vida superior aos moldes convencionais. É de se ressaltar que o bairro no qual está localizado o sítio (Eng. Marsillac) é considerado o mais pobre de São Paulo. Entretanto os organizadores dessa atividades se mudaram e, por hora o clube está desativado.

O Clube de Santo Amaro também se iniciou com base na experiência do 13 Luas, e ainda utiliza a mesma moeda, embora a idéia seja passar a ter uma moeda própria.

D.9) Clube de Troca Jardim Ângela – São Paulo

Ao reconhecer o potencial de estímulo e desenvolvimento de pequenos empreendimentos que os clubes de trocas podem movimentar, desde 2003 esses clubes passaram a fazer parte do programa Oportunidade Solidária da Secretaria do

Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, que incuba microempreendimentos populares.

O primeiro projeto de troca assim trabalhado começou a funcionar em julho de 2004 no Jardim Ângela, numa parceria entre a secretaria e a Universidade de São Paulo (USP), *com o propósito de cobrir as necessidades e descobrir um potencial de trabalho que está sub aproveitado*. O grupo trabalha com o **Futuro**, nome da moeda social escolhido e seus organizadores estão em contato permanente com os outros clubes da cidade.

D.10) Clube de Troca do Grajaú – São Paulo

É um dos clubes mais recentes da cidade⁸⁷, nasceu em 2005 com apoio do IBEAC – Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário e trabalha com uma moeda social própria, a **Fortuna**.

D.11) Clube de Troca Mil Girassóis – São Paulo

É outro dos clubes formado no último ano⁸⁸, já como consequência das experiências mais antigas. Conta com apoio da Cáritas e pretende instaurar uma dinâmica próxima do Pinhão do Paraná, grupo com o qual os organizadores do Girassol foram trocar conhecimentos. Já tem uma moeda funcionando, chamada **Girassol**.

⁸⁷ Fonte: entrevista com Carlos Henrique Castro.

⁸⁸ Fonte: entrevista com Carlos Henrique Castro.

5.1.1.5 Os Clubes de Troca – Região Sul

E.1) Grupo de Trocas Ecosol – Florianópolis

O primeiro clube de troca do estado de Santa Catarina, o Ecosol, funciona na capital, Florianópolis, e começou suas atividades de feira em setembro de 2000, inspirado na filosofia da economia solidária e na experiência argentina, hoje tem perto de uma centena de sócios e as feiras acontecem quinzenalmente (no 1º e 3º sábado de cada mês). Além dos encontros nas feiras, já circularam alguns catálogos e jornais internos ao grupo.

Atualmente na cidade funcionam pelo menos mais dois clubes, sendo que o da Armação aceita a moeda social do Ecosol (que se chama **Ecosol** – de economia solidária) e vice-versa. Ao longo do estado existem outros clubes e cada grupo tem uma dinâmica, uma história e uma metodologia de funcionamento diferente, representando tentativas diversas de apropriação da idéia das trocas.

No Ecosol a idéia é difundir, através da autonomia que as trocas tornam oportunas, e também a cultura do consumo solidário, baseado nas nossas escolhas de consumo como instrumento de fortalecimento das redes solidárias em detrimento das capitalistas. Todos nós temos algo a oferecer, mas nem sempre nos é possível ou agradável fazer disso uma atividade remunerativa. Todos temos necessidades a serem preenchidas, mas nem sempre temos os recursos necessários ou os produtos com as características éticas que buscamos. Com o Clube, a possibilidade dessas duas demandas se encontrarem aumentam e também de desenvolvermos novas potencialidades e formas de intercâmbios⁸⁹.

⁸⁹ Fonte: CLUBE DE TROCAS ECOSOL. Florianópolis, 2000, folder.

E.2) Grupo de Trocas da Armação – Florianópolis

O grupo iniciou suas atividades em 2002, a partir das necessidades das pessoas envolvidas, que já conheciam a prática Argentina uma vez que o bairro no qual o grupo se encontra, a praia da Armação, conta com um contingente populacional não desprezível de argentinos e outros imigrantes nacionais e estrangeiros.

O clube funciona com a moeda **Peri** e desde o início sempre trocou experiência com o Ecosol, a ponto desses clubes intercambiarem as suas moedas. Um dos problemas que o clube vem enfrentando para se desenvolver é a inexistência de produtores na localidade, o que torna difícil para o mercado das trocas suprir as necessidades mais básicas dos participantes. Apesar da provisão de necessidades básicas ser um dos objetivos do grupo, não é o único e assim, as feiras procuram contar sempre com eventos culturais. A feira vem funcionando em escolas públicas.

E.3) Grupo de Trocas Chá das Fadas – Florianópolis

O Chá das Fadas é um grupo constituído exclusivamente por mulheres que, no que tange a dinâmica das trocas, funciona de forma itinerante e sem moeda. Ou seja, atua com escambo. Apesar das diferenças, tem bastante integração com outros grupos da cidade e corrobora a carta de princípios do Ecosol.

E.4) Grupo de Trocas 13 luas – Imbituba

O grupo começou a partir da integração do interesse em divulgar o calendário maia das 13 luas (não tem relação direta com o de mesmo nome de São Paulo), daí a denominação da moeda **Kin** – que é, de fato, uma unidade de tempo (um dia) – com a experiência de pessoas da Patagônia (Argentina) que hoje estão morando na

Praia do Rosa em Imbituba, litoral catarinense, que traziam práticas de clubes de troca.

De acordo com as informações dos organizadores o grupo cresceu muito rápido, entretanto é muito sazonal, refletindo a realidade do lugar que é um balneário, *com grande escassez de trabalho e produtos no inverno, em contraste com a enorme abundância do verão*. Tendo em vista essa situação, *a proposta é trabalhar a troca tendo como base na consciência amorosa, ou seja, vendo a troca como fruto da abundância espiritual que nasce do coração das pessoas*.

E.5) Grupo de Trocas Vale dos Sorrisos – Itajaí

Surgiu a partir de um curso que alguns dos fundadores realizaram com o Grupo de Trocas 13 Luas, de São Paulo, e aplicaram em um simpósio de educação ambiental que foi realizado em Itajaí, em 2004, realizando ali mesmo uma primeira feira. Esse grupo, já mais alargado, começou a se reunir e se juntou com uma feira de rua, já existente, realizando experiências com trocas. A concentração da feira no centro tem dificultado a participação das comunidades da periferia. Por isso o grupo está tentando obter apoio para desenvolver feiras itinerantes, pelos bairros da periferia da cidade, além de buscar criar novos núcleos a partir das escolas.

A Moeda Social em Itajaí são os **Sorrisos do Vale** e *não são regidos pela especulação ou acúmulo, já que todos recebem a mesma quantia*. *O poder aquisitivo dos participantes é diretamente proporcional a capacidade de disponibilizar bens, produtos e saberes*. A feira de trocas é, para o grupo, uma das ferramentas da Economia Solidária, caracterizada por ser um sistema sócio-econômico alternativo e complementar ao capitalismo. Nesta dinâmica, todos têm acesso a produtos e serviços que muitas vezes não encontrariam em um mercado formal.

O grupo faz parte da Rede de Redes Sorrisos de Paz.

E.6) Grupo de Trocas Sorrisos do Mar – Balneário Camburiú

O grupo realiza uma feira que funciona quinzenalmente, aos domingos, intermediando as trocas com a moeda social chamada **Sorrisos do Mar**, desde 2004. O trabalho começou com algumas pessoas acompanhando o clube Ecosol de Florianópolis, e a partir daí acabou realizando um contato com a Rede Global Ahimsa, que tem servido como principal fonte de inspiração para o grupo.

E.7) Clube de Trocas Pinhão – Curitiba e área metropolitana

O primeiro Clube de Trocas Pinhão⁹⁰ foi criado em Curitiba, em 2001, no bairro Sítio Cercado. Algumas organizações do movimento popular, como Centro de Formação Irmã Araújo(Cefuria), Pastoral Operária, Cáritas e outros, apoiaram todo o processo, assim como também as experiências dos Clubes de Trocas de São Paulo, de Florianópolis e Argentina.

Durante o primeiro ano, o crescimento foi vagaroso, mas a partir do clube de trocas realizado por iniciativa do Serviço Social da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Bairro Alto da Glória), em outubro de 2002, tendo como participantes as famílias usuárias da cesta básica, o processo acelerou. Várias Paróquias aderiram ao projeto, buscando superação do assistencialismo e o investimento na promoção humana, com o fortalecimento da organização popular. Hoje os Clubes de Trocas Pinhão existem em vários locais da cidade e se já espalham para outros municípios do Paraná, tendo como objetivos:

⁹⁰ Fonte: CLUBE DE TROCAS PINHÃO. Curitiba, 2002, folder e entrevista com Lourdes Marchi - Cefuria.

- *Criar alternativas de consumo com a valorização do trabalho de cada um.*
- *Construir juntos nossa história, com plena consciência de nossa realidade.*
- *Participar na construção de um mundo de paz, justiça e solidariedade*

A inserção da cesta básica na dinâmica do clube se dá através da compra, em Pinhão, dos alimentos doados nas paróquias. Após a realização da feira com os produtos trazidos pelos participantes, com a moeda social obtida com as vendas é realizado um segundo momento em que o Centro Social (ou a entidade organizadora, caso seja outra) oferece os produtos alimentares para serem adquiridos por Pinhões (5 pinhões costumam ser convertidos em 6 ou 7 itens de alimentação). A idéia é quebrar com as práticas assistencialistas diretas, gerando um maior estímulo à produção e independência dos assistidos e conseqüentemente uma maior auto-estima e desenvolvimento pessoal. Como esse processo de venda da cesta básica acaba por gerar a concentração da moeda social nas mãos do próprio Centro Social, com uma periodicidade regular (normalmente mensalmente) nova redistribuição da moeda social é promovida. Ao entrar no clube, cada associado recebe um empréstimo de 20 pinhões (que deve ser ressarcido em caso de abandono do clube). A única exigência é que a pessoa leve para troca cinco produtos, sendo pelo menos um de fabricação própria. Alguns clubes promovem reuniões semanais, embora o acesso às doações permaneça quinzenal.

Atualmente mais de mil pessoas que moram na Região Metropolitana de Curitiba, participam dos 21 clubes de trocas e utilizam a moeda social **Pinhão** para

adquirir produtos e serviços. A experiência já se expandiu para os municípios de Colombo, Lapa, Guarapuava, Contenda, entre outros.

A estrutura do Pinhão conta com a parceria do Cefuria com o Programa Fome Zero, um regimento interno, coordenação rotativa e segue a pedagogia do educador Paulo Freire. *O seu principal propósito é a construção de um mundo melhor, de uma sociedade diferente da que é imposta pela lógica excludente capitalista.* Todos os clubes seguem a mesma dinâmica: acolhida dos participantes, mística, debates, trocas e avaliação. Em geral, as reuniões acontecem semanal ou quinzenalmente, com uma média de 25 pessoas (podendo variar de 20 até 65 integrantes), na sua maioria, oriundas de famílias carentes da periferia e desempregados.

Os sócios do clube trocam desde hortaliças, verduras, componentes da cesta básica até serviços de cabeleireiro, massagem, terapia, costura etc., embora o item mais recorrente seja o “lanche”; sucos, bolos e bolachas feitos em casa.

Na administração das atividades, *os grupos usam a autogestão, em que todos têm voz e voto. A coordenação é rotativa, para que todos possam passar pela experiência de exercer o papel de coordenador,* e cada clube tem suas normas, criadas por eles mesmos. Atualmente os clubes contam com um grupo de “animadores” capacitados para promover a integração dos vários grupos e o intercâmbio de informações e estão ligados a Rede Global de Trocas.

E.8) Clube de Trocas Pinhão – Irati

Sob inspiração dos clubes de Curitiba, em Irati, também no Paraná se formaram dois novos grupos em 2004 com um perfil de membros ligeiramente diferentes, uma vez que nesses grupos não existe o momento de aquisição de doações alimentares em Pinhão, pois os participantes já têm acesso a um nível melhor de rendimento na economia regular que lhes permite investir na produção

própria de artesanatos e outros produtos caseiros. Participam, inclusive, de uma feira semanal aberta ao público, para a venda em moeda corrente.

E.9) Clube de Trocas Taça – Ponta Grossa

O incentivo a formação de clubes de troca em Ponta Grossa, Paraná, partiu da Gerência de Trabalho e Renda da Diretoria de Fomento Econômico da Prefeitura Municipal, através de um trabalho de formação de agentes solidários nas comunidades envolvidas.

O processo, que inclui desde criação das moedas sociais até cartão de crédito, foi submetido ao Grupo Gestor da economia solidária no município, integrado por ONGs, poder municipal, pastorais e a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com **Taça**, a moeda social de todos os clubes da cidade, as pessoas negociavam todo tipo de produção feita em conjunto. Até mesmo a cesta básica era recebida com a utilização da moeda. *O modelo foi considerado uma alternativa ao capitalismo atual* e chegou a contar com 23 grupos espalhados pelo município, entretanto, com mudança no partido político que administrava o município os clubes foram desativados.

E.10) Clube de Trocas Guajuviras – Canoas

No bairro Guajuviras, em Canoas, município da região metropolitana de Porto Alegre, funciona o primeiro clube de trocas do Rio Grande do Sul. A iniciativa foi implantada por meio do programa Prorenda, uma parceria entre o governo do Estado e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).

Em agosto de 2001 foi realizada, em Porto Alegre, a primeira oficina de formação para capacitar técnicos estaduais e municipais, lideranças comunitárias e técnicos de ONGs, através do conhecimento do que estava acontecendo na Argentina.

As feiras de troca-troca, como são chamadas pelos participantes, são realizadas no salão da Paróquia Nossa Senhora Aparecida desde dezembro de 2001. As trocas são realizadas com moeda social, o **Guajuviras**. Os moradores trocam produtos como pão, bolachas, doces, roupas, artesanato, objetos variados e etc. O Guajuviras não tem cotação em reais, serve apenas para balizar os valores dos produtos e facilitar a permuta.

Os participantes recebem inicialmente 20 Guajuviras para participar da feira. Levam seus produtos ou serviços e antes de tocar a sineta de início, um integrante da comissão organizadora passa nas "bancas" estabelecendo os preços. Na mesa central um responsável entrega para cada participante seu envelope com o saldo de moedas restantes da feira anterior, uma vez que o "dinheiro" que sobra volta para a organização e é devolvido ao participante na próxima feira.

A ajuda mútua, mais do que a oportunidade de adquirir produtos sem utilizar dinheiro vivo, é sempre destacada por quem participa do clube, cujos princípios postulados são os mesmos da Rede Global de Trocas.

Em 2002, a partir do efeito multiplicador da primeira experiência, nasceu em Viamão, no bairro de Santa. Isabel mais um clube, hoje são nove apoiados por diversas assessorias⁹¹ (em Porto Alegre a ONG Planta Sonhos, em São Leopoldo, a AMENCAR – Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente) e prefeituras. Em todos os lugares, o funcionamento dos clubes é semelhante. Cada clube possui a sua própria moeda social, as trocas são realizadas durante as feiras e os clubes estão abertos a novos sócios.

⁹¹ Fonte: Entrevista com Luis Paulo Arena Alves – AMENCAR.

E.11) Clube de Trocas Rio Grande e Clube de Trocas Cassino – Rio Grande

O Clube de Trocas Rio Grande e Clube de Trocas Cassino⁹² surgiram a partir do projeto Clube de Trocas da Fundação Universidade de Rio Grande – FURG, enquanto multiplicadora do projeto Prorenda. A idéia do projeto surgiu durante o curso de Liderança Comunitária promovido pela parceria entre o projeto de extensão “Apoio e Assessoria a Grupos de Economia Popular Solidária” – FURG, o Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, a Cáritas Diocesana e o Movimento Nacional da Luta pela Moradia – RG, que foi realizado em 2001.

Com a intenção de promover a organização dos grupos, formação e implantação e acompanhamento das feiras e seu desenvolvimento, o projeto realizou oficinas de sensibilização em diversos bairros do município de Rio Grande e de Pelotas, tendo como primeiro fruto, em 2002, o início das atividades do clube de Rio Grande que hoje se encontra mensalmente e trabalha com a moeda social **Grandino**. Em 2003 foi a vez da população de Cassino se mobilizar e fundar seu próprio clube, que também se encontra mensalmente (penúltimo e primeiro sábado do mês, respectivamente) utilizando o **Cassino** como moeda social.

E.12) Feira de Trocas de Pelotas – Pelotas

A Feira surgiu com apoio da Prefeitura Municipal em 2004 e teve diversas contribuições na organização (TV Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Ponto Verde, Centro de Estudos Ambientais e Pré-Vestibular Desafio/ Universidade Federal de Pelotas (UFPel)) além de diversos órgãos da prefeitura.

Na ocasião as trocas podem ser de maneira direta, como produto por produto, produto por serviço ou serviço por serviço; ou indiretamente, através da moeda social chamada **Sorriso** para produtos e serviços de valores diferentes. A Feira é

impulsionada pela Rede de Sorrisos de Paz, Rede Global Ahimsa, Rede Vale dos Sorrisos e Clube de Trocas de Rio Grande.

Quadro 4 – Resumo dos Clubes de Troca – Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste

| NOME | CIDADE | MOEDA SOCIAL | REDE | ANO INÍCIO | ECONOMIA SOLIDÁRIA | ANIMADOR |
|---------------------|---------------|---------------------|-------------|-------------------|---------------------------|-----------------|
| Abra144 | Manaus | União | A1, A2, B1 | 2004? | X | 0 |
| GEP | V. Conquista | GEP | - | 2001 | X | X |
| Banco Palmas | Fortaleza | Palmares | - | 2000 | X | X |
| GAMA | Alto Paraíso | - | - | ? | X | X |

Elaboração nossa.

⁹² Fonte: CLUBE DE TROCAS RIO GRANDE; CLUBE DE TROCAS CASSINO. Rio Grande, folder.

Quadro 5 – Resumo dos Clubes de Troca – Região Sul

| NOME | CIDADE | MOEDA SOCIAL | REDE | ANO INÍCIO | ECONOMIA SOLIDÁRIA | ANIMADOR |
|--------------------------------|---------------|---------------------|-------------|-------------------|---------------------------|-----------------|
| Ecosol | Florianópolis | Ecosol | - | 2000 | X | 0 |
| Armação | Florianópolis | Peri | - | 2002 | X | 0 |
| 13 luas | Imbituba | Kin | - | ? | X | 0 |
| Chá das Fadas | Florianópolis | - | - | ? | X | 0 |
| Vale dos Sorrisos | Itajaí | Sorrisos do Vale | A2, B1 | 2004 | X | 0 |
| Sorrisos do Mar | B. Camburiú | Sorrisos do Mar | A2, B1 | 2004 | X | 0 |
| Pinhão (21 grupos) | Curitiba/PR | Pinhão | A1, B3 | 2001 | X | X |
| Pinhão Irati I | Irati | Pinhão | A1, B3 | 2004 | X | X |
| Pinhão Irati II | Irati | Pinhão | A1, B3 | 2004 | X | X |
| Guajuviras I | Canoas | Guajuviras | A1, B4 | 2001 | X | X |
| Guajuviras II | Canoas | Guajuviras | A1, B4 | 2002 | X | X |
| Passo dos Dorneles | Viamão | Augustus | A1, B4 | 2002 | X | X |
| Sta. Isabel | Viamão | Ybiamon | A1, B4 | 2002 | X | X |
| Esmeralda | Viamão | Ybiamon | A1, B4 | 2003 | X | X |
| Extrema | P. Alegre | Extrema | A1, B4 | 2002 | X | X |
| Alegrete | Alegrete | Guará | A1, B4 | 2005 | X | X |
| Cachoeirinha | Cachoeirinha | Cachoeira | A1, B4 | 2005 | X | X |
| Zona Norte de P. Alegre | P. Alegre | Obirici | A1, B4 | 2005 | X | X |
| Rio Grande | Rio Grande | Grandino | A1, B4 | 2002 | X | X |
| Cassino | Rio Grande | Cassino | A1, B4 | 2003 | X | X |
| Pelotas | Pelotas | Sorriso | A2, B1, B4 | 2004 | X | X |

Elaboração nossa.

Quadro 6 – Resumo dos Clubes de Troca – Região Sudeste

| NOME | CIDADE | MOEDA SOCIAL | REDE | ANO INÍCIO | ECONOMIA SOLIDÁRIA | ANIMADOR |
|-------------------------|---------------|---------------------|-------------|-------------------|---------------------------|-----------------|
| Escambo | B.Horizonte | Colibri | - | 2003 | X | 0 |
| CAV | Turmalina | - | - | - | X | - |
| Mutirão Catete | R. Janeiro | Tupi | B2 | 1999 | X | X |
| Mutirão Anchieta | R. Janeiro | Tupi | B2 | ? | X | X |
| Mutirão Caxias | D. Caxias | Tupi | B2 | ? | X | X |
| Mutirão da Serra | Teresópolis | Tupi da Serra | B2 | 2000? | X | 0 |
| Flor e Ser | R. Janeiro | Flor | B1,B2 | 2004 | 0 | 0 |
| C. Acolhida | R. Janeiro | Marista | B2 | 2002? | X | X |
| GOTI | S. Paulo | Bônus | - | 1998 | X | X |
| Col. Ayres Neto | S. Paulo | Bônus | - | 1999? | X | X |
| Jardim Rubilene | S. Paulo | Bônus | - | 1999? | X | X |
| Porto Feliz | P. Feliz | Bônus | - | 2004 | X | X |
| Mogi das Cruzes | M. Cruzes | Bônus | - | 2004 | X | 0 |
| 13 Luas | S. Paulo | Lua | B1 | 2002 | X | 0 |
| Marsillac | S. Paulo | Lua | - | 2002 | X | X |
| Santo Amaro | S. Amaro | Lua | - | ? | X | X |
| Jardim Ângela | S. Paulo | Futuro | - | 2004 | X | X |
| Grajaú | S. Paulo | Fortuna | - | 2005 | X | X |
| Mil Girassóis | S. Paulo | Girassol | - | 2005 | X | X |

Elaboração nossa.

5.1.2 *Redes de Clubes de Trocas*

No âmbito desse trabalho entende-se como filamentos das redes de troca as interações ocorridas entre grupos/clubes que são regidas por regularidade e/ou associação através de alguma entidade guarda-chuva e/ou ainda, apenas do reconhecimento da existência de princípios comuns.

De fato foi a experiência da Argentina que desde o início adotou a nomenclatura das redes, chamando cada grupo novo de “nodo”, nó em Português. E como sua influência nos congêneres nacionais foi grande, uma apropriação dessa maneira de chamar as coisas foi adotada por aqui. Nas articulações nacionais, entretanto, na maioria dos casos, as redes são mais uma demonstração de intenção de atuação em conjunto que, de fato, o espelho da concretização dessas ações. Mesmo tendo assumido essa perspectiva de rede, os grupos singulares se denominam normalmente de “Clube” e não “Nó”, refletindo por um lado a fragilidade dessas articulações e por outro, a diversidade presente na experiência nacional em que os grupos que se apresentam com inspirações diferenciadas e as motivações e dinâmicas variadas são em número expressivo.

Segue a apresentação das redes reconhecidas pelos clubes nacionais.

5.1.2.1 *Redes Internacionais*

A.1) *Rede Global de Trocas*

A Rede Global de Trocas – RGT, foi a primeira formação em rede em função do grande número de clubes/”nodos” de troca na Argentina (PRIMAVERA, 1998).

Teve muita influência na formação dos primeiros clubes de troca brasileiros, uma vez que foi uma de suas animadoras, Heloisa Primavera, quem divulgou a idéia em diversas oportunidades no Brasil e para pesquisadores, assessores e militantes nacionais⁹³. Sua carta de princípios serviu de inspiração para a maioria dos grupos nacionais. Alguns desses grupos se consideram pertencentes a RGT, embora formalmente não haja de fato tal relação. De fato, atualmente a RGT já deu lugar a formação de outras redes na Argentina. A própria Primavera, atualmente, é animadora da Rede de Trocas Solidárias – RTS. Entretanto essa nova conformação, contemplando uma pluralidade de redes ainda não foi absorvida nos discursos dos grupos nacionais, que persistem se referenciando a Rede Global de Trocas, apesar do elo concreto de ligação ser a relação de intercâmbio e formação estabelecida com H. Primavera. Mapeando sua referência percebe-se o grupo formado pelos clubes originados diretamente nesse contexto de influência. Sua Carta de Princípios⁹⁴ contempla os seguintes pontos:

1. Nossa realização como seres humanos não necessita estar condicionada pelo dinheiro.
2. Não buscamos promover artigos e serviços, mas sim ajudarmos mutuamente a alcançar um sentido de vida superior, mediante o trabalho, a compreensão e o intercâmbio justo.
3. Sustentamos ser possível substituir a concorrência estéril, o lucro e a especulação pela *reciprocidade* entre as pessoas.

⁹³ H. Primavera narra esse encontro em um texto (PRIMAVERA, 2004) divulgado eletronicamente na lista de discussão do Grupo Nacional de Trocas Solidárias.

⁹⁴ Coletada em: <http://tabloide.eurofull.com/shop/otraspaginas.asp?pagina=39>. Acesso em: 15 dez. 2005.

4. Acreditamos que nossos atos, produtos e serviços podem responder a normas éticas e ecológicas ao invés dos ditames do mercado, o consumismo e a busca do lucro no curto prazo.
5. Os únicos requisitos para ser membro da Rede Global de Trocas são: assistir às reuniões de grupo, capacitar-se como produtor e consumidor de bens, serviços e saberes, nos moldes das recomendações dos Círculos de Qualidade e Auto-ajuda.
6. Sustentamos que cada membro é o único responsável por seus atos, produtos e serviços.
7. Consideramos que pertencer a um grupo não implica nenhum vínculo de dependência, pois a participação individual é livre e estendida a todos os grupos da Rede.
8. Sustentamos que não é necessário que os grupos se organizem formalmente, de modo estável, pois o caráter de rede implica na rotação permanente de papéis e funções.
9. Acreditamos que é possível combinar a autonomia dos grupos, na gestão de seus assuntos internos, com a vigência dos princípios fundamentais que dão pertinência à Rede.
10. Consideramos recomendável que os integrantes não respaldem, não patrocinem ou dêem apoio financeiro – como membros da Rede – a uma causa estranha a ela, para não desviarmos dos objetivos fundamentais que nos unem.
11. Sustentamos que o melhor exemplo é nossa conduta no âmbito da Rede e em nossa vida fora dela. Guardamos confidência sobre os

assuntos privados e prudência no tratamento público dos temas da Rede que afetem seu crescimento.

12. Acreditamos profundamente numa idéia de progresso como consequência de bem-estar sustentável do maior número de pessoas do conjunto das sociedades.

A Rede de Trocas Solidárias assume a mesma lista, acrescentando mais um ponto⁹⁵:

- Na economia solidária, nada se perde, nada se dá: tudo se recicla, tudo se valoriza, tudo se distribui por igual.

A.2) Rede Global Ahimsa

A Rede Global Ahimsa, ainda em formação, contempla um projeto econômico-social que vai além dos grupos de troca, criando um sistema global econômico Ahimsa, em que nas palavras de Didac Costa, um de seus fundadores: *“não demonizamos o dinheiro, e sim tratamos de consensuar com ele, gerando também um terceiro espaço econômico além do dinheiro e das trocas solidárias, que é a economia comunitária, sem reciprocidade obrigada nem registro, a pura utopia. No meu ver as redes de trocas não são a utopia nela mesma e sim a ponte para passar da realidade econômica comum hoje, à esperada e sonhada do socialismo libertário, onde se enquadram estas propostas. Assim, a longo prazo se combinaria o dinheiro da comercialização de produtos em comércio justo e solidário*

⁹⁵ Maiores esclarecimentos podem ser obtidos em: <<http://www.redlases.org.br>>

*internacional – fair trade – com as trocas solidárias e com a doação. Venda, troca e doação; dinheiro, moeda social, nada.*⁹⁶

No campo da moeda social a idéia é a formação de uma confederação de redes que não tire a autonomia da rede local, apenas atue reforçando esse trabalho local e o global. A rede deve ser efetivada localmente pelas moedas sociais locais e globalmente por uma estrutura virtual, mais no estilo LETS.

De uma forma geral suas

5.1.2.2 Redes Nacionais

B.1) Rede Sorrisos

É o reflexo nacional da Rede Global Ahimsa, uma rede de redes de trocas. Cada moeda social local caracteriza uma rede. O próprio nome das redes pretende ajudar a entender rapidamente a sua natureza sistêmica, em que cada uma delas tem plena independência e ao mesmo tempo uma possibilidade de trocas entre elas. A Moeda Social de cada rede deve ter seu nome associado a **Sorriso**, como por exemplo, o Vale dos Sorrisos, de Itajaí. Podem participar da Rede também outros Grupos e Redes de Trocas que queiram estabelecer algum padrão de câmbio permanente com os Sorrisos, e que mostrem as mesmas garantias de sustentabilidade ética e econômica que a rede se propõe. Existem três formas básicas de atuação na Rede⁹⁷:

Redes Plenamente envolvidas ao Projeto Ahimsa: nesse caso a rede local usa a mesma moeda que é usada globalmente, com o desenho da frente igual em todas as partes e o desenho do verso um próprio criado localmente. Nessa situação

⁹⁶ Fonte: Correspondência eletrônica com a autora.

se espera que os nomes sejam do tipo Sorrisos Paulistas, Belos Sorrisos, Sorrisos Alegres. Cada rede tem plena autonomia, mas sente-se voluntariamente confederada a outras redes que também funcionam com plena autonomia local e atuam igualmente em forma conjunta.

Redes Irmanadas à Rede Ahimsa: têm autonomia própria, mas iniciam doando o mesmo número de moedas aos usuários e com outros parâmetros comuns, o que permite que, em algumas situações específicas possam atuar em conjunto com as redes plenamente Ahimsa. E o caso, possivelmente do grupo do Rio de Janeiro Flor e Ser.

Redes que participam da Rede Global Solidária Ahimsa: Outros grupos e redes como o 13 Luas de São Paulo, que por serem anteriores ou usarem formas diferentes de organização não são da rede Ahimsa, mas que querem participar, no futuro, com os recursos solidários com que Ahimsa trabalhará, e que serão criados para o uso não só das redes plenamente aderidas, mas também de todas aquelas que de forma contínua ou esporádica queiram aproveitar essa oportunidade.

B.2) Rede de Trocas Solidárias do Rio de Janeiro

A rede de Trocas Solidárias do Rio de Janeiro surgiu a partir de uma oficina promovida pelo Curso de Viabilidade Socioeconômica do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, juntamente com o primeiro grupo do estado, o Mutirão Quilombo do Catete, em 1999.

Todos os participantes assumem a Carta de Princípios, inspirada na carta da RGT argentina. Atualmente fazem parte da rede não apenas os clubes nascidos dessa fonte, identificados como “Mutirão Quilombo”, como também os grupos

⁹⁷ Fonte: Correspondência eletrônica com a autora.

independentes. A rede atua, de fato, como uma articulação dos grupos do estado, através do apoio institucional que o PACS possibilita.

B.3) Rede Pinhão

Na medida em que os clubes do Paraná utilizam a mesma moeda social e também os mesmos princípios e dinâmicas, podem ser considerados, dentro da concepção adotada nesse trabalho, como conformando uma rede, embora eles mesmos não se autosomeiem assim.

B.4) Rede Estadual de Trocas Solidárias do Rio Grande do Sul

Em Outubro de 2005 foi realizado o I Encontro Estadual de Trocas Solidárias do Rio Grande do Sul, quando foi discutida a Carta de Princípios que passou a orientar os clubes participantes.

Muitos dos clubes presentes já mantinham contato anteriormente, até porque a maioria deles compartilha uma mesma matriz, a parceria do programa Prorenda do governo do Estado e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), passando posteriormente a receber apoio da AMENCAR e outras organizações que foram capacitadas no mesmo projeto. Entretanto, a recente formação de uma instância de troca de informações e experiência mais formal possibilitará a agregar as experiências dispersas, frutos de outras iniciativas. Atualmente a rede conta, para sua articulação, mais com um “grupo de pessoas” do que com um apoio institucional específico.

No caso brasileiro, parece que o apelo à noção de rede pode ser interpretado como uma alusão ao horizontalismo e a descentralização, presentes nas motivações dos clubes nacionais. Já no caso argentino em que concomitantemente a adesão de

milhares de novos-pobres, os *nodos* foram delegando a emissão dos bônus à direção central da rede (uma vez que não chegaram a se constituir verdadeiros processos sócio-práticos nem teórico-analíticos que embasassem essa emissão), essa solicitação inicial acabou sendo deformada e possibilitando (mesmo sob a permanência da nomenclatura de rede) uma aproximação à tradicional construção piramidal, em que as diversas coordenações regionais (no caso da RTS, com uma dinâmica mais horizontalista) e a coordenação nacional (no caso da RGT, com uma dinâmica desde o início mais personalista) definiam as políticas de emissão.

De qualquer forma, o que desponta é que o modo como o paradigma das redes⁹⁸ foi apropriado por cada experiência refletiu a sua motivação principal: complementaridade ao mercado regular, no caso das formações tendentes a pirâmide, e a busca de um novo padrão para a relação economia/social, com primazia para o social, enfim, um novo “modo de vida”, no caso das formações em estrela.

5.2 As moedas da “responsabilidade social”

Cabem aqui algumas experiências ligadas diretamente ao chamado exercício de “responsabilidade social das empresas”, como a **Moneca**, da empresa carioca de colchões Sonoleve⁹⁹. O objetivo do projeto é buscar voluntários na comunidade para participar ativamente dos projetos sociais promovidos pela empresa, sendo recompensados através da Moneca. De posse dessa chamada moeda social pelos

⁹⁸ Quando o desenho da teia da rede contempla a aranha, ele é apenas um eufemismo para uma estrutura, de fato, centralizada. Pode ser até bi ou policentralizada, mas sua característica principal não deixa de ser a existência de uma hierarquia que concentra o poder em poucos pontos. Nesse caso a alusão ao termo entra em choque com a interpretação horizontalista convencional das redes.

seus promotores, o voluntário a troca por mantimentos de primeira necessidade, além de roupas e calçados no bazar da sede de lazer da Sonoleve. Segundo José Valmir Pinheiro, Coordenador do Núcleo de Responsabilidade Social da Baixada e Diretor Administrativo da Sonoleve, *“A Moneca serviu para estimular as ações dessas pessoas que tanto se diziam desprestigiadas, desacreditadas, carentes e ociosas. Por exemplo: “Dona Marta” empresta sua experiência de vida fazendo crochê, ajudando e ensinando. Quando ensina, ela ganha a Moneca. Quando aprende, ela também ganha e de posse da “moneca” “Dona Marta” pode trocá-la por alimentos, sapatos, roupas, etc, detalhe: esses alimentos e utensílios foram doados ao Projeto por voluntários. Outra coisa, “moneca” só tem poder de troca dentro do Projeto, mas o Projeto tem acima de tudo uma questão interessante e diria até um pouco diferente, ele não é assistencialista! É um projeto que você cria através do estímulo, o despertar nas pessoas para que elas exerçam suas atividades profissionais, ensinando e aprendendo. Hoje 5.000 pessoas, em média, utilizam a Moneca.”*¹⁰⁰.

A filantropia empresarial (historicamente uma tradição norte-americana), atuando através da criação e manutenção de fundações, em geral responde a fundamentalmente estímulos tributários, fuga de imposto e necessidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, sendo esta última modalidade atendida pelas fundações universitárias. Recentemente, entretanto, esse tipo de atividade tem se generalizado por diversas regiões do globo (entre elas o Brasil), tendo em vista outros objetivos, como o chamado marketing de valores¹⁰¹,

⁹⁹ Fonte: Disponível em: <http://www.sonoleve.com.br/resp_social.htm>. Acesso em: dez. 2005.

¹⁰⁰ Fonte: Disponível em <http://profissionaisrotarianos.com.br/destaque/destaque03_b.php?log=&id=&PHPSESSID= dd3693f078d6167bec6cd5099da9ce0d> Acesso em: 24 jul. 2005.

¹⁰¹ Em um contexto contemporâneo, a concorrência pela preferência dos consumidores se faz muito pela diferenciação, os selos de responsabilidade social. Muitas vezes apenas a divulgação dos projetos resultam em ganhos de mercado, como os sistemas de *status* projetados sobre as marcas.

a adesão dos funcionários aos valores da empresa e a criação de espírito de grupo no trabalho, além de também estimular um sentimento de pertencimento à comunidade em que a empresa está inserida (LISBOA, 2000a).

No caso nacional, as formas de atuação também são bastante diferenciadas, sendo essas ações comumente centralizadas nas tradicionais fundações com sua estrutura externa a empresa ou em núcleos em seu interior. De qualquer forma são modalidades de estímulos e formatos de atuação que geram nos projetos sob sua alçada, se não uma dinâmica de todo assistencialista, ainda, em geral, muito centralizada, pré-formatada e normalmente originada na entidade proponente e não na comunidade alvo da ação de responsabilidade social, durante as quais são geradas algumas moedas paralelas que dificilmente podem ser, de fato, consideradas moedas sociais.

5.3 As moedas interempresariais

No Brasil, a prática de trocas comerciais entre empresas ainda não conta com nenhuma rede baseada na mutualidade, como o WIR da Suíça. Logo, não se registram ocorrências de moedas sociais entre empresas.

Entretanto, algumas empresas estrangeiras especializadas nesse tipo de intermediação começaram a atuar no país a partir dos anos 1990. Apesar de cada uma ter sua forma própria de trabalhar todas utilizam moedas paralelas próprias em suas transações entre clientes, ou mesmo entre elas e os clientes. São as chamadas empresas de “bartering”, escambo.

A Intagio/Tradaq é especializada em empresas de pequeno e médio porte. A subsidiária brasileira já agrega mais de 400 clientes. A unidade de conta, o ÚNICO é apenas virtual, com as operações de crédito e débito sendo realizadas eletronicamente. Entretanto a comissão que a empresa recebe dos filiados é negociada em Reais. Cabe a empresa manter o clube ativo, atraindo um número cada vez maior de filiados e ampliando a oferta de bens e serviços de acordo com as necessidades dos filiados.

A Argent Atwood é um sistema de trocas transnacional, com sede nos Estados Unidos, que opera em grande escala, com uma moeda própria, o APC – Asset Purchase Credits, que vale um dólar. Uma das inovações na sua forma de atuar, além do porte, é o fato dela mesma comprar ativos de seus clientes, participando diretamente nas transações, assumindo parte dos riscos.

Atualmente a permuta como atividade comercial está prevista na lei e a emissão de notas fiscais é obrigatória. De qualquer forma esse tipo de intermediação profissional não é um tipo de inventividade isolado; a criação de muitos dos tipos de moedas paralelas respondem a outras estratégias comerciais (segmentação de mercado, fidelização de clientes etc.), como os sistemas de pontos e cartões de fidelidade.

5.4 Limites e potencialidades da moeda social

Os limites e as potencialidades da moeda social podem ser analisados sob diversos pontos de vista, mas seguindo a proposta delineada ao longo do primeiro capítulo desse trabalho, uma abordagem institucionalista foi privilegiada.

5.4.1 *Os limites*

De acordo com a perspectiva assumida nesse trabalho, os limites de sobrevivência e longevidade de uma instituição de qualquer natureza estão ligados, resumidamente, a quatro questões ou critérios: autopunição, hábito, comodidade e conectividade.

Em termos de autopunição percebe-se que quando as regras formais e os códigos informais que regem as relações da instituição monetária são quebrados o castigo daí advindo não é originado no interior da instituição, em seu próprio funcionamento, ao contrário, os desvios tendem a ser internamente recompensados, uma vez que a falsificação de moeda, por exemplo, resulta em maior poder de compra para o falsificador. Logo, a não ser que outras instituições sejam mobilizadas para punir o infrator, ele será beneficiado ao não cumprir as regras. Nesses casos diz-se que a instituição não é autopunitiva. Essa característica, no caso da moeda nacional, tem sido colmatada através do recurso ao entrelaçamento com o Estado, tendo suas conseqüências sido discutidas ao longo do segundo capítulo do presente trabalho. Entretanto, no caso da moeda social tal suporte não existe, ao contrário, ela se define mesmo pela negação da existência desse apoio extra-institucional, o que, no entanto, a faz permanecer não autopunitiva, como também o eram as moedas antigas. Essas, por sua vez, eram suportadas por outras instituições da época, oriundas de outras esferas sociais que não a econômica, como a religiosa e cultural. Deduz-se, portanto, que a moeda social (como de resto qualquer moeda) encontra um primeiro limite na necessidade de estar acoplada a outras instituições que lhe confirmam capacidade de punição (o que vai de encontro com seus valores

fundadores) ou então de estar associada a grupos de usuários homogêneos, onde a ideologia comum funcione como instrumento de desestímulo a fraude.

Em relação ao hábito, é de se recordar que a metamorfose sofrida pelo dinheiro quando da sua interpretação moderna - como equivalente geral - foi associada à efetivação da sociedade de mercado, o que significa dizer que se o dinheiro diferenciado é um hábito antigo da humanidade, o dinheiro moderno unificado é um hábito totalmente integrado na sociedade moderna de mercado. Logo, dentro dessa realidade social, qualquer outra forma de dinheiro será inusual e, portanto, carregará o ônus de ir contra costumes fortemente arraigados. Porém, também é evidente que quanto mais híbrida for a economia em questão, contemplando a presença de outros arranjos econômicos como a reciprocidade e mesmo a redistribuição¹⁰², maior será a brecha no imaginário social para que experiências no campo monetário possam ser dinamizadas. Entretanto deve-se ter em mente que o imaginário hegemônico é pouco favorável a diversidade no campo das moedas, a não ser quando essas se encaixam como complementares à dinâmica da moeda nacional. Ou seja, não cabem nessa sociedade moedas paralelas no sentido denotativo. Elas cabem apenas enquanto conformadoras de um sistema hierarquizado, sendo exatamente esse o critério unificador do sistema monetário.

Já o critério de “comodidade” nos indica outras situações que balizam as possibilidades de utilização da moeda social, quais sejam: o isolamento ou mesmo a punição legal, dependendo da interpretação de maior ou menor perigo dada à experiência pelas instituições propriamente do sistema dominante. Ou seja, no cenário atual, adotar uma moeda diferente da estatal é estar sujeito a pagar um alto

¹⁰² Como discutido ao longo do terceiro capítulo do presente trabalho.

preço pela insubordinação, pelo exercício de uma vontade não dominante, porque para fazer valer os valores partilhados pelos utilizadores da moeda social, esses terão que conviver com a rejeição de sua moeda pelos restantes membros da sociedade. Terão, portanto, seu leque de opções de intercâmbio reduzido. Por outro lado, utilizar o equivalente geral (a moeda nacional) não custa mais para ninguém, ao contrário, significa justamente ter todas as institucionalidades tradicionais a favor, fazendo valer os contratos. Porém, se o clube de trocas fechar ou mesmo apenas alguns membros saírem, os que restaram podem se sentir apenas com uma quantidade de papéis em suas mãos, e não mais de moeda, uma vez que seus parceiros (a outra metade da relação) não estão mais presentes. Esse tipo de custo não tem um caráter meramente econômico, mas evidentemente também um custo moral: o fato de ter sido vítima de um calote, de não ter instância para apelar por uma compensação, entre outros. Também as horas dispendidas na organização do Clube, que encarecem os produtos (e também dão benefícios ao promover sociabilidade) podem ser também interpretadas como “incomodidade”, o que pode dificultar a continuidade da utilização da moeda social.

Entretanto, como todas as outras moedas, a moeda social tem um elevado grau de conectividade, um critério que promove a sua durabilidade, desde que as ligações para frente estejam, de fato, construídas. Ou seja, uma vez amadurecidas as conectividades à jusante, como os sistemas de estabelecimento de preços e o estabelecimento de relações de provisão e expedição de mercadorias e serviços orientados pela respectiva moeda, torna-se mais penoso para o integrante se desligar do sistema.

Cabe aqui uma análise distintiva entre as moedas locais e a moeda social. De uma forma geral as moedas locais contam com alguma institucionalidade de apoio, o

que lhes confere um escopo maior de atuação, sem grandes custos, entretanto lhes custa também os maus olhos das instituições ligadas à moeda nacional, pois tendem a fazer concorrência a ela. Já a moeda social normalmente não é percebida como concorrente, talvez por sua enorme fragilidade institucional propriamente dita, talvez pelos enormes custos envolvidos na sua construção. No entanto, paradoxalmente algumas de suas potencialidades nascem exatamente nos mesmos lugares que seus limites.

Pode-se apresentar os argumentos anteriores de forma resumida através do quadro a seguir:

Quadro 7 – Critérios de sustentabilidade institucionais aplicados à moeda

| | CRITÉRIOS | | | |
|--------------|-------------|--------|------------|---------------|
| | Autopunição | Hábito | Comodidade | Conectividade |
| Moeda | Ø | X | X | X |
| Moeda Local | Ø | +/- | X | ++/- |
| Moeda Social | Ø | +/- | +/- | +/- |

Legenda: Ø não existe, X existe e +/- existe, mas ainda precisa ser explorada.

Elaboração nossa

Especificamente em termos das experiências nacionais de moeda social, suas dificuldades e desafios podem ser melhores avaliados se apresentados de forma relacionada com os critérios acima analisados.

- Relacionados à ausência de autopunição: implica a necessidade padrões compactuados de comportamento e de um alto grau de homogeneidade entre os participantes. Em vários grupos nacionais tem-se apelado para outros elementos agregadores, para além do ideológico, como a utilização de produtos doados serem distribuídos via utilização de moeda social, o que,

entretanto, reduz bastante o objetivo de autonomia, mas aumenta o de complementaridade de rendimentos. Quando os grupos crescem e perdem aquilo que se pode chamar de “escala humana”, a manutenção da confiança fica dificultada, nesse caso o antídoto tem sido manter os grupos em pequena escala como forma de não cair na impessoalidade, capaz de romper os laços que sustentam a relação de confiança.

- Relacionados a tendência dos hábitos a permanecerem inalterados: é difícil se referir ao país como um todo nessa questão uma vez que em determinadas regiões, mais que em outras, o convívio com formas redistributivas e de reciprocidade na produção e distribuição é mais comum que em outras. Mas de forma geral o contexto nacional parece contemplar um imaginário bem mais permeável as experiências monetárias que o dos países em que o sistema hegemônico é mais desenvolvido e profundamente imbricado. Ou seja, esse não se coloca como um limite relevante no caso nacional.
- Relacionados a relação custo/benefício ou o quanto pode ser penoso fazer valer valores diferentes aos dominantes: aqui as dificuldades se apresentam em diversas formas. Por um lado busca-se trabalhar em um padrão qualitativo, o que significa ir de encontro ao padrão quantitativo, quando se utiliza para isso um meio que se define exatamente por essa capacidade de comensurabilizar as coisas. Dessa maneira exige-se dos participantes uma transcendência mental nada banal. De fato cria-se um confronto com o padrão ético dominante mesmo estando ainda dentro de um padrão que não deixa de ser quantitativista. Por outro o exercício da democracia participativa necessita de uma igualdade pré-adquirida, o que está longe da realidade dos

grupos, que agregam, em geral, pessoas desiguais em termos políticos, culturais, econômicos e etc., reflexo da própria sociedade. Logo essa igualdade precisa ser trabalhada, construída internamente. Existe também um isolamento em relação à moeda nacional que dificulta, logo de início a composição de uma cesta de oferta de produtos e serviços capaz de aliciar participantes suficientes para sua própria consecução. E, se ainda assim essas dificuldades forem superadas e esse nível alcançado, corre-se o risco de se incomodar o sistema dominante e desencadear medidas repressivas, receio esse que sempre paira sobre os grupos mais atuantes. Ou seja, a relação custo/benefício não é óbvia, depende dos objetivos e valores partilhados.

- Relacionados a conectividade: não está desenvolvida em profundidade, existe potencialmente, mas é necessário que cada grupo consiga desenvolver seus próprios sistemas de determinação de preços e padrões de internalização de prosumidores ativos. A conectividade também inclui outros benefícios que não apenas econômicos, mas que também dependem da capacidade de articulação de cada grupo com outros com que interajam de forma a se autoreforçar. A criação e articulação de grupos de estudo, de lazer e etc. vai nesse sentido, mas precisa ser realizada com mais intensidade, para se constituir enquanto estrutura de fortalecimento.

5.4.2 As Potencialidades

Evidentemente as potencialidades da moeda social não estão desconectadas dos objetivos e padrões normativos da experiência específica em questão, como já discutido no capítulo 4 do presente trabalho. E, de acordo com sua afinidade com um ou outro tipo ideal desenvolvido terão mais umas que outras características e valores para desenvolver, respeitando-se, evidentemente, o escopo da própria definição de moeda social. Esse “limite” deve ser lembrado, sob pena de se perder de foco o objetivo do presente trabalho, qual seja, o de se aproximar o máximo possível da especificidade da moeda social, para poder avaliá-la em seus próprios termos. Por outro lado, e como foi anteriormente comentado, muita das potencialidades nascem justamente nos pontos de limite uma vez que:

- Ao não ser autopunitiva estimula o incentivo da criatividade, o exercício da política e da responsabilidade no social e no privado, além do exercício da autonomia,
- Ao não ser cômoda, estimula o amadurecimento individual e
- Por ser essencialmente conectiva, mas ainda não ter essa característica plenamente amadurecida, estimula a criatividade coletivamente trabalhada e interconectada.

Entretanto, uma boa parte do potencial da experiência só é percebido ao longo de sua experimentação. Sendo assim, e tendo-se como base a tipologia desenvolvida no capítulo 4, apresentam-se sistematicamente as respectivas potencialidades que foram detectadas no desenrolar da pesquisa:

- I. Complementar: complementação de renda; criação de circuitos alternativos de suprimento e distribuição;

- II. Inclusiva: agregação social, complementação de renda, exercício da política, desenvolvimento da criatividade, recuperação de talentos esquecidos, amadurecimento individual, elevação da auto-estima dos participantes;
- III. Complementar/Pedagógica: agregação social, complementação de renda, criação de circuitos alternativos de suprimento e distribuição, incentivo à criatividade, recuperação de talentos, exercício da política, exercício da responsabilidade no social e no privado, amadurecimento individual;
- IV. Pedagógica: agregação social, incentivo da criatividade, recuperação de talentos, exercício da política, exercício da responsabilidade no social e no privado, amadurecimento individual, exercício de autonomia;
- V. Alternativa: geração de renda, formação de circuito de suprimentos e distribuição de bens e serviços, exercício da responsabilidade no social e no privado, amadurecimento individual, exercício de autonomia.

De uma forma geral todos os tipos de experiência com moeda social instigam discussões sobre ética e padrões de desenvolvimento, se transformam em espaços para se caminhar em direção da reintegração dos objetivos econômicos aos imperativos ético-sociais, desenvolvendo e discutindo desde a solidariedade social até as novas racionalidades econômicas.

Deve-se ressaltar mais uma vez que são os próprios valores comungados por cada experiência que vão determinar boa parcela dos limites e potencialidades delas. A outra parte, vinculada às relações externas da experiência, está ligada à capacidade de articulação em torno desses objetivos. Ou seja, apenas a alteração do instrumento monetário em si não é capaz de determinar o mundo social ou

mesmo o econômico que se desfruta, mas a interação que se estabelece com/através do dinheiro é.

De qualquer forma apenas a vivência de experiências com a moeda social já é capaz de facilitar a retirada do véu das ideologias, ao tornar explícita a disputa de poder em torno do dinheiro e o poder que essa instituição concentra, uma vez que trabalhar com moeda social implica na tomada de posição por parte do utilizador que é levado, no mínimo, a refletir sobre a “naturalidade” que lhe é imposta acerca do dinheiro – já que terá que administrá-lo –, o que é em si deveras subversivo e, portanto, criativo.

É um tipo de vivência na escala da comunidade, que se encaixa naquilo que Boaventura de Souza Santos identifica como politização do social, do cultural e do pessoal:

“A idéia da obrigação política horizontal, entre cidadãos, e a idéia da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral são as únicas susceptíveis de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil.” (SANTOS, 1999, p. 226-227)

E por ser uma experimentação que só se realiza em conjunto, acaba por estimular novos cenários de sociabilidade, novos agrupamentos e novas ações coletivas.

5.4.3 *Tendências da experiência brasileira com a moeda social*

Uma grande quantidade das práticas nacionais de moeda social está concentrada nas experiências inclusivas (tipo II), embora existam representantes em número significativo também nas de tipo complementar/pedagógicas (III). As de tipo IV, moedas sociais pedagógicas, reúnem um menor número de participantes, mas com grande diversidade de estilos e nem as de tipo complementar nem alternativo (I e V respectivamente) tem até o momento alguma experiência registrada no país.

As de tipo II e III são as que mais tem se multiplicado e também têm apresentado um grau de permanência maior, embora existam casos como o dos grupos de Ponta Grossa no Paraná que na ausência do apoio prestado pela prefeitura local acabaram se desarticulando rapidamente. Por outro lado, com elevado grau de entradas e saídas, as experiências de tipo IV têm apresentado não só dinamismo, como também um grau significativo de diversidade, o que tem enriquecido muito as discussões nos momentos de encontro.

A troca de informação e experiência entre os grupos é algo que tem se dado principalmente através das ligações que a maioria dos clubes tem com outros grupos da economia solidária. Graças a essa sinergia têm-se aproveitado diversas instâncias da própria economia solidária para a articulação das trocas solidárias, como também são chamados os clubes nacionais, uma vez que as “trocas solidárias” em si, não dispõem ainda de uma articulação capaz de atuar por conta própria.

Até o momento, segundo as declarações de vários participantes, a moeda social tem sido percebida como um dinheiro que entra nos rendimentos para ocupar o lugar do extraordinário, do supérfluo, muitas vezes materializado no presente, no

agrado adquirido no clube e levado para os familiares. Em geral é um dinheiro carregado de afeto e por isso mesmo conotado e marcado (ZELIZER, 1997) para esse tipo de gasto. Em parte por ser assim mesmo, carregado de uma expectativa de relação, em parte porque não normalmente não tem ainda nem escala nem constância para ser integrado nas despesas correntes.

Na escala das experiências atuais nacionais, dificilmente é percebido como concorrente à moeda nacional. Para alcançar tal escala era preciso haver já alguma experiência mais madura e completa, ou seja, algum projeto alternativo que abrangesse um circuito completo entre produtores e consumidores cruzados (prossumidores) em andamento e utilizando uma moeda social, o que não se tem notícia.

6 CONCLUSÃO

“Os homens não nascem livres nem não-livres, nem iguais nem não iguais. Nós os queremos (nós nos queremos) livres e iguais numa sociedade justa e autônoma – sabendo que o sentido desses termos jamais poderá ser definitivamente definido e que o socorro que a teoria poderia trazer a essa tarefa é sempre radicalmente limitado e essencialmente negativo.” (CASTORIADIS, 1997, p. 417).

Compreender a moeda social exigiu que inicialmente fosse desenvolvido um esforço de caracterização da própria noção de moeda, que revelou seu caráter de relação social, de instituição sempre em mutação, adaptada ao todo social em que está inserida.

No momento histórico contemporâneo, quando se vivencia uma sociedade baseada no sistema de mercado, que tem suas principais relações de movimentação de bens e serviços através da utilização de uma moeda fiduciária e de crédito, apesar dos argumentos em contrário, acredita-se que o governo não precisa de empréstimos para investir e sim da própria moeda (ou qualquer outra instituição), que lhe proporcione a transferência (por coerção ou confiança), de parte da produção nacional para aonde ou no que ele necessita. É justamente esse movimento que dá sustentação a moeda contemporânea, além dos movimentos do mercado financeiro, que por sua vez se baseiam (e se beneficiam) nos empréstimos do governo.

Entretanto, quando é a lógica dos ganhos financeiros que predomina sobre a concepção de moeda que o governo assume, a própria acepção de moeda muda de orientação, tendendo a ficar estacionada, se autovalorizando no setor financeiro, em vez de estimular o setor produtivo. Ou seja, por um lado a moeda moderna

(estatal/cartal) funciona como uma transferência da capacidade de trabalho para um órgão central capaz de dar escala aos investimentos, e esse órgão pode ser o Estado ou as grandes corporações, enfim, os nós centralizadores do subsistema econômico. Por outro lado, ultimamente, o dinheiro tem sido administrado de uma forma que tem estado mais a favor dos interesses ligados ao setor financeiro, o que gera alguns problemas:

O dinheiro tem uma natureza de bem público, mas se trata, de fato, de um bem privado, o que leva a possibilidade de bloqueio de acesso por parte de quem o emite/define, gerando com isso a perda de rendimentos da parte daqueles outros que precisam e acabam por pagar por ele.

- É obrigatório aceitar o dinheiro nacional, mas não é obrigatório devolvê-lo à circulação.
- Ele não é neutro, é favorável distributivamente a quem sai com mais no momento inicial.
- Pelo pagamento de taxas de juros, a concentração tende a se perpetuar e agravar, sendo que esse crescimento é exponencial, o que é totalmente contraditório com a natureza do crescimento orgânico, sob o qual assenta a reprodução da espécie.
- A concentração geográfica/espacial da periferia para o centro do sistema global, do setor produtivo real para o financeiro e de quem tem pouco para quem já tem muito, atrapalhando não só o crescimento econômico, mas também o exercício da democracia (que se baseia na igualdade, na justiça).

De qualquer forma, como Simmel alertou, o dinheiro moderno é sempre ambivalente: em simultâneo que promove a homogeneidade, induz a discriminação de quem tem pouco dinheiro; mesmo tornando as relações mais impessoais, dando

maior liberdade ao indivíduo em si – que não se compromete por inteiro em uma relação – facilita que esse mesmo indivíduo seja objeto da exploração, não mais servil ou escravocrata, porém mercantil, intermediada, mas não menos exploração. Da mesma maneira que estimula a subjetividade, ao permitir maior espaço para a individualidade, ao ser reificado simplifica essa mesma subjetividade e alimenta algo como uma nova subjetividade de massa, construída sobre si mesmo e, ao servir como um instrumento de quantificação, é também fonte de estímulo da abstração, porém de um tipo específico de construção analítica, que tende para uma racionalidade particular, portanto pouco diversificada.

Desde que simbolicamente o dinheiro moderno passou a ser um equivalente geral, possuí-lo significa em potência possuir tudo, e economicamente também não representa pouco, pois quer dizer possuir o único ativo que não só não se deteriora com o tempo como também é capaz de se reproduzir, mesmo não sendo orgânico.

Mesmo assim, ainda hoje, alguns constrangimentos sociais regulam sua utilização e historicamente, embora sempre cambiante e contextualizada, esses mesmos constrangimentos levaram a que formas muito distintas de dinheiros convivessem em simultâneo. Houve, entretanto, um momento que gerou ruptura com esse padrão: o dinheiro entrou em sinergia com outra instituição moderna, o Estado, e acabou por tomar essa forma dominante que tragou as outras moedas, aculturando-as e transformando-as em formas hierarquicamente inferiores - mas também parte do mesmo sistema monetário - tendo a moeda estatal como primaz, ou condenando-as ao desaparecimento. Esse desenvolvimento culminou com a constituição da sociedade de mercado, da qual a moeda estatal é a instituição monetária correspondente. Reforçando, foi apenas na presença de todos esses

elementos, o Estado moderno, o sistema de mercados e a moeda, que se pôde pensar em termos de uma moeda equivalente geral.

Entretanto dinheiro é sempre uma relação de confiança ou coerção, esse é seu limite mais essencial. Mas além desse caráter de significação a sua operação resulta em concentração de poder para quem o detém ou tem a capacidade de criá-lo, defini-lo. Claro está que esse poder é proporcional à centralidade que sua utilização tem no subsistema econômico da sociedade em questão e desse subsistema em relação ao sistema social como um todo. Como as atuais características da sociedade concentram poder no subsistema econômico e esse no subsistema monetário/financeiro, o dinheiro moderno concentra um enorme poder simbólico e prático. Mas isso é assim apenas nessas circunstâncias particulares, não existindo nenhuma naturalidade ou inexorabilidade nesse arranjo. Da mesma forma que é deste modo, poderia ser diferente.

Convém insistir que ao se falar de moeda moderna não se está falando apenas da moeda legal e, sim, de um sistema monetário em que cabe além da moeda legal e da moeda escritural (M1) – enquanto fundamento – também as quase-moedas (M2-M4) e as moedas paralelas, que são outras formas de se realizarem pagamentos, como é o caso da moeda social. E que nem toda moeda paralela é moeda social.

Procurou-se então demonstrar que não é possível entender a moeda social dividindo o objeto em MOEDA e SOCIAL, supondo que moeda todo mundo sabe o que é, que não precisa ser discutido e que social é sinônimo de inclusão e coesão social, apenas. Foi preciso desmistificar tanto um lado quanto o outro da expressão, que de resto, só é verdadeiramente compreensível no conjunto. Foi preciso recuperar o sentido único do termo, que procura expressar uma ética que valoriza a

autonomia e a responsabilidade com o coletivo e o ambiente, enfim, para com a multiplicação da vida, uma vez que as relações econômicas, como quaisquer relações sociais, espelham o estilo/espírito de lidar com a vida.

Foi necessária a construção de um conceito sobre o próprio objeto, uma vez que não havia literatura anterior que respondesse satisfatoriamente a questão. Desenvolveu-se também uma tipologia, já que as experiências existentes são bastante díspares entre si e respondem a objetivos também bastante diferenciados; da provisão de crédito mais barato e do aumento da circulação monetária visando ao estímulo à produção e comercialização, a todo um projeto de construção de um estilo de vida mais autônomo (num sentido castoriadiano), socialmente justo e ambientalmente responsável, passando por intenções como melhoria de condições de vida e promoção de uma maior inclusão social.

Ao longo da pesquisa concluiu-se que a moeda social se caracteriza por não ter lastro em Real¹⁰³ e que também não é correto se referir a um lastro em produção no seu caso. A própria noção de lastro se mostrou um equívoco, baseado na idéia de substancialidade do dinheiro, quando de fato, como já mencionado o que “lastreia” a relação monetária é a confiança, a continuidade e/ou a coerção.

Por um lado os movimentos sociais que recriam a moeda através da moeda social sinalizam um retrocesso em direção às moedas antigas, diferenciadas, não integradas de forma hierarquizada, revelando uma tentativa de voltar a submeter à racionalidade econômica às diversas racionalidades sociais, chegando mesmo a questionar a noção de equivalente geral.

Por outro, moeda social também pode servir bem para complementar a economia solidária. Para isso ela precisa ser assim considerada e trabalhada pelo

¹⁰³ O que lhe tiraria sua identidade principal que é justamente a independência de emissão em relação a qualquer vínculo que não o próprio manejo pelos componentes do grupo que a utilizam.

próprio movimento da economia solidária, sendo apropriada e concebida de uma forma mais ampla pelo movimento. Nesse sentido seria possível desenvolver um conjunto de instrumentos monetários tendo em comum o fato de seus processos de emissão, administração e controle serem realizados pelos próprios utilizadores de maneira auto-organizada, não cabendo a cobrança de juros e qualquer outro tipo de especulação com eles.

É importante também ressaltar que não se pode acompanhar o desempenho desse tipo de experiência através da utilização dos rácios típicos do sistema dominante, uma vez que eles têm representatividade diante de outro sistema de valores. A sustentabilidade do capital tem pouco ou nada a ver com a sustentabilidade humana. De fato esse é um campo que ainda precisa ser aperfeiçoado¹⁰⁴ de forma a contemplar indicadores que espelhem os valores dessas experiências.

Já o sistema de preço, no caso utilização de uma moeda social e da dinâmica que a apóia, precisa ser todo negociado, pactuado. Na falta de termo melhor pode-se utilizar a noção de preços administrados para uma primeira aproximação com o problema. De qualquer forma essa administração precisa se dar também na esfera da auto-organização do grupo em questão.

Por tudo isso, quanto mais radical for a experiência, mais difícil é alcançar escala. No entanto, as moedas sociais interempresariais, que têm objetivos de rentabilidade claros e próximos aos valores dominantes, porém divorciados da autonomia, mais facilmente atingem escalas economicamente importantes, embora ideologicamente não representem qualquer ruptura com o sistema. São os extremos

¹⁰⁴ Embora uma primeira aproximação tenha sido esboçada nesse trabalho, no capítulo 4, através da integração da tipologia desenvolvida com alguns objetivos, de forma gráfica, delineando quadrantes que espelham desempenhos especificamente caracterizados.

da experiência, as *moedas sociais complementares* e as *moedas sociais alternativas*. E a moeda social pode servir bem a uns e a outros objetivos.

De qualquer forma, mesmo em pequena escala, quando a moeda social não é tão importante economicamente o é pedagogicamente, pois ajuda o utilizador a perceber como se realizam a construção social do dinheiro e as relações de poder que estão envolvidas.

Ao mesmo tempo em que facilita a agregação social com seus valores de participação e solidariedade, ajuda na tomada de consciência pelos participantes da experiência sobre a necessidade deles mesmos retomarem as rédeas sobre instâncias da vida que até então lhes pareciam acima de suas mãos, mas que de fato, podem e devem passar por elas.

Entretanto a moeda social só dá acesso a quem também confia nela logo, tem seu próprio crescimento condicionado por esse “querer” de cada empresa/prosumidor envolvido. Por um lado, pode-se dizer que está na escala do indivíduo e não tem como abrir mão disso sob pena de se descaracterizar, entretanto, é justamente aí que começa o respeito pelos interesses sociais. Toda a questão está em que não existe obrigatoriedade externa à moral da relação, são, portanto, necessários indivíduos maduros e socialmente responsáveis para que as interações tenham continuidade. Ou seja, é uma moeda mais barata, na medida em que não cobra juros pela sua utilização, mas demanda muito mais envolvimento do utilizador.

Se permanecer apenas como instrumento de inclusão (em um sentido restrito) se reduz a um paliativo, entretanto, se transitar além das necessidades básicas pode vir a ser um grande instrumento de transformação pessoal e constituir uma verdadeira via social alternativa, em integração com outras atitudes e instituições.

Mas ainda é uma experiência imatura e ao promover a confiança no contexto moderno sem recorrer à força (o que é simultaneamente desafiador e complicado) pode resultar em novas e extraordinárias formas de coesão social. Insistindo, embora exija uma enorme dose de dedicação, de apego aos valores declarados, porque o imaginário hegemônico, principalmente na ausência de uma crise econômica ou da solidão, remete a soluções mais fáceis, embora heterônomas. Logo, a moeda social é uma construção de opção para os inconformados que têm muita energia.

Indica-se que não existe forma de dinheiro capaz de agir como mão invisível ou juíza. Apenas a intenção explícita ou não do sistema é que leva aos resultados. Se o lucro monetário é o objetivo e também a medida de produtividade, isso é uma opção política, não uma imposição técnica. Ou seja, a moeda social é sempre pedagógica na medida em que nos recorda como as coisas são construídas e que podem ser diferentes, embora muito de sua constituição ainda esteja por ser realizado. Em que pese a moeda social ser uma moeda libertada da coerção e da violência - na medida em que se impõe por consenso e confiança mútua - não deixa de ser portadora da ambígua liberdade Simmeliana, proporcionada por qualquer tipo de moeda.

Acredita-se que ao longo do seu processo de construção e articulação com outros movimentos sociais, como a economia solidária, poderão sair elementos que indiquem um caminho para a moeda social que vá além dos “guetos alternativos” e da minimização das angústias dos excluídos ou da complementaridade à moeda nacional, capaz de contemplar suas aspirações mais ambiciosas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, John. Economía institucional y economía de la elección social: aspectos comunes y conflictos. *Cuadernos de Economía*, Bogotá, v. XVII, n. 29, 1998.

AGAZZY, Evandro. A objetividade científica será possível sem a medida? *Revista Diógenes*, Brasília, DF, n. 1, jul./dez.1981.

AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Reflexiones sobre la naturaleza de la moneda. *Noticias de la regulación*, n. 41, jun. 2002.

ARIAS, Jorge G. Modos de pensamento em economia: pensamento único vs pensamento em Dow. *Documentos de Trabajo del Departamento de Economía*, Universidad de León, n. 1, 2003.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: HEMUS, 1966.

ARKEL, Henk et al. *Onde está o dinheiro?* Pistas para a construção do movimento monetário Mosaico. Porto Alegre: Dacasa, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

AXELROD, Robert. *The complexit of cooperation: agent-based models of competition and colaboration*. Princeton University Press, 1997.

BAKER, Wayna. What is money? A social structural interpretation. In: Mark S. Mizruchi and Michael Schwatz (ed.) *Intercorporate relations: the structural analysis of business*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987.

BARTHOLO JÚNIOR, R. *Os labirintos do silêncio: cosmovisão e tecnologia na modernidade*. Rio de Janeiro: Marco Zero; COPPE/UFRJ, 1986.

BATESON, Gregory. *Mente e natureza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BELLUZZO, Luiz G. de Mello. *Valor e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BLANC, Jérôme. *Las monedas paralelas: evaluación y teorías del fenómeno*, 1998. Disponível em: <<http://money.socioeco.org>> Acesso em: 20 ago. 2002.

BOYER, R. *A teoria da regulação*. São Paulo: Nobel, 1990.

BRAGA, J. C. de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José L. (Org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAGA, J.C. de Souza; CINTRA, M.A. Macedo. Finanças dolarizadas e capital financeiro: a exasperação sob comando americano. In: FIORI, J. L. (org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1

BROWN, Lester R. *O vigésimo nono dia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

BUARQUE, Cristóvam. O Pensamento em um mundo terceiro mundo. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, Fernando. J. C. Moeda, produção e acumulação. In: SILVA, M. Luiza F. (Org.) *Moeda e produção: teorias comparadas*. Brasília: EDUNB, 1992.

_____. Mercado, estado e teoria econômica, uma breve reflexão. *Econômica*, Niterói, v. 1, n. 1, jun. 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. A democracia como procedimento e como regime. In: *As encruzilhadas do labirinto IV*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. Reflexiones sobre el “desarrollo” y la “racionalidad” In: ATTALI J. e outros *El mito del desarrollo*. Barcelona: Kairós, 1980.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Carlos H. *Clube de Trocas*. Caderno 1. São Paulo: ADI-Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação, 2004.

CATTANI, Antonio D. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA – CECCA. *Qualidade de vida e cidadania: a construção de indicadores socioambientais da qualidade de vida em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

CENTRO NUOVO MODELLO DI SVILUPPO – CRIC. *Rebelión em la tienda: opciones de consumo, opciones de justicia*. Barcelona: ICARIA, 1997.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Coord.) *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

COASE, Ronald H. *The nature of the firm*. London, v. 4, 1937. Reimpresso em COASE, Ronald H. *The firm, the market, and the law*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

COLLUCIA, Paolo. *La banca del tempo: um progetto per la comunità*. Disponível em: <http://money.socioeco.org/documents/50rtf_Btempo.rtf>. Acesso em: 23 maio 2004.

COMOGLIO, Alessandro. *As filosofias do dinheiro*. Tradução de ASSMANN, Selvino, mimeo, 2005. Tradução de: *Le filosofie del denaro*. Torino: Paravia, 2000.

CONCEIÇÃO, Otávio. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, 6(2), jul./dez. 2002.

CORDEIRO, Renato C. *Da riqueza das nações à ciência das riquezas*. São Paulo: Loyola, 1995.

DOBB, Maurice. *Teorias del valor y de la distribución desde Adam Smith: ideologia e teoría económica*. Madrid: Siglo veintiuno de España Editores, 1998.

DODD, Nigel. *A Sociologia do dinheiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2004.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social*. v. 1, Petrópolis: Vozes, 2002.

DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade 980-1420*. Lisboa: Estampa, 1988.

_____. *Economia rural e vida no campo no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1987. 2 v.

DUGGER, William. *Contra la desigualdad. Cuadernos de Economía*, Bogotá, v. XVII, n. 29, 1998.

ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70, 1988.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v.

ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE TROCAS, 1, 2004, Mendes. *Relatório do I Encontro Nacional de Grupos de Trocas*. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/danieltygel/engts2004/>>. Acesso em: jun. 2005.

FIANI, Ronaldo A natureza multidimensional dos direitos de propriedade e os custos de transação. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 21, 2003.

_____. *Estado e Instituições Econômicas*: uma discussão crítica das versões modernas da idéia de ordem espontânea na economia. 2002. Tese (Doutorado), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002 (a).

_____. Uma crítica dos mecanismos de variação e seleção no conceito de ordem espontânea de Hayek. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2002 (b).

FIORI José L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIEDMANN, John. *Empowerment*: uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta, 1996.

GALBRAITH, John Kenneth. *Moeda*: de onde veio, para onde foi. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.

_____. *O novo estado industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *El poder y el economista útil*. Disponível em: <<http://eumnet/cursecon/textos>>. Acesso em: 11 abr. 2004.

_____. *Anatomia do poder*. 2ª ed. Lisboa: Difel, s/d.

GALIANI, Ferdinando. *Da moeda*. São Paulo: Musa editora; Curitiba: Segesta Editora, 2000.

GEOGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Alguns problemas de orientação em economia*. v. 1, n. 4, Rio de Janeiro: FGV; Multiplic: 1981.

GESELL, Silvio. *El orden económico natural*. Tomo I, II e III. Disponível em: <<http://www.systemfehler.de/es>>. Acesso em: 15 set. 2003.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Oeiras: Celta, 1996.

GLOVER, Paul. *Creando la democracia económica con la moneda social*. <www.ithacahours.com>. Acesso em: 20 nov. 2005.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOLDBOUT, Jacques T.; CAILLÉ, Alain. *O Espírito da dívida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOULDNER, A.W. *La sociología actual*: renovación e crítica. Madrid: Alianza, 1979.

GUDYNAS, Eduardo. Los limites de la mensurabilidad de la naturaleza *Revista Ambiente e Sociedade*, Campinas, ano II, n. 3 - 4, 1998; 1999.

GUTTMANN, Robert As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira*: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. La moneda em la teoria de la Regulación. *Noticias de la regulación*, n. 10, fev, 1994.

_____. Cybercash: La era de la moneda electrónica, *Noticias de la regulación*, n. 44, abr, 2003.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary C. As três versões do Neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003.

HAYEK, Friedrich. *Direito, legislação e liberdade*. v. 1, 2, 3. São Paulo: Visão, 1985.

_____. *La fatal arrogância*. Madri: Únion, 1990.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HINTZE, Susana (ed.). *Trueque y economía solidaria*. Buenos Aires: UNGS/ Prometeo Libros, 2003.

HIRSCHMAN, Albert. *As paixões e os interesses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HODGSKIN, THOMAS. *A defesa do trabalho contra as pretensões do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HODGSON, Geoffrey. *Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica*. Oeiras: Celta, 1997.

_____. *Economia e instituições*. Oeiras: Celta, 1994.

_____. A evolução das instituições: Uma agenda para a pesquisa teórica futura. *Econômica*, Niterói, v. 3, n. 1, jun. 2001.

HOPENHAYN, Martín. *El mundo del dinero*. Buenos Aires: Norma, 2002.

ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Lisboa: Publicações Europa América, 1976.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL - PACS. *Construindo a socioeconomia solidária do espaço global ao local*. Rio de Janeiro: PACS, 2000 (a).

_____. *Socioeconomia solidária: construindo a democracia econômica*. Rio de Janeiro: PACS, 2000 (b).

_____. *Histórias de socioeconomia solidária*. Rio de Janeiro: PACS, 2000 (c).

_____. *Construindo a rede brasileira de socioeconomia solidária*. Rio de Janeiro: PACS, 2000 (d).

_____. *Moeda social e trocas solidárias*. Rio de Janeiro: PACS, 2005.

JAGUARIBE, Hélio. A nova ordem mundial. *Política Externa*. 1 (1), jun. 1992.

JAY, Peter. *A riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

JEAUNEAU, Édouard. *A filosofia medieval*. Lisboa: Edições 70, 1963.

KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KENNEDY, Margrit. *Dinero sin inflacion ni tasas de interes*. Buenos Aires: Editorial del Nuevo Extremo, 1998.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KINDLEBERGER, Charles P. *Historia financiera de Europa*. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

KUHN, Thomas S. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução In: MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70, 1988.

LIETAER, Bernard. Mas allá de la codicia y la escasez: el futuro del dinero. Yes, [s.n.] 1998. Entrevista concedida a revista Yes.

_____. *The future of money: creating new wealth, work and wiser world*. Londres: Century, 2001.

LISBOA, Armando M. Economia: oiko + nomos? A linguagem desfigurada In: *Textos de Economia*. v. 5, n. 1/94, Florianópolis: UFSC, 1994.

_____. Empresa cidadã: uma metamorfose do capital? *Outros Valores - Cadernos da Cidade Futura*. Ano 1, n. 1, Florianópolis: Ed. Cidade Futura, 2000 (a).

_____. Os desafios da economia popular solidária. *Cadernos do Centro de Ação Social – CEAS*, Salvador, n. 189, 2000 (b).

_____. *Economia Solidária, Economia Barroca. A Emergência da Socioeconomia Solidária na América Ibérica*. 2004. Tese (Doutorado), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004.

LOT, Ferdinand *O fim do mundo antigo e o princípio da idade média*. Lisboa: Edições 70, 1991.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Barcelona: ICARIA Editorial, 1994.

MARTÍNEZ COLL, Juan C. *La Economía de Mercado, virtudes e inconvenientes*. Disponível em: <<http://eumnet/cursecon/textos/>>. Acesso em: 11 abr. 2004.

MARX, Karl *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 5 v.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAUSS, Marcel *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MEDAWAR, Peter. *Ciencia innatural. Cuadernos de Economía*, Bogotá, v. XVII, n. 29, 1998.

MELO NETO, Joaquim J. ; MAGALHÃES, Sandra. *Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

_____. *Banco comunitário e cooperativa de crédito*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2004.

MELO NETO, Joaquim J.; MAGALHÃES, Sandra e DUTRA, Jaqueline. *Moedas sociais: do clube de trocas, passando pelo circulante local, chegando ao diálogo com programas e projetos de distribuição de renda*. Mimeo. [2004?].

MENDES, Antônio. ; NASCIMENTO, Edsom. *Estudo do direito monetário: a moeda e suas funções; obrigações monetárias; estipulação e indexação de obrigações monetárias*. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 35, jun. 1991.

MENGER, Carl. *El origen del dinero*. Disponível em: <<http://eumnet/cursecon/textos>>. Acesso em: 20 ago. 2002.

_____. *Principios de economía política*. Disponível em: <<http://eumnet/cursecon/textos>>. Acesso em: 11 abr. 2004.

MÍRES, Fernando. *El discurso de la naturaleza: ecología y política en américa latina*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 1990.

MISKIMIN, Harry A. *A economia do renascimento europeu: 1300-1600*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

MORIN, Edgar. *El desarrollo de las crisis del desarrollo* In: ATTALI J. e outros, *El mito del desarrollo*. Barcelona: Kairós, 1980.

_____. *O paradigma perdido: a natureza humana*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991.

MYRDAL, Gunnar. *Aspectos políticos da teoria econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *A objectividade nas ciências sociais*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1976.

_____. *Contra a corrente*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

NAREDO, José M. *La economía em evolución – Historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico*. 2 ed. Madrid: Siglo veintiuno de España Editores, 1996.

_____. Cuantificando el capital natural. Más allá del valor. *Revista Ambiente e Sociedade*, Campinas, ano II, n. 3-4, 1998-1999.

NORTH, Douglass C. *Instituições, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

POCHMANN, Marcio. Gastos sociais, distribuição de renda e cidadania: uma equação política. *Econômica*, Niterói, v. 5, n. 1, jun. 2003.

POLANYI, Karl. *A grande transformação - As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. *El sustento del hombre*. Barcelona: Biblioteca Mondadori, 1994.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas*. Lisboa: Gradiva, 1996.

PRIGOGINE, Ilya; PRIGOGINE Isabelle. *A Nova Aliança. Metamorfose da Ciência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

PRIMAVERA, Heloisa. *Política social, imaginación y coraje: reflexiones sobre la moneda social*. 1998. Disponível em: <<http://money.socioeco.org>>. Acesso em: 20 ago. 2002.

_____. *Moneda social: ¿ gattopardismo o ruptura de paradigma ?* Texto de lançamento do “Foro Electrónico sobre Moneda Social”, 2001. Disponível em: <<http://money.socioeco.org>>. Acesso em: 20 ago. 2002.

_____. *Riqueza, dinheiro y poder: el efímero “milagro argentino” de las redes de trueque*. 2002. Disponível em: <<http://money.socioeco.org>>. Acesso em: 11 abr. 2004.

_____. *Clubes de troca, moedas sociais e economia solidária: quem é quem, onde e para qué?* Mensagem recebida da lista Grupo Nacional de Trocas <Gruponacionaldetrocas@yahoogrupos.com.br> em 27 out. 2004.

QUIJANO, Aníbal. *Habla Quijano*. Arequipa: Rodolfo Abarca Huanca, 2003.

REDE LATINOAMERICANA DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA - REDLASES. *Como organizar uma rede trocas solidárias*. Porto Alegre: GTZ/Projeto Prorenda, 2002.

REGO, José M. (Org.) *Retórica na economia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROMERO, Antonio Articulación, intercambios y necesidad de dineros alternativos en la economía regional. El caso del Cusco. *Revista Apuntes*, Lima, n. 41, 2º sem. 1997.

ROSNAY, Joël de. *O macroscópio - Para uma visão global*. Lisboa: Arcádia, 1977.

ROUILLÉ d'ORFEUIL, Henri. *Economia cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SACHS, Wolfgang. O esplendor desvanecido. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 41, 1991.

SANCHEZ-COSTA, Dídac. *Como criar uma rede de trocas em sua comunidade*. Itajaí: Voluntários pela verdade Ambiental, 2003.

SANDRI, Pierogiorgio. *Dinero ético*. Barcelona: Plaza e Janés Editores, 2002.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice*. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de S. (Org.) *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. *O Espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHELLING, Thomas. *Micromotivos y macroconducta*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

SCHOTTER, Andrew. The evolution of rules. In: LANGOIS, Richard N. *Economics as a process*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCHULDT, Jürgen. *Dineros alternativos para el desarrollo local*. Lima: Universidad del Pacífico, 1997.

SCHUMACHER, E. F. *Small is beautiful: economics as if people matter*. Nova Iorque: Harper & Row, 1973.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2, jul./dez. 2002.

SILVA, M. Luiza F.(Org.) *Moeda e produção: teorias comparadas*. Brasília: UNB, 1992.

SIMMEL, George. *Filosofia del dinero*. Madri: Imp. T. Suc. De Vda De Galo Sáez, 1977.

SINGER, Paul. *Para entender o mundo financeiro*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André. (Org.) *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2 v.

SOARES, Claudia L. Bisaggio. *Desenvolvimento sustentável: um só conceito para diversas interpretações*. 1998. Dissertação (Mestrado), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1998.

SOKAL, A. e BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

SOUZA, Marcelo L. O desenvolvimento das teorias de desenvolvimento. *Princípios*, São Paulo, n. 35, 1995.

STRANGE, Susan. *Dinero loco*. Barcelona: Paidós, 1999.

SUGDEN, Robert. Spontaneous order. *Journal of Economic Perspectives*, St. Paul, MN, v. 3, n. 4, 1989.

SWANN, Robert; WITT, Susan. *Los dineros locales: catalizadores de economias regionales sustentables*. [s.l.], 1999. Disponível em: <http://www.smallisbeautiful.org/publications/essay_currency_espanol.html>. Acesso em: 20 nov. 2005.

TAVARES, M^a Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 2, 1985.

TAVARES, M^a Conceição; MELIN, Luiz E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M^a Conceição e FIORI José L. (Orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, M^a Conceição; FIORI José L. (Orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOBOSO, Fernando. Em que se diferencian los enfoques de análisis de la vieja y la nueva economía institucional? *Hacienda Pública Española*, n. 143, 4, 1997.

VALLE, Rogério (org.) *Autogestão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VEBLEN, Thorstein *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

_____. *A Alemanha industrial e a revolução industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

VELASCO e CRUZ, Sebastião. Teoria e história notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North. *Primeira Versão*. Campinas, n. 107, 2002.

WAUTIEZ, Françoise; SOARES, Claudia; LISBOA, Armando. Indicadores de economia solidária. In: CATTANI, Antonio D. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEATHERFORD, Jack. *A história do dinheiro*. São Paulo: Negócio, 2000.

WEBER, Max. *Historia económica general*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1991. 2 v.

WRAY, L. Randall. *Trabalho e moeda hoje*. Rio de Janeiro: EDUFRJ; Contraponto, 2003.

_____. Senhoriagem ou soberania. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2 (19), jul./dez. 2002.

ZELIZER, Viviana. *The social meaning of money*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1997.